

As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores

Autor: Ana Filipa da Cruz Santos

Orientador: Professor Dr. Rui Carlos Pereira

Coorientadora: Professora Doutora Maria Helena Monteiro

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Gestão e Políticas Públicas

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores

Ana Filipa da Cruz Santos

Orientador: Professor Dr. Rui Carlos Pereira

Coorientadora: Professora Doutora Maria Helena Monteiro

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Gestão e Políticas Públicas

Lisboa
2017

Agradecimentos

Ao meu Orientador, Professor Dr. Rui Pereira, agradeço a amabilidade de ter aceite este desafio, assim como toda a sua disponibilidade e confiança.

À minha Coorientadora, Professora Doutora Maria Helena Monteiro, agradeço toda a ajuda, disponibilidade e dedicação, imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Aos entrevistados, em especial ao Engenheiro José Gomes de Almeida, agradeço a generosidade e disponibilidade, fundamentais para a concretização deste trabalho.

À Dra. Sílvia Vicente, Coordenadora da Área de Avaliação e Garantia da Qualidade do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, agradeço a compreensão.

Aos meus pais agradeço os valores que sempre me transmitiram, assim como tudo o que fizeram e fazem por mim.

Ao meu irmão agradeço a amizade e a confiança que sempre teve em mim.

À minha amiga e colega Joana, agradeço a motivação e os sorrisos constantes. À minha amiga e sempre colega Liliana, agradeço toda a força que sempre me deu.

À minha família e amigos agradeço todo o apoio e incentivo.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

Resumo

Num mundo onde cada vez mais a informação se encontra facilmente disponível, surgem novos desafios à proteção dos dados pessoais dos cidadãos. O tema da proteção de dados pessoais tem ganho crescente importância no contexto atual, isto porque a informação é cada vez mais um bem fundamental e por isso mesmo tem de ser devidamente protegida, pois uma simples divulgação de dados pode causar danos irreversíveis, quer a um nível micro, quer a um nível macro. Deste modo importa conhecer o que a União Europeia já fez e o que está a fazer nesta matéria.

Assim, com base neste contexto, o trabalho que aqui se apresenta pretende identificar os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a implementação e aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal. Para a identificação destes fatores, optámos por uma metodologia de natureza qualitativa e realizámos entrevistas semi-estruturadas a quatro profissionais da área da proteção de dados pessoais. Para a realização da investigação recorreremos ainda à pesquisa bibliográfica, análise documental, participação em conferências e entrevistas exploratórias. Na fase de resultados e após a análise de conteúdo das entrevistas, concluiu-se que das catorze questões incorporadas no guião, treze questões são facilitadores do processo de aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal, umas com maior incidência do que outras. No entanto conseguimos identificar as questões com mais facilitadores e com mais barreiras, identificando assim as condições de sucesso e de insucesso para a aplicação das diretivas.

Neste trabalho indicamos as diretivas de proteção de dados pessoais e as respetivas leis que as transpõem. A realização deste trabalho permitiu ainda abordar questões importantes no âmbito da proteção de dados pessoais, como é o caso dos direitos dos titulares dos dados, das obrigações dos responsáveis pelo tratamento dos dados ou ainda a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Palavras-chave: Diretivas Comunitárias; Diretivas; Proteção de Dados Pessoais; Barreiras; Facilitadores; CNPD.

Abstract

In a world where more and more information is easily available, there are new challenges to the protection of personal data of citizens. The issue of personal data protection has gained increasing importance in the current context, this is because information is increasingly a fundamental and must be properly protected, because a simple disclosure of data can cause irreversible damage, either to a micro level, either at the macro level. Thus it is important to know what the European Union has done and what it is doing in this area.

Thus, based on this context, the work presented here aims to identify the factors (barriers and facilitators) that influence the implementation and application of EU directives of personal data protection in Portugal. To identify these factors, we opted for a qualitative methodology and held semi-structured interviews to four professionals in the field of personal data protection. To carry out the research we use also to literature, document analysis, participation in conferences and exploratory interviews. In the results and after the content analysis of the interviews, it was concluded that the fourteen issues incorporated in the script, thirteen issues are facilitators of the process of application of community directives of personal data protection in Portugal, with higher incidence than other. However we can identify the issues with more facilitators and more barriers, identifying the conditions of success and of failure to implement the directives.

In this work we indicate the personal data protection directives and the respective laws that transposes. This work also helped to address important issues in the protection of personal data, such as the rights of data subjects, the obligations of data controllers or the National Data Protection Commission.

Keywords: Community Directives; Directives; Protection of Personal Data; Barriers; Facilitators; CNPD.

Índice

Agradecimentos	I
Resumo.....	II
Abstract	III
Índice de Tabelas.....	VI
Índice de Figuras	VI
Índice de Gráficos.....	VI
Lista de Siglas	VII
1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Teórico.....	3
2.1. Conceitos e Momentos Históricos Relevantes na Proteção de Dados Pessoais.....	3
2.2. Políticas Públicas	7
2.3. Políticas Públicas de Proteção de Dados Pessoais na União Europeia.....	10
2.3.1. Direito da União Europeia	10
2.3.2. Diretivas Comunitárias	11
2.3.3. Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais – A Diretiva 95/46/CE	12
2.3.4. O Tratado de Lisboa e a Proteção de Dados Pessoais.....	17
2.4. O Faseamento do Processo Legislativo das Diretivas na União Europeia.....	20
2.4.1. Proposta	20
2.4.2. Apresentação e Negociação	21
2.4.3. Adoção.....	22
2.4.4. Transposição.....	22
2.4.4.1. Planeamento	23
2.4.4.2. Transposição.....	25
2.4.4.3. Monitorização	25
2.5. Processo Legislativo para Incumprimento das Diretivas pelos Estados-Membros.....	26
2.6. As Políticas Públicas de Proteção de Dados Pessoais em Portugal	33
2.6.1. Transposição das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais para a Legislação Portuguesa – A Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro.....	33
2.6.2. Direitos Fundamentais dos Cidadãos no Âmbito da Proteção de Dados Pessoais	38
2.6.3. Obrigações dos Responsáveis pelo Tratamento de Dados Pessoais.....	42

2.6.4.	A Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd)	44
3.	Metodologia	47
3.1.	A Natureza da Investigação	47
3.2.	A Exploração do Tema	48
3.3.	A Preparação e Realização das Entrevistas	48
3.4.	O Tratamento da Informação das Entrevistas Semi-Estruturadas e Apresentação dos Resultados	49
4.	Enquadramento Empírico	50
4.1.	Investigação e Exploração do Tema da Protecção de Dados Pessoais	50
4.1.1.	Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental	50
4.1.2.	Participação em Conferências sobre Protecção de Dados Pessoais	51
4.1.3.	Realização das Entrevistas Exploratórias	51
4.2.	Preparação e Realização das Entrevistas Semi-Estruturadas	52
4.2.1.	Elaboração do Guião das Entrevistas Semi-Estruturadas	52
4.2.2.	Marcação e Realização das Entrevistas Semi-Estruturadas	54
4.2.3.	Transcrição das Entrevistas Semi-Estruturadas	57
4.3.	Tratamento da Informação das Entrevistas Semi-Estruturadas e Apresentação de Resultados	58
4.3.1.	Análise de Conteúdo das Entrevistas Semi-Estruturadas	58
4.3.2.	Apresentação dos Resultados	62
4.3.3.	Discussão dos Resultados – Facilitadores e Barreiras	67
5.	Conclusão	70
6.	Bibliografia	73
	Anexos	77

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Definição de Política Pública e seus Autores.....	8
Tabela 2 - Estrutura da Diretiva 95/46/CE	15
Tabela 3 - Estrutura da Lei n.º 67/98	36
Tabela 4 - Conceitos e definições presentes na Diretiva 95/46/CE e na Lei n.º 67/98.....	38
Tabela 5 - Processos Entrados, Findos e Pendentes na CNPD	46
Tabela 6 - Guião da Entrevista Semi-Estruturada	53
Tabela 7 - Datas de envio do e-mail de contacto para a realização das entrevistas junto dos entrevistados.....	56
Tabela 8 - Dados da Transcrição das Entrevistas	57
Tabela 9 - Resultados da fase de Transposição.....	64
Tabela 10 - Resultados da fase de Implementação.....	65
Tabela 11 - Resultados da fase de Utilização	66
Tabela 12 – Relevância das Questões	67

Índice de Figuras

Figura 1 - Etapas da Política Pública.....	9
Figura 2 - Diretivas Comunitárias em Matéria de Proteção de Dados Pessoais	12
Figura 3 - Os três pilares do tratado de Maastricht	17
Figura 4 - Antiga Estrutura de Pilares.....	19
Figura 5 - Fases do Processo Legislativo.....	20
Figura 6 - Fase do Planeamento da Transposição.....	24
Figura 7 - Processo de Transposição de uma Diretiva	29
Figura 8 - Cálculo de sanções aplicáveis a Portugal por não comunicação das medidas de transposição de uma diretiva	32
Figura 9 - Transposição das Diretivas Comunitárias em Matéria de Proteção de Dados Pessoais para a Legislação Portuguesa	33
Figura 10 - Fases do Tratamento de Dados Pessoais	43
Figura 11 - Fases da Metodologia	47

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Atrasos na Transposição pelos EM em 24 Diretivas seleccionadas	28
--	----

Lista de Siglas

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

CDFUE – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

CE – Comissão Europeia

CNPD - Comissão Nacional de Protecção de Dados

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGAE/MNE – Direção-Geral dos Assuntos Europeus/Ministério dos Negócios Estrangeiros

EM - Estados-Membros

GSSI – Grupo Segurança na Sociedade da Informação

JOUE – Jornal Oficial da União Europeia

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU - Organização das Nações Unidas

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TJUE – Tribunal de Justiça da União Europeia

UE – União Europeia

1. Introdução

A temática do nosso trabalho é a “Segurança”, na qual se encontram vários temas. O tema na área da “Segurança” que escolhemos foi o da “proteção de dados pessoais”. O interesse pelo tema da proteção de dados pessoais surgiu na sequência da realização de um trabalho para a unidade curricular de Governação Eletrónica do Mestrado em Gestão e Políticas Públicas, no ano letivo 2012/2013 do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, com o título “eGOV – Privacidade e Segurança”.

O tema escolhido – proteção de dados pessoais - assume especial relevância na época em que vivemos, estando em constante desenvolvimento e envolvendo todas as esferas da sociedade, aqui com destaque para a proteção dos dados pessoais dos cidadãos. A informação é um bem precioso, daí ser necessário a sua proteção adequada, desde a proteção da informação de um indivíduo à proteção da informação de um Estado, uma vez que uma simples fuga de dados pode desencadear graves crises locais e mundiais.

A União Europeia (UE) e os seus diferentes Estados-Membros (EM) têm dedicado muita atenção a este tema, desde logo por estar consagrado no artigo 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) o direito à proteção de dados pessoais - “Todas as pessoas têm direito à proteção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito”. Outros direitos fundamentais dos cidadãos serão apresentados no ponto 2.6.2.

As políticas públicas de segurança enquadram a proteção dos dados pessoais. Assim, estas políticas estão no contexto do Mestrado em Gestão e Políticas Públicas.

A partir da escolha do tema foram realizadas leituras exploratórias que nos permitiram chegar ao problema que gostaríamos de analisar. O problema identificado está relacionado com a dificuldade de implementação e aplicação das diretivas emanadas da UE nos respetivos EM, genericamente e aqui especificamente no caso da proteção de dados pessoais. Assim, o título do nosso trabalho é: “As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores” e a pergunta de partida da investigação é: Quais os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a

implementação e aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal?

Os objetivos que nos propusemos cumprir com a realização do presente trabalho são: o objetivo primário consiste em obter o conhecimento que nos permita responder à pergunta de partida formulada. Os objetivos secundários pretendem responder às seguintes questões: (1) quais as diretivas europeias de proteção de dados pessoais e quais as transpostas para o Estado-Membro – Portugal (2) como se estão a aplicar as diretivas de proteção de dados pessoais em Portugal (3) como se pode ser mais eficaz na aplicação da proteção de dados pessoais.

Quanto à estrutura do trabalho, no ponto 2. iremos apresentar o Enquadramento Teórico com referência à pesquisa bibliográfica e análise documental efetuada. No ponto 3. será apresentada a Metodologia levada a cabo para a realização do trabalho e no ponto 4., no Enquadramento Empírico serão apresentados os resultados obtidos. No ponto 5. serão apresentadas as conclusões do trabalho e por último, no ponto 6. encontrar-se-á a referência à bibliografia consultada.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Conceitos e Momentos Históricos Relevantes na Proteção de Dados Pessoais

“O marco histórico fundamental do verdadeiro nascimento do conceito de privacidade, como direito fundamental e de personalidade que hoje é – arts 26º da CRP e 80º do CC – vem apenas a ocorrer já no século XIX, com a publicação, em 1890, na *“Harvard Law Review”*, do mais influente artigo nesta matéria, sob o título *“The Right to Privacy”*, o direito à privacidade, de que foram autores os então advogados Samuel Warren e Louis Brandeis. O motivo foi então a divulgação de escritos pessoais e de fotografias¹. Na génese do conceito terão estado pois a confidencialidade da correspondência e o direito à imagem” (Gomes, 2006, p. 23). Brandeis definiu então o direito à privacidade como “the right to be let alone – the most comprehensive of rights and the right most valued by civilized men” (Nelson, 2004).

A preocupação com a privacidade sempre existiu, mas foi na década de 70 que se começou a promulgar leis de proteção de dados, sendo que “a primeira lei, propriamente de proteção de dados, conhecida, é a Lei do Estado Federado Alemão do Hesse, de 1970” (Silveira L. N., Sistema Legal de Proteção de Dados Pessoais - Incidência na actividade policial, p. 9)”, seguida de outros países como a Suécia (1973), os Estados Unidos (1974) e a França (1978). Raab e Bennet (1994) referem que “privacy values are essentially subjective, varying amongst individuals, social groups and cultures” (Raab & Bennet, 1994, pp. 108-109). Assim nos EUA a privacidade é compreendida de acordo com a definição de Brandeis, ou seja,

¹ “Já nessa época, em que florescia a imprensa, o mercado aguçava a curiosidade e a bisbilhotice da alta sociedade nas suas colunas sociais. A Srª Warren era então conhecida pelas suas recepções e festas sociais muito selectivas. Foi a sua revolta pela publicação jornalística das listas dos seus convidados e das iguarias que lhes servia que motivou o artigo jornalístico referido” (Gomes, 2006, p. 23).

como o “direito de ser deixado em paz”, enquanto na Europa a privacidade é encarada como um direito fundamental.

Para os autores Raab & Bennet (1994) a importância da proteção de dados advém do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, que se vem verificando mais acentuado nos últimos trinta anos. “Data protection came onto the agenda because of the growing significance of information and communications technologies (Id) in both the public and private sectors” (Raab & Bennet, 1994, pp. 95-96). O desenvolvimento das tecnologias de informação, com maior ênfase no início do século XXI, influenciou as nossas vidas. Se por um lado este desenvolvimento trouxe inúmeros benefícios, trouxe também ameaças, isto porque o desenvolvimento das tecnologias será sempre acompanhado pelo aparecimento de novas ameaças à privacidade e segurança.

Segundo Raab e Bennet (1994), proteção de dados é “a somewhat misleading term in that the aim is to protect privacy and related values, and not just data as such” (Raab & Bennet, 1994, p. 98).

Para compreensão da evolução que o tema da proteção de dados pessoais tem vindo a sofrer a partir de meados do século XX, apresentamos de forma sintética os momentos históricos relevantes nesta matéria.

10/12/1948 - A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o primeiro instrumento jurídico, ainda que não vinculativo, a consagrar o direito ao respeito pela vida privada, no seu artigo 12.º. Este artigo refere que “Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito à protecção da lei”;

04/11/1950 – A Convenção Europeia dos Direitos do Homem foi o primeiro instrumento jurídico vinculativo a consagrar o direito ao respeito pela vida privada e familiar, no n.º1 do seu artigo 8.º, ao referir que “Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e da sua correspondência só podendo haver interferência se estiver em causa a segurança nacional” (Nacional, 2007, pp. 52-53);

02/04/1976 – Aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP), que “foi a primeira Constituição do mundo a proteger expressamente os dados pessoais” (Jesus, 2012, p. 1). De ressaltar que “pese embora o atraso tecnológico de Portugal em 1976, a CRP no seu artigo 35º, consagra direitos fundamentais no âmbito da utilização da informática” (Guimarães & Reis, p. 5), como é o caso do direito à proteção dos dados pessoais informatizados;

23/09/1980 – Aprovação das Linhas Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para a Proteção da Privacidade e dos Fluxos Transfronteiriços de Dados Pessoais. Estas linhas diretrizes são recomendações “with the aim of ensuring the development of national data protection laws in a manner that would not lead to disruptions of cross-border data flows, and consequently international trade. However, the non-binding nature of these Guidelines limited their effectiveness in achieving this aim and divergences between national laws persisted” (Gutwirth, Leenes, Hert, & Poullet, European Data Protection: Coming of Age, 2013, p. 61);

28/01/1981 – O Conselho da Europa aprovou a Convenção 108 para a proteção das Pessoas Singulares relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados Pessoais, “dando especial atenção aos dados sensíveis, como são os relativos à saúde, vida sexual ou condenações penais” (Nacional, 2007, p. 49).

01/01/1986 – Adesão de Portugal, juntamente com Espanha, à UE;

17/09/1987 – O Conselho da Europa emitiu a Recomendação n.º R (87) 15 do Comité de Ministros, que regula a utilização de dados pessoais no sector da polícia;

14/12/1990 – A Resolução 45/95 (texto de valor recomendatório) da Organização das Nações Unidas (ONU) aprova os princípios para a regulamentação dos tratamentos automatizados de dados pessoais;

29/04/1991 – É aprovada a primeira lei portuguesa de proteção de dados pessoais face à informática, a Lei nº 10/91, de 29 de Abril, que regulamenta a utilização e o controlo dos dados pessoais. A Lei nº 10/91 “among other things, established the necessary framework required by Article 35 of the Constitution” (Barroso, 1994, p. 437) e descreveu os dados pessoais como “quaisquer informações relativas a pessoa singular identificada ou identificável”;

24/10/1995 – Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;

26/10/1998 – É aprovada a Lei n.º 67/98, a Lei da Proteção de Dados Pessoais, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 95/46/CE e que vem aumentar as atribuições e competências da CNPD;

28/10/1998 - A Lei n.º 69/98 de 28 de Outubro vem regular a proteção de dados pessoais e a defesa da privacidade no sector das telecomunicações, transpondo a Diretiva 97/66/CE, a Diretiva das Telecomunicações e atribuindo à CNPD competências nesta matéria;

26/07/2000 – “A Comissão aprovou a Decisão 2000/520/CE, de 26 de Julho, nos termos da Directiva 95/46/CE relativa ao nível de protecção assegurado pelos princípios de «porto seguro» e pelas respectivas questões mais frequentes (FAQ) emitidos pelo Department of Commerce dos Estados Unidos da América, vulgarmente conhecida como Safe Harbour Agreement. Este acordo visa compatibilizar a legislação sectorial e a auto-regulação norte-americanas com a legislação europeia em matéria de protecção de dados” (Jesus, 2012, p. 2).

07/12/2000 – Proclamação da CDFUE, “juridicamente vinculativa nas instituições e órgãos da União e nos Estados-Membros quando aplicam legislação da União Europeia” (Europeu, 2013, p. 479);

18/12/2000 - Regulamento 45/2001/EC do Parlamento Europeu e do Conselho “relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados” (Europeia C. , Protecção de dados pessoais na União Europeia, 2010, p. 2);

15/06/2001 – Decisão 2001/497/CE da Comissão relativa às cláusulas contratuais-tipo aplicáveis à transferência de dados pessoais para países terceiros;

27/12/2001 - Decisão relativa às cláusulas contratuais-tipo aplicáveis às transferências de dados pessoais para subcontratantes estabelecidos em países terceiros;

12/07/2002 – Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas;

18/08/2004 - Publicação da Lei 41/2004 que regula a proteção de dados pessoais no sector das comunicações eletrónicas, transpondo assim a Diretiva 2002/58/CE;

15/03/2006 – Diretiva 2006/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações;

27/11/2008 – Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho, relativa à proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal.

2.2. Políticas Públicas

“O nascimento formal do discurso de política pública anda associado a Harold Lasswell nos anos trinta do século passado nos EUA (Bilhim, 2016, p. 83)”.

Para Birkland (2001) “There are many possible ways to define public policy”, o que também se deve à “scholar’s lack of consensus definition of public policy” (Birkland, 2001, p. 19). Bilhim (2016) refere também que “na literatura especializada abundam as definições de política pública (*public policy*) (Bilhim, 2016, p. 86)”.

De acordo com Bilhim (2016), “as políticas públicas implicam a decisão enquanto escolha entre alternativas, por parte do governo, de fazer algo ou não tendo em vista a produção de resultados” (Bilhim, 2016, p. 86).

No quadro seguinte são apresentadas sete definições de Política Pública.

Autor	Definição de Política Pública
Clarke E. Cochran, et al.	"The term <i>public policy</i> always refer to the actions of government and the intentions that determine those actions".
Clarke E. Cochran, et al.	"Public policy is the outcome of the struggle in government over who gets what".
Thomas Dye	"Whatever governments choose to do or not do to."
Charles L. Cochran and Eloise F. Malone	"Public policy consists of political decisions for implementing programs to achieve societal goals".
B. Guy Peters	"Stated most simply, public policy is the sum of government activities, whether acting directly or through agents, as it has an influence on the life of citizens".
Stuart Nagel	"a política pública compreende as decisões governamentais destinadas a resolver problemas".
James Anderson	"a política pública diz respeito à ação do governo e dos dirigentes e funcionários públicos destinada a lidar com um determinado problema cujo objetivo é a eficiência, equidade, segurança/necessidade e liberdade em especial a relação entre eficiência e igualdade".

Tabela 1 - Definição de Política Pública e seus Autores

Fonte: Adaptado de Birkland, 2001, p.21 e de Bilhim, 2016, p. 86.

Em suma, as políticas públicas são ações do governo, destinadas a resolver problemas concretos da sociedade.

Para Birkland (2001) uma política pública passa por quatro etapas distintas:

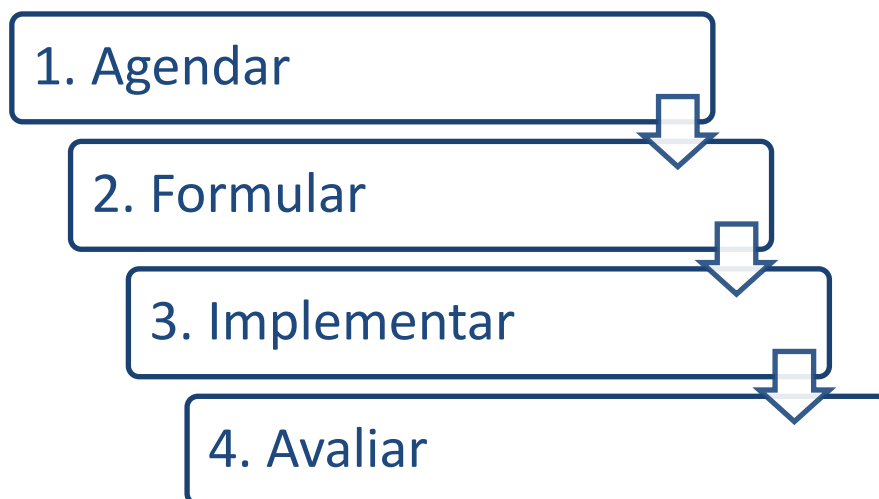


Figura 1 - Etapas da Política Pública

Fonte: Adaptado de Birkland, 2001.

1. Agendar ou *agenda setting* “is the process by which problems and alternative solutions gain or lose public and elite attention” (Birkland, 2001, p. 106);
2. Formular ou *policy design* “which is the process by which policies are designed, both through technical analysis and the political process, to achieve a particular goal” (Birkland, 2001, p. 150);
3. Implementar – “After the policy is designed, it is enacted and then implemented, at which point the administrative agencies translate the will of the executive and legislative branches into actual policy outcomes” (Birkland, 2001, p. 150);
4. Avaliar ou evaluation “is the process of determining whether and to what extent a program is achieving some benefit or achieving its explicit or implicit goals” (Birkland, 2001, p. 219).

Para além da definição de política pública e das suas etapas é importante referir quem leva a cabo o processo de uma política pública, que é designado por Birkland como ator oficial. “Official actors are involved in public policy by virtue of their statutory or constitutional responsibilities and have the power to make and enforce policies. The legislative, executive and judicial branches are clearly official institutions” (Birkland, 2001, p. 50). Segundo Bilhim (2016), “há quem resuma a construção das políticas públicas ao resultado de três grandes atores: políticos, grupos de interesse e burocratas/dirigentes superiores da administração” (Bilhim, 2016, p. 84). O autor acrescenta que “as políticas públicas que guiam a sociedade

são o resultado de um conjunto de interações complexas envolvendo múltiplos grupos de interesses, acabando por se combinar de uma maneira normalmente muito imprevisível e não menos fascinante” (Bilhim, 2016, p. 87).

“Trilhando a perspetiva da dicotomia entre administração e política, ou seja, entre os “eleitos” e os “designados”, pode dizer-se que os políticos, representantes do povo no ciclo de políticas públicas, possuem um papel forte na agenda, na formulação e na decisão da política pública, mas é aos designados, isto é, à administração, que cabe o papel maior na implementação e na avaliação da mesma. Isto porque as políticas públicas são decisões políticas para implementação de programas que visam atingir objetivos de interesse público” (Bilhim, 2016, p. 96).

As Políticas Públicas podem ser levadas a cabo em inúmeras áreas, no nosso caso falamos de Políticas Públicas na área da segurança, que por sua vez enquadram as políticas públicas de proteção de dados pessoais.

2.3. Políticas Públicas de Proteção de Dados Pessoais na União Europeia

2.3.1. Direito da União Europeia

O Direito é um “instrumento ordenador da sociedade e tem na sociedade o horizonte de aplicação das normas por si geradas” (Araújo, 2013).

De acordo com Duarte (2011), o Direito da União Europeia designa o conjunto de regras e princípios que regem a existência e o funcionamento da União Europeia (Duarte, 2011, p. 21). No livro União Europeia – Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária são apresentadas “duas aceções de Direito da União Europeia:

- em sentido lato, o Direito da União Europeia abrange todas as disposições aplicáveis à estrutura institucional da União Europeia, incluindo as regras e princípios definidos pelo decisor eurocomunitário com vista à regulação de aspectos relevantes da vida social, directa ou indirectamente relacionados com os objetivos da integração;

- em sentido estrito, o Direito da União Europeia, despidido de qualquer outra adjectivação, só identifica o chamado Direito Institucional, porque relativo ao funcionamento da estrutura decisória da União Europeia” (Duarte, 2011, p. 21).

De acordo com as duas aceções apresentadas, as diretivas fazem parte do Direito da UE em sentido lato. Segundo Duarte (2011), o “*Direito Comunitário* tornou-se a fórmula mais comum de designação de regras e princípios aplicáveis à existência e ao funcionamento da estrutura comunitária de poder” (Duarte, 2011, p. 17) e “designa o direito criado e aplicado segundo o *método comunitário* que não só sobreviveu ao Tratado de Lisboa como nele se viu reforçado” (Duarte, 2011, p. 19).

2.3.2. Diretivas Comunitárias

As diretivas foram criadas para que a UE cumpra os objetivos que definiu nos seus Tratados, ou seja, são mecanismos de eficácia que as instituições europeias dispõem para aplicar as políticas europeias. De acordo com o *website* da UE, “uma “directiva” é um acto legislativo que fixa um objectivo geral que todos os países devem alcançar” (Europeia U. , Regulamentos, diretivas e outros actos legislativos). No entanto, “a diretiva não é de aplicação direta” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 8), uma vez que os EM, seus destinatários, têm de a transpor para as respetivas ordens nacionais. Para a transposição das diretivas é concedida aos EM, uma margem de liberdade para escolherem a forma e os meios considerados adequados, isto é, o ato jurídico para alcançar o resultado e objetivos das diretivas. Assim, as diretivas permitem a harmonização das legislações nacionais dos EM, a Europeização e o funcionamento mais eficiente da UE e do Mercado Interno.

2.3.3. Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais – A Diretiva 95/46/CE

De acordo com Raab e Bennet (1994) “data protection rules cannot stop the invasion of privacy but can hope to manage it, or to make it compatible with cost effectiveness, efficiency, law enforcement and profitability” (Raab & Bennet, 1994, p. 99).

Diretiva 95/46/CE	<ul style="list-style-type: none">•Diretiva de Proteção de Dados Pessoais.
Diretiva 97/66/CE	<ul style="list-style-type: none">•Relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das telecomunicações;•Traduziu os princípios da Diretiva 95/46/CE em regras específicas para o sector das telecomunicações.
Diretiva 2000/31/CE	<ul style="list-style-type: none">•Diretiva do Comércio Eletrónico.
Diretiva 2002/58/CE	<ul style="list-style-type: none">•Diretiva das Comunicações Eletrónicas - relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas;•Alterou a Diretiva 97/66/CE e foi alterada pela Diretiva 2006/24/CE e pela Diretiva 2009/136/CE.
Diretiva 2006/24/CE	<ul style="list-style-type: none">•Relativa à conservação de dados das comunicações eletrónicas;•Alterou a Diretiva 2002/58/CE;•Declarada inválida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, a 8 de abril de 2014, devido à sua grave interferência na vida privada e na proteção dos dados pessoais.
Diretiva (UE) 2016/680	<ul style="list-style-type: none">•Relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados;•Revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho.
Diretiva (UE) 2016/681	<ul style="list-style-type: none">•Relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR) para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave.

Figura 2 - Diretivas Comunitárias em Matéria de Proteção de Dados Pessoais

“Tomando como ponto de partida a Convenção 108, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia aprovaram a Directiva 95/46/CE” (Jesus, 2012, p. 2), de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

A Diretiva 95/46/CE “é o ato legislativo central para a protecção de dados pessoais na União Europeia” (Europeu, 2013) e de acordo com os autores Rule e Greenleaf esta diretiva é “the first EU Directive to expressly accord fundamental rights a prominent place” (Gutwirth, Leenes, Hert, & Pouillet, European Data Protection: Coming of Age, 2013, p. 65).

No primeiro relatório sobre a implementação da diretiva em questão é referido que “A Directiva 95/46/CE consagra duas das mais antigas ambições do projecto de integração europeia: a realização de um mercado interno (neste caso, a livre circulação de informações pessoais) e a protecção dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas” (Europeias, 2003, p. 3). “Attempts to approximate national laws in this field had been ongoing for years” (Gutwirth, Leenes, Hert, & Pouillet, European Data Protection: Coming of Age, 2013, p. 61). Os EM “que, ou não tinham legislação nesta matéria, ou, tendo, ofereciam graus de protecção variáveis ou uma deficiente aplicação da legislação na matéria (Jesus, 2012, p. 2)”. “Esta assimetria de regimes penalizava o mercado interno, o que despoletou a aprovação desta Directiva” (Jesus, 2012, p. 2). Assim, a diretiva harmonizou a legislação dos EM em matéria de proteção de dados pessoais.

Quanto aos traços mais importantes da diretiva destacam-se: as normas gerais sobre a legitimidade do tratamento de dados pessoais, os direitos das pessoas a quem se referem os dados, a previsão de autoridades nacionais independentes de supervisão e ainda a referência ao facto de que os dados pessoais só podem ser tratados com o consentimento da pessoa em causa. Apresenta-se seguidamente uma tabela com a estrutura da Diretiva 95/46/CE:

Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados

Capítulo I Disposições gerais

- Art. 1.º Objecto da directiva
- Art. 2.º Definições
- Art. 3.º Âmbito de aplicação
- Art. 4.º Direito nacional aplicável

Capítulo II Condições gerais de licitude do tratamento de dados pessoais

- Art. 5.º "Condições de licitude do tratamento de dados pessoais"²

Secção I Princípios relativos à qualidade dos dados

- Art. 6.º "Qualidade dos dados"

Secção II Princípios relativos à legitimidade do tratamento de dados

- Art. 7.º "Condições de legitimidade do tratamento de dados"

Secção III Categorias específicas de tratamentos

- Art. 8.º Tratamento de certas categorias específicas de dados
- Art. 9.º Tratamentos de dados pessoais e liberdade de expressão

Secção IV - Informação da pessoa em causa

- Art. 10.º Informação em caso de recolha de dados junto da pessoa em causa
- Art. 11.º Informação em caso de dados não recolhidos junto da pessoa em causa

Secção V Direito de acesso da pessoa em causa aos dados

- Art. 12.º Direito de acesso

Secção VI - Derrogações e restrições

- Art. 13.º Derrogações e restrições

Secção VII Direito de oposição da pessoa em causa

- Art. 14.º Direito de oposição da pessoa em causa
- Art. 15.º Decisões individuais automatizadas

Secção VIII Confidencialidade e segurança do tratamento

- Art. 16.º Confidencialidade do tratamento
- Art. 17.º Segurança do tratamento

Secção IX Notificação

- Art. 18.º Obrigação de notificação à Autoridade de Controlo
- Art. 19.º Contéudo de notificação

² Nota: Os artigos que se encontram entre aspas não têm designação na Directiva. Foi-lhes atribuída uma designação por nós, de acordo com o seu conteúdo e de acordo com os artigos correspondentes na Lei n.º 67/98.

Art. 20.º Controlo prévio Art. 21.º Publicidade dos tratamentos
<p style="text-align: center;">Capítulo III Recursos judiciais, responsabilidades e sanções</p> Art. 22.º Recursos Art. 23.º Responsabilidade Art. 24.º Sanções
<p style="text-align: center;">Capítulo IV Transferência de dados pessoais para países terceiros</p> Art. 25.º Princípios Art. 26.º Derrogações
<p style="text-align: center;">Capítulo V Códigos de conduta</p> Art. 27.º "Códigos de conduta"
<p style="text-align: center;">Capítulo VI – Autoridade de Controlo e Grupo de Protecção das pessoas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais</p> Art. 28.º Autoridade de Controlo Art. 29.º Grupo de Protecção das pessoas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais Art. 30.º "Atribuições do grupo"
<p style="text-align: center;">Capítulo VII - Medidas de execução comunitárias</p> Art. 31.º Comitologia
<p style="text-align: center;">Disposições finais</p> Art. 32.º "Disposição transitória" Art. 33.º "Relatório sobre a aplicação da Diretiva" Art. 34.º "Destinatários"

Tabela 2 - Estrutura da Diretiva 95/46/CE

Fonte: Adaptado da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados

A diretiva impôs aos EM um prazo de três anos para a sua transposição para o direito nacional. No entanto, no relatório sobre a implementação da diretiva é referido que “os Estados-Membros têm sido lentos na transposição da directiva para o direito nacional” (Europeias, 2003, p. 3). “Além disso, os 27 Estados-Membros transpuseram a Diretiva 95/46 de forma diferente, o que levou a divergências na sua aplicação” (Jesus, 2012, p. 5).

A 4 de maio deste ano foram publicados no JOUE, três importantes instrumentos legislativos em matéria de proteção de dados pessoais. Os três instrumentos são: o Regulamento (UE) 2016/679, a Diretiva (UE) 2016/680 e a Diretiva (UE) 2016/681, aprovados a 27 de abril de 2016, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

O Regulamento vem revogar a Diretiva 95/46/CE e tal como a Diretiva, é relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. De acordo com o artigo 99.º do Regulamento:

1. O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
2. O presente regulamento é aplicável a partir de 25 de maio de 2018. O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Este último ponto constitui uma das grandes vantagens face às diretivas, uma vez que as diretivas têm de ser transpostas para os EM e os regulamentos têm aplicação direta nos EM. Esta questão da aplicação direta nos EM, permite ainda uma melhor uniformização ao nível dos EM, uma vez que o documento orientador na matéria, neste caso, na proteção de dados pessoais é o mesmo.

A Diretiva (UE) 2016/680 vem revogar a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho e é relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados. Esta diretiva produzirá efeitos a partir de 6 de maio de 2018, conforme previsto no seu artigo 63.º.

A Diretiva (UE) 2016/681 é relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR) para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave. Os EM terão até 25 de maio de 2018 para transpor esta diretiva, conforme o exposto no artigo 18.º da diretiva.

2.3.4. O Tratado de Lisboa e a Proteção de Dados Pessoais

Antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa³, os instrumentos que constituem o Direito da UE estavam divididos com base numa estrutura de pilares, instituída pelo Tratado de Maastricht.



Figura 3 - Os três pilares do tratado de Maastricht

Fonte: <http://pt.slideshare.net/kunha10/maastricht-6666564>

³ “Assinatura: 13 de dezembro de 2007

Entrada em vigor: 1 de dezembro de 2009

Objetivos: tornar a UE mais democrática e eficaz e mais apta a resolver problemas a nível mundial, como as alterações climáticas, permitindo-lhe falar a uma só voz.

Principais mudanças: reforço dos poderes do Parlamento Europeu, alteração dos procedimentos de votação no Conselho, introdução da iniciativa de cidadania, criação dos cargos de Presidente permanente do Conselho Europeu e de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e de um novo serviço diplomático da UE.

O Tratado de Lisboa clarifica a repartição de competências:

- competências da UE
- competências dos países da UE
- competências partilhadas” (Europeia U. , Tratados da UE).

A legislação relativa à proteção de dados no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça estava dividida entre o primeiro pilar - proteção de dados para fins privados e comerciais, com a utilização do método comunitário - e o terceiro pilar - proteção de dados para o domínio da aplicação da lei, ao nível intergovernamental -. O segundo pilar não contemplava legislação de proteção de dados. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a 1 de Dezembro de 2009, a estrutura de pilares desapareceu. No entanto, “o exercício da competência pela União Europeia fica sujeito a regras equivalentes, seja nos domínios tradicionais de integração, correspondentes ao antigo I pilar (v.g. política agrícola comum; política monetária) seja nos domínios ditos da cooperação intergovernamental do antigo II pilar (Política Externa e de Segurança Comum) e III pilar (Cooperação judicial e policial em matéria penal)” (Duarte, 2011, p. 79).

“Devido à antiga estrutura de pilares, estão atualmente em vigor vários instrumentos legislativos. Estes incluem instrumentos do antigo primeiro pilar, como a Diretiva 95/46/CE..., a Diretiva 2002/58/CE..., a Diretiva 2006/24/CE... e o Regulamento (CE) n.º 45/2001 relativo ao tratamento de dados pessoais por instituições e órgãos comunitários” (Europeu, 2013, p. 480). Já a “Decisão-Quadro do Conselho, de novembro de 2008, relativa à proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da cooperação judicial e da justiça penal” (Europeu, 2013, p. 480) constitui um instrumento do antigo terceiro pilar.

I Pilar

- correspondia às matérias submetidas ao método comunitário de decisão [v.g. direito exclusivo de iniciativa normativa da Comissão; maioria qualificada como regra da deliberação do Conselho; poder de decisão partilhado entre o Conselho e o Parlamento Europeu sobre um número crescente de matérias (co-decisão); jurisdição obrigatória e plena do Tribunal de Justiça].

II Pilar (Política Externa e de Segurança Comum)

III Pilar (Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal)

- ao II e III pilar eram aplicáveis regras segregadas pela lógica de cooperação intergovernamental, condizente com um paradigma de exercício directo dos poderes de soberania pelos Estados-membros (v.g. poder da Comissão mais limitado; unanimidade como regra geral de deliberação no seio do Conselho; Parlamento Europeu remetido a uma mera função consultiva; exclusão da competência do controlo do Tribunal de Justiça ou, no máximo, dependente da vontade dos Estados-membros e limitada a certas vias de direito).

Figura 4 - Antiga Estrutura de Pilares

Fonte: Adaptado de Duarte, 2011, p.85.

“No novo quadro definido pelo Tratado de Lisboa, que, recorde-se, extinguiu a Comunidade Europeia e eliminou do texto dos Tratados toda e qualquer referência ao termo comunitário e derivados” (Duarte, 2011, p. 19), “reformulou os tratados institutivos em vigor” (Duarte, 2011, p. 77), “institui e conforma o novo estatuto jurídico da União Europeia” (Duarte, 2011, p. 79) e “confirmou ao Parlamento Europeu o estatuto de órgão decisor, em parceria virtuosa com o Conselho” (Duarte, 2011, p. 173).

Ao nível da proteção de dados pessoais, o Tratado de Lisboa “introduziu uma (única) base jurídica para a protecção de dados pessoais na União Europeia” (Jesus, 2012, p. 2) e “na verdade, o Tratado de Lisboa foi a oportunidade ideal para rever o regime da protecção de dados pessoais na União, harmonizando as regras aplicáveis e colmatando as lacunas existentes” (Jesus, 2012, p. 4).

O Tratado de Lisboa trouxe duas grandes inovações no âmbito da proteção de dados pessoais: 1 - a consagração do direito fundamental à proteção dos dados, no n.º 1 do artigo 16.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), ao referir que “Todas as pessoas têm direito à protecção dos seus dados de carácter pessoal que lhes digam respeito”; 2 - a consagração do respeito pela vida privada e familiar e a proteção de dados pessoais, nos artigos 7.º e 8.º da CDFUE, respetivamente. A CDFUE passou a estar “dotada de força jurídica equivalente à dos Tratados (v. artigo 6.º, n.º 1, UE)” (Duarte, 2011, p. 80) e passou a ser um instrumento juridicamente vinculativo do direito primário, uma vez que tinha apenas eficácia recomendatória.

2.4. O Faseamento do Processo Legislativo das Diretivas na União Europeia

2.4.1. Proposta

“A diretiva é adotada na sequência de um processo legislativo” (EUR-Lex). Com base no Manual de Boas Práticas para a Negociação, Transposição e Aplicação de Legislação da União Europeia, da Direção-Geral dos Assuntos Europeus e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apresentam-se as fases do processo legislativo:

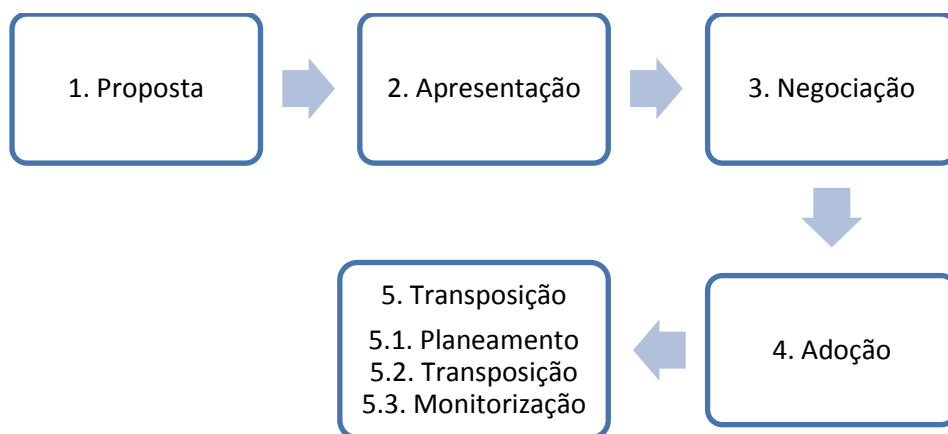


Figura 5 - Fases do Processo Legislativo

Fonte: Adaptado do Manual de Boas Práticas para a Negociação, Transposição e Aplicação de Legislação da União Europeia, 2014.

Na fase da proposta, a Comissão Europeia (CE) propõe a diretiva. “De acordo com o princípio da atribuição, a Comissão Europeia apenas pode apresentar propostas de diretivas nos domínios em que o Tratado lhe atribua competência (artigos 3.º e 7.º do TFUE) ” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 19). Após propor a diretiva, a CE ouve as partes interessadas e “deve garantir ainda o respeito pelo princípio da subsidiariedade e princípio da proporcionalidade, corolários do princípio da atribuição (artigo 5.º do TFUE) ” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 19).

“O princípio da subsidiariedade determina que a UE intervém apenas se e na medida em que os objetivos da ação que se pretende prosseguir não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 20). Já “o princípio da proporcionalidade determina que os meios aplicados pela UE não podem exceder o necessário para concretizar os objetivos fixados no Tratado da União Europeia” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 20).

2.4.2. Apresentação e Negociação

Na fase da apresentação da diretiva, a CE apresenta um projeto de lei e este processo pode ter a duração de 12 a 18 meses. Após a fase de apresentação da diretiva sob a forma de projeto de lei, o projeto vai ao Conselho (representante dos EM) e ao Parlamento da UE (representante dos cidadãos), de acordo com o processo legislativo ordinário ou um processo legislativo especial. “*O processo legislativo ordinário consiste na adoção de um regulamento, de uma directiva ou de uma decisão **conjuntamente** pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, sob proposta da Comissão* (ênfase acrescentada) ” (Duarte, 2011, p. 172).

Na fase de negociação, o Conselho e o Parlamento (órgão titular de poderes de decisão legislativa) (Duarte, 2011, p. 173) apreciam e corrigem o projeto de lei de acordo com os seus interesses e com as maiorias que se formam. Uma vez que os Estados e os MPes raramente concordam num primeiro momento, segue-se a negociação, o que pode originar

duas situações distintas: as duas instituições chegam a um acordo e o projeto pode ser adotado (após uma votação dos MPEs) ou não existe qualquer acordo e continua a negociar-se até uma data limite. Se não houver acordo, o processo volta ao início.

“O acompanhamento da fase negocial é essencial para garantir o sucesso, material e atempado, da correta e efetiva aplicação em Portugal” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 4). É ainda nesta fase que devem ser identificadas, por parte dos responsáveis pelo processo de transposição, as dificuldades que poderão existir nesse processo. De referir ainda que “a análise do impacto de uma proposta de diretiva nos setores afetados e a consulta informal às entidades interessadas permitem divulgar os objetivos das diretivas, sensibilizar os seus destinatários e recolher contributos que melhorem, materialmente, o processo negocial e, consequentemente, o processo de transposição” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 25).

2.4.3. Adoção

Se se chegar a acordo na fase de negociação, o projeto passa a lei e esta será adotada oficialmente a nível europeu pelas instituições europeias e todos os EM da UE terão de a aplicar. A diretiva “entra em vigor uma vez notificada aos Estados-Membros ou publicada no Jornal Oficial” (Long, 2010/2011, p. 5) da UE (JOUE) e deve ser transposta para o direito interno de cada EM no prazo fixado pelas instituições, que pode variar entre 6 meses a 2 anos.

2.4.4. Transposição

“A transposição é um acto realizado pelos Estados-Membros que consiste na adoção de medidas nacionais destinadas a permitir-lhes conformar-se com os resultados fixados pela directiva” (Long, 2010/2011, p. 5). Lampinen e Uusikyla (1998) publicaram o artigo *‘Implementation deficit: Why member states do not comply with EU directives’* e neste artigo os autores definem eficácia de implementação *“as the degree to which both the formal*

transposition and the practical application of supranational measures at the national level correspond to the objectives specified in the European legislation” (Knill and Lenschow, 1998, p. 1350) (Hill, 2005, p. 222). As medidas que serão adotadas por cada EM para a efetiva transposição das diretivas terão de ser comunicadas pelas autoridades nacionais à CE.

Para o nosso país “a Constituição da República Portuguesa (CRP) estabelece, no n.º 8 do artigo 112.º (Atos normativos), que a transposição de diretivas é necessariamente realizada por lei ou decreto-lei... Nos termos do disposto no n.º 4 do mesmo artigo, a transposição pode igualmente ser efetuada por decreto legislativo regional, quando verse sobre matérias enunciadas no estatuto político-administrativo da respetiva Região Autónoma que não estejam reservadas aos órgãos de soberania” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 12). Ainda relativamente à legislação que enquadra a transposição é importante referir que “o Regimento do Conselho de Ministros aprovado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2011, de 11 de julho, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2013, de 8 de agosto, consagra, no ponto 34, o regime relativo à transposição do direito da UE” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 28).

2.4.4.1. Planeamento

De acordo com o Manual de Boas Práticas para a Negociação, Transposição e Aplicação de Legislação da União Europeia e de forma breve apresentamos seguidamente a fase do Planeamento da Transposição:

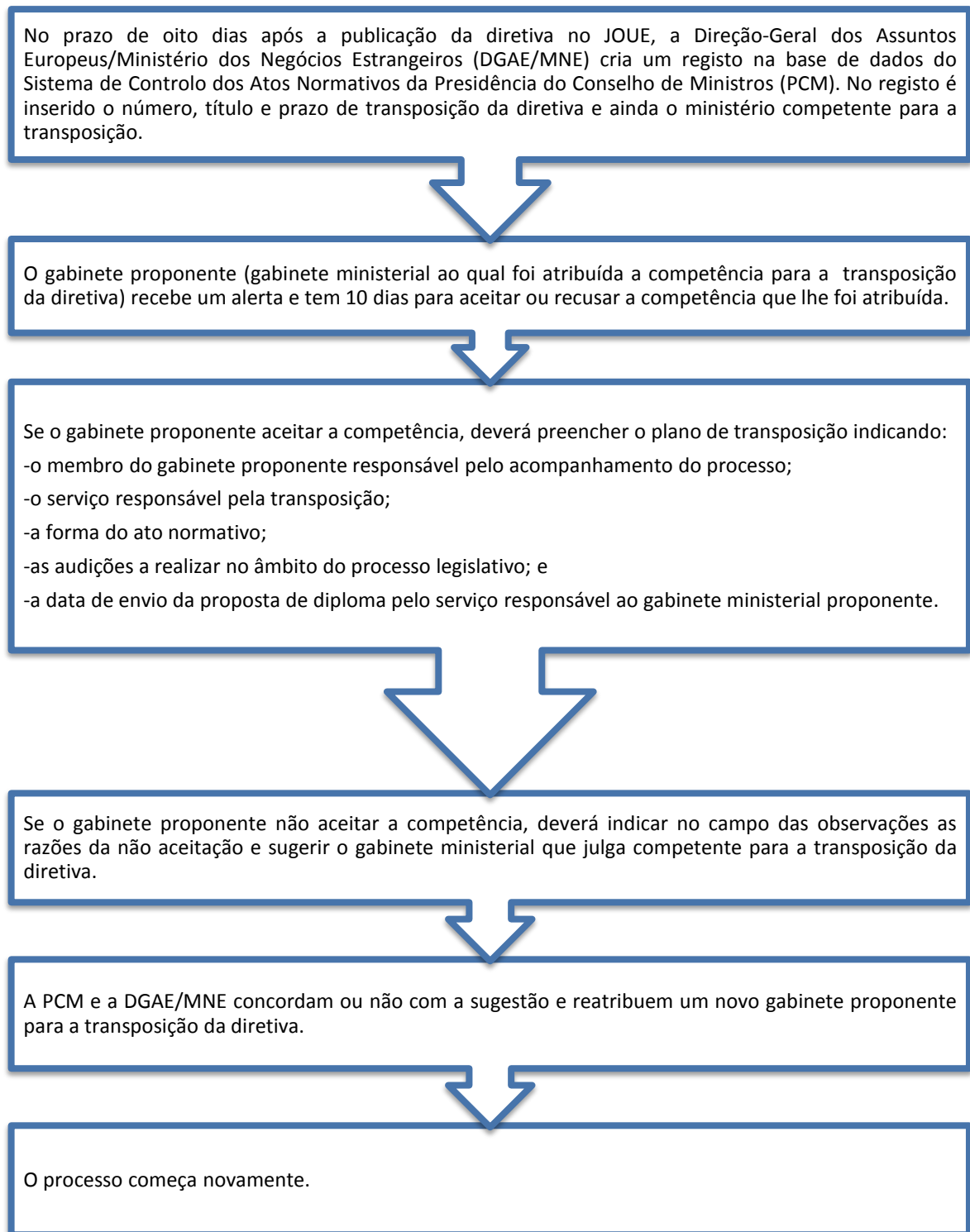


Figura 6 - Fase do Planeamento da Transposição

Fonte: Adaptado do Manual de Boas Práticas para a Negociação, Transposição e Aplicação de Legislação da União Europeia, 2014.

2.4.4.2. Transposição

“A fase de transposição visa a monitorização dos trabalhos tendentes à efetiva transposição da diretiva dentro do respetivo prazo. Neste contexto, foi criado um mecanismo de alertas que permite que a PCM e a DGAE/MNE tenham uma visão integral e atualizada de todas as transposições em curso (de todos os Ministérios) e, atendendo à matéria, os respetivos Gabinetes das diretivas que lhe estão adstritas. No âmbito do referido sistema, são enviados alertas aos gabinetes ministeriais competentes em função da matéria e à PCM, com uma regularidade mensal (dia 1 de cada mês), que passa a quinzenal (dia 1 e 15) nos três meses anteriores ao termo do prazo limite para agendamento na PCM, e a semanal (segunda-feira), uma vez ultrapassado este prazo-limite, como sistematizado no anexo C” do manual já referido (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 29 e 30).

2.4.4.3. Monitorização

“A DGAE/MNE faz o acompanhamento regular e sistemático do cumprimento do processo de transposição, quer ao nível técnico, em articulação direta com os serviços sectorialmente competentes, quer ao nível da CIAE⁴, também a nível técnico. Para o efeito, são distribuídas mensalmente (1.º dia de cada mês) listas das diretivas publicadas no JOUE, nas quais são identificados os ministérios competentes para a transposição. É, igualmente, dada informação relevante sobre a transposição: quadros-síntese, quadros comparativos dos últimos seis meses, quadro com as diretivas cujo prazo de transposição termine nos sessenta dias seguintes à apresentação das listas.

Esta documentação é igualmente remetida à PCM para agendamento nas reuniões de Secretários de Estado e de Conselho de Ministros. O referido agendamento é mensal e tem por objetivo fazer o ponto de situação do processo de transposição de diretivas. Nestas reuniões, são indicadas as diretivas com processo de transposição mais atrasado e de maior

⁴ CIAE - Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus.

complexidade, assim como as que se encontrem nas fases de pré-contencioso, junto da Comissão Europeia e contencioso, junto do TJUE.

São igualmente distribuídas listagens de propostas de diretivas em fase de negociação, bem como de transposição, com previsão ou estimativa de impactos elevados” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 30 e 31).

2.5. Processo Legislativo para Incumprimento das Diretivas pelos Estados-Membros

A diretiva “é obrigatória em todos os seus elementos, não podendo portanto ser aplicada de modo incompleto, selectivo ou parcial” (Long, 2010/2011, p. 4). O que acontece é que o processo de transposição das diretivas para a ordem jurídica nacional de cada EM constitui um “desafio delicado” (Gonçalves, 2004, p. 3), podendo ocorrer infrações ou atrasos.

Quanto ao processo de transposição, “a expectativa é que esse trabalho não redunde numa espécie de mera cópia da directiva, embora por vezes se caia nessa tentação, seja porque o articulado na prática não consinta os tais espaços de liberdade, seja porque o legislador se mostra pouco criativo ou menos atento às próprias realidades nacionais” (Gonçalves, 2004, p. 3).

A não transposição ou a transposição tardia das diretivas por parte de um EM pode derivar das suas próprias especificidades, como por exemplo, a eficiência administrativa, as instituições ou até as preferências políticas dos governos nacionais, isto é, o apoio ou não do governo em determinada matéria, o que poderá afetar a transposição das diretivas. Deste modo os EM têm de atender às suas realidades e à legislação existente antes de transporem uma diretiva.

Outro dos aspetos que poderá influenciar a transposição das diretivas é a opinião pública, como referido no artigo *The Paradox of Compliance: Infringement and Delays in Transposing European Union Directives*, quando se diz precisamente que “it has also been argued that national public opinion affects the implementation process. Lampinen and Uusikylä argue

that it is easier to implement EU legislation in countries where there is public support for European integration” (Thomson, Torenvlied, & Arregui, 2007, p. 687).

“The need for harmonization is one thing; the level to be achieved is another” (Raab & Bennet, 1994). Deste modo “a não transposição de diretivas, ou uma incorreta ou incompleta transposição, prejudicam a harmonização das legislações dos Estados-Membros, a garantia das liberdades fundamentais e o bom funcionamento do Mercado Interno” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 5).

De acordo ainda com o artigo *The Paradox of Compliance: Infringement and Delays in Transposing European Union Directives*, foram colocados procedimentos de infrações a Portugal no caso da Diretiva 2002/7/CE do Parlamento Europeu e do Conselho que alterou a Diretiva 96/53/EC do Conselho. A diretiva 2002/7/CE fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade. Apesar da infração na transposição desta diretiva, “Portugal tem realizado um esforço assinalável nesta matéria. Em fevereiro de 2014, o Painel de Avaliação do Mercado Interno (*Scoreboard*) mostrou o melhor resultado de sempre em relação ao desempenho de Portugal com um défice de apenas 0,5% no processo de transposição de diretivas face ao limite máximo da meta europeia de 1%. É necessário manter essa tendência, sendo desejável que o défice da transposição de Portugal se situe abaixo da referida meta. O Painel de Avaliação do Mercado Interno é um instrumento de avaliação semestral dos esforços realizados pelos Estados-Membros no que respeita à transposição das regras do Mercado Interno para as legislações nacionais” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 6).

Apresenta-se de seguida um gráfico onde se verificam os atrasos (em semanas) de 15 EM na transposição de 24 Diretivas.

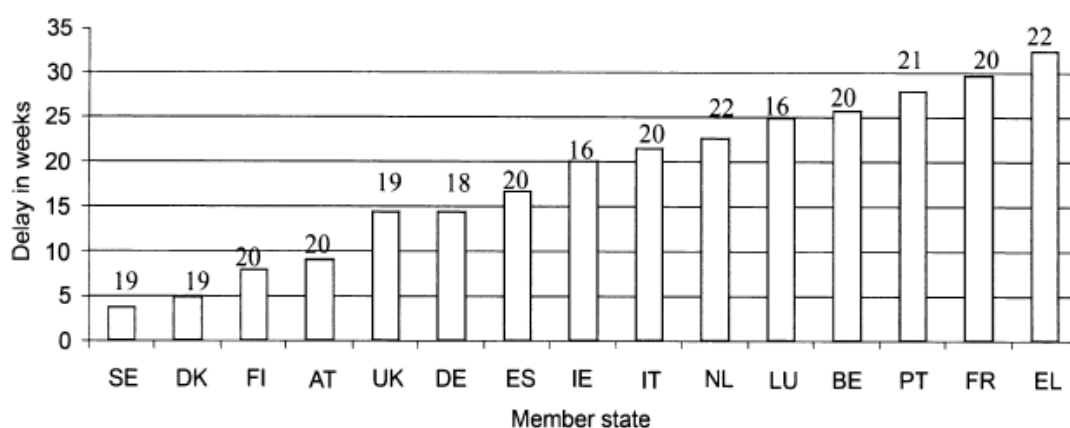


Fig. 4. Transposition delays by member states on twenty-four selected directives

Note: Mean average delay in weeks. Numbers above the bars indicate the numbers of the 24 directives that the member state reported transposing. See key to Figure 2 for names of member states.

Gráfico 1 - Atrasos na Transposição pelos EM em 24 Diretivas selecionadas

Fonte: Thomson, Torenvlied & Arregui, 2007, p. 703.

Da análise do gráfico podemos concluir que das 24 diretivas selecionadas Portugal transpôs vinte e uma com um atraso entre as 25 e as 30 semanas. Portugal foi o terceiro EM a transpôr mais diretivas, no entanto demorou muito tempo a fazê-lo, uma vez que comparando por exemplo com a Suécia ou a Dinamarca, estes Estados transpuseram 19 diretivas, apenas com mais ou menos cinco semanas de atraso. Ainda de acordo com o artigo *The Paradox of Compliance: Infringement and Delays in Transposing European Union Directives*, “the European Court of Justice reports that it declared a total of 114 infringements concerning fourteen member states in 2004 (all old members states except Denmark)” (Thomson, Torenvlied, & Arregui, 2007, p. 686).

“Cabe à Comissão Europeia velar pela aplicação correta do direito da UE” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 5). De seguida vamos passar à apresentação do que a CE faz para aplicar corretamente o direito da UE.

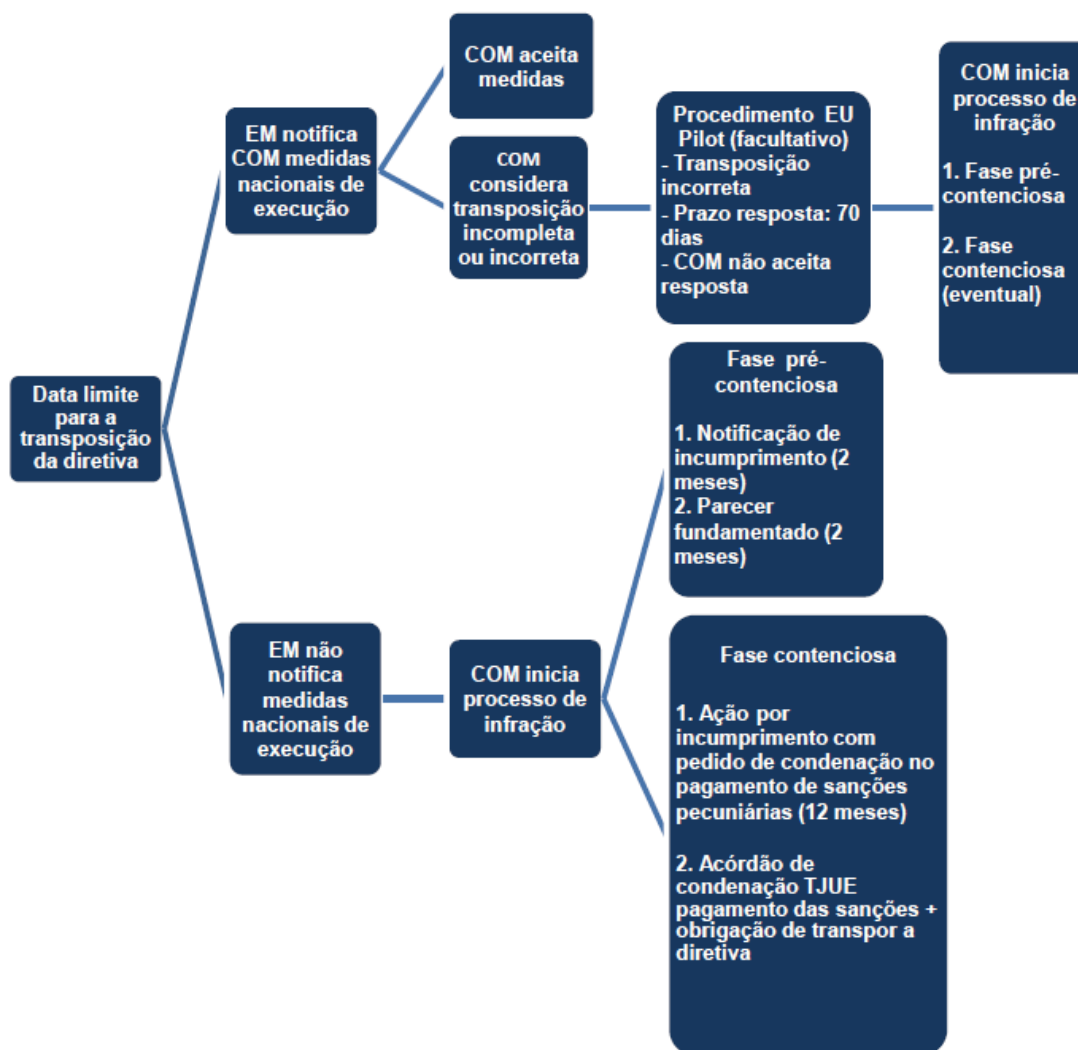


Figura 7 - Processo de Transposição de uma Diretiva

Fonte: Manual de Boas Práticas para a Negociação, Transposição e Aplicação de Legislação da União Europeia, 2014, p.16.

O diagrama em cima mostra o que acontece quando um EM transpõe ou não transpõe uma diretiva dentro do prazo e ainda quando transpõe a diretiva mas de forma incorreta. De forma sintética passamos à explicação do diagrama. No caso dos EM não aplicarem as diretivas, a CE e o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) intervêm. Se o EM notificar as medidas para proceder à transposição da diretiva à CE (“através da plataforma eletrónica criada para o efeito pela própria Comissão Europeia”) (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 11) dentro do prazo, podem ocorrer duas situações: ou a CE aceita as medidas ou considera a

transposição incompleta ou incorreta. Em Portugal as medidas a levar a cabo para a transposição das diretivas são notificadas à CE pela DGAE, de acordo com as informações que os ministérios responsáveis pela transposição das respetivas diretivas enviam. Se a CE considerar a transposição incompleta ou incorreta pode aplicar o procedimento EU Pilot (projeto-piloto) que lhe permite “oficiosamente ou na sequência de queixas, informar-se ou esclarecer aspetos da aplicação do direito da UE pelos Estados-Membros, sendo os processos carregados numa base de dados eletrónica e sujeitos a prazos de tramitação” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 13). O EM terá um prazo de 70 dias para responder ao procedimento, mas a CE pode não aceitar a resposta e aí inicia um processo de infração constituído pela fase pré-contenciosa e pela fase contenciosa.

Na fase pré-contenciosa a CE notifica o EM pelo incumprimento da transposição da diretiva e “enuncia as normas da UE desrespeitadas” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 14). O EM tem um prazo de dois meses para responder à notificação da CE. “Caso não obtenha resposta ou obtenha uma resposta que considere insatisfatória, a Comissão Europeia pode, nos termos do artigo 258.º do TFUE, decidir enviar ao Estado-Membro um parecer fundamentado ... e convida o Estado-Membro a corrigir a situação de incumprimento. O Estado-Membro deverá responder, em regra, no prazo de dois meses, indicando as medidas nacionais de execução” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 14). “De acordo com a resposta recebida na fase de parecer fundamentado, a Comissão Europeia decidirá se arquiva ou não o procedimento de infração” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 15). Se a CE não arquivar o procedimento de infração passa-se para a fase contenciosa.

Na fase contenciosa a CE pode solicitar ao TJUE que atribua “ações por incumprimento, nos termos previstos no artigo 258.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE)” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 5) aos EM. A CE pode solicitar ainda ao TJUE que condene os Estados, sendo que em situações mais graves terão de pagar multas pesadas que poderão revestir a forma de “uma quantia fixa ou uma sanção pecuniária compulsória (n.º 3 do artigo 260.º do TFUE)” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 15). Os EM terão ainda de transpor a diretiva em questão. Se o EM não notificar à CE as medidas nacionais de execução dentro do prazo, a CE inicia um processo de infração constituído pelas fases já enunciadas de pré-contencioso e contencioso.

De referir ainda que “o Tribunal de Justiça confere aos particulares a possibilidade de, sob certas condições, obterem uma indemnização por atraso ou deficiente transposição de uma diretiva” (Sínteses da legislação da UE).

“A aplicação de sanções é uma inovação do TFUE para incentivar e pressionar os Estados-Membros a transporem as diretivas nos prazos estabelecidos” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 15). “A aplicação de sanções tem subjacente não só a salvaguarda dos princípios e interesses gerais prosseguidos pela legislação da UE, que não tolera atrasos, mas também e acima de tudo a proteção dos cidadãos da UE e empresas aí estabelecidas, que não devem ser privados dos seus direitos. Em última instância, é a credibilidade e eficácia da UE que estão em causa” (Europeus & Estrangeiros, 2014, p. 15). Se os EM não efetuarem a transposição das diretivas dentro do prazo concedido, passam logo para uma situação de incumprimento, iniciando-se assim o cálculo das sanções a aplicar de acordo com três critérios definidos pela CE: gravidade e duração da infração e ainda o efeito dissuasivo da sanção.

De seguida vamos passar à apresentação do processo de cálculo das sanções aplicáveis a Portugal por não comunicar as medidas necessárias para a transposição de uma diretiva.

O cálculo das sanções aplicáveis a Portugal pela não transposição de uma diretiva dentro do prazo concedido para o efeito processa-se da seguinte forma:

Anexo A
Cálculo de sanções aplicáveis a Portugal por não comunicação das medidas de transposição de uma diretiva (artigo 258.º e n.º 3 do artigo 260.º do TFUE) *

Sanções	Valor mínimo por cada dia de atraso	Valor máximo por cada dia de atraso	Observações
<p>Quantia Fixa (QF)</p> <p>(calculada a partir do dia seguinte ao do termo do prazo de transposição e até à data do acórdão que declare o incumprimento)</p>	<p>€772</p> <p>$QF = (220 \times 1) \times 3,51$ $(QF = Mbqf \times Cg \times n)$</p>	<p>€15.444</p> <p>$QF = (220 \times 20) \times 3,51$ $(QF = Mbqf \times Cg \times n)$</p>	<p>Montante Fixo Mínimo €1.889.000</p> <p>(valor mínimo a pagar sempre que a quantia fixa total calculada com base no valor diário seja inferior)</p>
<p>Falta de transposição Sanção Pecuniária Compulsória (SPC)</p> <p>(calculada após a data do acórdão e até à transposição integral da diretiva)</p>	<p>€2.281</p> <p>$SPC = (€650 \times 1 \times 1) \times 3,51$ $SPC = (Mbspc \times Cg \times Cd) \times n$</p>	<p>€136.890</p> <p>$SPC = (€650 \times 20 \times 3) \times 3,51$ $SPC = (Mbspc \times Cg \times Cd) \times n$</p>	

QF	Quantia Fixa
Mbqf	Montante base de quantia fixa (atualmente fixado em €220)
Cg	Coefficiente de gravidade (entre 1 e 20 conforme valoração do incumprimento pela Comissão Europeia)
n	Capacidade de pagamento do Estado (3,51)
SPC	Sanção pecuniária compulsória
Mbspc	Montante fixo de base da sanção pecuniária compulsória (€650)
Cd	Coefficiente de duração (coeficiente multiplicador entre 1 e 3, calculado na razão de 0,10/mês a contar da data do acórdão)

* Tabela atualizada nos termos da Comunicação da Comissão [C (2013) 8101 final]. A tabela não inclui o regime sancionatório aplicável no âmbito de ações por incumprimento por falta ou insuficientes medidas de execução do acórdão do TJUE (artigo 260.º, n.º 2, do TFUE).

Figura 8 - Cálculo de sanções aplicáveis a Portugal por não comunicação das medidas de transposição de uma diretiva

Fonte: Manual de Boas Práticas para a Negociação, Transposição e Aplicação de Legislação da União Europeia, 2014, p.32.

2.6. As Políticas Públicas de Proteção de Dados Pessoais em Portugal

2.6.1. Transposição das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais para a Legislação Portuguesa – A Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro

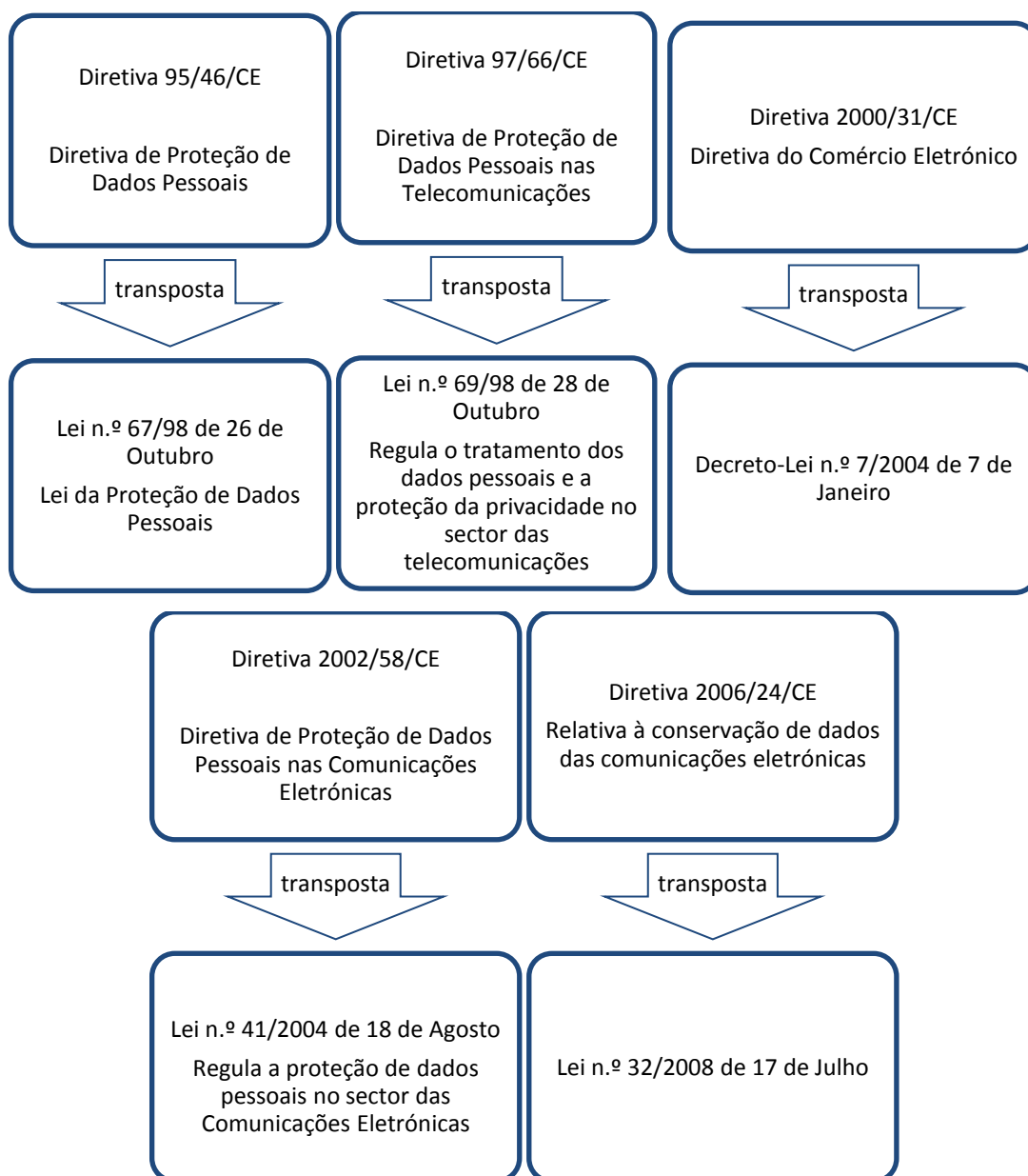


Figura 9 - Transposição das Diretivas Comunitárias em Matéria de Proteção de Dados Pessoais para a Legislação Portuguesa

Fonte: Elaboração Própria

A transposição da diretiva 95/46/CE para a ordem jurídica portuguesa fez-se através da Lei n.º 67/98, conforme previsto no artigo 1.º da Lei. A Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro é a Lei da Proteção de Dados Pessoais portuguesa, tendo como primeiro objetivo a proteção de dados pessoais. Esta lei “representa um momento fundamental na nossa vida jurídica: dá origem à Comissão Nacional de Proteção de Dados, (CNPd), a tal entidade administrativa independente, com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República” (Guimarães & Reis, p. 5). De referir que a lei regula “the collection, use and dissemination of personal information in manual or electronic media” (Law, p. 41).

“Data Protection does not need further laws to be effective. The Portuguese general law on data protection (Law 67/98) is adequate and is in fact supplemented by specific legislation in several areas” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 22).

Tal como fizemos para a Diretiva 95/46/CE, apresenta-se de seguida uma tabela com a estrutura da Lei n.º 67/98.

<p>Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro – Lei da Protecção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Directiva n.º 95/46/CE)</p>
<p>Capítulo I Disposições gerais</p> <p>Art. 1.º Objecto Art. 2.º Princípio geral Art. 3.º Definições Art. 4.º Âmbito de aplicação</p>
<p>Capítulo II Tratamento de dados pessoais</p> <p>Secção I Qualidade dos dados e legitimidade do seu tratamento</p> <p>Art. 5.º Qualidade dos dados Art. 6.º Condições de legitimidade do tratamento de dados Art. 7.º Tratamento de dados sensíveis Art. 8.º Suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais e contra-ordenações Art. 9.º Interconexão de dados pessoais</p> <p>Secção II Direitos do titular dos dados</p> <p>Art. 10.º Direito de informação Art. 11.º Direito de acesso Art. 12.º Direito de oposição do titular dos dados Art. 13.º Decisões individuais automatizadas</p> <p>Secção III Segurança e confidencialidade do tratamento</p>

<p>Art. 14.º Segurança do tratamento</p> <p>Art. 15.º Medidas especiais de segurança</p> <p>Art. 16.º Tratamento por subcontratante</p> <p>Art. 17.º Sigilo profissional</p>
<p style="text-align: center;">Capítulo III Transferência de dados pessoais</p> <p style="text-align: center;">Secção I Transferência de dados pessoais na União Europeia</p> <p>Art. 18.º Princípio</p> <p style="text-align: center;">Secção II Transferência de dados pessoais para fora da União Europeia</p> <p>Art. 19.º Princípios</p> <p>Art. 20.º Derrogações</p>
<p style="text-align: center;">Capítulo IV Comissão Nacional de Proteção de Dados</p> <p style="text-align: center;">Secção I Natureza, atribuições e competências</p> <p>Art. 21.º Natureza</p> <p>Art. 22.º Atribuições</p> <p>Art. 23.º Competências</p> <p>Art. 24.º Dever de colaboração</p> <p style="text-align: center;">Secção II Composição e funcionamento</p> <p>Art. 25.º Composição e mandato</p> <p>Art. 26.º Funcionamento</p> <p style="text-align: center;">Secção III Notificação</p> <p>Art. 27.º Obrigação de notificação à Comissão Nacional de Proteção de Dados</p> <p>Art. 28.º Controlo prévio</p> <p>Art. 29.º Conteúdo dos pedidos de parecer ou de autorização e da notificação</p> <p>Art. 30.º Indicações obrigatórias</p> <p>Art. 31.º Publicidade dos tratamentos</p>
<p style="text-align: center;">Capítulo V Códigos de conduta</p> <p>Art. 32.º Códigos de conduta</p>
<p style="text-align: center;">Capítulo VI Tutela administrativa e jurisdicional</p> <p style="text-align: center;">Secção I Tutela administrativa e jurisdicional</p> <p>Art. 33.º Tutela administrativa e jurisdicional</p> <p>Art. 34.º Responsabilidade civil</p> <p style="text-align: center;">Secção II Contra-ordenações</p> <p>Art. 35.º Legislação subsidiária</p> <p>Art. 36.º Cumprimento do dever omitido</p> <p>Art. 37.º Omissão ou defeituoso cumprimento de obrigações</p> <p>Art. 38.º Contra-ordenações</p> <p>Art. 39.º Concurso de infracções</p> <p>Art. 40.º Punição da negligência e da tentativa</p> <p>Art. 41.º Aplicação das coimas</p> <p>Art. 42.º Destino das receitas cobradas</p> <p style="text-align: center;">Secção III Crimes</p> <p>Art. 43.º Não cumprimento de obrigações relativas à protecção de dados</p>

Art. 44.º Acesso indevido Art. 45.º Viciação ou destruição de dados pessoais Art. 46.º Desobediência qualificada Art. 47.º Violação do dever de sigilo Art. 48.º Punição da tentativa Art. 49.º Pena acessória
<p style="text-align: center;">Capítulo VII Disposições finais</p> Art. 50.º Disposição transitória Art. 51.º Disposição revogatória Art. 52.º Entrada em vigor

Tabela 3 - Estrutura da Lei n.º 67/98

Fonte: Adaptado da Lei n.º 67/98 – Lei da Protecção de Dados Pessoais

A lei n.º 67/98 é uma transcrição quase idêntica da diretiva 95/46/CE. Apesar da lei representar a transposição da diretiva, existem algumas diferenças entre os dois instrumentos legislativos. Enquanto a diretiva contém 34 artigos, a lei contém 52 artigos. Existem três artigos que são próprios da lei e que portanto não se encontram na diretiva. Os artigos são: o artigo 9.º Interconexão de dados pessoais, o artigo 51.º Disposição revogatória e o artigo 52.º Entrada em vigor. Uma das grandes diferenças entre a lei e a diretiva prende-se com a definição de dados sensíveis, uma vez que esta definição é mais ampla na lei portuguesa, ao abranger os dados respeitantes à vida privada (artigo 7.º, nºs 1 e 2). Na diretiva a definição de dados sensíveis não inclui os dados referentes à vida privada (artigo 8º).

Outro dos aspetos divergentes é que no n.º 7 do artigo 8.º da diretiva encontra-se uma referência ao número nacional de identificação e a lei portuguesa nada diz sobre este aspeto. No entanto esta questão encontra-se referida no artigo 35.º da CRP, com a referência ao número nacional único.

Na Diretiva (artigo 2.º) e na Lei (artigo 3.º) encontram-se conceitos no âmbito da proteção de dados pessoais e suas respetivas definições. Apresentamos seguidamente uma tabela com essas definições, retiradas dos documentos originais.

Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados	Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro – Lei da Protecção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Directiva n.º 95/46/CE)
« Dados pessoais », qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («pessoa em causa»); é considerado identificável todo aquele que possa ser identificado, directa ou indirectamente, nomeadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;	« Dados pessoais »: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;
« Tratamento de dados pessoais » («tratamento»), qualquer operação ou conjunto de operações efectuadas sobre dados pessoais, com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, registo, organização, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, comunicação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição;	« Tratamento de dados pessoais » («tratamento»): qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efectuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição;
« Ficheiro de dados pessoais » («ficheiro»), qualquer conjunto estruturado de dados pessoais, acessível segundo critérios determinados, que seja centralizado, descentralizado ou repartido de modo funcional ou geográfico;	« Ficheiro de dados pessoais » («ficheiro»): qualquer conjunto estruturado de dados pessoais, acessível segundo critérios determinados, quer seja centralizado, descentralizado ou repartido de modo funcional ou geográfico;
« Responsável pelo tratamento », a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios do tratamento sejam determinadas por disposições legislativas ou regulamentares nacionais ou comunitárias, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos para a sua nomeação podem ser indicados pelo direito nacional ou comunitário;	« Responsável pelo tratamento »: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios do tratamento sejam determinados por disposições legislativas ou regulamentares, o responsável pelo tratamento deve ser indicado na lei de organização e funcionamento ou no estatuto da entidade legal ou estatutariamente competente para tratar os dados pessoais em causa;
« Subcontratante », a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que trata os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento;	« Subcontratante »: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento;
« Terceiro », a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que não a pessoa em causa, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade directa do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão habilitadas a tratar dos dados;	« Terceiro »: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, não sendo o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante ou outra pessoa sob autoridade directa do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, esteja habilitado a tratar os dados;
« Destinatário », a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro	« Destinatário »: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro

organismo que receba comunicações de dados, independentemente de se tratar ou não de um terceiro; todavia, as autoridades susceptíveis de receberem comunicações de dados no âmbito duma missão de inquérito específica não são consideradas destinatários;	organismo a quem sejam comunicados dados pessoais, independentemente de se tratar ou não de um terceiro, sem prejuízo de não serem consideradas destinatários as autoridades a quem sejam comunicados dados no âmbito de uma disposição legal;
« Consentimento da pessoa em causa », qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, pela qual a pessoa em causa aceita que dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objecto de tratamento.	« Consentimento do titular dos dados »: qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados pessoais sejam objecto de tratamento;
	« Interconexão de dados »: forma de tratamento que consiste na possibilidade de relacionamento dos dados de um ficheiro com os dados de um ficheiro ou ficheiros mantidos por outro ou outros responsáveis, ou mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade.

Tabela 4 - Conceitos e definições presentes na Diretiva 95/46/CE e na Lei n.º 67/98

A lei portuguesa acrescenta ao leque de conceitos apresentados na diretiva, o conceito de “interconexão de dados” (artigo 3.º, alínea i)), dedicando-lhe ainda um artigo próprio, o artigo 9.º Interconexão de dados pessoais. Este conceito não existe na diretiva pois em 95 a utilização das tecnologias ainda não era recorrente, mas passados três anos o legislador português decidiu integrá-lo na lei.

Nos anexos 1 e 2 encontram-se com mais detalhe os artigos correspondentes e um resumo de cada artigo da lei e da diretiva.

2.6.2. Direitos Fundamentais dos Cidadãos no Âmbito da Proteção de Dados Pessoais

Os direitos dos cidadãos no âmbito da proteção de dados pessoais em Portugal encontram-se consagrados sobretudo na CRP e na Lei da Proteção de Dados Pessoais. Assim apresentam-se de seguida os artigos que consagram os direitos em matéria de proteção de dados pessoais.

O artigo 26.º da CRP consagra o **direito à reserva de vida privada** no seu n.º 1, “a todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à

capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação”. Este direito está ainda consagrado no artigo 80.º do Código Civil e no n.º 1 do artigo é referido que todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem e no n.º 2, que a extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas. O artigo 27.º da CRP relativo ao **direito à liberdade e à segurança** consagra também no seu n.º 1 que “todos têm direito à liberdade e à segurança”.

O artigo 35.º da CRP consagra o **direito à autodeterminação informacional**, ou seja, consagra o direito dos cidadãos conhecerem os dados informatizados que lhes digam respeito. Este artigo é muito importante no que diz respeito à utilização da informática. “Reportava-se primeiro apenas aos dados tratados por via informática” (Silveira L. L., p. 2), “o que ainda se reflecte na respectiva epígrafe, que, por inércia ou distração dos constituintes, continua a ser “utilização da informática” (Silveira L. N., O Direito à Protecção de Dados Pessoais (Tentativa de Caracterização), 2008, p. 3), “mas, na sua versão actual, abrange também os dotados de suporte material” (Silveira L. L., p. 2). “Este alargamento do âmbito da protecção de dados ocorreu para ajustar o sistema jurídico português ao regime da Directiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995” (Silveira L. N., O Direito à Protecção de Dados Pessoais (Tentativa de Caracterização), 2008, p. 3) e veio a efetivar-se com a revisão constitucional de 1997, com a inserção do n.º 7 ao artigo, que refere o seguinte: Os dados pessoais constantes em ficheiros manuais gozam de protecção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei. Deste modo “the principle of finality was clearly stated and article 35º was extended to encompass non-computerised (i.e. manual) data” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 7).

No n.º 1 do artigo em questão é referido que “Todos os cidadãos têm o **direito de acesso** aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua **rectificação** e **actualização**, e o **direito de conhecer a finalidade** a que se destinam, nos termos da lei”. Neste mesmo artigo é referido que a própria lei garante a proteção de dados pessoais, recorrendo para o efeito, a uma entidade administrativa independente, a CNPD. Os **direitos de acesso, retificação e actualização** dos dados pessoais dos cidadãos são exercidos através da CNPD. Ainda no artigo 35.º é importante referir o n.º 3 e o n.º 4. N.º 3 - A informática não pode ser utilizada para tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas,

filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, salvo mediante consentimento expresso do titular, autorização prevista por lei com garantias de não discriminação ou para processamento de dados estatísticos não individualmente identificáveis. Este número apresenta assim, o regime especial para os chamados dados sensíveis. N.º 4 - É proibido o acesso a dados pessoais de terceiros, salvo em casos excepcionais previstos na lei. Enquanto o n.º 1 representa uma delimitação positiva do direito de acesso, o n.º 4 representa uma delimitação negativa do mesmo direito e surgiu com a revisão constitucional de 1982. Foi também com esta revisão que a expressão “dados pessoais” foi introduzida.

O **direito à informação** encontra-se também consagrado na Lei da Proteção de Dados, no artigo 10.º. Para Silveira “o primeiro e básico direito dos titulares de dados pessoais é o de informação” (Silveira L. L., p. 4). O **direito à informação** pode ser exercido no momento em que os dados pessoais são recolhidos ou quando estão a ser tratados. Deste modo os cidadãos têm o direito de ser informados, numa linguagem clara e compreensível, acerca de quais os dados pessoais que são objeto de tratamento; quem é o responsável pelo tratamento dos dados; a quem podem ser comunicados os dados; quais os dados que têm de fornecer obrigatoriamente e quais os que são facultativos, etc. Além disso prestar as informações aos cidadãos é uma questão de ética na Administração Pública.

O **direito de acesso** está ainda consagrado no artigo 11.º da Lei da Proteção de Dados. Ao exercerem os **direitos de acesso, retificação e atualização**, os cidadãos estão a contribuir ao mesmo tempo para um melhor funcionamento das instituições, uma vez que passam a dispor de dados corretos.

Na alínea a) do artigo 12.º da Lei da Proteção de Dados está consagrado o **direito de oposição** ao tratamento de dados, o que significa que os cidadãos podem opôr-se ao tratamento dos seus dados pessoais para efeitos de *marketing* direto, qualquer forma de prospeção e a serem comunicados a terceiros, salvo disposições em contrário. No entanto o **direito de oposição** “não se exerce em total liberdade, antes tendo de fundamentar-se em “razões ponderadas e legítimas relacionadas com a sua (do titular) situação particular” – artº 12, al. A” ” (Silveira L. N., O Direito à Protecção de Dados Pessoais (Tentativa de Caracterização), 2008, p. 9).

O artigo 268.º da CRP refere-se ao **direito dos cidadãos serem informados pela Administração sobre os processos que lhes digam respeito**, tal como previsto no seu n.º 1 - Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas. Este artigo refere ainda o **direito de acesso** aos arquivos e registos administrativos

Existem ainda outros direitos em matéria de protecção de dados pessoais que são importantes referir, como por exemplo: o direito dos cidadãos exigirem que os seus dados pessoais sejam recolhidos de forma lícita e leal e que não sejam comunicados a terceiros sem o seu conhecimento; o direito dos cidadãos para impedir que os dados sejam utilizados para uma finalidade incompatível com aquela que determinou a recolha; “o direito de não ser sujeito a uma decisão automatizada destinada a avaliar determinados aspectos pessoais relacionados consigo, como o desempenho no trabalho, a solvibilidade, a fiabilidade e a conduta; e o direito de receber compensação do responsável pelo tratamento de dados relativamente aos danos que sofra, etc” (Europeia D.-G. d., 2010, p. 2).

Os cidadãos podem ainda “apresentar à Comissão Nacional de Protecção de Dados pedido para protecção dos seus direitos ou liberdades no tocante à protecção de dados pessoais ou para verificar a licitude de um tratamento sujeito a restrições de acesso ou informação (artº 23, nº1, als i) d j)” (Silveira L. N., O Direito à Protecção de Dados Pessoais (Tentativa de Caracterização), 2008, p. 8) da Lei da Protecção de Dados.

Por último referimos o **direito de ação/recurso** para todas as pessoas que tenham sofrido violações de protecção dos seus dados pessoais. “Podem recorrer à sua autoridade nacional de protecção de dados ou a outras alternativas disponíveis que lhes permitam apresentar queixa ou procurar reparação” (Europeia F. -A., 2013, p. 1). “An individual can complain about violation of data protection rights by contacting the NCDP. Other public bodies or the police can also report cases of data protection violations. In both cases, the Commission can investigate the circumstances or adopt the simplified procedure of contacting the alleged violator in order to persuade him/her to abide by the law” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 11). “When violations are detected by the DPA⁵ or other public bodies or through

⁵ DPA - Data Protection Authority.

complaints received, these are investigated immediately” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 20). “In cases where no violation has taken place, the investigation is discontinued” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 20).

O **direito de ser esquecido** é um direito relativamente recente em matéria de proteção de dados pessoais. Em maio de 2014 “o Tribunal de Justiça da União Europeia proferiu um acórdão histórico sobre o «direito de ser esquecido»” (Europeia & Comunicação, Relatório geral sobre a actividade da União Europeia 2014, 2015, p. 152). Resumidamente o acórdão diz o seguinte: “o operador do motor de busca é, em determinadas circunstâncias, obrigado a apagar ligações a páginas eletrónicas que são publicadas por terceiros e contêm informações relativas a uma pessoa da lista de resultados apresentados na sequência de consultas efetuadas com base no nome da pessoa em questão” (Europeia & Comunicação, Relatório geral sobre a actividade da União Europeia 2014, 2015, p. 152). Isto significa que um cidadão pode solicitar a um motor de busca que apague informações relacionadas consigo. O **direito de ser esquecido** está consagrado no artigo 17.º do Regulamento (UE) 2016/679, que vem substituir a Diretiva 95/46/CE.

No entanto o **direito de ser esquecido** gera alguma controvérsia, uma vez que está também em causa o **direito de informação**, pois uma pessoa que queira consultar determinada informação poderá ficar condicionada pela eliminação de outras informações relativamente ao mesmo assunto. O ideal será arranjar um equilíbrio entre a informação que pode ser mantida e a informação que pode ser apagada, conforme refere o acórdão.

2.6.3. Obrigações dos Responsáveis pelo Tratamento de Dados Pessoais

Antes de se proceder se proceder a um tratamento de dados pessoais não sensíveis, é necessário que os responsáveis por esse tratamento, que podem ser entidades públicas ou privadas, obtenham o consentimento dos titulares dos dados (artigo 6.º da Lei 67/98), exceto nos casos em que é dispensado pela lei. Após a obtenção do consentimento e após notificação prévia à CNPD (artigo 27.º da Lei 67/98), os responsáveis pelo tratamento dos dados podem passar ao tratamento propriamente dito. Existem casos em que os

responsáveis pelo tratamento dos dados não são obrigados a notificar previamente a CNPD, como é o de um tratamento de dados apenas para a manutenção de registos.



Figura 10 - Fases do Tratamento de Dados Pessoais

Fonte: apdsi, 2014.

Para o caso dos dados sensíveis, o processo é diferente. São considerados dados sensíveis, “os dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem racial ou étnica, bem como os dados genéticos” (apdsi, 2014). Assim e de acordo com a figura 10, a regra para o caso dos dados sensíveis é a sua proibição (artigo 7.º da Lei 67/98), ou seja, o seu tratamento é proibido, exeto quando existe disposição legal em contrário, autorização prévia da CNPD ou consentimento do titular dos dados. Se os dados sensíveis forem objeto de tratamento, existem medidas especiais de segurança que devem ser levadas a cabo, nomeadamente as consagradas no artigo 15.º da Lei 67/98, como por exemplo: controlar a entrada de pessoas nas instalações, os suportes de dados, a inserção, utilização, acesso, transmissão e transporte de dados, etc. “If the law has not been respected, sanctions are applied, which include fines. This is a frequent occurrence” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 20). “The crimes committed intentionally, and not because of simple negligence, are more severely punished” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 20).

2.6.4. A Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd)

“A Comissão Nacional de Protecção de Dados (“CNPd”) é a autoridade nacional que controla e fiscaliza o cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de protecção de dados pessoais, competindo-lhe em especial autorizar ou registar, consoante os casos, os tratamentos de dados pessoais e emitir pareceres sobre disposições legais ou legislação em preparação com impacto nesta matéria” (apdsi, 2014). Deste modo “a protecção dos dados pessoais é o objectivo principal da CNPD” (Nacional, 2007, p. 57) e neste campo “there is no limitation to the NCPD’s authority remit” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 8). Assim “the Authority’s decisions, deliberations and opinions are legally binding” (Law, p. 42) e “must be consulted before the approval of any legislative instrument in the field of data protection” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 4). No entanto “It is possible to appeal against any decision adopted by the NCPD. Such an appeal can be lodged at the Central Administrative Court (article 23.3)” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 9).

O artigo 25.º da Lei da Protecção de Dados Pessoais refere-se à composição e mandato da CNPD. De acordo com o estudo temático sobre a avaliação das medidas de protecção de dados e instituições relevantes, de Fevereiro de 2009 da Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais, “the Portuguese NCDP has an extensive mandate and powers” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 3). “Their mandate is incompatible with other public or private functions except teaching. The mandate has a duration of 5 years” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 10).

De acordo com o artigo 21.º da Lei de Protecção de Dados Pessoais a CNPD apresenta as seguintes especificidades:

- É uma entidade administrativa independente, com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República;
- Independentemente do direito nacional aplicável a cada tratamento de dados em concreto, exerce as suas competências em todo o território nacional;

- Pode ser solicitada a exercer os seus poderes por uma autoridade de controlo de protecção de dados de outro Estado membro da União Europeia ou do Conselho da Europa;
- Coopera com as autoridades de controlo de protecção de dados de outros Estados na difusão do direito e das regulamentações nacionais em matéria de protecção de dados pessoais, bem como na defesa e no exercício dos direitos de pessoas residentes no estrangeiro.

Apesar do seu importante papel no que toca à protecção dos dados pessoais, a CNPD apresenta algumas limitações, sendo um dos seus maiores problemas a aplicação da lei (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 22). Outro grande problema na CNPD é a falta de pessoal, conforme refere o estudo temático sobre a avaliação das medidas de protecção de dados e instituições relevantes ao enunciar as seguintes frases:

- “the lack of personnel is limiting their full implementation” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 3);
- “A major problem of the NCDP is lack of qualified personnel in order to carry out all the powers defined by law” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 4);
- “Concerning the effectiveness of the legal framework applicable to data protection, the problem is lack of staff – not lack of legal provisions” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 7);
- “... the Portuguese DPA is understaffed. The NCDP had 27 staff members in 2008, which is not considered sufficient to effectively carry out the tasks in its mandate. Therefore, it is considered necessary to increase the staff resources” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 10);
- “The greatest problem in implementing the existing legislation is the lack of qualified personnel to monitor what is happening and carry out investigations” (Pinheiro, Freitas, & Marinho, 2009, p. 22).

Anos	Processos		
	Entrados	Findos	Pendentes
1996	442	642	355
1997	720	573	607
1998	553	588	585
1999	635	586	612
2000	747	454	902
2001	1.056	770	1.188
2002	2.236	948	2.476
2003	2.706	1.464	3.761
2004	1.999	2.779	2.981
2005	2.464	2.537	2.908
2006	3.973	2.541	4.340
2007	5.235	4.628	4.947
2008	10.922	6.406	9.463
2009	9.643	7.797	13.259
2010	9.894	10.848	12.305
2011	18.023	18.036	10.341
2012	13.504	12.979	10.866

Tabela 5 - Processos Entrados, Findos e Pendentes na CNPD

Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal/Comiss%C3%A3o+Nacional+de+Protec%C3%A7%C3%A3o+de+Dados+processos+entrados++findos+e+pendentes-405>.

A tabela em cima apresenta informações relativamente a processos entrados, findos e pendentes na CNPD, entre 1996 e 2012. Enquanto no ano de 1996 entraram na CNPD 442 processos, ficaram resolvidos 642 processos e 355 ficaram pendentes, em 2012 entraram na CNPD 13.504 processos, ficaram resolvidos 12.979 processos e 10.866 ficaram pendentes. Da tabela é importante ressaltar que de 2007 (5.235 processos entrados) para 2008 (10.922 processos entrados) e de 2010 (9.894 processos entrados) para 2011 (18.023 processos entrados) o número de processos entrados na CNPD quase que duplicou. No geral o número de processos pendentes na CNPD, entre 1996 e 2012 esteve quase sempre a aumentar, muito em parte devido à falta de pessoal.

3. Metodologia

3.1. A Natureza da Investigação

A metodologia escolhida para a realização desta investigação foi aquela que nos pareceu a mais apropriada para responder à pergunta de partida formulada: Quais os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a implementação e aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal? Para uma melhor compreensão da realidade social analisada e pelo facto de permitir a utilização de formas flexíveis de obter a informação, optámos por uma metodologia de natureza qualitativa. Flick (2005) refere que “a investigação qualitativa é particularmente importante para o estudo das relações sociais, dada a pluralidade dos universos de vida” (Flick, 2005, p. 2), “implica um modo específico de entender a relação entre o assunto a estudar e o método” (Flick, 2005, p. 41).

A exploração e aprofundamento do conhecimento sobre o tema e o problema foi feita com base em:

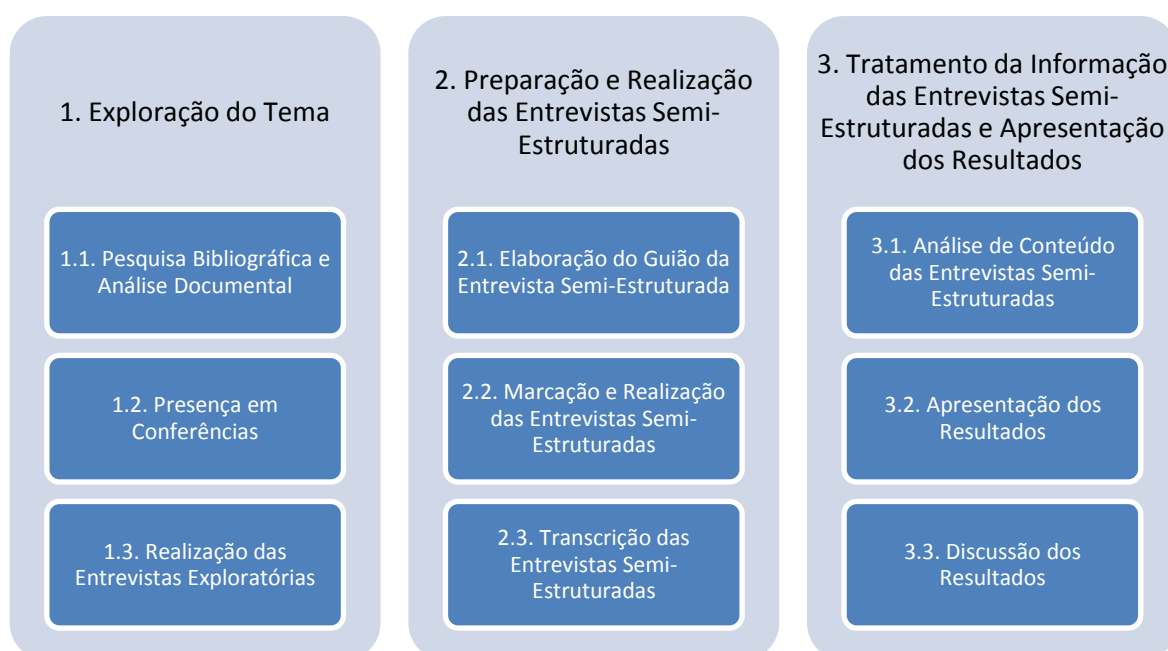


Figura 11 - Fases da Metodologia

Fonte: Elaboração Própria

3.2. A Exploração do Tema

Apesar do presente trabalho não ser da área científica do Direito, recorreremos à análise de textos jurídicos. Assim, a recolha de informação recaiu em textos relevantes do Direito da UE, nas diretivas da UE sobre proteção de dados pessoais e na legislação nacional correspondente. Recorreremos ainda à pesquisa bibliográfica e à análise documental, já referidas no Enquadramento Teórico, onde apresentámos os momentos históricos relevantes para a introdução ao tema, bem como a legislação pertinente no âmbito da proteção de dados pessoais. Para uma melhor introdução ao tema revelou-se importante a participação em conferências dedicadas aos assuntos do nosso trabalho.

3.3. A Preparação e Realização das Entrevistas

No que respeita ainda à recolha de informação, recorreremos à realização de entrevistas, por constituírem formas flexíveis de obter a informação. Deste modo recorreremos a entrevistas exploratórias de introdução ao tema, a individualidades reconhecidamente ligadas à temática da Segurança. Inicialmente previmos a realização de entrevistas a responsáveis da CNPD, da ANACOM e da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI)⁶, esta última por ser uma associação da sociedade civil que investiga e dá especial destaque aos temas da Segurança na Sociedade da Informação e por ter um grupo de trabalho exclusivamente dedicado a estas questões.

A realização das entrevistas permitirá a obtenção de informação mais precisa sobre o tema da proteção de dados pessoais e perceber o seu estado atual em Portugal, mas sobretudo irão contribuir para a identificação dos fatores que determinam e condicionam a implementação e aplicação das diretivas europeias sobre proteção de dados pessoais em Portugal, o que nos permitirá responder à pergunta de partida da investigação.

⁶ www.apdsi.pt

As entrevistas serão semi-estruturadas pois “quando o objetivo da colecta de dados são as afirmações concretas sobre um assunto, o meio mais eficiente é a entrevista semi-estruturada...” (Flick, 2005, p. 95). “A entrevista semidirectiva, ou semidirigida, é certamente a mais utilizada em investigação social” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192). A opção pela realização de entrevistas semi-estruturadas permite focar os pontos essenciais a que se pretende dar resposta, mas ao mesmo tempo os entrevistados terão uma maior liberdade de resposta às questões. Flick (2005) refere que “o que é característico nestas entrevistas é a incorporação de perguntas mais ou menos abertas, no guião. Espera-se que o entrevistado responda livremente a essas perguntas” (Flick, 2005, p. 94).

O guião da entrevista seguiu então os critérios de uma entrevista qualitativa semi-estruturada, na qual “o entrevistador faz sempre certas perguntas principais mas é livre de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões em busca de mais informação” (Moreira, 2007). A entrevista realizada com base num guião “é a que melhor corresponde, segundo Loffland (1984) à essência da entrevista qualitativa” (Moreira, 2007, p. 204).

3.4. O Tratamento da Informação das Entrevistas Semi-Estruturadas e Apresentação dos Resultados

Para tratar a informação obtida nas entrevistas semi-estruturadas, iremos proceder à análise de conteúdo das entrevistas, na qual será feita a caracterização das respostas dos entrevistados. Para o tratamento da informação, apresentação e discussão dos resultados serão utilizadas ferramentas tabelares, de forma a sintetizar e evidenciar os resultados obtidos.

4. Enquadramento Empírico

No Enquadramento Empírico iremos apresentar o que fizemos até chegarmos à fase de Apresentação/Discussão dos Resultados.

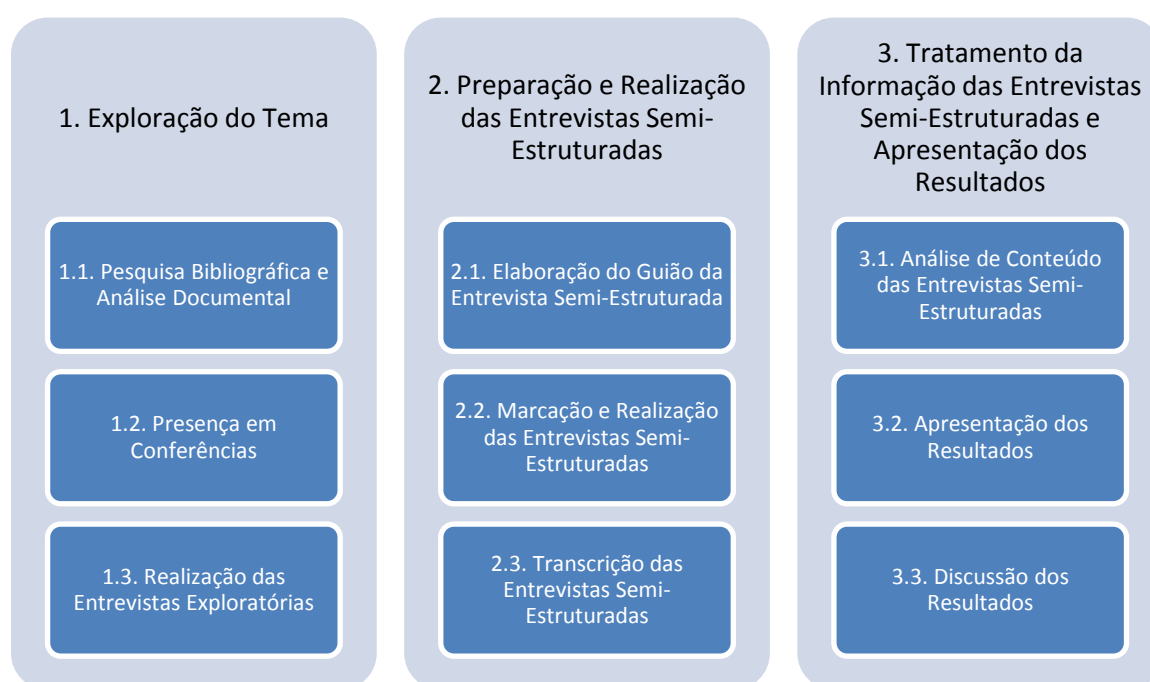


Figura 11 - Fases da Metodologia

Fonte: Elaboração Própria

4.1. Investigação e Exploração do Tema da Proteção de Dados Pessoais

4.1.1. Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental

Tal como referido anteriormente fizemos a pesquisa bibliográfica e a análise documental, que se encontram no Enquadramento Teórico do nosso trabalho. Relativamente a este aspeto cabe referir a consulta da CRP anotada, na Biblioteca do Tribunal Constitucional (Rua

de “O Século”, nº 111, 1249-117 Lisboa), no dia 30/12/2013, por recomendação do orientador deste trabalho, o Professor Rui Pereira.

4.1.2. Participação em Conferências sobre Proteção de Dados Pessoais

Para maior conhecimento do tema da proteção de dados pessoais e do problema da dificuldade de implementação e aplicação das diretivas emanadas da UE nos respetivos EM, no âmbito da proteção de dados pessoais, marcámos presença nas seguintes conferências:

- Conferência “Privacidade, Inovação e Internet”, que teve lugar no dia 30/01/2015, das 09:00 às 13:00 horas na sala 2 da Culturgest (Rua Arco do Cego, 50, Piso 1, 1000-300 Lisboa) – programa da conferência no anexo 3;
- Conferência “Liberdade Segurança Privacidade”, que se realizou no dia 16/06/2015, pelas 10:00h no auditório da Assembleia da República. Esta conferência foi promovida pela CNPD em colaboração com o Clube Europeu para a Governança dos Sistemas de Informação – programa da conferência no anexo 4; e
- Conferência “Privacidade e Segurança na Sociedade da Informação – Lições Aprendidas 2015”, que teve lugar no dia 16/12/2015, das 09:15 às 13:00 horas no Auditório da Fundação Portuguesa das Comunicações (Rua do Instituto Industrial, nº 16, 1200-225 Lisboa), com a Coordenação do Grupo Segurança na Sociedade da Informação (GSSI) da APDSI - programa da conferência no anexo 5.

4.1.3. Realização das Entrevistas Exploratórias

No Enquadramento Metodológico referimos a realização de entrevistas exploratórias de introdução ao tema da proteção de dados pessoais. Para identificação das individualidades a entrevistar recorreremos ao orientador e coorientadora do presente trabalho. Foram realizadas duas entrevistas exploratórias. O orientador indicou-nos o nome do ex-Deputado

José Magalhães, uma vez que “foi membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias” (Wikipédia) e daí estar reconhecidamente ligado também aos direitos no âmbito da proteção de dados pessoais. Esta entrevista exploratória teve lugar na Assembleia da República (Palácio de S. Bento, 1249-068 Lisboa).

A coorientadora indicou-nos o nome do Engenheiro José Gomes de Almeida, “há mais de três décadas que a sua atividade profissional se desenvolve em relação direta com Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação” (APDSI). Foi sócio fundador e é atualmente membro da Direção da APDSI e responsável pela área da Segurança, também na APDSI. Esta entrevista realizou-se no dia 13/10/2014, pelas 15:00h, na sede da APDSI (Rua Alexandre Cabral, Nº 2C – Loja A, 1600-803 Lisboa).

Estas entrevistas foram importantes para a delimitação do tema da proteção de dados pessoais. Foram abordados aspetos como a privacidade, a CRP, o novo regulamento europeu e ainda indicada bibliografia a consultar.

4.2. Preparação e Realização das Entrevistas Semi-Estruturadas

4.2.1. Elaboração do Guião das Entrevistas Semi-Estruturadas

A entrevista semi-estruturada foi o instrumento escolhido para a recolha da informação destinada a responder à pergunta de partida inicialmente formulada. A entrevista semi-estruturada tem por base um guião com questões. Para a elaboração das questões a incorporar no guião tivemos como base o Primeiro relatório sobre a implementação da directiva relativa à protecção de dados (95/46/CE), elaborado pela Comissão das Comunidades Europeias em 15.5.2003, em Bruxelas, com a referência COM (2003) 265 final. O guião das entrevistas (Anexo 8) engloba um total de catorze questões fechadas e uma questão aberta, que passamos de seguida a apresentar:

1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos <u>titulares dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação <u>das autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos <u>exportadores de dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?
14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?

Tabela 6 - Guião da Entrevista Semi-Estruturada

Fonte: Elaboração Própria

Na questão aberta os entrevistados tiveram a possibilidade de sugerir outros **facilitadores** ou **barreiras** que facilitam ou condicionam a **Transposição, Implementação e Utilização** das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais.

A aplicação das diretivas comunitárias em qualquer Estado-Membro passa por três fases distintas:

1. **Transposição** - transpor as diretivas comunitárias para as leis nacionais dos respetivos EM;
2. **Implementação** - pôr em prática as medidas necessárias para atingir os resultados ou objetivos estabelecidos pelas diretivas e

3. **Utilização/Aplicação** – utilizar diariamente as leis, fazer cumprir/aplicar as leis - etapa final.

O guião que foi desenvolvido teve em consideração estas três fases, conforme se pode verificar no Anexo 8. Assim, os entrevistados tiveram de considerar as questões da tabela 6 como sendo **barreiras** ou **facilitadores** em cada momento. Os entrevistados poderiam ainda considerar as questões em causa como sendo **ambas as opções**, ou seja, barreira e facilitador ou ainda considerar as questões como **nenhuma das opções**, o que significa que as questões nem constituem barreiras, nem facilitadores.

4.2.2. Marcação e Realização das Entrevistas Semi-Estruturadas

Para Moreira (2007), “no que respeita, por sua vez, à selecção dos entrevistados, a primeira decisão incide sobre quantos entrevistar” (Moreira, 2007, p. 215). No nosso caso decidimos entrevistar quatro profissionais da área da proteção de dados pessoais. Foram identificadas as pessoas a entrevistar: Engenheiro José Gomes de Almeida, Dr.ª Mónica Oliveira Costa, Dr.ª Nádia Crujeira da Costa e Dr.ª Clara Guerra.

A sugestão de entrevistar o Engenheiro José Gomes de Almeida partiu da coorientadora do presente trabalho. Decidimos entrevistar o Engenheiro Gomes de Almeida por estar ligado à área da segurança dos Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação e como referido anteriormente, por ser o responsável pela área da Segurança na APDSI. A nosso pedido, o Engenheiro José Gomes de Almeida indicou-nos duas pessoas a entrevistar: a Dr.ª Mónica Oliveira Costa e a Dr.ª Nádia Crujeira da Costa.

Assim, entrevistamos a Dr.ª Mónica Oliveira Costa, advogada na Coelho Ribeiro & Associados e cujas áreas de atuação são as seguintes: “Tecnologias de Informação, Privacidade e Proteção de Dados, Saúde e Ciências da Vida, Telecomunicações, Propriedade Intelectual, Consumo, Publicidade, Laboral e Ambiente” (Associados). A Dr.ª Nádia Crujeira da Costa é advogada na Vieira de Almeida & Associados e “Actualmente é associada sénior da área de TMT - Telecoms & Media, Privacidade & Protecção de Dados, TI & Outsourcing” (VdA).

O nome da Dr.^a Clara Guerra surgiu através de contactos realizados por nós junto da CNPD. A Dr.^a Clara Guerra é Consultora Coordenadora do “Serviço de Informação e Relações Internacionais (SIRI)” (Dados).

O contacto para a realização das entrevistas junto dos possíveis entrevistados foi estabelecido por e-mail. No e-mail foi apresentado o âmbito, o tema e a pergunta de partida da investigação, assim como o modo como se iria processar a entrevista. O e-mail elaborado foi o seguinte:

“Caro/a (Designação e nome do entrevistado/a),

(Referência ao modo como obtemos o contacto)

No âmbito da nossa Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, estamos a realizar uma investigação sobre o tema “As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores”.

Esta investigação tem como pergunta de partida: Quais os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a implementação e aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal?

Gostaríamos de contar com a sua participação na resposta a uma entrevista, onde temos três perguntas gerais, que se decompõem em 14 perguntas apresentadas num quadro.

Seguem assim em anexo dois documentos, um primeiro com uma pequena introdução ao nosso estudo e explicação de como se irá processar a entrevista e um segundo documento, com o quadro referido. Neste quadro terá a possibilidade de considerar a pergunta como: barreira ou facilitador, ambas as opções ou nenhuma delas, apresentando ainda uma justificação brevíssima.

Estou disponível para fazermos esta entrevista de forma presencial. Bastará indicar-me o lugar, dia e hora que lhe for mais adequado.

Muito Obrigada pela sua colaboração.

Filipa Santos”

Entrevistado	Data de envio do e-mail para a realização da entrevista
Engenheiro José Manuel Gomes de Almeida	11/06/2015
Dr.ª Mónica Oliveira Costa	07/10/2015
Dr.ª Nádia Crujeira da Costa	03/11/2015
Dr.ª Clara Guerra	05/01/2016

Tabela 7 - Datas de envio do e-mail de contacto para a realização das entrevistas junto dos entrevistados

Fonte: Elaboração Própria

Inicialmente tínhamos previsto realizar também uma entrevista à ANACOM. No entanto esta entrevista não se realizou, por se revelar não ter especial contributo para a resposta à pergunta de partida formulada, tal como demonstrado num dos e-mail's trocados com a ANACOM (Anexo 9) e que passamos de seguida a apresentar:

- a competência para a supervisão do disposto na lei em matéria de proteção de dados pessoais, no essencial e no que respeita ao âmbito quer da Diretiva relativa à proteção de dados pessoais⁷, quer da Diretiva relativa à privacidade e às comunicações eletrónicas⁸, encontra-se cometida, em Portugal, à Comissão Nacional de Proteção de Dados; e
- nesta matéria e sendo certo que constitui uma sua atribuição contribuir para garantir um elevado nível de proteção dos dados pessoais e da privacidade, à ANACOM apenas foram cometidas competências específicas e localizadas em matéria de privacidade no setor das comunicações eletrónicas, nomeadamente no que respeita à matéria da segurança do processamento.

⁷ Diretiva n.º 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

⁸ Diretiva n.º 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas, alterada pela Diretiva n.º 2006/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006, e pela Diretiva n.º 2009/136/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009.

4.2.3. Transcrição das Entrevistas Semi-Estruturadas

Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente e de forma individual. Para recolha das respostas dos entrevistados, as entrevistas foram gravadas em formato áudio. No início de cada entrevista foi perguntado a cada entrevistado se a mesma poderia ser gravada, ao qual todos responderam que sim. Posteriormente passámos para a transcrição das entrevistas. O quadro em baixo apresenta a duração e a dimensão (em páginas) de cada entrevista e ainda os respetivos anexos.

Entrevistado	Duração da Entrevista	Dimensão (em páginas)	Anexo
Engenheiro José Manuel Gomes de Almeida	02:09:55	12	Anexo 10
Dr.ª Mónica Oliveira Costa	01:34:18	17	Anexo 11
Dr.ª Nádia Crujeira da Costa	00:42:29	13	Anexo 12
Dr.ª Clara Guerra	01:15:20	19	Anexo 13

Tabela 8 - Dados da Transcrição das Entrevistas

Fonte: Elaboração Própria

4.3. Tratamento da Informação das Entrevistas Semi-Estruturadas e Apresentação de Resultados

4.3.1. Análise de Conteúdo das Entrevistas Semi-Estruturadas

Após a transcrição das entrevistas, seguiu-se a análise de conteúdo das entrevistas. “Em investigação social, o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 195). “A análise de conteúdo incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco directivas” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 226). No nosso caso realizámos a análise de conteúdo das entrevistas.

“O lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade, como, por exemplo, os relatórios de entrevistas pouco directivas” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 227). Deste modo, para sintetizar as entrevistas elaborámos os seguintes documentos para cada um dos entrevistados:

- 4 quadros síntese das respostas dos entrevistados por fases – **Transposição, Implementação e Utilização** (anexos 14 a 17);
- 4 quadros com a caracterização das opções de resposta, **Barreira, Facilitador, Ambas** ou **Nenhuma Delas**, e respetivas justificações dadas pelos entrevistados (anexos 18 a 21);
- 4 quadros com a indicação das opções de resposta dadas para cada questão e para cada fase (anexos 22 a 25);
- 1 quadro com as justificações das respostas dadas pelos entrevistados como “ambas” as opções (anexo 26).

Deste modo, todas as justificações das respostas dadas para cada opção de resposta podem ser encontradas de forma mais pormenorizada nos anexos.

Após o tratamento das entrevistas e da elaboração dos quadros já referidos, foi-nos possível chegar à elaboração dos quadros finais, com uma análise quantitativa das respostas. Assim, em baixo, apresenta-se o quadro das respostas das entrevistas, que contabiliza as respostas dadas por todos os entrevistados para cada questão e em cada fase – **Transposição, Implementação e Utilização**. Já no **Quadro de Resultados**, acrescentámos uma coluna em relação ao **Quadro das Respostas das Entrevistas**, que permite a classificação das questões como **Relevantes** ou **Não Relevantes**. Para a classificação das questões como **Relevantes** ou **Não Relevantes**, somámos os **facilitadores** por questão, sobre as **barreiras** e sobre a opção de resposta **Nenhuma delas**, também por questão.

Quadro das Respostas das Entrevistas

Quais são as Barreiras e Facilitadores da aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal?

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal											
FASES		Transposição				Implementação				Utilização			
OPÇÕES DE RESPOSTA		Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional		2	1			1	1	1		1		2
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)		2	2			2	2		1	2	1	
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	3			1	1		1		2			
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais		3		1		1		1		1		1
	5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados	1	2		1	1	2	1		1	1		
	6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados		3		1		3				3		
	7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados		3		1		3				3		
	8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	1	1		2	3	1			2	1		
	9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo		1		1		3				1	1	
	10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo		2		1		3		1		3		1
	11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos		3		1		2	1			2	1	
	12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados		1	1	2		1	2	1		1	2	1

13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo	1			3	1		1	2	1		1	2
14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	3			1	3				3			
TOTAIS	9	23	4	16	9	22	9	6	10	19	6	7

4.3.2. Apresentação dos Resultados

Quadro de Resultados

Quais são as Barreiras e Facilitadores da aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal?

Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal											
FASES		Transposição			Implementação			Utilização			Relevante ou Não Relevante
OPÇÕES DE RESPOSTA		Barreira	Facilitador	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Nenhuma delas	F/B+Nd (*)
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional	1	3		1	2	1		1	2	6/5
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)	2	4		2	4		2	3		11/6
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	3		1	2	1		2			1/8
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais		3	1		1	1		1	1	5/3
	5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados	1	2	1	2	3		1	1		6/5
	6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados		3	1		3			3		9/1
	7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados		3	1		3			3		9/1
	8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	1	1	2	3	1		2	1		3/8
	9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo		1	1		3		1	2		6/2
	10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo		2	1		3	1		3	1	8/3

11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos		3	1	1	3		1	3		9/3
12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados	1	2	2	2	3	1	2	3	1	8/9
13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo	1		3	2	1	2	2	1	2	2/12
14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	3		1	3			3			0/10
TOTAIS	13	27	16	18	31	6	16	25	7	
%s	23,21%	48,21%	28,57%	32,73%	56,36%	10,91%	33,33%	52,08%	14,58%	

(*) Legenda: F - Facilitadores

B – Barreiras

Nd – Nenhuma delas

Cálculos:

	Transposição	Implementação	Utilização
Totais	56 (13+27+16)	55 (18+31+6)	48 (16+25+7)
Barreira	23,21% (13*100/56)	32,73% (18*100/55)	33,33% (16*100/48)
Facilitador	48,21% (27*100/56)	56,36% (31*100/55)	52,08% (25*100/55)
Nenhuma delas	28,57% (16*100/56)	10,91% (6*100/55)	14,58% (7*100/55)

O quadro anterior contabiliza o número de respostas dos entrevistados por questão (1 a 14) e por opção de resposta, **Barreira**, **Facilitador** ou **Nenhuma Delas**, em cada uma das fases – **Transposição**, **Implementação** e **Utilização**. Neste quadro contabilizámos a opção de resposta **Ambas** nas **barreiras** e **facilitadores**, ou seja, por cada resposta **Ambas** acrescentámos uma resposta às **barreiras** e aos **facilitadores**. O quadro apresenta ainda **TOTAIS** e **%’s** de resposta e através da sua observação, conclui-se que foram consideradas como **facilitadores** a maioria das questões apresentadas.

Vamos passar à análise do quadro de resultados, com a descrição dos resultados por fase e por opção de resposta.

Opção de Resposta	Fase – Transposição
Facilitador	<p>48,21% de respostas consideram as questões em causa como facilitadores. Das 14 questões e das 56 respostas possíveis (14 questões x 4 entrevistados) verificaram-se 27 respostas às questões como facilitadores do processo de Transposição.</p> <p>As questões 3, 13 e 14 não são consideradas como facilitadores deste processo.</p>
Barreira	<p>23,21% de respostas consideram as questões em causa como barreiras. Das 14 questões e das 56 respostas possíveis verificaram-se 13 respostas como barreiras do processo de Transposição, onde se destacam as questões 3 e 14 com incidência de 3 respostas cada.</p>
Nenhuma delas	<p>28,57% das respostas recaíram na opção de resposta Nenhuma delas. Assim, esta opção de resposta foi a 2ª opção onde recaíram mais respostas por parte dos entrevistados, logo a seguir à opção de resposta Facilitador. Esta situação tem relevância para o nosso estudo, pois em 28,57% das respostas, os entrevistados não consideraram as questões em causa nem como Barreira nem como Facilitador à Transposição das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal.</p> <p>Das 14 questões e das 56 respostas possíveis verificaram-se 16 respostas na opção de resposta Nenhuma Delas, no processo de Transposição, repartidas por todas as questões, à exceção das questões 1 e 2.</p>

Tabela 9 - Resultados da fase de Transposição

Fonte: Elaboração Própria

Opção de Resposta	Fase – Implementação
Facilitador	<p>56,36% de respostas consideram as questões em causa como facilitadores.</p> <p>Das 14 questões e das 56 respostas possíveis verificaram-se 31 respostas às questões como facilitadores do processo de Implementação.</p> <p>A questão 14 não é considerada como facilitador deste processo.</p>
Barreira	<p>32,73% de respostas consideram as questões em causa como barreiras. Das 14 questões e das 56 respostas possíveis verificaram-se 18 respostas como barreiras do processo de Implementação, onde se destacam as questões 8 e 14 com incidência de 3 respostas cada.</p>
Nenhuma delas	<p>10,91% das respostas recaíram na opção de resposta Nenhuma delas. Assim, na fase de Implementação, a opção de resposta Nenhuma delas não tem grande relevância, uma vez que é a 3ª opção onde recaíram as respostas por parte dos entrevistados, ou seja, nesta fase, as respostas concentram-se em primeiro lugar na opção Facilitador, logo seguida da opção Barreira e por último, a opção Nenhuma delas.</p> <p>Das 14 questões e das 56 respostas possíveis verificaram-se 6 respostas na opção de resposta Nenhuma Delas, no processo de Implementação, repartidas pelas questões 1, 4, 10, 12 e 13.</p>

Tabela 10 - Resultados da fase de Implementação

Fonte: Elaboração Própria

Opção de Resposta	Fase – Utilização
Facilitador	<p>52,08% de respostas consideram as questões em causa como facilitadores.</p> <p>Das 14 questões e das 56 respostas possíveis verificaram-se 25 respostas às questões como facilitadores do processo de Utilização.</p> <p>As questões 3 e 14 não são consideradas como facilitadores deste processo.</p>
Barreira	<p>33,33% de respostas consideram as questões em causa como barreiras.</p> <p>Das 14 questões e das 56 respostas possíveis verificaram-se 16 respostas como barreiras do processo de Utilização, onde se destaca a questão 14, com incidência de 3 respostas.</p>
Nenhuma delas	<p>14,58% das respostas recaíram na opção de resposta Nenhuma delas. À semelhança da fase de Implementação, também na fase de Utilização, a opção de resposta Nenhuma delas não tem grande relevância, uma vez que é a 3ª opção onde recaíram as respostas por parte dos entrevistados, ou seja, nesta fase, as respostas concentram-se em primeiro lugar na opção Facilitador, logo seguida da opção Barreira e por último, a opção Nenhuma delas.</p> <p>Das 14 questões e das 56 respostas possíveis verificaram-se 7 respostas na opção de resposta Nenhuma Delas, no processo de Utilização, repartidas exatamente pelas mesmas questões da opção de resposta Nenhuma Delas da fase de Implementação, ou seja, as questões 1, 4, 10, 12 e 13.</p>

Tabela 11 - Resultados da fase de Utilização

Fonte: Elaboração Própria

4.3.3. Discussão dos Resultados – Facilitadores e Barreiras

Questões	Facilitadores em Totais	Barreiras em Totais	Relevante ou Não Relevante F/B+Nd (*)
1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional	6 em 11	5 em 11	6/5
2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)	11 em 17	6 em 17	11/6
3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	1 em 9	8 em 9	1/8
4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais	5 em 8	3 em 8	5/3
5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados	6 em 11	5 em 11	6/5
6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	9 em 10	1 em 10	9/1
7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	9 em 10	1 em 10	9/1
8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	3 em 11	8 em 11	3/8
9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo	6 em 8	2 em 8	6/2
10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo	8 em 11	3 em 11	8/3
11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos	9 em 12	3 em 12	9/3
12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados	8 em 17	9 em 17	8/9
13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo	2 em 14	12 em 14	2/12
14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	0 em 10	10 em 10	0/10

Tabela 12 – Relevância das Questões

Fonte: Elaboração Própria

Todas as questões estudadas, exceto a questão 14 (As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros) são consideradas como **facilitadores** do processo de **aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal**, umas com maior incidência do que outras, como já verificado anteriormente.

Da análise da tabela 12 conclui-se que as questões com mais **facilitadores** são as questões 2, 6, 7, 10 e 11. Isto significa que:

- os EM terem uma margem para transpor as diretivas;
- os responsáveis pelo tratamento dos dados conhecerem as suas obrigações;
- os responsáveis pelo tratamento cumprirem as novas regras;
- as autoridades de controlo terem recursos para a sua atuação; e ainda
- a existência de tecnologias que protejam a privacidade das pessoas,

São condições de sucesso para a **aplicação das diretivas**. Assim, se as condições verificadas estiverem reunidas, facilitarão a **aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal**.

Salientamos ainda os **facilitadores** acrescentados às questões, pelos entrevistados:

- A autoregulação devia ser incentivada;
- Mais códigos de conduta;
- A certificação de produtos/serviços através de selos, o que dá confiança aos titulares dos dados, que assim se sentirão mais seguros ao subscrever determinados serviços ou adquirir determinados produtos;
- Os Delegados de Proteção de Dados (*Data Privacy Office*). Este ponto será um facilitador para todos, um facilitador do cumprimento da legislação de proteção de dados, do cumprimento por parte dos responsáveis, do exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados, do trabalho da CNPD. Estes delegados serão responsáveis por tudo o que é tratamento de dados pessoais, nas respetivas organizações e serão independentes destas, o que vai elevar o nível de proteção de dados dentro de cada organização.

Conclui-se que nas fases de **Transposição, Implementação e Utilização** é necessário atender às seguintes questões:

- a) A questão 14 (As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros) não recebeu nenhuma resposta como sendo facilitadora, constituindo a principal **barreira** (10 respostas de barreiras no

total de 10 respostas) à **aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal**. De referir que a questão 14 foi apontada como **barreira** nas três fases: **Transposição** (Tabela 9), **Implementação** (Tabela 10) e **Utilização** (Tabela 11).

A questão 14 constitui uma barreira porque apesar do objetivo das diretivas consistir na harmonização das legislações ao nível da UE, o que acaba por acontecer é que quando os EM fazem a transposição das diretivas para o seu direito interno, criam diferentes práticas e legislações, dificultando assim a concretização do objetivo das diretivas.

- b) A segunda questão com mais respostas com barreiras é a questão 3 (Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras), com 8 respostas de barreiras no total de 9 respostas. Esta questão foi também apontada como **barreira** nas três fases.

A questão 3 constitui uma **barreira**, pois na fase inicial, a introdução de novas regras causa impacto, uma vez que obriga à mudança e a um maior esforço no cumprimento de novas regras.

- c) E por último a questão 8 (A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados), que foi a terceira questão com mais respostas como barreiras, com 8 respostas de barreiras em 11 respostas. A questão 8 foi também apontada como **barreira** nas três fases, mas com mais incidência na fase de **Implementação** e **Utilização**.

A questão 8 constitui uma barreira, uma vez que para cumprir com a nova legislação será necessário esforço adicional para a alteração das práticas informáticas.

5. Conclusão

A principal finalidade do trabalho consistia em identificar os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a implementação e a aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal. Para alcançarmos a finalidade proposta foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Objetivo Primário - obter o conhecimento que nos permita responder à pergunta de partida formulada.
- Objetivos Secundários - pretendiam responder às seguintes questões: (1) quais as diretivas europeias de proteção de dados pessoais e quais as transpostas para o Estado-Membro – Portugal; (2) como se estão a aplicar as diretivas de proteção de dados pessoais em Portugal; (3) como se pode ser mais eficaz na aplicação da proteção de dados pessoais.

A metodologia levada a cabo para a realização do trabalho, seguiu as linhas da metodologia qualitativa. Deste modo começámos por explorar o tema da proteção de dados pessoais através de pesquisa bibliográfica e análise documental, participação em três conferências sobre o tema e ainda a realização de duas entrevistas exploratórias. O instrumento escolhido para obter a informação que nos permitisse responder à pergunta de partida foi a entrevista semi-estruturada. Para a realização das entrevistas semi-estruturadas foi elaborado um guião com catorze questões, que foi depois aplicado a quatro entrevistados. A informação obtida nas entrevistas foi devidamente tratada e analisada, através da transcrição e análise de conteúdo, recorrendo para o efeito a quadros de análise, conforme se pode verificar nos anexos.

Após a análise da informação obtida nas entrevistas chegámos aos resultados finais. Assim, todas as catorze questões incorporadas no guião da entrevista, exceto a questão 14 (As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros) são consideradas como **facilitadores** do processo de **aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal**, umas com maior

incidência do que outras. Mais especificamente, os aspetos com mais **facilitadores da aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal** são os seguintes:

- os EM terem uma margem para transpor as diretivas;
- os responsáveis pelo tratamento dos dados conhecerem as suas obrigações;
- os responsáveis pelo tratamento dos dados cumprirem as novas regras;
- as autoridades de controlo terem recursos para a sua atuação; e ainda
- a existência de tecnologias que protejam a privacidade das pessoas.

Relativamente às **barreiras da aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal**, chegámos aos seguintes resultados:

- a) A questão 14 (As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros) constitui a principal **barreira à aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal**. Esta questão foi apontada como **barreira** nas três fases identificadas para a aplicação das diretivas comunitárias nos EM: **Transposição, Implementação e Utilização**.
- b) A questão 3 (Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras) é a segunda questão com mais respostas com barreiras. De referir que esta questão foi também apontada como **barreira** nas três fases.
- c) A questão 8 (A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados) foi a terceira questão com mais respostas como barreiras. A questão 8 foi também apontada como **barreira** nas três fases, mas com mais incidência na fase de **Implementação e Utilização**.

Deste modo consideramos atingido o objetivo primário do trabalho, uma vez que conseguimos obter o conhecimento e informação necessários para responder à pergunta de partida.

Após a finalização deste trabalho, sugerimos para investigação futura, o estudo das barreiras e facilitadores da aplicação das novas diretivas de proteção de dados pessoais em Portugal, nomeadamente das diretivas que saíram este ano, a Diretiva (UE) 2016/680, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas

autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, a Diretiva (UE) 2016/681, relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR) para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave e ainda o Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Concluimos este trabalho com a noção de que é muito difícil proteger os dados pessoais e que não basta existir legislação para se conseguir proteger os dados. É necessário que se utilize e aplique o que está na lei.

6. Bibliografia

(s.d.). Obtido de <http://nudiufsm.files.wordpress.com/2011/06/385.pdf>

(s.d.). Obtido em 15 de Abril de 2015, de EUR-Lex: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:l14527>

APDSI. (s.d.). *Sobre Nós - Estrutura Organizativa*. Obtido em Fevereiro de 12 de 2016, de Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação - APDSI: <http://www.apdsi.pt/index.php/estrutura-organizativa>

apdsi, a. p. (2014). *O Tratamento de Dados Pessoais em Portugal - Breve Guia Prático*. Lisboa: apdsi.

Araújo, A. (2013). Comentário de António Araújo ao texto sobre Justiça de Nuno Garoupa e Susana Santos. In J. L. Cardoso, P. Magalhães, J. M. Pais, J. L. Cardoso, P. Magalhães, & J. M. Pais (Edits.), *Portugal Social de A a Z - Temas em Aberto* (pp. 126-129).

Associados, C. R. (s.d.). *A Equipa - Sócios*. Obtido em 16 de Maio de 2016, de Coelho Ribeiro e Associados - CRA: http://www.cralaw.com/cra_lisbon/pt/equipa_008_MonicaOliveiraCosta.html

Barroso, H. T. (1994). Portugal. In D. Campbell, J. Fisher, D. Campbell, & J. Fisher (Edits.), *Data Transmission and Privacy* (pp. 435-452). Martinus Nijhoff Publishers.

Bilhim, J. (28 de Janeiro de 2016). Políticas públicas e agenda política. In I. S. Políticas, *Valorizar a Tradição - Orações de Sapiência no ISCSP (1997-2015)* (pp. 83-103). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade de Lisboa).

Birkland, T. A. (2001). *An Introduction to the Policy Process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making*. M. E. Sharpe, Inc.

Consultation. (s.d.). Obtido de ec.europa: http://ec.europa.eu/justice/policies/privacy/docs/lawreport/consultation/biiclstudy-soundimage_en.pdf

Dados, C. N. (s.d.). *Serviços*. Obtido em 16 de Maio de 2016, de Comissão Nacional de Protecção de Dados: <https://www.cnpd.pt/bin/cnpd/servicos.htm>

DGPJ/MJ, P. (3 de Novembro de 2015). *Processos*. Obtido em 13 de Junho de 2016, de PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo: <http://www.pordata.pt/Portugal/Comiss%C3%A3o+Nacional+de+Protec%C3%A7%C3%A3o+de+Dados+processos+entrados++findos+e+pendentes-405>

- Duarte, M. L. (2011). *União Europeia - Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária* (Vol. I). Coimbra: Almedina.
- Europeia, C. (2010). *Protecção de dados pessoais na União Europeia*. Obtido em 17 de Maio de 2015, de Infoeuropa:
https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000046252&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA
- Europeia, C., & Comunicação, D.-G. d. (2015). *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia 2014*. Obtido em 17 de Abril de 2015, de União Europeia:
<http://bookshop.europa.eu/pt/general-report-on-the-activities-of-the-european-union-2014-pbNAAD15001/>
- Europeia, D.-G. d. (2010). *Resultados da pesquisa*. Obtido em 17 de Abril de 2015, de infoeuropa - biblioteca:
https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000046252&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA
- Europeia, F. -A. (2013). *Acesso a vias de recurso em matéria de protecção de dados nos Estados-Membros da União Europeia*. Obtido em 21 de Abril de 2015, de União Europeia:
<http://bookshop.europa.eu/pt/acesso-a-vias-de-recurso-em-mat-ria-de-prote-o-de-dados-nos-estados-membros-da-uni-o-europeia-pbTK0113752/?pgid=Iq1Ekni0.1ISR00OK4MycO9B0000pAGv4ZKy;sid=R5NWqVpKCqFWjQ8R1KvIDjhvQEBQel2ZQUA=?CatalogCategoryID=cOwKABstC3oAAAEjeJ>
- Europeia, U. (s.d.). *Regulamentos, diretivas e outros actos legislativos*. Obtido em 10 de Janeiro de 2015, de União Europeia: https://europa.eu/european-union/law/legal-acts_pt
- Europeia, U. (s.d.). *Tratados da UE*. Obtido em 25 de Março de 2015, de União Europeia:
http://europa.eu/european-union/eu-law/decision-making/treaties_pt
- Europeias, C. d. (2003). *Documentos*. Obtido em 7 de Dezembro de 2014, de Comissão Nacional de Protecção de Dados: http://www.cnpd.pt/bin/actividade/Pri_rel_implementaDIR.pdf
- Europeu, P. (2013). *Fichas técnicas sobre a União Europeia*. Obtido em 7 de Dezembro de 2014, de União Europeia: <http://bookshop.europa.eu/pt/fichas-t-cnicas-sobre-a-uni-o-europeia-pbBAAA13001/>
- Europeus, D.-G. d., & Estrangeiros, M. d. (2014). *Manual de Boas Práticas para a Negociação, Transposição e Aplicação de Legislação da União Europeia*. Obtido em 20 de Fevereiro de 2015, de República Portuguesa: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/mne/documentos-oficiais/20140918-manual-de-transposicao-diretivas.aspx>
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Monitor.
- Gomes, M. M. (2006). *O Código da Privacidade e da Protecção de Dados Pessoais na Lei e na Jurisprudência (Nacional e Internacional)*. Centro Atlântico.

- Gonçalves, N. (2004). *A Transposição para a Ordem Jurídica Portuguesa da Directiva sobre o Direito de Autor na Sociedade da Informação*. Lisboa.
- Guimarães, R. V., & Reis, L. F. (s.d.). *Privacidade e segurança em telemedicina: no Direito Europeu e no Ordenamento Jurídico Português*.
- Gutwirth, S., Leenes, R., Hert, P. d., & Pouillet, Y. (Edits.). (2013). *European Data Protection: Coming of Age*. Springer.
- Gutwirth, S., Leenes, R., Hert, P. d., & Pouillet, Y. (2013). *European Data Protection: Coming of Age*. (S. Gutwirth, R. Leenes, P. d. Hert, & Y. Pouillet, Edits.) Obtido em 9 de Abril de 2015, de Google Livros:
<https://books.google.pt/books?id=5D2ikifSUjYC&pg=PR5&lpg=PR5&dq=European+Data+Protection:+Coming+of+Age&source=bl&ots=CPNbIldX9x&sig=-j0Zh9ebLtVuniQfEl-a4CXLfjg&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwi-0LaqsqPPAhXB1hQKHQveB1IQ6AEINzAE#v=onepage&q=European%20Data%20Prot>
- Hill, M. (2005). *The Public Policy Process* (4th ed.). Pearson Education Limited.
- Long, M. T. (2010/2011). *Direito da União Europeia*. Obtido em 12 de Maio de 2015, de Faculdade de Direito - Universidade Nova de Lisboa:
http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/jlcv_MA_12764.pdf
- Jesus, I. O. (2012). *O Novo Regime Jurídico de Protecção de Dados Pessoais na Europa*. Obtido em 17 de Abril de 2014, de Faculdade de Direito - Universidade Nova de Lisboa:
<http://www.fd.unl.pt/Anexos/7039.pdf>
- Law, B. I. (s.d.). *Pesquisa*. Obtido em 21 de Abril de 2015, de Europeia, Comissão:
http://ec.europa.eu/justice/data-protection/document/studies/files/lawreport/consultation/biiclstudy-soundimage_en.pdf
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Nacional, I. d. (2007). *Nação e Defesa*. Obtido em 27 de Outubro de 2013, de Instituto da Defesa Nacional - idn: <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD117.pdf>
- Nelson, L. (2004). *Privacy and Technology: Reconsidering a Crucial Public Policy Debate in the Post-September 11 Era*. Obtido em 28 de Outubro de 2013, de b-on:
<http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?sid=9af648fd-97cb-4eef-817c-7a3fb47697ea%40sessionmgr4008&vid=2&hid=4103>
- Pinheiro, A. S., Freitas, D. d., & Marinho, I. (2009). *Country Studies*. Obtido em 21 de Abril de 2015, de FRA - European Union Agency for Fundamental Rights:
<http://fra.europa.eu/sites/default/files/role-data-protection-authorities-2009-pt.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Raab, C. D., & Bennet, C. J. (1994). *Protecting Privacy Across Borders: European Policies and Prospects*. Obtido em 12 de Outubro de 2014, de b-on:
<http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?sid=9af648fd-97cb-4eef-817c-7a3fb47697ea%40sessionmgr4008&vid=5&hid=4103>
- Silveira, L. L. (s.d.). *Estudos de Docentes*. Obtido em 16 de Maio de 2015, de Instituto de Ciências Jurídico-Políticas - ICJP: <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/418-366.pdf>
- Silveira, L. N. (2008). Obtido em 15 de Maio de 2015, de Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação - APDSI:
http://www.apdsi.pt/uploads/news/id545/2.11_luis%20silveira_070626.pdf
- Silveira, L. N. (s.d.). Sistema Legal de Proteção de Dados Pessoais - Incidência na actividade policial. In I. G. Interna, *Conferências da IGAI - Ano 2002/2003 - Inspeção Geral da Administração Interna* (pp. 9-21). Inspeção Geral da Administração Interna.
- Sínteses da legislação da UE*. (s.d.). Obtido em 17 de Junho de 2015, de União Europeia:
http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/decisionmaking_process/l14527_pt.htm
- Thomson, R., Torenvlied, R., & Arregui, J. (2007). *The Paradox of Compliance: Infringements and Delays in Transposing European Union Directives*. Obtido em 7 de Novembro de 2014, de JSTOR: http://www.jstor.org/stable/4497318?seq=1#page_scan_tab_contents
- VdA. (s.d.). *Equipa - Associados*. Obtido em 16 de Maio de 2016, de VdA:
<http://www.vda.pt/pt/quem-somos/equipa/associados/Nadia-Crujeira-da-Costa/230/>
- Wikipédia. (s.d.). *Artigo - José Magalhães*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2016, de Wikipédia:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Magalh%C3%A3es

Anexos

Índice de Anexos

Anexo 1 - Diretiva 95/46/CE e Lei n.º 67/98: Correspondência de Artigos, por cores	78
Anexo 2 - Diretiva 95/46/CE e Lei n.º 67/98: resumo e correspondência de artigos	81
Anexo 3 - Programa da Conferência “Privacidade, Inovação e Internet”	90
Anexo 4 - Programa da Conferência "Liberdade Segurança Privacidade"	91
Anexo 5 - Programa da Conferência "Privacidade e Segurança na Sociedade da Informação"	92
Anexo 6 - Justificação das Questões do Guião da Entrevista.....	94
Anexo 7 - Entrevistas: documento a explicar como se irá processar a entrevista.....	98
Anexo 8 - Entrevistas: Guião das Entrevistas	99
Anexo 9 - Resposta da ANACOM ao Pedido de Realização da Entrevista.....	107
Anexo 10 - Entrevistas: Transcrição da Entrevista ao Engenheiro José Gomes de Almeida	109
Anexo 11 - Entrevistas: Transcrição da Entrevista à Dr.ª Mónica Oliveira Costa.....	121
Anexo 12 - Entrevistas: Transcrição da Entrevista à Dr.ª Nádia Crujeira da Costa	137
Anexo 13 - Entrevistas: Transcrição da Entrevista à Dr.ª Clara Guerra.....	150
Anexo 14 - Entrevistas: síntese das respostas do Engenheiro José Gomes de Almeida por fases	169
Anexo 15 - Entrevistas: síntese das respostas da Dr.ª Mónica Oliveira Costa por fases	180
Anexo 16 - Entrevistas: síntese das respostas da Dr.ª Nádia Crujeira da Costa por fases.....	197
Anexo 17 - Entrevistas: síntese das respostas da Dr.ª Clara Guerra por fases	204
Anexo 18 - Entrevistas: caracterização das opções de resposta e respetivas justificações dadas pelo Engenheiro José Gomes de Almeida	222
Anexo 19 - Entrevistas: caracterização das opções de resposta e respetivas justificações dadas pela Dr.ª Mónica Oliveira Costa	224
Anexo 20 - Entrevistas: caracterização das opções de resposta e respetivas justificações dadas pela Dr.ª Nádia Crujeira da Costa	227
Anexo 21 - Entrevistas: caracterização das opções de resposta e respetivas justificações dadas pela Dr.ª Clara Guerra	229
Anexo 22 - Entrevistas: indicação das opções de resposta dadas pelo Engenheiro José Gomes de Almeida, por questão e por fase	231
Anexo 23 – Entrevistas indicação das opções de resposta dadas pela Dr.ª Mónica Oliveira Costa, por questão e por fase.....	232
Anexo 24 - Entrevistas: indicação das opções de resposta dadas pela Dr.ª Nádia Crujeira da Costa, por questão e por fase.....	233
Anexo 25 - Entrevistas: indicação das opções de resposta dadas pela Dr.ª Clara Guerra, por questão e por fase.....	234
Anexo 26 - Justificações das respostas dadas pelos entrevistados como "ambas" as opções	235

Anexo 1 - Diretiva 95/46/CE e Lei n.º 67/98: Correspondência de Artigos, por cores

Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados	Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro – Lei da Protecção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Directiva n.º 95/46/CE)
Capítulo I Disposições gerais	Capítulo I Disposições gerais
Art. 1.º Objecto da directiva	Art. 1.º Objecto
Art. 2.º Definições	Art. 2.º Princípio geral
Art. 3.º Âmbito de aplicação	Art. 3.º Definições
Art. 4.º Direito nacional aplicável	Art. 4.º - Âmbito de aplicação
Capítulo II Condições gerais de licitude do tratamento de dados pessoais	Capítulo II Tratamento de dados pessoais
Art. 5.º "Condições de licitude do tratamento de dados pessoais" Secção I Princípios relativos à qualidade dos dados	Secção I Qualidade dos dados e legitimidade do seu tratamento
Art. 6.º "Qualidade dos dados"	Art. 5.º Qualidade dos dados
Secção II Princípios relativos à legitimidade do tratamento de dados	
Art. 7.º "Condições de legitimidade do tratamento de dados"	Art. 6.º Condições de legitimidade do tratamento de dados
Secção III Categorias específicas de tratamentos	
Art. 8.º Tratamento de certas categorias específicas de dados	Art. 7.º Tratamento de dados sensíveis
	Art. 8.º Suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais e contra-ordenações
Art. 9.º Tratamento de dados pessoais e liberdade de expressão Secção IV - Informação da pessoa em causa	Art. 9.º Interconexão de dados pessoais Secção II Direitos do titular dos dados
Art. 10.º Informação em caso de recolha de dados junto da pessoa em causa	
Art. 11.º Informação em caso de dados não recolhidos junto da pessoa em causa	Art. 10.º Direito de informação
Secção V Direito de acesso da pessoa em causa aos dados	
Art. 12.º Direito de acesso	Art. 11.º Direito de acesso
Secção VI - Derrogações e restrições	
Art. 13.º Derrogações e restrições Secção VII Direito de oposição da pessoa em causa	
Art. 14.º Direito de oposição da pessoa em causa	Art. 12.º Direito de oposição do titular dos dados
Art. 15.º Decisões individuais automatizadas Secção VIII Confidencialidade e segurança do tratamento	Art. 13.º Decisões individuais automatizadas Secção III Segurança e confidencialidade do tratamento
Art. 16.º Confidencialidade do tratamento	
Art. 17.º Segurança do tratamento	Art. 14.º Segurança do tratamento

	Art. 15.º Medidas especiais de segurança
	Art. 16.º Tratamento por subcontratante
	Art. 17.º Sigilo profissional
Secção IX Notificação	Secção III Notificação
Art. 18.º Obrigação de notificação à Autoridade de Controlo	Art. 27.º Obrigação de notificação à Comissão Nacional de Protecção de Dados
Art. 19.º Contéudo de notificação	Art. 28.º Controlo prévio
Art. 20.º Controlo prévio	Art. 29.º Conteúdo dos pedidos de parecer ou de autorização e da notificação
	Art. 30.º Indicações obrigatórias
Art. 21.º Publicidade dos tratamentos	Art. 31.º Publicidade dos tratamentos
Capítulo III Recursos judiciais, responsabilidades e sanções	Capítulo VI Tutela administrativa e jurisdicional
	Secção I Tutela administrativa e jurisdicional
Art. 22.º Recursos	Art.º 33 - Tutela administrativa e jurisdicional
Art. 23.º Responsabilidade	Art. 34.º Responsabilidade civil
Art. 24.º Sanções	Secção II Contra-ordenações
	Art. 35.º Legislação subsidiária
	Art. 36.º Cumprimento do dever omitido
	Art. 37.º Omissão ou defeituoso cumprimento de obrigações
	Art. 38.º Contra-ordenações
	Art. 39.º Concurso de infracções
	Art. 40.º Punição da negligência e da tentativa
	Art. 41.º Aplicação das coimas
	Art. 42.º Destino das receitas cobradas
	Secção III Crimes
	Art. 43.º Não cumprimento de obrigações relativas à protecção de dados
	Art. 44.º Acesso indevido
	Art. 45.º Viciação ou destruição de dados pessoais
	Art. 46.º Desobediência qualificada
	Art. 47.º Violação do dever de sigilo
	Art. 48.º Punição da tentativa
	Art. 49.º Pena acessória
Capítulo IV Transferência de dados pessoais para países terceiros	Capítulo III Transferência de dados pessoais
	Secção I Transferência de dados pessoais na União Europeia
Art. 25.º Princípios	Art. 18.º Princípio
	Secção II Transferência de dados pessoais para fora da União Europeia
Art. 26.º Derrogações	Art. 19.º Princípios
	Art. 20.º Derrogações
Capítulo V Códigos de conduta	Capítulo V Códigos de conduta
Art. 27.º "Códigos de conduta"	Art. 32.º Códigos de conduta
Capítulo VI – Autoridade de Controlo e Grupo de Protecção das pessoas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais	Capítulo IV Comissão Nacional de Protecção de Dados
Art. 28.º Autoridade de Controlo	Secção I Natureza, atribuições e competências

	Art. 21.º Natureza Art. 22.º Atribuições Art. 23.º Competências Art. 24.º Dever de colaboração
	Secção II Composição e funcionamento
	Art. 25.º Composição e mandato Art. 26.º Funcionamento
Art. 29.º Grupo de Protecção das pessoas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais	
Art. 30.º "Atribuições do grupo"	
Capítulo VII - Medidas de execução comunitárias	
Art. 31.º Comitologia Disposições finais	Capítulo VII Disposições finais
Art. 32.º "Disposição transitória"	Art. 50.º Disposição transitória
Art. 33.º "Relatório sobre a aplicação da Diretiva"	Art. 51.º Disposição revogatória
Art. 34.º "Destinatários"	Art. 52.º Entrada em vigor

Notas:

- 1 Os artigos que se encontram entre aspas não têm designação na Diretiva. Foi-lhes atribuída uma designação por nós, de acordo com o seu conteúdo e de acordo com os artigos correspondentes na Lei n.º 67/98.
- 2 Os artigos que se encontram a branco na Diretiva 95/46/CE não têm artigos correspondentes na Lei N.67/98 e vice-versa.

Anexo 2 - Diretiva 95/46/CE e Lei n.º 67/98: resumo e correspondência de artigos

<p>Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados</p>	<p>Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro – Lei da Protecção de Dados Pessoais (transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Directiva n.º 95/46/CE)</p>
<p>Art. 1.º Objeto da Diretiva</p> <p>Proteção das liberdades e direitos fundamentais das pessoas singulares</p> <p>↓</p> <p>direito à vida privada</p> <p>↓</p> <p>no tratamento (T) de dados pessoais (DP)</p> <p>↓</p> <p>nos Estados-membros (EM)</p>	<p>Art. 1.º Objeto</p> <p>Lei → Transposição da Diretiva para a ordem jurídica interna (portuguesa)</p> <p>Art. 2.º Princípio Geral</p> <p>T de DP</p> <p>↓</p> <p>Transparente, no estrito respeito pela reserva de vida privada, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais</p>
<p>Art. 2.º Definições</p> <p>a) DP</p> <p>b) T de DP</p> <p>c) Ficheiro de DP</p> <p>c) Responsável pelo T</p> <p>d) Subcontratante</p> <p>e) Terceiro</p> <p>f) Destinatário</p> <p>h) Consentimento da pessoa em causa</p>	<p>Art. 3.º Definições</p> <p>a) DP</p> <p>b) T de DP</p> <p>c) Ficheiro de DP</p> <p>d) Responsável pelo T</p> <p>e) Subcontratante</p> <p>f) Terceiro</p> <p>g) Destinatário</p> <p>h) Consentimento do titular dos dados</p> <p>i) Interconexão de dados</p>
<p>Art. 3.º Âmbito de aplicação</p> <p>T de DP automatizados ou não</p> <p>Exs. de casos onde não se aplica: no T de dados em caso de segurança pública, defesa, segurança do Estado e actividades do Estado no domínio penal.</p>	<p>Art. 4.º Âmbito de Aplicação</p> <p>- T de DP por meios total ou parcialmente automatizados ou não automatizados (ficheiros manuais ou a estes destinados)</p> <p>↓</p> <p>a) no âmbito das actividades de estabelecimento do responsável do T situado em território português;</p> <p>b) fora do território nacional, em local onde a legislação portuguesa seja aplicável por força do direito internacional;</p> <p>c) por responsável que, não estando estabelecido no território da UE, recorra, para T de DP, a meios automatizados ou não, situados no território português, salvo se esses meios só forem utilizados para trânsito através do território da UE</p>
<p>Art. 4.º Direito Nacional Aplicável</p> <p>EM - aplicação de disposições nacionais - T de DP - quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o responsável pelo T está situado no território desse EM - o responsável não está em território do EM, mas num local onde se aplica a sua legislação nacional (direito internacional público) - o responsável não está em território da comunidade, mas recorre para o T de DP a meios situados nesse EM - neste último caso, o responsável deve designar um representante estabelecido nesse território 	<p>deve designar um representante estabelecido em Portugal e comunicar à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd)</p> <p>Aplica-se ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - à videovigilância e ou tras formas de captação, T e difusão de sons e imagens que permitam identificar pessoas (n.º4) - ao T de DP que tenham por objectivo a segurança pública, a defesa nacional e a segurança do Estado
<p>Art. 5.º “Condições de licitude do tratamento de dados pessoais”</p> <p>Os EM especificarão as condições em que é lícito o tratamento</p>	

de DP.	
<p>Art 6.º “Qualidade dos dados” EM → DP a) T leal e lícito b) recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas c) adequados, pertinentes e não excessivos em relação às finalidades para que são recolhidos e tratados d) exatos e actualizados e) conservados – identificar as pessoas em causa apenas durante o período necessário</p>	<p>Art. 5.º Qualidade dos dados Os DP devem ser: a) tratados de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa fé; b) recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas; c) adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que são recolhidos e posteriormente tratados d) exatos e actualizados - os dados inexatos ou incompletos devem ser apagados ou rectificados. e) conservados – identificar os seus titulares apenas durante o período necessário. Cabe ao responsável pelo T assegurar o conteúdo das alíneas anteriores.</p>
<p>Art. 7.º “Condições de legitimidade do tratamento de dados” EM → T de DP só poderá ser efetuado se: a) A pessoa em causa tiver dado de forma inequívoca o seu consentimento; b) O T for necessário para a execução de um contrato no qual a pessoa em causa é parte ou de diligências prévias à formação do contrato decididas a pedido da pessoa em causa; c) O T for necessário para cumprir uma obrigação legal à qual o responsável pelo T esteja sujeito; d) O T for necessário para a protecção de interesses vitais da pessoa em causa; e) O T for necessário para a execução de uma missão de interesse público ou o exercício da autoridade pública de que é investido o responsável pelo T ou um terceiro a quem os dados sejam comunicados; f) O T for necessário para prosseguir interesses legítimos do responsável pelo T ou do terceiro ou terceiros a quem os dados sejam comunicados, desde que não prevaleçam os interesses ou os direitos e liberdades fundamentais da pessoa em causa, protegidos ao abrigo do nº. 1 do artigo 1º.</p>	<p>Art. 6.º Condições de legitimidade do T de dados T de DP só poderá ser efetuado se o seu titular tiver dado de forma inequívoca o seu consentimento; a) O T for necessário para a execução de um contrato em que o titular dos dados seja parte ou de diligências prévias à formação do contrato ou declaração da vontade negocial efectuadas a seu pedido; b) O T for necessário para cumprir uma obrigação legal à qual o responsável pelo T esteja sujeito; c) O T for necessário para a protecção de interesses vitais do titular dos dados, se este estiver física ou legalmente incapaz de dar o seu consentimento; d) O T for necessário para a execução de uma missão de interesse público ou no exercício de autoridade pública em que esteja investido o responsável pelo T ou um terceiro a quem os dados sejam comunicados; e) O T for necessário para prosseguir interesses legítimos do responsável pelo T ou do terceiro ou terceiros a quem os dados sejam comunicados, desde que não prevaleçam os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados</p>
<p>Art. 8.º Tratamento de certas categorias específicas de dados Os EM proibirão o tratamento de DP: -origem racial ou étnica -opiniões políticas -convicções religiosas ou filosóficas -filiação sindical -saúde, vida sexual <u>Exceções</u> - exs: quando a pessoa deu o consentimento; para diagnóstico médico Nº 7 Os EM determinam as condições em que o número nacional de identificação ou qualquer outro elemento de identificação geral → T</p>	<p>Art. 7.º T de dados sensíveis É proibido o tratamento de DP: -convicções filosóficas ou políticas -filiação partidária ou sindical -fé religiosa -vida privada e origem racial ou étnica -saúde e vida sexual, incluindo os dados genéticos <u>Exceções</u> por disposição legal ou da CNPD: -motivos de interesse público importante -exercício das atribuições do seu responsável -quando o titular dos dados deu o seu consentimento expresso para esse T -medicina preventiva, diagnóstico médico com sigilo profissional, notificado à CNPD</p>

	<p>Art. 8.º <u>Suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais e contra-ordenações</u></p> <p>Os registos relativos a pessoas suspeitas de actividades ilícitas, infracções penais, contra-ordenações e decisões que apliquem penas, medidas de segurança, coimas e sanções acessórias só podem ser mantidos por serviços públicos com competência específica prevista na respetiva lei de organização e funcionamento, observando normas procedimentais e de proteção de dados previstas em diploma legal, com prévio parecer da CNPD.</p> <p>O T destes dados pode ser autorizado pela CNPD, desde que observadas as normas de proteção de dados e de segurança da informação, quando o T for necessário à execução de finalidades legítimas do seu responsável, desde que não prevaleçam os direitos, liberdades e garantias da pessoa em causa.</p>
	<p>Art. 9.º <u>Interconexão de dados pessoais</u></p> <p>↓</p> <p>Que não esteja prevista em disposição legal está sujeita a autorização da CNPD.</p> <p>↓</p> <p>Solicitada pelo responsável do T</p>
<p>Art. 9.º <u>Tratamento de dados pessoais e liberdade de expressão</u></p> <p>EM → isenções ou derrogações</p> <p>↙</p> <p>T de DP</p> <p>↘</p> <p>fins exclusivamente jornalísticos, expressão artística ou literária</p> <p>Direito à vida privada vs liberdade de expressão</p>	
<p>Art. 10.º <u>Informação em caso de recolha de dados junto da pessoa em causa</u></p> <p>As pessoas devem ser informadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -identidade do responsável pelo T e, eventualmente do seu representante -finalidades (T) -destinatários dos dados -carácter obrigatório ou facultativo da resposta e as consequências de não responder -direito de acesso aos dados e o direito de os rectificar 	<p>Art. 10.º <u>Direito de informação</u></p> <p>No momento da recolha dos DP junto dos seus titulares, o responsável pelo T deve informar:</p> <ul style="list-style-type: none"> -identidade do responsável pelo T e se for preciso do seu representante -finalidades do T -destinatários dos dados -carácter obrigatório ou facultativo da resposta e as consequências de não responder -direito de acesso e de retificação
<p>Art. 11.º <u>Informação em caso de dados não recolhidos junto da pessoa em causa</u></p> <p>Nos EM → o responsável pelo T, ou o seu representante, deve fornecer à pessoa em causa, no momento em que os dados forem registados ou, se estiver prevista a comunicação de dados a terceiros, o mais tardar aquando da primeira comunicação desses dados, pelo menos as informações mencionadas no art. 10.º, salvo se a referida pessoa já delas tiver conhecimento.</p> <p><u>Exceções</u> - T de dados com finalidades estatísticas, históricas ou de investigação científica, a informação da pessoa em causa se revelar impossível ou implicar esforços desproporcionados ou quando a lei dispuser expressamente o registo dos dados ou a sua divulgação. Nestes casos, os EM estabelecerão as garantias adequadas.</p>	<p>Estas informações devem estar nos documentos de recolha dos DP.</p> <p>Recolha de dados em redes abertas - os DP podem circular sem condições de segurança.</p> <p><u>Exceções</u> - Disposição legal ou deliberação da CNPD por motivos de segurança do Estado, prevenção ou investigação criminal, ..., T de dados efectuado para fins exclusivamente jornalísticos ou de expressão artística ou literária.</p>

<p>Art. 12.º Direito de Acesso Os EM garantirão às pessoas em causa:</p> <ul style="list-style-type: none"> -livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demora ou custos excessivos -retificação -apagamento -bloqueio <p style="margin-left: 150px;">} dos dados</p>	<p>Art. 11.º Direito de acesso É exercido através da CNPD, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável e sem demora ou custos excessivos</p> <ul style="list-style-type: none"> -retificação -apagamento -bloqueio <p style="margin-left: 150px;">} de dados</p> <p><u>Tratamento de DP</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -segurança do Estado -prevenção ou investigação criminal <p style="margin-left: 150px;">} *</p> <p>*o direito de acesso é exercido através da CNPD ou de outra autoridade independente a quem a lei atribua a verificação do cumprimento da legislação de protecção de DP</p> <p>-dados de saúde – é exercido por intermédio de médico escolhido pelo titular dos dados</p>
<p>Art. 13.º Derrogações e restrições EM → restringir o n.º 1 do art. 6.º, art. 10.º, nº1 do art. 11.º, arts. 12.º e 21.º para a protecção:</p> <ul style="list-style-type: none"> -da segurança do Estado -da defesa -da segurança pública -de um interesse económico ou financeiro importante de um EM ou da EU -da pessoa em causa ou dos direitos e liberdades de outrem 	
<p>Art. 14.º Direito de oposição da pessoa em causa EM → reconhecem à pessoa em causa o direito de oposição ao T</p>	<p>Art. 12.º Direito de oposição do titular dos dados</p> <ul style="list-style-type: none"> -ao tratamento (justificar) -para efeitos de marketing direto ou qualquer outra forma de prospeção
<p>Art. 15.º Decisões individuais automatizadas 1. Os EM reconhecerão a qualquer pessoa o direito de não ficar sujeita a uma decisão que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que a afecte de modo significativo, tomada exclusivamente com base num T automatizado de dados destinado a avaliar determinados aspectos da sua personalidade, como por ex. a sua capacidade profissional...</p> <p><u>Exceções:</u> uma pessoa pode ficar sujeita a uma decisão do tipo referido no n.º 1 se a mesma:</p> <p>a) For tomada no âmbito da celebração ou da execução de um contrato, na condição de o pedido de celebração ou execução do contrato apresentado pela pessoa em causa ter sido satisfeito, ou de existirem medidas adequadas, tais como a possibilidade de apresentar o seu ponto de vista, que garantam a defesa dos seus interesses legítimos; ou</p> <p>b) For autorizada por uma lei que estabeleça medidas que garantam a defesa dos interesses legítimos da pessoa em causa.</p>	<p>Art. 13.º Decisões individuais automatizadas 1. Qualquer pessoa tem o direito de não ficar sujeita a uma decisão que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que a afecte de modo significativo, tomada exclusivamente com base num T automatizado de dados destinado a avaliar determinados aspectos da sua personalidade, como por ex. a sua capacidade profissional...</p> <p><u>Exceções:</u> uma pessoa pode ficar sujeita a uma decisão do tipo referido no n.º 1 se a mesma:</p> <p>For tomada no âmbito da celebração ou da execução de um contrato, e sob condição de o seu pedido de celebração ou execução do contrato ter sido satisfeito, ou de existirem medidas adequadas que garantam a defesa dos seus interesses legítimos, designadamente o seu direito de representação e expressão; ou</p> <p>Quando a CNPD o autorize, definindo medidas de garantia da defesa dos interesses legítimos do titular dos dados.</p>
<p>Art. 16.º Confidencialidade do tratamento</p>	<p>Art. 17.º Sigilo profissional Responsáveis do T de DP e outras pessoas que tenham conhecimento dos dados, mesmo após o termo das suas funções; Membros da CNPD; Funções de assessoria à CNPD ou aos seus vogais.</p>

<p>Art. 17.º <u>Segurança do tratamento</u> EM → responsável pelo T</p> <p>↓</p> <p>medidas técnicas e organizativas para proteger os DP:</p> <ul style="list-style-type: none"> -destruição accidental ou ilícita -a perda accidental -alteração, difusão ou acesso não autorizados 	<p>Art. 14.º <u>Segurança do tratamento</u> responsável pelo T</p> <p>↓</p> <p>medidas técnicas e organizativas para proteger os DP:</p> <ul style="list-style-type: none"> -destruição accidental ou ilícita -perda accidental -alteração, difusão ou acesso não autorizados ... -qualquer outra forma de T ilícito <p>Art. 15.º <u>Medidas especiais de segurança</u> Responsáveis pelo T dos dados referidos no n.º 2 do art. 7.º e n.º1 do art.8.º</p> <ul style="list-style-type: none"> -controlo da entrada nas instalações, dos suportes de dados, da inserção, da utilização, do acesso, da transmissão, da introdução, do transporte. <p>A CNPD pode dispensar certas medidas de segurança, desde que se garanta o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados.</p> <p>CNPD pode cifrar a transmissão – quando a circulação em rede de DP (arts. 7.º e 8.º) ponha em risco direitos, liberdades e garantias dos seus titulares.</p> <p>Art. 16.º <u>Tratamento por subcontratante</u> Qualquer pessoa que, agindo sob a autoridade do responsável pelo T ou do subcontratante, bem como o próprio subcontratante, tenha acesso a DP não pode proceder ao seu T sem instruções do responsável pelo T, salvo por força de obrigações legais.</p>
<p>Art. 18.º <u>Obrigação de notificação à autoridade de controlo (AC)</u> EM → responsável pelo T ou o seu representante deve notificar a AC (art. 28.º) antes de um T</p> <p><u>Isenções:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -quando não prejudica os direitos e liberdades das pessoas em causa -manutenção de registos -n.º 2 alínea d) do art. 8.º 	<p>Art. 27.º <u>Obrigação de Notificação à CNPD</u> Responsável pelo T ou o seu representante deve notificar a CNPD antes da realização de um T ou conjunto de tratamentos, total ou parcialmente automatizados, destinados à prossecução de uma ou mais finalidades interligadas.</p> <p><u>Execeções</u> * – desde que não ponham em causa os direitos e liberdades dos titulares dos dados e tenham em conta critérios de celeridade, economia e eficiência T para manutenção de registos</p> <p>*Publicação em Diário da República</p> <ul style="list-style-type: none"> -finalidades do T -dados ou categorias de dados a tratar -titulares dos dados -destinatários -período de conservação dos dados
<p>Art. 19.º <u>Conteúdo da notificação</u> Os EM especificarão as informações que devem constar da notificação. Devem incluir, pelo menos, por ex:</p> <ol style="list-style-type: none"> nome e endereço do responsável pelo T e, eventualmente do seu representante finalidades do T personas em causa e dados destinatários transferências de dados previstas para países terceiros 	<p>Art. 29.º <u>Conteúdo dos pedidos de parecer ou de autorização e da notificação</u> Remetidos à CNPD</p>

<p>Art. 20.º Controlo prévio Para os tratamentos que representem riscos para os direitos e liberdades das pessoas em causa</p> <p>AC ↙ ↘ após notificação do responsável</p>	<p>Art. 28.º Controlo prévio (autorização da CNPD) -n.º 2 do art. 7.º e o n.º 2 do art. 8.º -art. 9.º -o T de DP relativos ao crédito e à solvabilidade dos seus titulares -a utilização de DP para fins não determinantes da recolha *podem ser autorizados por diploma legal, não precisando neste caso de autorização da CNPD.</p>
	<p>Art. 30.º - Indicações obrigatórias 1 - N.º 2 do art. 7.º, o n.º do art. 8, as autorizações da CNPD e os registos de T de DP, devem pelo menos, indicar: a) O responsável do ficheiro e, se for caso disso, o seu representante; b) As categorias de DP tratados; c) As finalidades a que se destinam os dados e as categorias de entidades a quem podem ser transmitidos; d) A forma de exercício do direito de acesso e de rectificação; e) Eventuais interconexões de T de DP; f) Transferências de dados previstas para países terceiros. 2 — Qualquer alteração das indicações constantes do n.º 1 está sujeita aos procedimentos previstos nos artigos 27.º (Obrigação de notificação à CNPD) e 28.º (Controlo prévio)</p>
<p>Art. 21.º Publicidade dos tratamentos A AC manterá um registo dos tratamentos notificados ↓ pode ser consultado por qualquer pessoa <u>Isenções</u> - tratamentos para manutenção de registos</p>	<p>Art. 31.º Publicidade dos tratamentos T dos DP quando não for objeto de diploma legal e dever ser autorizado ou notificado, consta de registo na CNPD, aberto à consulta por qualquer pessoa. <u>Exceções</u>: T para manutenção de registos CNPD – relatório anual - todos os pareceres e autorizações elaboradas ou concedidas ao abrigo da presente lei</p>
<p>Art. 22.º Recursos Em caso de violação dos direitos nos tratamentos.</p>	<p>Art. 33.º Tutela administrativa e jurisdicional Direito de apresentação de queixa à CNPD - qualquer pessoa pode, nos termos da lei, recorrer a meios administrativos ou jurisdicionais para garantir o cumprimento das disposições legais em matéria de proteção de DP</p>
<p>Art. 23.º Responsabilidade Direito de obter do responsável pelo T a reparação pelo prejuízo sofrido.</p>	<p>Art. 34.º Responsabilidade civil Qualquer pessoa – prejuízo – T ilícito de dados ou qualquer outro ato que viole disposições legais em matéria de proteção de DP tem o direito de obter do responsável a reparação pelo prejuízo sofrido.</p>
<p>Art. 24.º Sanções Em caso de violação das disposições adotadas nos termos da presente directiva.</p>	<p>Art. 35.º - Legislação subsidiária Às infracções previstas na presente secção é subsidiariamente aplicável o contra-ordenações, com as adaptações constantes dos artigos seguintes</p> <p>Art. 36.º Cumprimento do dever omitido Contra-ordenação - A aplicação da sanção e o pagamento da coima não dispensam o infractor do cumprimento do dever omitido, se este ainda for possível</p> <p>Art. 37.º Omissão ou defeituoso cumprimento de obrigações</p>

	<p>Contra-ordenação punível com coimas Ex: não notificam, falsas informações ou notificam, mas não de forma completa...</p> <p>Art. 38.º <u>Contra-ordenações</u></p> <p>Art. 39.º <u>Concurso de infracções</u> Se o mesmo facto constituir, ao mesmo tempo, crime e contra-ordenação, o agente é punido sempre a título de crime - as sanções serão cumuladas materialmente</p> <p>Art. 40.º <u>Punição de negligência e da tentativa</u> Negligência – punida nas contra-ordenações previstas no art.38.º Tentativa – punível nas contra-ordenações previstas nos arts. 37.º e 38.º</p> <p>Art. 41.º <u>Aplicação das coimas</u> Compete ao Presidente da CNPD sob prévia deliberação da Comissão</p> <p>Art. 42.º <u>Destino das receitas cobradas</u> (coimas) Estado e CNPD em partes iguais</p> <p>Art. 43.º <u>Não cumprimento de obrigações relativas a protecção de dados</u> -prisão até 1 ano ou multa até 120 dias Ex: fornecer falsas informações na notificação ou nos pedidos de autorização para o T de DP, interconexão ilegal de DP...</p> <p>Art. 44.º <u>Acesso indevido</u> (queixa) DP – prisão até 1 ano ou multa até 120 dias A pena pode ser agravada para o dobro dos seus limites quando, ex. violação das regras técnicas de segurança</p> <p>Art.45.º <u>Violação ou destruição de dados pessoais</u> -apagar, destruir, danificar, suprimir ou modificar DP – prisão até 2 anos ou multa até 240 dias; pode ser agravada para o dobro</p> <p>Art. 46.º <u>Desobediência qualificada</u> Quem, depois de notificado para o efeito, não interromper, cessar ou bloquear o T de DP – pena – crime de desobediência qualificada Outros casos...</p> <p>Art. 47.º <u>Violação do dever de sigilo</u> – prisão até 2 anos ou multa até 240 dias</p> <p>Art. 48.º <u>Punição da tentativa</u></p> <p>Art. 49.º <u>Pena acessória</u> Coimas+penas+pena acessória Ex: a publicidade da sentença condenatória</p>
--	---

<p>Art. 25.º Princípios Transferência de DP para países terceiros</p> <p>têm de assegurar um nível de protecção adequado Os EM e a Comissão informar-se-ão mutuamente dos casos em que consideram que um país terceiro não assegura um nível de protecção adequado. <u>Comissão</u> - se o país terceiro não assegurar um nível de protecção adequado, os EM impedirão qualquer transferência de dados de natureza idêntica para o país terceiro em causa.</p>	<p>Art. 18.º Princípio Transferência de DP na EU -livre circulação de DP entre EM da EU</p> <p>Art. 19.º Princípios Transferência de DP para fora da EU → Que sejam objecto de T ou que se destinem a sê-lo Só com o respeito da presente lei e se o Estado, em questão, assegurar um nível de protecção adequado - natureza dos dados, finalidade e duração do T... Esta decisão cabe à CNPD que comunica através do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Comissão Europeia, quando um Estado não assegura um nível de protecção adequado.</p>
<p>Art. 26.º Derrogações</p>	<p>Art. 20.º Derrogações</p>
<p>Art. 27.º Códigos de conduta Os EM e a Comissão promoverão a elaboração de códigos de conduta destinados a contribuir para a boa execução das disposições nacionais tomadas pelos EM nos termos da presente diretiva.</p>	<p>Art. 32.º Códigos de conduta A CNPD apoia/aprecia a elaboração de códigos de conduta para a boa execução das disposições da presente lei.</p>
<p>Art. 28.º Autoridade de Controlo EM → uma ou mais autoridades públicas fiscalização da aplicação no seu território das disposições adotadas pelos EM nos termos da presente directiva. Total independência para exercer as funções que lhes forem atribuídas.</p> <p>-poderes de inquérito: aceder aos dados objecto de T e recolher as informações necessárias ao desempenho das suas funções de controlo -poderes efectivos de intervenção - ex: ordenar o bloqueio, o apagamento ou a destruição dos dados -poder de intervir em processos judiciais no caso de violação das disposições nacionais adotadas nos termos da presente directiva ou de levar essas infracções ao conhecimento das autoridades judiciais As decisões da AC que lesem interesses são possíveis de recurso jurisdicional. N.º 5 Cada AC terá de elaborar periodicamente 1 relatório sobre a sua actividade, que será publicado. As AC cooperam entre si. N.º 7 Nos EM → os membros e agentes da AC estão sujeitos, mesmo após à cessação das suas actividades, ao segredo profissional.</p>	<p>Art. 21.º Natureza -entidade administrativa independente, com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República -exerce as suas competências em todo o território nacional -pode ser solicitada a exercer os seus poderes por uma AC de protecção de dados de outro EM da EU ou do Conselho da Europa -coopera com as AC de protecção de dados de outros Estados</p> <p>Art. 22.º Atribuições -controlar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de protecção de DP, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na lei. Poderes: -de investigação e de inquérito: pode aceder aos dados objeto de T e recolher todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções de controlo -de autoridade – ex: ordenar o bloqueio, apagamento ou destruição dos dados -de emitir pareceres prévios ao T de DP, assegurando a sua publicitação Não cumprimento das disposições legais em matéria de protecção de DP – a CNPD: 1 – pode advertir ou censurar publicamente o responsável pelo T 2 – suscitar a questão à AR, ao Governo ou a outros órgãos ou autoridades -pode intervir em processos judiciais no caso de violação das disposições da presente lei -deve denunciar ao Ministério Público as infracções penais de que tiver conhecimento -praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova</p> <p>Art. 23.º Competências</p>

	<p>Art. 24.º Dever de colaboração Entidades Públicas e Privadas devem colaborar com a CNPD – facultar todas as informações que lhes forem solicitadas</p> <p>Art. 25.º Composição e Mandato 7 membros: o Presidente e dois vogais eleitos pela AR segundo o método da média mais alta de Hondt; dois magistrados com mais de 10 anos de carreira: um magistrado judicial e um magistrado do Ministério Público e duas personalidades de reconhecida competência designadas pelo Governo. Mandato = 5 anos</p> <p>Art. 26.º Funcionamento</p>
<p>Art. 29.º Grupo de protecção das pessoas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais É composto por um representante da autoridade ou AC designados por cada EM → Será designado pela AC</p>	
Art. 30.º "Atribuições do grupo"	
<p>Art. 31.º Comitologia A Comissão será assistida por um comité composto por representantes dos EM e presidido pelo representante da Comissão.</p>	
<p>Art. 32.º "Disposição transitória" EM → directiva → o mais tardar 3 anos a contar da data da sua adoção EM → o T de dados já existente em ficheiros manuais à data de entrada em vigor das disposições nacionais tomadas nos termos da presente directiva cumprirá o disposto nos arts. 6.º, 7.º e 8.º no prazo de 12 anos a contar da data de adoção da presente directiva. Os EM comunicarão à Comissão o texto das disposições de direito interno que adoptem no domínio regido pela presente directiva.</p>	<p>Art. 50.º Disposição transitória Os tratamentos de dados existentes em ficheiros manuais à data da entrada em vigor da presente lei devem cumprir o disposto nos artigos 7.º, 8.º, 10.º e 11.º no prazo de cinco anos.</p>
<p>Art. 33.º "Relatório sobre a aplicação da Directiva" Referência ao T de dados de som e de imagem – aplicação da directiva a este tipo de dados.</p>	
<p>Art. 34.º "Destinatários" Os EM são os destinatários da presente directiva.</p>	
	<p>Art. 51.º Disposição revogatória São revogadas as Leis n.os 10/91, de 29 de Abril (Lei da Protecção de DP face à Informática), e 28/94, de 29 de Agosto (Aprova medidas de reforço da protecção de DP).</p>
	<p>Art. 52.º Entrada em vigor A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.</p>

Legenda:

AC – Autoridade de Controlo AR – Assembleia da República Art./Arts. – Artigo/Artigos CNPD – Comissão Nacional de Protecção de Dados DP – Dados Pessoais EM – Estados-Membros Ex./Exs. – Exemplo/Exemplos T – Tratamento UE – União Europeia

Notas:

- Os artigos que se encontram entre aspas não têm designação na Directiva. Foi-lhes atribuída uma designação por nós, de acordo com o seu conteúdo e de acordo com os artigos correspondentes na Lei n.º 67/98.

Anexo 3 - Programa da Conferência “Privacidade, Inovação e Internet”

Conferência Privacidade, Inovação e Internet

PROGRAMA

Moderação: José Gomes Almeida | Direção APDSI

09:00 *Receção dos participantes*

09:20 SESSÃO DE ABERTURA

Raul Mascarenhas | Presidente da Direção da APDSI

Ana Cristina Neves | Diretora de Departamento Sociedade da Informação da FCT

Francisco Ruiz Antón | Head of Public Policy and Government Relations Google Spain and Portugal

10:00 REVOLUÇÃO DO *BIG DATA*: DESAFIOS E BENEFÍCIOS

Manuel Pedrosa de Barros | Diretor Segurança das Comunicações, ANACOM

Manuel David Masseno | Lab UbiNET / Instituto Politécnico de Beja

Nuno Homem | Diretor-Geral, Mainroad

11:00 *Pausa para Café*

11:20 MOBILIDADE E *APPIFICATION*: OPORTUNIDADE OU DESAFIO?

Clara Guerra | Consultora Coordenadora, Comissão Nacional de Proteção de Dados

Luis Borges Gouveia | Professor Universitário, Universidade Fernando Pessoa

Micael Pereira | Jornalista, Expresso

Carlos Elavai | Project Leader, Boston Consulting Group

12:40 COMO DEVERIA/PODERIA SER UM CIBER-ESPAÇO EQUILIBRADO?

Pedro Veiga | ISOC, Presidente do Portugal Chapter

13:00 ENCERRAMENTO

Sérgio Silva Monteiro | Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações *

Raul Mascarenhas | Presidente da Direção da APDSI

José Gomes Almeida | Membro da Direção da APDSI

*a confirmar

30 | janeiro | 2015
Sala 2, Culturgest

Anexo 4 - Programa da Conferência "Liberdade Segurança Privacidade"



CONFERÊNCIA

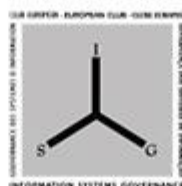
LIBERDADE SEGURANÇA PRIVACIDADE

Abertura:
Filipa Calvão *presidente da CNPD*

Oradores:
Francisco Seixas da Costa
José Pacheco Pereira
José Torres Sobral

Encerramento:
Almiro de Oliveira *presidente do ceGSI – Portugal*

3ª, 16 de Junho 2015, 10h
Lisboa – Auditório da Assembleia da República



www.iscsp.ulisboa.pt

Anexo 5 - Programa da Conferência "Privacidade e Segurança na Sociedade da Informação"



16 de dezembro | 09:15 – 13:00 horas

Auditório
Fundação Portuguesa das Comunicações

Coordenação: Grupo Segurança na Sociedade da Informação (GSSI) da APDSI

O Grupo "Segurança na Sociedade da Informação" (GSSI) da APDSI crê ser de grande utilidade para os decisores e para os cidadãos nacionais promover afirmativamente:

- a) A atualização de informação relativa à realidade vivida e observada nos domínios de Privacidade e Cibersegurança no último ano – em Portugal e na União Europeia;
- b) O debate sobre acontecimentos e ações que vários intervenientes (com responsabilidades diversas) perspetivam relativamente ao futuro próximo e de médio prazo nos domínios referidos.

Na realidade, importa trazer à discussão diversas questões relativas aos temas Privacidade, Proteção de Dados pessoais, Segurança da Informação, Cibersegurança, Consciencialização de cidadania, e outros julgados pertinentes cobrindo essencialmente a atualidade, o que surgiu de novo, o que emergiu e as tendências que se evidenciam ou que despontam.

Para que esta discussão seja representativa é fundamental terem-se em conta as diferentes perspetivas de várias entidades e organizações. A discussão do tema não constitui um fim em si mesmo, sendo antes uma etapa de uma discussão que se pretende continuada no tempo, no sentido de se facilitarem as ações e os posicionamentos adequados por partes dos diversos sectores nacionais (sociedade, privado e público).

PATROCINADOR PRINCIPAL



Patrocinadores Globais APDSI



PROGRAMA

08:30 *Registo dos participantes*

09:15 SESSÃO DE ABERTURA

José Gomes Almeida | Coordenador da Conferência | Direção – APDSI | GSSI – APDSI
Raul Mascarenhas | Presidente da Direção | APDSI
Hélder Vasconcelos | Vogal do Conselho de Administração | ANACOM

PRIVACIDADE E SEGURANÇA – IMPACTOS NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE

09:30 *Keynote Speaker*
Luis Mira Amaral | Presidente da Comissão Executiva - BancoBIC

TESTEMUNHOS E PERSPETIVAS – PLANO DA GOVERNAÇÃO EMPRESARIAL

09:50 *Keynote Speaker*
José Tribolet | Professor Catedrático – IST | Presidente do INESC

10:10 *Painel de Discussão*
Moderação: Luis Neto Galvão | Sócio – SRS Advogados | GSSI - APDSI

Rodrigo Simões de Almeida | *Country Manager* – MARSH Portugal
Ivo Antão | Vogal do Conselho de Administração – Luz Saúde

11:10 *Pausa para café*

TESTEMUNHOS E PERSPETIVAS – COMO ESTAMOS?

11:30 *Keynote Speaker*
José A. S. Alegria | Diretor de CyberSecurity e Privacidade - MEO

11:50 *Painel de Discussão*
Moderação: Magda Cocco | Sócia – VdA Advogados | GSSI - APDSI

José Carlos Martins | Coordenador – Centro Nacional de Cibersegurança
André Marquet | Presidente - Productized | Co-fundador da Beta-i
Sérgio Sá | Diretor Unidade de Negócio Estratégica da Prática de Segurança – UNISYS Portugal
| GSSI - APDSI

12:50 SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Manuel Barros | Líder do GSSI – APDSI | Diretor - ANACOM
José Gomes Almeida | Coordenador da Conferência | Direção – APDSI | GSSI – APDSI

13:00 *Fim da Conferência*

Anexo 6 - Justificação das Questões do Guião da Entrevista

Questões	Justificação das questões com base no Primeiro relatório sobre a implementação da directiva relativa à protecção de dados (95/46/CE), elaborado pela Comissão das Comunidades Europeias em 15.5.2003, em Bruxelas, com a referência COM (2003) 265 final
1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de protecção de dados pessoais para a legislação nacional	<p>“A Comissão adiou o relatório 18 meses porque os Estados-Membros têm sido lentos na transposição da directiva para o direito nacional”. Página 3</p> <p>“Mas os atrasos graves na implementação da directiva ocorridos na maioria dos Estados-Membros constituem a primeira e principal lacuna que a Comissão tem o dever de registar no que respeita à implementação da directiva – e que condena de forma inequívoca.” Página 10</p>
2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)	<p>“Noutros, a margem de manobra deixada pela directiva permite uma cooperação mais estreita entre as autoridades de controlo para obter a convergência necessária para ultrapassar as dificuldades que surgem de práticas demasiado divergentes entre Estados-Membros”. Página 7</p> <p>“A implementação de uma directiva deste género, ou seja, uma directiva que deixa uma margem considerável aos Estados-Membros, mas que também os obriga a respeitar uma quantidade significativa de pormenores, é, sem dúvida, uma tarefa complicada”. Página 10</p>
3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	<p>“A implementação de uma directiva deste género, ou seja, uma directiva que deixa uma margem considerável aos Estados-Membros, mas que também os obriga a respeitar uma quantidade significativa de pormenores, é, sem dúvida, uma tarefa complicada”. Página 10</p> <p>“Afigura-se claro que quando um Estado-Membro tenha ultrapassado os limites da directiva ou não tenha cumprido os seus requisitos, cria uma divergência que tem de ser remediada pela alteração da lei do Estado-Membro em questão”. Página 11</p> <p>“A total implementação da directiva requer normalmente (além da adopção da legislação de implementação) uma segunda fase que consiste na revisão de outra legislação que possa entrar em conflito com os requisitos da directiva e/ou a especificação de certas regras gerais, bem como a disponibilidade de garantias apropriadas quando sejam</p>

	utilizadas excepções previstas pela directiva”. Página 14
4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais	“A total implementação da directiva requer normalmente (além da adopção da legislação de implementação) uma segunda fase que consiste na revisão de outra legislação que possa entrar em conflito com os requisitos da directiva e/ou a especificação de certas regras gerais, bem como a disponibilidade de garantias apropriadas quando sejam utilizadas excepções previstas pela directiva.” Página 14
5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados	<p>“Um nível aparentemente baixo de conhecimento dos seus direitos entre os titulares dos dados, que pode estar na base do fenómeno anterior”. Página 13 → “Um cumprimento muito fragmentário das regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados, sem dúvida relutantes em alterar as suas práticas correntes para cumprir regras que podem parecer complexas e onerosas, quando o risco de serem penalizados parece reduzido”. Página 13</p> <p>“Uma conformidade acrescida implicará que responsáveis pelo tratamento dos dados prestem mais e melhores informações aos titulares dos dados sobre a existência do tratamento e os seus direitos ao abrigo da lei, com um efeito benéfico sobre o nível de sensibilização dos cidadãos em geral em matéria de protecção de dados”. Página 13</p> <p>“... e uma maior sensibilização dos titulares dos dados e dos responsáveis pelo tratamento dos dados quanto aos seus direitos e às suas obrigações”. Página 28</p>
6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	“...e uma maior sensibilização dos titulares dos dados e dos responsáveis pelo tratamento dos dados quanto aos seus direitos e às suas obrigações”. Página 28
7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	“Um cumprimento muito fragmentário das regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados, sem dúvida relutantes em alterar as suas práticas correntes para cumprir regras que podem parecer complexas e onerosas, quando o risco de serem penalizados parece reduzido”. Página 13
8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	“Um cumprimento muito fragmentário das regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados, sem dúvida relutantes em alterar as suas práticas correntes para cumprir regras que podem parecer complexas e onerosas, quando o risco de serem penalizados parece reduzido”. Página 13
9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo	<p>“Os recursos atribuídos ao controlo da execução são insuficientes e as acções coercitivas têm uma prioridade um tanto baixa entre as muitas tarefas das autoridades de controlo”. Página 12</p> <p>“A conformidade com a legislação será incrementada com a aplicação de medidas coercitivas mais vigorosas e eficazes”. Página 13</p>

	<p>“Um cumprimento muito fragmentário das regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados, sem dúvida relutantes em alterar as suas práticas correntes para cumprir regras que podem parecer complexas e onerosas, quando o risco de serem penalizados parece reduzido”. Página 13</p> <p>“No entanto, há poucos ou nenhum sinal da aplicação de medidas coercitivas pelas autoridades de controlo”. Página 19</p> <p>“A necessidade de se aplicar com mais vigor medidas coercitivas talvez venha a ser um tema nessas discussões bilaterais”. Página 23 Discussões entre os serviços da Comissão e os Estados-membros.</p>
10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo	<p>“Os recursos atribuídos ao controlo da execução são insuficientes e as acções coercitivas têm uma prioridade um tanto baixa entre as muitas tarefas das autoridades de controlo”. Página 12</p> <p>“As próprias autoridades de controlo em muitos Estados-Membros estão também preocupadas com estes fenómenos, em particular com a sua falta de recursos”. Página 13</p> <p>Fenómenos:</p> <p>“Um cumprimento muito fragmentário das regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados, sem dúvida relutantes em alterar as suas práticas correntes para cumprir regras que podem parecer complexas e onerosas, quando o risco de serem penalizados parece reduzido”. Página 13</p> <p>“Um nível aparentemente baixo de conhecimento dos seus direitos entre os titulares dos dados, que pode estar na base do fenómeno anterior”. Página 13 Fenómeno anterior – Parágrafo anterior</p> <p>“A escassez dos recursos atribuídos às autoridades de controlo deverá também ser debatida”. Página 23</p> <p>(A Comissão) “Encoraja também os Estados-Membros a dedicar mais recursos ao incremento da sensibilização, nomeadamente através dos orçamentos das autoridades de controlo nacionais”. Página 27</p>
11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas,	<p>O objectivo das tecnologias que aumentam a privacidade (TAP) é conceber sistemas e tecnologias de informação e de comunicação de maneira a minimizar a recolha e a utilização de dados pessoais e impedir formas ilegais de tratamento”. Página 16</p> <p>“Assim, uma das questões-chave é não só a de saber como criar tecnologias que aumentem realmente a privacidade, mas também como assegurar que essas tecnologias sejam adequadamente identificadas e reconhecidas como tal pelos utilizadores”. Página 16</p>

como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos	“Os produtos que respeitam a privacidade são produtos desenvolvidos em total conformidade com a directiva. Os produtos que favorecem a privacidade vão um pouco mais longe introduzindo alguns elementos que tornam os aspectos da privacidade mais facilmente acessíveis aos utilizadores, como, por exemplo, prestando informações muito conviviais aos titulares dos dados ou proporcionando formas muito fáceis de estes exercerem os seus direitos”. Página 16
12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados	“As transferências que requerem autorização e notificação criam sem dúvida um encargo administrativo considerável, tanto para os exportadores de dados como para as autoridades de controlo”. Página 20
13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo	“As transferências que requerem autorização e notificação criam sem dúvida um encargo administrativo considerável, tanto para os exportadores de dados como para as autoridades de controlo”. Página 20
14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	<p>“Apreciadas em função destes critérios, as divergências que ainda marcam a legislação dos Estados-Membros em matéria de protecção de dados são demasiado grandes”. Página 11</p> <p>Critérios: “A Comissão tem uma perspectiva dos objectivos políticos globais a atingir pela legislação do mercado interno que ultrapassa a mera livre circulação, devendo proporcionar condições equitativas aos operadores económicos nos diferentes Estados-Membros; ajudar a simplificar o enquadramento regulamentar no interesse, quer da boa governança, quer da competitividade; e tentar incentivar, em vez de restringir, a actividade transfronteiras no interior da EU”. Página 11</p> <p>“As divergências entre os direitos nacionais exigem soluções variadas - Uma vez que as divergências entre os direitos dos Estados-Membros têm causas diferentes e diferentes consequências, também exigem uma gama de soluções diferentes”. Página 11</p>

Anexo 7 - Entrevistas: documento a explicar como se irá processar a entrevista



As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores

Entrevista

A nossa investigação prende-se com “As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores” e a pergunta a que nos propomos responder é a seguinte: Quais os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a implementação e aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal?

Sendo que no nosso entendimento, a aplicação das diretivas comunitárias nos Estados-Membros passa por três momentos distintos: transposição (transpor as diretivas comunitárias para as leis nacionais dos respetivos Estados-membros), implementação (pôr em prática as medidas necessárias para atingir os resultados ou objetivos estabelecidos pelas diretivas) e utilização/aplicação (utilização diária das leis, ou seja fazer cumprir/aplicar as leis - etapa final,), gostaríamos que nos transmitisse a sua opinião relativamente às barreiras e facilitadores existentes em cada momento, ou seja:

1. Quais os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a transposição das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal?
2. Quais os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a implementação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal?
3. Quais os fatores (barreiras e facilitadores) que influenciam a utilização/aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal?

Assim, para maior facilidade de resposta a estas questões, sugerimos a resposta a um conjunto de 14 questões apresentadas no quadro que segue em anexo, onde poderá igualmente, acrescentar outros fatores - barreiras e facilitadores - que considerar oportunos.

Muito Obrigada

Ana Filipa da Cruz Santos

Orientador: Professor Dr. Rui Carlos Pereira

Coorientadora: Professora Doutora Maria Helena Monteiro

Anexo 8 - Entrevistas: Guião das Entrevistas



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores

Entrevista a _____

Data: __/__/__

Questões	Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		Barreira (S/N)____ Facilitador (S/N)____ Porquê:	Barreira (S/N)____ Facilitador (S/N)____ Porquê:	Barreira (S/N)____ Facilitador (S/N)____ Porquê:
2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		Barreira (S/N)____ Facilitador (S/N)____ Porquê:	Barreira (S/N)____ Facilitador (S/N)____ Porquê:	Barreira (S/N)____ Facilitador (S/N)____ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

<div>Questões</div> <div>Fases</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
3) Considera que os Estados-membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

<div>Questões</div> <div>Fases</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos <u>titulares dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:
6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

<div>Questões</div> <div>Fases</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
<p>8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

<div>Questões</div> <div>Fases</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porque:	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porque:	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porque:
10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação <u>das autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porque:	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porque:	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porque:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Questões	Fases	Transposição	Implementação	
<p>11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>				
<p>12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos <u>exportadores de dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>				

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Questões	Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:
14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte:

<div>Fases</div> <div>Questões</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:

Muito Obrigada pela sua colaboração!
 Ana Filipa da Cruz Santos

Anexo 9 - Resposta da ANACOM ao Pedido de Realização da Entrevista

07/09/2016

Resposta a FILIPA SANTOS - RE: Resposta a FILIPA SANTOS - ... - Filipa Santos

Resposta a FILIPA SANTOS - RE: Resposta a FILIPA SANTOS - Tese de Mestrado - Proteção de Dados Pessoais - [XEO112057210:111018314]

Reclamações/pedidos Informação/sugestões

seg 01-02-2016 09:18

Para:

Importância: Alta

2 anexos (110 KB)

Explicacao_Questoes_Entrevista.docx; Questoes_Entrevista.docx

Cara Sra. Filipa Santos,

Lamentando, antes de mais, o atraso na nossa resposta, propomos-lhe que nos contacte telefonicamente para o número 21 721 25 15, entre as 15h00 e as 17h00 de qualquer dia útil da próxima semana, para discutirmos o pedido de informação apresentado.

Em qualquer caso, adiantamos, desde já, o seguinte:

- a competência para a supervisão do disposto na lei em matéria de proteção de dados pessoais, no essencial e no que respeita ao âmbito quer da Diretiva relativa à proteção de dados pessoais [1], quer da Diretiva relativa à privacidade e às comunicações eletrónicas [2], encontra-se cometida, em Portugal, à Comissão Nacional de Proteção de Dados; e
- nesta matéria e sendo certo que constitui uma sua atribuição contribuir para garantir um elevado nível de proteção dos dados pessoais e da privacidade, à ANACOM apenas foram cometidas competências específicas e localizadas em matéria de privacidade no setor das comunicações eletrónicas, nomeadamente no que respeita à matéria da segurança do processamento.

Com os melhores cumprimentos,

Aida Oliveira

Coordenadora do Serviço de Atendimento ao Público

[1] Diretiva n.º 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

[2] Diretiva n.º 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas, alterada pela Diretiva n.º 2006/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006, e pela Diretiva n.º 2009/136/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009.

Cara D.ª Aida Oliveira,

Agradeço desde já a sua resposta.

Considerando que o tema da minha tese de mestrado é: As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores e pelos conteúdos que tive oportunidade de ver no site da ANACOM o que teria maior interesse para o trabalho em questão seria falar por exemplo com a responsável pela Direção de Regulamentação e Assuntos Jurídicos.

Envio os documentos que servem de suporte à entrevista para que possam ter uma melhor noção do que se pretende, adiantando já, que a entrevista é composta por 14 questões em que o entrevistado poderá considerar a questão como sendo uma barreira e/ou um facilitador, ambas as opções ou nenhuma delas à aplicação das diretivas comunitárias de proteção de dados pessoais em Portugal.

Coloco ainda a sugestão de, na impossibilidade da realização da entrevista ser feita presencialmente, esta poder-se-ia realizar por email.

<https://outlook.live.com/owa/?viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=AQMkADAwATY0MDABLkzZMwA4LTikYjMIMDACLTAwCgBGAAADzkSZvyhEZ...> 1/3

07/09/2016

Resposta a FILIPA SANTOS - RE: Resposta a FILIPA SANTOS -... - Filipa Santos

Ficarei a aguardar resposta.
Muito obrigada.
Com os meus melhores cumprimentos,
Filipa Santos

From: info@anacom.pt
To:
Subject: Resposta a FILIPA SANTOS - Tese de Mestrado - Proteção de Dados Pessoais
Date: Thu, 26 Nov 2015 09:32:22 +0000

Exmª Senhora Filipa Santos

Acusamos a receção do e-mail em referência que nos mereceu a melhor atenção.

Solicitamos que especifique melhor os assuntos a discutir com a ANACOM, de forma a permitir que internamente seja identificada claramente a área/departamento que melhor poderá dar resposta às questões que pretende ver esclarecidas e agendada na reunião solicitada.

Com os melhores cumprimentos.

Aida Oliveira

Coordenadora do Serviço de Atendimento ao Público

Data de Entrada: Quinta-feira, 23 de Julho de 2015 15:20:13

Boa tarde,

O meu nome é Filipa Santos e encontro-me a frequentar o mestrado em Gestão e Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, mais precisamente a desenvolver a minha tese de mestrado com o seguinte tema: As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores.

Assim, venho por este meio solicitar se me podem indicar uma pessoa da ANACOM que esteja por dentro destas áreas e que tivesse disponibilidade para me conceder uma entrevista. No caso da impossibilidade de ser presencialmente, também poderia enviar as questões para a pessoa em causa responder.

Muito Obrigada pela disponibilidade.

Com os meus melhores cumprimentos,

Filipa Santos

Para responder a esta mensagem, inclua, por favor, no texto ou no assunto da sua mensagem a(s) seguinte(s) referências:

[XEO110935107:107728525]

Pense no ambiente. Imprima o conteúdo desta mensagem apenas se for absolutamente necessário.

Este email e ficheiros em anexo são confidenciais e destinados somente ao conhecimento e utilização da(s) pessoa(s) ou entidade(s) a quem foram endereçados. Se recebeu este email ou anexos por erro, ou a eles teve acesso não sendo o destinatário, por favor

<https://outlook.live.com/owa/?viewmodel=ReadMessageItem&ItemID=AQMkADAwATY0MDABLTkzMwA4LTkYjM1MDACLTAwCgBGAAADzkSZvyhEZ...> 2/3

Anexo 10 - Entrevistas: Transcrição da Entrevista ao Engenheiro José Gomes de Almeida

Entrevista ao Engenheiro José Manuel Gomes de Almeida

Data: 25/06/2015

1) **Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é uma barreira e/ou um facilitador?**

O prazo de transposição não está mal. Não é grave. Não é isso que resolve os problemas.

Barreira ou **Facilitador**, a **Transposição**? Na prática é um **Facilitador** e porquê? Normalmente uma nova legislação é mais lata na sua abrangência. Pontualmente pode trazer algumas coisas que desagradam a algumas pessoas, mas é uma legislação sempre mais lata do que aquela que nós temos. Em termos legislativos, estandardiza ao nível da União Europeia, o que é importante. Note que hoje não é completamente correto nós falarmos na importância da proteção de dados pessoais só no contexto de Portugal, não só porque estamos na União Europeia (para o bem e para o mal), mas também porque somos obrigados a seguir as diretivas. Quanto mais tardarmos a adotar estas soluções, pior, pois atrasamo-nos relativamente aos outros e não beneficiaremos praticamente nada.

Ao mesmo tempo há que ter em conta que o “ambiente digital” alterou-se muito. Praticamente quando apareceu a internet, apareceu o ciberespaço. O ciberespaço não tem fronteiras, pelo que a proteção de dados tem que incidir fundamentalmente na informação que esteja *on-line* e atualmente quase toda ela está *on-line* e muitas vezes não está bem protegida de acessos indevidos. Em teoria, ao estar *on-line*, qualquer pessoa que esteja no Afeganistão, no Cazaquistão ou na China, pode ir buscar informação esteja ela onde estiver, desde que consiga obviamente furar adequadamente. O que é que eu quero dizer com isto é que a legislação nacional, para determinadas coisas, sobretudo que estejam ligadas a ciberespaço, já não é adequada.

Não se consegue proteger com facilidade a informação. É evidente que a montante e na origem disto tudo está a proteção de dados pessoais dos cidadãos portugueses, dos cidadãos que estão em Portugal ou que trabalham em Portugal. De algum modo os dados das organizações, não sendo pessoais, têm também que ser protegidos. A preocupação é semelhante. Há dados/informações sensíveis que têm de ser protegidos e por mais esforços que nós façamos, possivelmente nalguns

casos temos que abrir, por legislação, a possibilidade de determinadas entidades virem cá buscar informação. Em princípio Portugal colaborou a par dos outros países da União Europeia, na elaboração da diretiva comunitária e foi nesse período basicamente que teve possibilidade de pôr as suas sugestões, as suas dúvidas, as suas barreiras, etc. Na prática, do meu ponto de vista, é um **Facilitador** na primeira fase.

Na **implementação**, não vejo que seja **Barreira**. Não é **Barreira** mas também não é **Facilitador**, ou seja, nestas fases não é tão relevante. Na realidade não creio que alguma entidade ou algum país esteja a fazer contravapor. Obviamente que às vezes as coisas são complexas: o organismo X ou o organismo Y diz que não consegue aplicar determinada coisa. Não acho preocupante o assunto. Basicamente, não é por haver uma legislação que enquadra uma diretiva, que o assunto fica resolvido.

Na **utilização e aplicação**, não é **Barreira** nem **Facilitador**.

2) **Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é uma barreira e/ou um facilitador?**

Facilitador não é. Está no meio. Também não é **Barreira** porque o que se passa é que há uma inércia própria, maior do que nós gostaríamos, por parte do setor público. Basicamente o setor público, quando é necessário responder a legislação nova, não facilita. Só por si e neste caso, não me parece que seja uma grande **Barreira**.

Não sei porque é que não põe a hipótese de, mas pense antes de adotar a ideia, arranjar uma outra escala: **Barreira**, **Facilitador** e Intermédio. Claro que a maior parte das pessoas vão responder Intermédio, mas terá mais significado se alguém responder desta forma. Eu não sou capaz de afirmar se é **Barreira** se é **Facilitador**, está algures no meio. Em grande parte, conforme o assunto a que se refere a legislação, ou é um assunto mais urgente e nesse caso aquilo que a diretiva exigir pode ser uma **Barreira** ou um **Facilitador** à mudança. Apesar de ser um assunto importante, mas não urgente, pois penso que não há nada que se vá resolver só porque no dia a seguir vai aparecer uma diretiva, eu não consigo dizer se é **Facilitador** ou se é **Barreira**. Naturalmente que se a Filipa falar com outras pessoas, por exemplo da Polícia Judiciária, poderão responder-lhe que é uma **Barreira**, pois têm necessidades próprias que poderão ser resolvidas com nova legislação. Se conseguir falar por exemplo com a Dr^a Maria José Morgado do Ministério Público, que é uma pessoa muito ativa e que está sempre a queixar-se, com lógica, precisamente de que os sistemas de informação de que precisa

na sua ação profissional, não estão interligados e muitos não lhe estão disponíveis diretamente (o que é difícil de compreender) para saber determinadas informações de natureza criminal. Pelo que parece os seus serviços só conseguem fazer essas consultas por via postal. Tudo isto é pouco lógico na época atual. Se fizer o mesmo tipo de pergunta que me está a fazer a alguém que esteja “com a mão na massa”, de certeza que vai ter respostas diferentes das minhas e até mais concretas: “isso é uma **Barreira** porque eu não posso fazer “isto e aquilo”, preciso de fazer “aquilo e aqueloutro” e enquanto “isto não sair”, eu não posso fazer o que de facto preciso.

Enquanto cidadão, não tenho necessidades especiais nem expectativas especiais relativamente à legislação, no sentido em que me obrigue a alterar ou apressar qualquer coisa de que eu precise fazer no meu trabalho. Eventualmente, uma entidade que tenha começado ou que pretenda começar a desenvolver uma aplicação informática de média ou grande dimensão, tem necessidade de saber que regras é que vai transmitir a quem vai desenvolver a aplicação, pelo que tem urgência em que a legislação saia e em saber detalhadamente qual o impacto que a legislação provoca no seu funcionamento normal, para que possa ajustar as suas regras e práticas às novas condições legais. Pode ser uma **Barreira** ou um **Facilitador**, conforme as necessidades que cada um tem.

Na **implementação** e na **utilização/aplicação** a lógica é a mesma.

3) Considera que os Estados-membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é uma barreira e/ou um facilitador?

É sempre uma **Barreira**, pelo menos durante a transposição e enquanto as novas regras são absorvidas pelos vários agentes. Eu não diria que é uma **Barreira** completa, mas é uma **Barreira** mediana.

Repare que a legislação nova tem regras novas, o que obriga a que os sistemas de informação do sector público e também do sector privado, mas sobretudo os do sector público, sejam reajustados. Quando há uma diretiva, ela vai ter que ser repercutida na legislação nacional, não a diretiva em si mas a legislação que decorre da diretiva. Ao mesmo tempo que os serviços públicos têm que ajustar os seus procedimentos, também os funcionários que estão na retaguarda ou os que estão na frente do balcão têm que ajustar os seus procedimentos. Eis um pequeno exemplo: numa loja do cidadão, um empregado do serviço da Administração Tributária tem que esclarecer um qualquer cidadão que se lhe dirija explicando-lhe “a partir de agora, não é assim, passa a ser desta maneira, etc.”. De facto, não é só o sistema de informação automatizado que tem que mudar, não são só os programas

informáticos que têm de ser alterados, também as pessoas têm de alterar as informações que prestam e eventualmente os formulários que usavam. Estas alterações demoram algum tempo a ser absorvidas pelos serviços.

Um outro exemplo, sobre outro assunto que provoca ciclicamente a existência de erros e que decorre de alterações cíclicas de legislação, refere-se ao processo anual de colocação de professores. Desde há muitos anos (desde que eu me lembro e eu já tenho muitos anos de vida profissional) que o Ministério da Educação não consegue ter um processo de colocação de professores sem turbulência, evidenciada pelos programas informáticos desse ano (julgo que todos os anos eles são alterados). Porquê? Basicamente porque todos os anos há alterações de regras na legislação. Em consequência disso, as pessoas (professores e funcionários do Ministério) têm que saber como é que são as novas regras. Obviamente que as novas regras têm que ser previamente comunicadas a quem vai alterar toda a programação informática. Qualquer alteração de programas informáticos (que pode ter muita ou pouca extensão e complexidade) para ser consistente, pressupõe que os requisitos tenham sido muito bem explicitados e que as aplicações alteradas sejam muito bem testadas (o que, quando não é adequadamente feito, provoca mau funcionamento das aplicações). Muitas vezes e por influência do clima emocional que aparece habitualmente associado, há posições inadequadas por parte da gestão dos processos querendo atribuir responsabilidades pela turbulência ao “desgraçado” que vem no fim do processo, embora na realidade os problemas começaram no início do processo. Importa perceber-se que quando se alteram regras que estão em vigor isso tem sempre um impacto operacional muito grande. Obviamente que este tipo de problema não acontece só com o Ministério da Educação. Qualquer coisa que altere as regras a montante tem impacto em todo o funcionamento do organismo. Em termos operacionais isto é uma **Barreira**.

A transposição não é **Barreira**. Notar que nada disto é **Facilitador**, mas também não é **Barreira**, está entre os dois.

A **implementação** é **Barreira** e na **utilização/aplicação** há-de ser numa fase inicial, mas isto acontece como em qualquer sistema quando há alteração, principalmente se as alterações forem grandes, haverá como que um novo período “de infância”. Portanto, durante algum tempo esta questão é problemática. É simples, são regras diferentes, as pessoas estiveram anos a programar as coisas de determinadas maneiras.

- 4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é uma barreira e/ou um facilitador?

Existe legislação que penso não estar muito mal. Portugal tem uma característica muito interessante, é “bom aluno” em muitas coisas, tem legislação muito boa, é muito avançado em muitas áreas. No entanto, a parte comportamental é que é problemática. Tem muita dificuldade em fazer as coisas bem, faz-se muitas coisas de uma maneira algo impetuosa (isso tem a ver com a maneira de ser portuguesa). Muitas vezes fazem-se bem as coisas, apresentam-se e implementam-se coisas interessantes e depois considera-se que está tudo em condições de funcionamento autónomo e (quase) nunca mais se liga às coisas. Qualquer sistema tem, de um modo geral, um ciclo de vida. Esse ciclo de vida tem (numa perspetiva simplista) três fases: **Infância**, em que os problemas surgem por estar a aprender, por ter dificuldades de funcionar em ambiente novo ao qual se está a adaptar; **Vida Útil** (que é mais ou menos curta conforme os casos); **Velhice** (que é mais evidente nuns sistemas do que noutros). Portanto, quanto mais cedo um sistema de informação sofrer alterações de regras que lhe são fundamentais para o funcionamento, mais curta será a sua vida útil, a menos que ele seja ajustado ou substituído. Há que ter em atenção que se o sistema é corrigido para funcionar segundo novas regras, muito diferentes das que antes estavam em vigor, ele entra num período com (mais ou menos) falhas. (Quando uma pessoa é operada a qualquer coisa complicada, ela terá que passar obviamente por um período de recuperação.)

O tema “proteção de dados pessoais” continuará a evoluir, por causa de preocupações de diversa natureza (liberdade das pessoas, securitária, ação criminosa, etc.). O tema está na ordem do dia. A legislação existente constitui uma proteção razoável dos direitos relativos à privacidade. Obviamente que não é o fato de haver uma nova lei resultante de uma diretiva que faz com que todo o sistema de proteção de dados nacional funcione melhor. Repare, de alguma maneira, as três etapas que menciona no inquérito têm que ver com as fases do ciclo de vida que lhe referi atrás: **transposição e implementação <> infância; utilização <> vida útil; futura nova diretiva** (não está referida pois ainda é cedo para isso, mas isso irá acontecer) <> **velhice**.

Tanto para a questão 3 como para a 4, vai com certeza receber respostas diferentes, conforme as pessoas que está a entrevistar. Creio que, por exemplo, se falar com uma Procuradora do Ministério Público, ela vai dizer que a não existência da diretiva é uma **Barreira**, porquanto ela precisa de que tudo o que faz esteja enquadrado por lei e quanto mais rica ela for melhor para o seu trabalho. Por exemplo, para um governo que tem que proteger e garantir o bem-estar dos cidadãos e da sociedade em geral, que tem que procurar equilibrar o funcionamento de muitos órgãos públicos, e de repente toda a gente cumprir rigorosamente o que está na lei, provavelmente o país pára no dia seguinte. Num outro exemplo: uma pessoa da PJ também vai dizer provavelmente que a existência de uma nova lei com mais restrições, com novas situações previstas, com mais requisitos, etc. – faz com que

o adiamento da transposição seja uma **Barreira**. Ao aparecer uma nova legislação, para aquele organismo, ela é facilitadora para aquilo que lhe interessa especificamente. Por tudo isto, é importante ter várias perspetivas.

5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Como cidadão só posso responder: tudo o que se conseguir de modo a que o cidadão conheça os seus direitos, é sem dúvida um elemento **Facilitador**. No entanto há que ter em conta que em Portugal existe uma grande percentagem de cidadãos analfabetos, a que acresce uma outra percentagem de cidadãos iletrados. O que é que quero dizer com isto? É que quanto mais iletradas forem as pessoas, menos conhecimento e menos consciência elas conseguem ter em relação a este assunto. Para além disto, há que considerar a forma muito despreocupada como muitos jovens (e também adultos) utilizam redes sociais. Aqui a questão já poderá não estar relacionada com iliteracia, mas antes com novos modelos de comportamento em que é evidenciada alguma imaturidade em relação às matérias de proteção de dados, de privacidade, de segurança.

Eu pertenço a um nível etário “antigo”. Qualquer pessoa que olha para estes assuntos não consegue pôr de parte toda a sua experiência de vida e naturalmente todo o seu conhecimento. É natural que quanto mais jovem for a pessoa que entrevistar encontre uma menor preocupação relativamente a estes assuntos. Por exemplo: um garoto que recebeu como prenda, ainda antes de entrar na escola, um *tablet* para se entreter, incluindo navegar na Internet (tanto quanto conseguisse e sem acompanhamento paternal específico), sem que alguém o tenha orientado na utilização de *facebook* e coisas parecidas, vai descobrindo “como fazer” muito provavelmente de forma errada. Falar-lhe em proteção de dados pessoais é chinês. Esse garoto vai tornar-se jovem e depois adulto. Se ele não for consciencializado ao longo do tempo sobre assuntos importantes para a formação do seu carácter, alguma coisa vai correr muito mal.

O conhecimento dos direitos por parte do cidadão é sempre um **Facilitador**. Creio que de um modo geral os cidadãos praticamente não participam na transposição, sobretudo porque não estão habituados a participar em “coisas públicas”. Quando muito, intervém na **implementação** e na **utilização/aplicação**. Obviamente que quando um cidadão não tem conhecimento dos direitos, sejam eles quais forem, isso corresponde a uma **Barreira** para quem quer pôr a funcionar a legislação em modo real. Se fizer a pergunta a alguém da área securitária, provavelmente considerará um **Facilitador**, sobretudo porque sem conhecimentos, o cidadão dificilmente saberá agir ou reagir

“inteligentemente” em caso de necessidade. Portanto quando há conhecimento por parte do cidadão e pressupondo que é tudo bondoso, a implementação das regras há-de ser mais fácil.

6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Como já referi antes, a participação do cidadão na **transposição** (como em muitas outras coisas) acontece muito pouco, creio que tanto em Portugal como em muitos outros países. Por um lado o cidadão não está organizado e é apático em relação a assuntos que lhe dizem respeito diretamente, por exemplo, veja-se o que acontece com as eleições: há sempre uma grande percentagem de cidadãos que se abstém de votar. Por outro lado, existe também alguma hipocrisia por parte do sector público, pois é algo ligeiro no que toca a aumentar a participação do cidadão. De um modo geral, os serviços públicos querem “pôr cá para fora” o mais depressa possível a legislação e quanto menos barreiras práticas encontrarem melhor. Isto é cínico, mas estou convencido de que é assim.

Direitos e obrigações correspondem a um elemento **Facilitador**. Embora na prática seja mais fácil as pessoas lembrarem-se dos seus direitos e esquecerem-se dos seus deveres. Com a distância com que estes assuntos de legislação são tratados, por norma há que pressupor que a pessoa tanto é consciente em relação aos direitos quanto em relação às obrigações, desde que esses direitos e obrigações tenham sido divulgados aos cidadãos com grande amplitude, por formas diversas e durante período de tempo razoável (o que penso que não aconteça habitualmente).

7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Os responsáveis pelo tratamento dos dados normalmente são funcionários em organizações públicas (ou privadas nalguns casos). Mais uma vez: hoje em dia já há legislação de proteção de dados. Obviamente que ela pode/deve ser melhorada e atualizada em muitos aspetos, mas isso não significa por si só que a legislação ainda em vigor seja inadequada. Mesmo antes da nova diretiva, entidades públicas que têm responsabilidades especiais em relação aos dados pessoais de praticamente todos os cidadãos deste país mostraram ser fácil aceder a esses dados, sobretudo por fraquezas na gestão (que parecem vir de muito tempo atrás).

Tem a obrigação de não ser **Barreira**, tem que ser sempre **Facilitador**. Penso que isto só será considerado **Barreira** por parte de uma qualquer polícia, porque essas entidades é que precisam, em princípio, de ir buscar informações pessoais e poderão considerar unilateralmente que isso lhes é permitido desde que recorram a argumentos táticos para tornar legais as suas ações. Para tudo o resto tem que ser um **Facilitador**. Haverá algumas situações que podem corresponder a exceções, que estão a meio termo, por exemplo: as Finanças têm os inspetores tributários (não são polícias) que têm algumas responsabilidades que podem levá-los a considerar isto como Barreira.

8) **Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?**

No que se refere à **transposição** a resposta é no meio.

Quanto à **implementação** pode ser uma **Barreira** (está relacionada com a pergunta anterior). Demora sempre tempo a implementar novos procedimentos “dentro de casa”, por mais simples que sejam, pelo que podem ser considerados como **Barreira** ao funcionamento normal. Isso não quer dizer que sejam Barreiras na **utilização e aplicação**.

9) **Considera que a aplicação de medidas coercivas nesta matéria pelas autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?**

Por exemplo e baseando o comentário em notícias de jornais: penso que em relação a um pedido apresentado pela PSP para utilizar um *drone* como apoio à vigilância de um jogo de futebol, a resposta por parte da CNPD foi negativa, naturalmente baseada na legislação atual. Enquanto cidadão penso que a aplicação de medidas coercivas é um **Facilitador**, porque na realidade corresponde a alguém (mandatado oficialmente), que está a verificar se está a haver utilização ilegítima, baseado numa legislação com uma lógica de proteção de direitos e liberdades e garantias básicas, onde se integram os dados pessoais. Qual é o bem maior? É proteger a sociedade no seu conjunto ou é proteger as pessoas que foram ver o jogo de futebol Sporting-Benfica? A discussão deste dilema não é fácil para muitos. (Há poucos dias atrás vi uma fotografia interessante de uma sinalização que terá sido instalada num determinado sítio de Inglaterra (pressupondo que não é piada de Internet) e que tem escrito por baixo da imagem de uma câmara: *“This camera is here, so if you don’t agree you can blame the guy who as where pupping”*).

Na **implementação** e na **aplicação**, claro que sim. Na **transposição** já não tem grande lógica.

10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Para a **transposição** não é **Barreira**. Para a **implementação** pode ser uma **Barreira** se não se tiver os recursos necessários. Se a entidade não tiver os recursos necessários, a nova legislação não impede mas dificulta. Uma entidade que tem que alterar as suas aplicações informáticas e os seus procedimentos internos porque a legislação altera as regras, vai tentar seguir as regras só com base no seu entendimento da legislação, mas de vez em quando vai ter de confirmar junto da Autoridade de Controlo se está a fazer bem, se é assim que se faz. Se a Autoridade de Controlo não tiver recursos adequados, a capacidade de resposta será inadequada com impacto na **implementação**. Na **utilização/aplicação** se não tiver os recursos necessários é uma **Barreira**. Note que, por mais precisa que seja a lei, ela será suficientemente explícita para uma grande parte de situações, mas haverá sempre casos em relação aos quais existem dúvidas se se enquadram ou não naquela legislação. Quem quer aplicar um novo procedimento vai ter que pedir autorização à Autoridade de Controlo. A Autoridade de Controlo vai continuar a ser solicitada. Nunca, penso eu, a produção de uma lei resolve todos os problemas. Por exemplo, desde há muito tempo que um dos grandes “utilizadores” do serviço da CNPD é (ao que julgo saber) o Ministério da Segurança Social. A todo o tempo os seus serviços encontram-se perante situações relativamente às quais não conseguem concluir pela licitude de ações subsequentes pelo que necessitam de esclarecer e/ou receber autorização junto da CNPD. Ao contrário do que muitas pessoas pensam a legislação em vigor tem sempre pontos que são suscetíveis de serem interpretados de diferente forma pelas pessoas ou pelas organizações.

11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é uma barreira e/ou um facilitador?

As **tecnologias** são um **Facilitador** na perspetiva da proteção de dados. São também **Barreira** porque dificulta a ação de quem quiser ilicitamente ir buscar dados pessoais, mas não são uma **Barreira** intransponível. De uma maneira geral, há soluções tecnológicas para “tudo e mais umas botas”, portanto há soluções mais ou menos fáceis para acessos ilícitos.

Hoje em dia praticamente toda a informação encontra-se registada e armazenada numa base de dados qualquer e frequentemente até estão *on-line*, mais ou menos protegidas, por *firewalls* e outros mecanismos técnicos.

Note que, de vez em quando, vimos nas notícias que em Inglaterra foram perdidos dois DVD's com os dados pessoais de não sei quantos beneficiários da Segurança Social. Um funcionário levava os DVD's na mão e esqueceu-se deles em cima de um banco da estação. Eis um caso que mostra que nestas questões da proteção de dados nem sempre a vulnerabilidade advém dos sistemas tecnológicos, mas antes das componentes manuais. Qualquer sistema de informação trata dados. Os sistemas de informação têm subsistemas e componentes e integram naturalmente partes manuais (com intervenção principalmente humana): alguém que preenche um papel, que copia num papel um número de um lado para outro, alguém que cria uma *flash pen* e a leva para qualquer lado e isso não pode ser negligenciado.

Há poucos anos atrás, nos EUA, foi detetada uma situação de *fishing*, em que os administradores de várias empresas receberam uma carta simulada, em nome da Administração Tributária americana, comunicando-lhes que tinham perdido alguns dos seus dados e precisavam que eles lhes enviassem novamente – algumas das empresas responderam, por carta.)

Não são só as partes tecnológicas que são alvo da legislação. Para a proteção é um **Facilitador**, no mínimo porque obriga a que um pirata qualquer que queira aceder a uma estrutura tecnológica tenha que saber muito mais do que um pirata vulgar. É sempre um **Facilitador** da proteção.

12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados é uma barreira e/ou um facilitador?

13) Considero que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Na **Transposição** isto não faz sentido, não se adequa. Na **Implementação/Utilização** o processo é semelhante.

O processo de transferência se for feito como deve ser, é um Facilitador da proteção de dados individuais, tanto por meios tecnológicos como por meios manuais. Se tiver um sistema informático, ou se entretanto mandou fazer no seu organismo uma nova aplicação informática ou uma nova estrutura de bases de dados e quer passar os dados de uma base de dados para outra, se arranjar

forma de transmitir os dados em claro, enquanto não estão no outro lado há um período de vulnerabilidade ou se os transmitir de forma cifrada, a vulnerabilidade fica muito reduzida. Se alguém tiver acesso aos dados vai ter que quebrar a chave de cifragem, etc.

Depende da forma como for feita a transferência. Se for feita de modo consciente e tecnicamente adequado é um **Facilitador** de proteção de dados pessoais. É claro que há sempre possibilidade de haver problemas, podendo alguns deles serem de natureza não tecnológica. Por exemplo, no caso do acontecido com o sistema CITIUS, perderam-se várias pastas numa transferência física, ao mesmo tempo que o sistema remodelado não funcionou com normalidade durante muito tempo.

Não me parece lógico que as Autoridades de Controlo façam transferências de dados pessoais.

No caso dos bancos todos têm departamentos de auditoria. Quando vão fazer uma auditoria a um sistema informático, têm que garantir que os dados pessoais a que estão a aceder no âmbito da sua ação estão protegidos de fugas de informação e de outras ameaças. Isso corresponde a ter uma Autoridade de Controlo empresarial a atuar.

14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são uma barreira e/ou um facilitador?

Não conheço especificamente a realidade dos outros países, mas julgo que estarão mais ou menos ao mesmo nível que Portugal, têm os mesmos tipos de problemas que nós temos. Se com a Inglaterra, que está nos domínios tecnológicos mais avançada que nós, acontecem de vez em quando situações “patetas”, por exemplo: “o serviço X perdeu centenas de milhares de dados de contribuintes no metropolitano”. Na realidade, situações anormais acontecem em todos os países.

Enquanto alguma legislação não for uniformizada na UE o problema de processos transfronteiriços é complexo. Num futuro (talvez próximo) a UE há-de funcionar convergentemente. Até lá, cada país continua a ter uma legislação própria, em muitas coisas que proíbe ou dificulta a transferência de dados transfronteiriços. A transmissão transfronteiriça de dados de natureza pessoal, é em princípio, muito condicionada pela legislação de cada país. Para o comércio eletrónico essa comunicação é fundamental.

A União Europeia apresenta uma outra particularidade na sua complexidade: existe uma zona euro, existe um conjunto de países membros da União Europeia, etc.

Os países anglo-saxónicos têm uma forma muito própria de tratar a informação pessoal. Em Inglaterra, por exemplo, por causa da situação insurrecional vivida durante muitos anos na Irlanda do Norte, fez com que o país desse elevadíssima atenção às questões de segurança. A principal preocupação de muitos serviços públicos tinha que ver com segurança e não com eficácia ou eficiência. Para as forças de segurança inglesas foram de enorme utilidade sistemas informáticos e de comunicação, relegando para um plano inferior preocupações com privacidade das pessoas que habitavam a Irlanda do Norte.

A forma como os países anglo-saxónicos tratam a informação pessoal não é coincidente com a forma seguida pelos países europeus. Com o cenário atual de uma Europa alargada, onde se têm integrado país da ex-cortina de ferro, a UE passou a ter novos desafios relativamente ao tema Privacidade e proteção de dados pessoais.

Anexo 11 - Entrevistas: Transcrição da Entrevista à Dr.ª Mónica Oliveira Costa

Entrevista à Dr.ª Mónica Oliveira Costa

Data: 14/10/2015

1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é uma barreira e/ou um facilitador?

No que respeita à **transposição**, regra geral acho que é um **Facilitador**, na medida em que é esse prazo que permite assegurar a **transposição** e habitualmente até é adequado, permitindo que se consiga transpor atempadamente as Diretivas Comunitárias. Bem sabemos que nem sempre Portugal, e não é só Portugal, cumpre esses prazos, mas regra geral são cumpridos e portanto acho que são adequados. São mais as situações em que cumprimos o prazo do que aquelas que não cumprimos. É certo que cumprimos também quase sempre no fim do prazo, mas acho que mesmo que tivéssemos mais tempo, provavelmente iria acontecer o mesmo. E, deste ponto de vista, pode constituir uma barreira. Talvez quem tenha a seu cargo a responsabilidade de realizar os trabalhos de transposição das Diretivas possa dar um *input* mais prático, por ser quem estará apto a enunciar as maiores dificuldades que têm na execução desse trabalho, às quais os advogados, que lidamos com a aplicação da lei, não têm essa perceção. Do meu ponto de vista, enquanto advogada, parece-me que o prazo é habitualmente adequado, ainda que constate que por norma é cumprido no limite.

Quanto à **implementação**, depende da forma como a questão é analisada. Os países têm um prazo para implementar a diretiva e como muitas vezes em Portugal, esse prazo é cumprido no limite, a sua implementação efetiva é mais tardia ou a *vacatio legis* é muito reduzida (ex.: entra em vigor no dia seguinte à sua publicação), o que é contraproducente. Ninguém e não são só os titulares dos dados e os responsáveis pelos tratamentos de dados pessoais, mas até as próprias autoridades e nomeadamente, aqui falo na ANACOM, porque a ANACOM de certa forma também tem algumas competências nesta matéria, sobretudo na proteção de dados nas comunicações eletrónicas e a própria CNPD, beneficia desta realidade, que chega a ser inclusivamente prejudicial para todos os que acabei de referir, na medida em que não estão criadas as condições para que depois haja uma implementação adequada. Nessa medida, pode discutir-se até que ponto deveria ser estipulado um prazo de transposição e depois um prazo para a sua entrada em vigor, mais alargado, a ser

determinado pelos Estados-Membros, obviamente dentro do período estipulado para esse efeito na Diretiva. Nestas matérias, por vezes facilitava ter um período em que os titulares dos dados e os responsáveis pelos tratamentos pudessem familiarizar-se com a nova legislação, com as obrigações que daí decorrem, a fim de se garantir uma **aplicação** eficaz das Diretivas.

Temos muitas leis que estão no nosso ordenamento jurídico, entraram em vigor e não são aplicadas, porque não estão criadas as condições para a sua aplicação. Ou seja, há um período em que são mais as dúvidas do que as certezas, em que na prática a legislação não é aplicada, apesar de a mesma já ter (pelo menos formalmente) entrado em vigor.

2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é uma barreira e/ou um facilitador?

Na **transposição**, sinceramente acho que constitui simultaneamente uma **barreira** e um **facilitador**. É uma **barreira** porque potencia a existência de diferentes interpretações e formas de transpor entre os diversos Estados-Membros. Não afetarà as empresas que operam única e exclusivamente num estado-membro, mas já pode comprometer a forma de operar das empresas que atuam em mais do que um estado-membro e isso gera incerteza para os agentes económicos, quando o objetivo que se pretende é que haja uniformização nos diversos estados-membros.

As diretivas estabelecem fins e os meios são estabelecidos pelos Estados-Membros, o que culmina com cada país aplicar de forma diferente a mesma legislação comunitária.

Por outro lado é um **facilitador** na medida em que apesar de hoje fazermos parte da União Europeia, cada estado-membro não perdeu (nem se pretende que perca) a sua individualidade que se manifesta também na forma como legisla e aplica o direito, nas regras processuais, nos usos e costumes que integram também a história de cada país. Assim, é um **facilitador**, na medida em que permite adequar os fins da Diretiva às especificidades de cada Estado-Membro. O ideal seria arranjar um equilíbrio. Acredito que não seja fácil, mas nós também não nos podemos esquecer-nos que a Europa é a união na diversidade e que nenhum dos países que compõe a União Europeia pretende prescindir ou abdicar daquilo que o torna único e da sua história. Por outro lado, existem os Regulamentos Comunitários que têm aplicação direta em cada Estado membro e não carecem de ser transpostos para o ordenamento. Talvez se caminhe para que cada vez mais matérias adotem a forma de Regulamento em detrimento da Diretiva.

Quanto à **implementação**, temos Estados-Membros que umas vezes pecam por excesso e outros que pecam por defeito. E temos Estados-Membros em que literalmente não se vai muito além do que diz na diretiva. Não tanto no que respeita, por exemplo, aos regimes sancionatórios, pois nestes verifica-se que há uma adaptação e na transposição o legislador Português contempla um capítulo relativo à fiscalização e à responsabilidade contraordenacional, de acordo com as regras de Direito Português. No entanto, há determinadas matérias que os Estados poderiam concretizar um pouco mais, mas tal poderá implicar adotar uma postura mais restritiva ou mais tolerante, podendo criar-se assim outros problemas. Esta é uma questão que se coloca em todos os Estados membros. Estou a recordar-me, por exemplo, da questão dos *cookies*. A diretiva diz que é preciso o consentimento prévio. A nossa legislação fez um *copy paste* da Diretiva e a questão é: mas o consentimento é explícito ou implícito? A resposta a esta pergunta acaba por ficar no entendimento das entidades reguladoras, ou seja, na forma como interpretam a lei que transpõe a Diretiva. Quer na **implementação**, quer na **utilização** ou **aplicação**, acaba por ser uma **barreira**, porque os destinatários da lei não sabem ao certo como é que devem fazer para cumprir a lei. A diretiva estabeleceu aquela norma, mas, pelo menos na área da proteção de dados, aquilo que verifico é que por vezes ao lermos a lei podemos interpretá-la de diversas formas e se queremos saber o veredicto final teremos que aguardar que o regulador nos possa transmitir qual é a sua interpretação e aquilo que considera que será o adequado face ao texto da lei ou discutimos a questão em sede judicial. O problema é que nem sempre temos da parte do regulador instruções sobre qual a forma como interpreta a lei. Nessa medida, acaba por ser uma **barreira**, porque a cada um será legítimo defender a sua interpretação.

É preciso o consentimento, a questão é: como é que se obtém esse consentimento? De que forma é que se assegura que esse consentimento foi prestado nos termos exigidos pela lei? Isto levanta problemas a nível da **aplicação** e da **utilização** por parte dos responsáveis pelo tratamento de dados, porque é sobre eles que recaem as obrigações e nesta medida, é capaz de ser mais uma **barreira**, ainda que reconheça e perceba que é, nos termos que referi anteriormente, um **facilitador** e é uma necessidade, porque a margem tem que existir. Se não é para existir margem, temos o regulamento. Não podemos esquecer-nos disso. Temos que ter em atenção que existem diversos instrumentos legislativos na União Europeia e que a diretiva funciona desta forma.

Os Estados-Membros têm legislações similares na sequência da transposição das diretivas mas na prática são diferentes. Podemos questionar-nos: será que assim é melhor? Em termos de proteção de dados, acho que a União Europeia chegou à conclusão que não, daí existir a proposta de regulamento que visa precisamente obter uniformização entre os Estados Membros. Talvez não se trate propriamente de questionar se isto é uma **barreira** ou um **facilitador**, porque é uma

característica da diretiva haver essa tal margem. A questão é: ao criar e permitir essa margem estamos a alcançar aquilo que se pretende efetivamente? Creio que se chegou à conclusão que nesta área faz todo o sentido haver pelo menos algo que seja comum e que não mude de Estado para Estado.

3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é uma barreira e/ou um facilitador?

Acredito que possa constituir uma **barreira**, mas é algo que é inevitável. Aquilo que nós nos deparamos nesta área é que a tecnologia evolui a um ritmo que a legislação alguma vez poderá acompanhar. Aliás, nem é isso que se pretende. Não obstante, a evolução da tecnologia é de tal ordem que por vezes suscita novas questões nunca antes equacionadas, que obrigam necessariamente a alterações legislativas. O legislador não trava a evolução da tecnologia mas a diretiva é de 95, facto que não podemos esquecer. Neste espaço de tempo muita coisa evoluiu e vai continuar a evoluir e cada vez a um ritmo mais acelerado. Há muitos princípios que são pacíficos e basilares nesta área, mas que se forem aplicados em sentido estrito podem inviabilizar a operacionalidade da tecnologia, pelo menos, no seu esplendor. Nessa medida acaba por ser imperativo que a legislação tente acompanhar a tecnologia.

Outra questão que se pode discutir é: será que esse acompanhamento deve ser feito ao nível da legislação ou devia antes ser feito através de orientações, recomendações para cobrir determinadas tecnologias? É uma questão a colocar, mas acho que hoje não há forma de contornar, é uma necessidade e temos mesmo que nos adaptar, sob pena de termos uma legislação que depois não nos serve de nada, o que não é o que se pretende. Tem necessariamente que existir uma evolução, ainda que perceba que isso possa constituir uma **barreira**, mas é algo inevitável, na minha opinião.

Quanto à **implementação**, esta acaba por estar relacionada com a questão da entrada em vigor da legislação. Acho que o fato de existirem muitas leis, torna ainda mais importante que haja um período de adaptação para que os destinatários da lei tomem consciência de que as regras mudam e daquilo que precisam de fazer para as implementar e isto aplica-se quer na **implementação** quer na **utilização**. É preciso haver consciencialização. Não nos podemos esquecer que isto é uma componente da maior parte das empresas, que têm que cumprir estas e muitas outras regras.

4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é uma barreira e/ou um facilitador?

Acho que é um **facilitador** no sentido em que não é um conceito desconhecido e novo que seja necessário apreender, pelo menos no plano jurídico.

Não obstante, até há bem pouco tempo a matéria da privacidade e da proteção dos dados pessoais não era muito importante para as empresas e há muitas que ainda não dão a importância devida e inclusivamente os próprios titulares dos dados eram indiferentes a estas questões. Esta postura tem mudado e notamos que há uma maior consciência. Nessa matéria acho que o *facebook* foi algo que contribuiu para que os titulares dos dados tivessem conhecimento sobre estas matérias. Sabemos que há muitos que ainda não estão atentos para todas as consequências que possam advir das opções que fazem. Mas a privacidade e a vida privada já não são palavras estranhas e já estavam refletidas na nossa Constituição, no artigo 35.º. Tudo o que se encontra naquele pequeno artigo já reflete muitos dos princípios basilares da proteção de dados pessoais. Nesse aspeto acho que é um **facilitador**, porque é algo para o qual o nosso ordenamento já estava inteirado, já estava aberto. Outra questão é saber até que ponto é que o fato de até termos uma Constituição que contempla essa realidade, a mesma fosse conhecida por todos os operadores. Hoje em dia nota-se que há uma evolução e ainda bem. Ainda estamos longe de atingir o ponto de consciencialização plena mas estamos no bom caminho. Nessa medida acho que é um **facilitador**, pese embora também reconheça que era insuficiente. As diretivas são importantes porque vêm de certa forma concretizar os princípios que já estavam contemplados nesse artigo da Constituição e inclusivamente até no nosso Código Civil.

Na **implementação**, aplica-se *mutatis mutandis* o acima referido. Já na **aplicação** e na **utilização**, ainda há um desconhecimento grande e era importante apostar nesta componente e isso até tem sido feito, verdade seja dita, com o projeto internet segura e o projeto Dadus. Tem que se apostar em transmitir às futuras gerações e aos nossos filhos estes conceitos. Existe a Constituição e como dissemos, isto não é uma novidade, mas a verdade é que no dia-a-dia somos bombardeados com tecnologias, produtos e serviços que nos parecem transportar para uma realidade diferente, senão mesmo invertida e em que deixou de haver privacidade. Acho que o importante é as pessoas estarem informadas e serem consequentes, ou seja, terem noção de que são livres de escolherem o que querem desde que estejam conscientes das consequências das escolhas que fazem e se vivem bem com isso ou não. Não é fazer disto um “bicho-de-sete-cabeças”, é uma questão de apostar na informação que neste momento é insuficiente ou quando existe não é passada da melhor maneira, e também consciencializar as pessoas para procurarem mais informação antes de tomarem decisões, a

fim de saberem se convivem bem com as consequências que advêm das suas escolhas. Por exemplo, vê-se muitas vezes pais a divulgarem fotos dos filhos. A questão é: será que têm noção de todas as consequências que podem advir da publicação de fotos dos filhos? A minha preocupação é até que ponto é que têm noção, não daquele ato em concreto, mas das consequências que podem advir desse ato. Não questiono nem ponho em causa as opções de cada um, mas se têm plena consciência dos efeitos dessas opções.

5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Em relação à **transposição** acho que não se aplica, ou seja, esta questão não se reflete na **transposição**. O mesmo já não se dirá na **implementação** e na **utilização e aplicação**, e uma vez mais acho que pode ser uma **barreira** ou um **facilitador**. Será um **facilitador** se o conhecimento for efetivamente esclarecido e uma **barreira** se o conhecimento não for esclarecido porque muitos titulares de dados não têm um conhecimento correto dos seus direitos. Acho que é absolutamente essencial as pessoas conhecerem os seus direitos e nessa perspetiva o papel dos responsáveis é essencial. Aliás está inclusivamente previsto na lei que lhes compete informar os titulares dos dados, entre outros aspetos, sobre as formas para acederem, retificarem e até se oporem, nos casos em que a mesma é permitida, precisamente para que os titulares dos dados possam estar cientes dos seus direitos. Nessa medida acho que efetivamente é um **facilitador**, os titulares dos dados terem o conhecimento, desde que seja o conhecimento correto, porque senão pode mesmo chegar a ser contraproducente, dado que fará com que não tenham a perceção correta e/ou não exerceram os direitos ou os exerçam de forma incorreta. Mais uma vez, também aqui, apostar na informação e na formação é essencial. Sem dúvida que mais facilmente pendo para que seja um **facilitador**, do que uma **barreira**. Será uma **barreira** se os titulares dos dados não souberem como exercer os seus direitos.

6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Na **transposição** acho que não se questiona, não é relevante. Na **implementação** e também na **utilização** sim, é um **facilitador**.

Vou falar do regulamento, mas o que eu vou dizer aplicar-se-ia também se fosse uma diretiva. A questão do regulamento tem sido altamente debatida. Ainda há empresas que adotam a posição “quando for publicado logo penso nisso”, porque o que está previsto é que o regulamento entre em vigor dois anos após a sua publicação, portanto as pessoas estão a confiar nesse período. Se me perguntar, será suficiente os dois anos? Depende. Acho que haverá empresas para as quais é suficiente atendendo à sua área de negócio. Há outras para as quais pode não ser. Mas o regulamento já não é uma novidade, pois muitos responsáveis de tratamentos e titulares de dados sabem que se está a discutir o regulamento. Também sabemos que se sabe porque tem sido alvo de grandes debates e negociações entre a Comissão, o Parlamento e o Conselho, tendo inclusivamente mobilizado uma série de operadores, desde os mais pequenos aos gigantes *google*, *facebook*, etc. E portanto efetivamente a mensagem tem passado. E as pessoas ainda que não saibam propriamente quais são as alterações, estão cientes de que quando o regulamento for publicado vai mudar muita coisa. Ora o mesmo raciocínio pode fazer-se relativamente às diretivas. Ainda voltando ao regulamento, há empresas que atualmente ainda nem sequer estão a cumprir o que está na diretiva, i.e. nas legislações que as transpuseram e portanto efetivamente o desconhecimento das suas obrigações ao abrigo da legislação atual e da que a substituirá será um problema. Por conseguinte, cumprirem com a atual legislação e estarem familiarizados com a que a irá substituir é um **facilitador**. O regulamento será um *next step*. E nas diretivas o raciocínio é idêntico. Compreendo que nem sempre será fácil, mas o conhecimento prévio é essencial e é um **facilitador** quer na **implementação**, quer na **utilização** e **aplicação**.

7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Em termos de **transposição** acho que não se coloca. Quanto à **implementação** e quanto à **utilização** e **aplicação** será um **facilitador**. Aliás, acho que o cumprimento das atuais regras é um **facilitador** para assegurar que pelo menos o caminho para se chegar ao cumprimento das novas regras seja mais fácil de percorrer. O problema está em como é que se assegura o cumprimento? A resposta passa uma vez mais por terem consciência das novas regras e das consequências que possam advir do seu incumprimento e também passa muito pela abertura que a autoridade, neste caso a CNPD, adota nestas matérias. Acaba por ser o ponto de contacto que as empresas têm relativamente a estas matérias, a quem podem recorrer. Acho que a questão do cumprimento está muito relacionada com a relação com a autoridade, com as diretrizes que a autoridade disponibiliza, o tempo de resposta que tem e até a forma como faz a fiscalização. Se houver fiscalização, funciona como

elemento dissuasor e será uma forma de assegurar o cumprimento. Se bem que também não concordo com a afirmação de que as regras só são cumpridas se houver uma forte fiscalização e punição. Antes da fiscalização e punição é preciso apostar na informação e formação.

Resumindo e concluindo acho que é um **facilitador** na **implementação** e na **utilização** ou **aplicação** das novas regras, sobretudo se já cumprem com as atuais, para percorrerem o caminho mais facilmente.

8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Na **transposição** não acho que esta questão se coloque. Acho que é uma **barreira** neste sentido: com a nova legislação as empresas têm que implementar novas práticas e sabemos que estas novas práticas não se fazem, primeiro, de um dia para o outro e segundo, uma vez alcançadas é preciso que as mesmas tenham espaço para amadurecer e para poderem fazer parte do dia a dia. Já não é uma novidade, é algo que automaticamente temos em consideração no dia a dia e para chegarmos a este patamar não é algo que se consiga atingir num curto espaço de tempo. Em matéria de proteção de dados, até podemos ter noção de quais são as obrigações, mas depois é preciso aplica-las no dia a dia das empresas e na aplicação do dia a dia das empresas vamos ter vários departamentos que lidam ou que podem estar em contacto com dados pessoais, por exemplo, dos seus próprios trabalhadores, de clientes. Nessa medida é essencial que cada um desses departamentos tenha consciência de quais as práticas que têm que ter em consideração no seu dia a dia e sem dúvida que isto não se faz de um dia para o outro, envolve muito trabalho. Implica dialogar com os vários departamentos dentro da empresa, pois só se consegue efetivamente adotar práticas se houver um diálogo entre os vários departamentos. E depois uma vez feito o levantamento de todas as questões e quais as soluções a adotar, é preciso pô-las na prática e é necessário saber se as medidas que estão a ser implementadas estão de acordo com o que é pretendido, porque às vezes na prática nem sempre as coisas ocorrem como foram inicialmente planeadas ou surgem novas realidades que não chegaram sequer a ser contempladas. É um trabalho que implica um acompanhamento e portanto não é um projeto estático, implica efetivamente que se acompanhem as práticas para ver se as mesmas estão a ser cumpridas ou se têm que ser alteradas porque já estão desfasadas ou porque não faz sentido e portanto tudo isto leva tempo. Nessa medida pode constituir uma **barreira**, mas é um processo que também mais uma vez, não se consegue contornar e é a única forma de o fazer corretamente.

Por isso é que o tempo aqui é muito importante, para permitir que se possam criar as condições para se poder trabalhar nesse sentido. E na **utilização/aplicação** a resposta vai no mesmo sentido. Não obstante, estamos a falar de uma realidade que não estará ao alcance de muitas empresas, porque nem todas têm recursos e capacidade para fazerem o que acabei de dizer.

Se as práticas estiverem perfeitamente implementadas, uma nova alteração obviamente que vai obrigar a uma revisão das práticas, mas será mais fácil. É um trabalho de continuidade e quanto mais essas práticas fizerem parte do dia a dia, mais fácil será alterá-las porque depois é uma questão de fazer a revisão e não construir tudo do zero. Regra geral as práticas não mudam de preto para branco, há uma continuidade.

Recordo-me agora do *privacy by design*. Se virmos bem, porque é que é novo? O princípio está lá, a novidade reside apenas no momento, ou seja, quando estão a desenvolver uma tecnologia, esta deve logo na altura da conceção e não à posteriori, ter presente os princípios da proteção de dados, porque à posteriori na maior parte das vezes já não é possível de todo, pelo menos, sem que tal implique custos elevados. Regra geral só depois é que se pensa, o que está errado porque muitas das tecnologias que estão disponíveis para poderem funcionar respeitando os princípios da proteção de dados pessoais só serão exequíveis se tais princípios forem equacionados no momento da sua conceção. Isto não muda nada em termos de princípios mas muda os *timings* de quando é que tem que se pensar nestas matérias. É uma novidade e isso obriga a que as empresas comecem a implementar estas práticas ainda antes de terem a tecnologia pronta. Neste caso em concreto que acabei de dar, acredito que efetivamente não seja fácil, porque implica mudar o paradigma e alterar a forma de pensar e trabalhar.

9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Na **transposição** parece-me que está perfeitamente sedimentado. Regra geral, o legislador sempre que transpõe tem a preocupação de criar as medidas coercitivas para assegurar a implementação das normas. Nessa medida não é uma questão de ser uma **barreira** ou **facilitador**, é algo que o legislador tem consciência e prevê nos diplomas.

Quanto à **implementação**, as medidas coercitivas funcionam aliás já referi isso há pouco, como um elemento dissuasor. Aliás tanto assim é que volto a dar o exemplo do regulamento, mas nem é preciso ir ao regulamento, onde o valor das coimas é bastante elevado, basta irmos à lei que

transpôs a diretiva da proteção de dados de 1998 e à lei que transpôs, que é de 2012, a proteção de dados nas comunicações eletrónicas. Iremos constatar que a disparidade no que respeita ao montante das coimas é enorme. Na lei da proteção de dados, se não estou em erro, não vamos além dos 30.000€, enquanto que na proteção de dados das comunicações eletrónicas podemos chegar aos 5 milhões€. Esta diferença justifica-se não só porque a lei de 2012 é especial e aplica-se ao setor das comunicações eletrónicas que lida com dados sensíveis, tráfego, etc., mas acima de tudo por haver uma distância de 14 anos entre as legislações.

Uma empresa quando analisa as regras que se lhe aplicam e quando as decide implementar, analisa quais as novas obrigações e qual é a consequência de não cumprir. Na análise da consequência, temos que pensar em termos quantitativos (valor das coimas) mas também qualitativos, ou seja, qual o risco envolvido. Independentemente disso as coimas são essenciais para que qualquer gestor possa tomar decisões, porque pode inclusivamente dar-se o caso em que não tem condições para implementar tudo, e terá que implementar a nova legislação por fases. Então, para tomar decisões deste género, a questão das coimas na **implementação**, como disse é um **facilitador**.

Na **utilização e aplicação** aquilo que sinceramente considero é o seguinte: não podemos ignorar que os recursos da nossa autoridade são muito escassos. É um facto, é lamentável, mas é a realidade. Espero que a situação mude para bem de todos, porque acho que é fundamental termos uma autoridade que tenha condições para dar as respostas todas que são necessárias. Não nos podemos esquecer que a autoridade tem que dar pareceres sobre muitas leis. As competências da CNPD são muito alargadas e portanto até compreendo que não é uma tarefa nada fácil responder a todas as solicitações. Como consequência, a fiscalização também é afetada. Não havendo uma fiscalização forte, o risco será qualificado em conformidade. Ao contrário, por exemplo, a Autoridade Espanhola é mais ativa, certamente porque também tem mais recursos, assim como a francesa. Têm uma fiscalização importante e aplicam coimas que têm alguma expressão, e dessa maneira asseguram com maior eficácia a utilização e a aplicação e até a implementação das diretivas e das normas relacionadas com a proteção de dados. Não obstante, é uma **barreira** se a Autoridade se esquecer da sua componente educativa e se focar maioritariamente na componente coercitiva. Não temos só que educar os titulares dos dados, é preciso educar os responsáveis e também é preciso ter em consideração a dimensão das empresas, a área de negócio em que operam, sobretudo em Portugal, onde saímos de uma crise e ainda estamos a sofrer bastante as consequências, pelo menos no tecido empresarial das PME's.

Sem prejuízo da importância que as medidas coercitivas têm na aplicação das Diretivas, as mesmas ficam esvaziadas de conteúdo se não forem precedidas de informação e formação clara, a respeito

das obrigações que impendem sobre os responsáveis pelos tratamentos de dados pessoais, pois o que efetivamente se pretende é que todos os operadores estejam cientes das suas obrigações e saibam como as devem cumprir. E portanto acho que o papel das autoridades a nível das medidas coercitivas também tem que incluir um papel de formador e por isso vejo com bons olhos a questão do auto de advertência, por exemplo. Acho que é algo que faz com que as empresas tenham uma oportunidade para se aperceberem que: “atenção que isto são normas para levar a sério, têm consequências, as consequências são estas, temos que cumprir e porquê”. Não estão cumpridas, estão em falta, têm um prazo para cumprir, um prazo que seja razoável e isso depende de caso a caso, e da avaliação que se fizer. Acredito que se se apostar em medidas coercitivas que sejam educativas, todos beneficiarão e contribuirá para que se consiga uma **implementação** e uma **utilização e aplicação** correta e efetiva das normas.

10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Quanto à **transposição**, na medida em que as autoridades de controlo tenham um papel nessa **transposição** (e acredito que terão, nem que seja para ser ouvidos sobre as normas), é essencial haver recursos necessários. É a única forma de assegurarmos a educação, informação, formação e o esclarecimento, porque são essenciais na **aplicação, utilização e implementação** da legislação e tal só se consegue com recursos técnicos e humanos. É sempre um **facilitador**.

11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é uma barreira e/ou um facilitador?

Quanto à **transposição** a questão não se coloca. Quanto à **implementação** e à **utilização**, acho que pode ser uma **barreira** e um **facilitador**. Pode ser uma **barreira** porque está provado que o excesso de informação é contraproducente mas, por outro lado, a omissão também não é solução. Portanto, tudo se resume numa questão de equilíbrio. Estávamos há pouco a falar do *privacy by design*. Compreendo que há muita informação que tem que ser prestada, mas que com as tecnologias que temos hoje em dia é um autêntico desafio (ex.: um telemóvel que nos dias que correm já é um computador). Podemos subscrever serviços, fazer encomendas, etc. e como é que vamos informar de

forma esclarecida os titulares dos dados sobre as opções que têm e a forma de exercerem os seus direitos? Não é fácil fornecer toda a informação necessária e obrigatória num pequeno ecrã de um telemóvel (*smart phone*). Aliás é um verdadeiro desafio, porque além de toda a informação que é necessário prestar, por vezes é preciso recolher o consentimento para diversos fins e usos dos dados pessoais. Com efeito, um consentimento genérico não é suficiente pelo menos para determinadas finalidades (transferir dados para fora da UE, *marketing*, recolher dados de localização, utilizar *cookies*, etc.). Portanto é perfeitamente possível ter que recolher dos mesmos titulares dos dados vários consentimentos para diferentes utilizações que irei dar aos seus dados pessoais. Se eu quiser recolher e tratar tiver dados sensíveis, como por exemplo dados de saúde, terei ainda que recolher consentimento para o efeito, o qual terá que ser explícito e expresso. Resumindo, temo-nos deparado com duas soluções: uma, em que se presta toda a informação num formato pouco apelativo e as pessoas limitam-se a percorrer o texto (sem o ler) e a aceitar no final. E depois temos outra que diz uma informação muito resumida e genérica que remete para políticas extensas caso pretendam obter mais informação, em que as pessoas simplesmente aceitam sem saberem ao certo o quê. Definitivamente a segunda não será a mais correta, pelo menos para a maior parte dos casos e a primeira não produz o efeito pretendido e portanto não nos adianta fornecer a informação se depois não conseguimos assegurar que as pessoas a leem e ficam esclarecidas. Não podemos ignorar o facto de existirem também muitas pessoas que não lêem porque não querem, mas nesse caso é uma opção legítima, desde que lhes seja facultada a possibilidade de querendo serem informadas. Por isso a criatividade, sobretudo do pessoal de *marketing*, assume neste aspeto em particular um papel preponderante para que, de uma forma apelativa consigam explicar às pessoas e numa linguagem acessível o que realmente irão fazer com os seus dados pessoais. O excesso de informação na minha opinião é contraproducente. A omissão de informação ou uma informação deficiente também não é solução. Tem que haver um equilíbrio, prestar a informação que é necessária, de forma clara e criativa, que cativa as pessoas, por exemplo e em linha com as opiniões do grupo de trabalho do artigo 29.^º, dar a informação por camadas. À medida que se vai fazendo o registo, a informação é prestada e as pessoas podem ir fazendo as suas escolhas de forma esclarecida, passo a passo, mas de forma a que a pessoa no meio do processo não desista do serviço ou produto. Nesta medida, a resposta à pergunta é: é um **facilitador**, mas é essencial assegurar que a informação é prestada de forma clara, simples e apelativa, para permitir que as pessoas tomem decisões esclarecidas.

Outra questão que é fundamental, depende muito do que está a ser oferecido, ou seja, conforme as tecnologias, serviços, ou produtos que se oferecem, também vai variar a forma de prestar a informação. Em matéria de proteção de dados, não existem *templates* que se podem utilizar a toda e

qualquer situação. Não há, porque precisamente tem de ser visto caso a caso para poder cumprir de forma adequada e eficiente a lei e assegurar os direitos dos titulares dos dados. É claro que há informação que tem que estar presente em qualquer situação, mas regra geral há sempre mais informação que tem que ser prestada para cada caso.

12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Em relação à **transposição**, esta questão não se coloca. Em relação à **implementação** e à **utilização**, acho que não é tanto uma questão de ser uma **barreira** ou um **facilitador**.

A transferência de dados, hoje em dia, na era da globalização em que vivemos é quase uma inevitabilidade e eu não posso deixar de falar da decisão do Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, da semana passada e da sua importância. É óbvio que o *Safe Harbour* não é a única forma de legitimar as transferências e portanto as empresas não ficaram de um momento para o outro sem alternativas. Têm, mas uma vez mais para se assegurar o cumprimento de todas as leis em matéria de transferência de dados, implica um grande dispêndio de tempo, esforço e trabalho, se for, como deverá ser, levada a sério. Em primeiro lugar, depende muito de cada exportador de dados e por conseguinte não é um assunto que se construa ou altere de um dia para o outro, nem de longe, nem de perto, a não ser que se queira somente cumprir uma *checklist*. Cada vez mais é preciso assegurar além do *compliance* (a conformidade com as obrigações previstas na lei), a *accountability*, ou seja a responsabilização. A responsabilização das empresas passa não só por fazer *checklists* de *compliance*, mas sobretudo por assegurar que efetivamente as *checklists* são postas na prática, revistas, atualizadas e acompanhadas com regularidade. Uma das opções ao *Safe Harbour* serão por exemplo as cláusulas contratuais da Comissão Europeia. As *model clauses* são muito simples, porque bastará imprimir sem fazer qualquer alteração, preencher os anexos que basicamente descrevem o tratamento de dados em causa e recolher as assinaturas. No entanto, este deverá ser apenas o primeiro passo porque as *model clauses* ou as cláusulas contratuais têm uma série de obrigações para a entidade exportadora e para a entidade importadora e portanto é preciso efetivamente cumprir com as mesmas e não se limitarem a assinarem o contrato. Portanto a questão da transferência de dados não é tão simples quanto isso, não é só aderir ao *Safe Harbour*, como era possível pelo menos até ao dia seis de outubro de 2015, nem é só assinar as *model clauses*. O problema é bastante mais complexo.

Hoje em dia vivemos num mundo em que temos uma série de serviços que são prestados às empresas e que passam necessariamente por haver ou por implicar transferências de dados e muitas delas vêm dos Estados Unidos da América. Não podemos ignorar isso e aliás não é algo que a União Europeia tenha ignorado, pelo contrário. Estavam e estão inclusivamente a continuar a discutir a revisão do *Safe Harbour*, processo que se iniciou mesmo antes desta decisão. As coisas tomaram outras proporções a seguir ao caso do *Snowden*, mas as transferências são uma realidade com a qual temos que lidar. E a questão agora é saber como é que vamos lidar com as transferências, de forma a proteger os direitos dos titulares dos dados. Aquilo que o Acórdão veio questionar é o acesso massificado a dados pelas autoridades americanas. Mas esta questão não se coloca só com os Estados Unidos da América e é isso que nós temos que ter em consideração. A Europa infelizmente também já foi alvo de muitos ataques terroristas e inclusivamente temos também transferências para outros países que de certa forma são conotados pelas excessivas ingerências. A globalização tem aspetos positivos e aspetos negativos e neste momento estamos todos interligados uns com os outros. É uma inevitabilidade. Temos que atender à evolução que a sociedade tem vindo a sofrer sem esquecer a segurança dos cidadãos. E criar mecanismos que limitem de certa forma estas ingerências, se forem massificadas e injustificadas, mas sem que tal comprometa a segurança dos Estados e respetivos cidadãos. Não é fácil arranjar um equilíbrio e é isso que o Tribunal de Justiça de certa forma veio dizer: não pode ser um acesso massificado puro e duro mas também não é um problema que se resolva de um dia para o outro, já para não falar que tem igualmente que ser acompanhado, porque tudo evolui e o que hoje damos por adquirido amanhã já não se verifica. Se é um **facilitador** ou uma **barreira**, acho que não é um nem outro. Mais uma vez é uma inevitabilidade que tem que ser muito bem gerida e que não é tarefa fácil.

13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Em princípio em relação às autoridades de controlo, a maior parte das transferências são realizadas dentro dos limites da lei e são necessárias no cumprimento da lei e portanto à partida não se trata de ser um **facilitador** ou uma **barreira**. Acho que neste caso não há uma forma de qualificar. Ela existe e muitas das vezes essa transferência está legalmente prevista e os termos em que a mesma é feita também. Portanto não me parece que seja nem uma **barreira** nem um **facilitador**.

14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são uma barreira e/ou um facilitador?

Já abordámos esta questão e nesta matéria acho que efetivamente são uma **barreira**. Quando se trata de uma empresa que só atua num estado membro, este assunto é indiferente. Mas se for uma empresa que opere em diversos Estados-Membros, então sim, é uma **barreira**. E muitas vezes até pode ser o motivo pelo qual essas empresas optem por operar pelo menos, a partir de outros países, como sejam os Estados Unidos, Índia, etc. O que não quer dizer que não tenham que cumprir a legislação na mesma, mas já não será nos termos que teriam se estivessem a operar diretamente a partir da Europa. Com o regulamento isto também vai mudar, porque essas empresas que vão oferecer serviços a cidadãos europeus, ainda que não tenham qualquer estabelecimento na Europa passam a estar sujeitas à legislação europeia que, não obstante, passará a uniforme, pelo menos é essa a intenção da proposta do regulamento. Tudo indica que a proposta do regulamento ficará fechada até ao final deste ano e de forma a que seja publicado no próximo ano. Acho que o regulamento é precisamente o reconhecimento de que é uma **barreira**. Nesta matéria, como em muitas outras, tem que ser mais aquilo que une a Europa, do que aquilo que a diferencia. Acho que é a conclusão que se retira pelo facto de o legislador comunitário ter optado por um regulamento e não por rever a diretiva. Outra questão é saber até que ponto com o regulamento se vai atingir a uniformização que se pretende. Porque uma vez mais, tal como falámos no início, a Europa é uma união na sua diversidade e isso não vai desaparecer pois é também uma questão cultural. Acho que o regulamento vai representar um grande esforço para que exista uma maior uniformização possível, mas haverão sempre diferenças. Ainda não estamos em condições de saber quais as diferenças, nomeadamente nas matérias às quais o regulamento não se aplique de todo, porque também as existe. Além dessas, poderão sempre haver questões que atualmente não estamos ainda em condições de perceber como é que na prática vão funcionar e como é que se vai alcançar a tão desejada uniformização. Acredito que ainda assim vai ser maior do que o que é agora, mas irá requerer um período de adaptação e implicará uma mudança também da postura, da forma de atuar e vai requerer algum tempo e trabalho para se alcançar esse objetivo. Por exemplo, um caso flagrante hoje em dia, já nem falando do regulamento, até porque no regulamento a questão irá ficar contemplada. As *binding corporate rules* são cláusulas entre empresas do mesmo grupo que regulam as transferências internacionais de dados. São praticamente aceites em todos os Estados-Membros, mas não são em Portugal, pelo menos não são nos termos em que o são nos outros países. No regulamento as *binding corporate rules* passam a estar expressamente previstas como fundamento legitimador das transferências internacionais de dados. É algo que a nossa autoridade vai ter que lidar, não sei ainda bem como, mas não há outra forma. Muitas empresas multinacionais têm estas

regras (BCRs) aprovadas e depois em Portugal (tal como na Hungria) têm que optar por outro meio para legitimar as transferências de dados, o que sem dúvida constitui uma barreira. Na **transposição** não necessariamente, porque regra geral se houver alguma questão que contrarie a nossa jurisdição, o nosso ordenamento jurídico, a diretiva certamente permitirá, atendendo à margem que é dada, a que a mesma não seja implementada. Portanto não é propriamente uma **barreira** nem um **facilitador**. Na **implementação** e na **utilização** ou na **aplicação** sim, sobretudo as práticas. Por exemplo, estou-me a recordar que as empresas em Portugal por norma têm que fazer notificações à Autoridade para todos os tratamentos. Existem algumas exceções mas estas foram aprovadas em 99 e já se encontram desatualizadas e muitas delas já nem sequer contemplam dados que hoje em dia são necessários, quando tais isenções são concedidas nos estritos termos em que foram emitidas. Qualquer variação ao teor da isenção, significa que o tratamento está sujeito a notificação. Ora há países em que não é preciso notificar tudo, só é preciso notificar alguns tratamentos, por exemplo, de dados sensíveis. Efetivamente é uma **barreira** para as empresas que operam em diversos Estados-Membros, sobretudo as empresas por exemplo nos Estados Unidos ou até mesmo na Ásia que querem operar na Europa.

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte:

São mais **facilitadores** do que propriamente **barreiras**. Acho que a autoregulação devia ser incentivada porque é sem dúvida um **facilitador**. Em Portugal, por exemplo, em termos de autoregulação temos o código de conduta de *marketing*, que foi apreciado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados. Creio que estava na altura de termos mais códigos de conduta e apostar na autoregulação, porque efetivamente é uma forma de assegurar e facilitar, vou usar a vossa expressão, a **implementação, utilização e aplicação** das normas.

No mesmo sentido, a certificação de produtos/serviços através de selos é outro **facilitador**, mas felizmente já está contemplada na proposta de regulamento. É uma forma de dar confiança aos titulares dos dados que assim se sentirão mais seguros ao subscrever determinados serviços ou adquirir determinados produtos.

Anexo 12 - Entrevistas: Transcrição da Entrevista à Dr.ª Nádia Crujeira da Costa

Entrevista à Dr.ª Nádia Crujeira da Costa

Data: 07/12/2015

- 1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é uma barreira e/ou um facilitador?

É **facilitador** ter um período para as empresas alterarem, no sentido de adotar as diretivas.

- 2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é uma barreira e/ou um facilitador?

A mesma coisa aqui relativamente à pergunta 2, aplica-se a mesma lógica do prazo. A questão é que esta margem permite não só que as empresas já conheçam a diretiva, em primeiro lugar, mas depois também como são ouvidos alguns interessados na **transposição** legislativa, pode ser que em alguns setores se consigam ouvir algumas opiniões relativamente à **transposição** e àquilo que são os interesses das empresas nacionais, que até podem não ser condizentes com o das empresas internacionais. Esta margem permite que haja uma adaptação nacional. Eu acho que aqui é sempre um **facilitador**. A única ótica em que poderia ser uma **barreira**, eventualmente seria se considermos por exemplo, e isto é um facto, que é mais fácil para uma empresa legalizar as suas bases de dados noutros países ao nível europeu do que em Portugal. Aí acaba por ser uma **barreira**, essa margem. Se o nosso Estado como é de facto e como é também a nossa Comissão Nacional de Proteção de Dados, face a algumas, por exemplo face à espanhola, é mais protecionista, aí naturalmente que há-de ser uma **barreira** porque esta margem permite que não seja tão flexível. O que é que isto pode significar? Não significa que seja sempre assim, mas pode significar que algumas empresas, se tiverem mesmo a privacidade na ordem do dia e no seu *business case*, decidam ou não fazer negócio em Portugal por causa disso.

Até agora a **implementação** das diretivas como não trazia contraordenações muito graves, as empresas multinacionais encaravam a privacidade como uma contingência. O que é que isto significa? Que é um risco que está dentro do modelo de negócio e portanto - eu basicamente no meu

modelo de negócio, já digo lá, independentemente do que a Comissão Nacional de Proteção de Dados diga, eu hei-de transferir dados para os Estados Unidos, mesmo que não seja possível e depois ponho nos meus riscos o valor da contraordenação. Isto com o regulamento há-de ser diferente, porque depois é uma contingência tão maior que não pode ser um risco de negócio, tem que ser um evitável. Se houver multinacionais que tomem decisões de negócio de não vir para Portugal por causa desta margem, então aí já condiciona até a evolução da economia nacional. Enquanto cá eu para legalizar a minha base de dados o que tenho que fazer é; se por exemplo tratar dados pessoais sensíveis, tenho que pedir uma autorização, o que significa que eu só posso começar a tratar os dados após análise do meu processo por parte da CNPD e emissão de autorização. Em Espanha não é assim. Eu notifico e sou mais responsável, mas eu não tenho que esperar por uma resposta da autoridade nacional. O que é que isso significa? Que eu se tiver um projeto para sair e imagine, tem imensos segredos de negócio que tratam dados pessoais e que eu queira que seja uma coisa lançada amanhã, eu se calhar sou melhor tratada em Espanha do que em Portugal. Aí pode ser uma **barreira**.

3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é uma barreira e/ou um facilitador?

Relativamente à questão 3, os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras, é uma **barreira**.

O que me parece relativamente à diretiva *e-privacy* e isto serve para a legislação nacional, para a atitude de algumas autoridades reguladoras, nomeadamente a alemã, que é muito restritiva e obviamente para os direitos fundamentais e principalmente para o artigo 35.º da Constituição, que é aquilo que está aqui em causa. Obviamente que o artigo 35.º da Constituição é essencial e não podemos ultrapassá-lo, só que em toda a legislação tem que haver também uma visão de negócio. O que é que eu quero dizer com uma visão de negócio? Nós não podemos para proteger as pessoas, impedi-las de ter acesso a serviços que lhes poderiam ser mais convenientes. O que eu acho que é importante e isto depois é outra pergunta que vem mais abaixo, mas adiantando só, é que tanto os titulares como os responsáveis saibam bem quais são os seus direitos, quais são os seus deveres e que estas regras que são impostas sejam impostas a todos e aí é um **facilitador** porque é imposto a todos. Se eu sou uma empresa multinacional europeia, sei quais são as regras. Este equilíbrio é que é difícil e é necessário para proteger os titulares. Portanto, o equilíbrio entre ser necessário e proteger também o negócio é difícil, mas eu acho que as regras são necessárias, principalmente no contexto

atual e se calhar o contexto atual, no último mês, até é um bocadinho diferente, no contexto das redes sociais, “das *googles* desta vida”, dos *facebook*’s. São necessárias (as redes sociais), mas depois lá está, perante situações como o 13 de novembro em Paris, percebe-se que tem que haver um equilíbrio grande entre aquilo que é a proteção dos estados e a proteção da privacidade das pessoas. Portanto há aqui uma ótica de segurança nacional, de negócio e de direito fundamental que tem que ser equilibrada e por isso quase não tem a ver com ser uma quantidade significativa de novas regras. Tem mais a ver com o tipo de regras que estão em cima da mesa e o facto é que as instituições europeias pensam nisso, porque já com este tema do *Safe Harbour*, foi adiada a entrada em vigor do regulamento por isso mesmo, porque é necessário reolhar para o regulamento, pensar o que é que pode ser feito e esse é um bom exemplo também de como as regras que vêm nestas diretivas e nos regulamentos podem alterar os modelos de negócio das empresas, porque na Alemanha foram proibidas todas as transferências de dados para os Estados Unidos. O que é que isto pode significar? Que todas as empresas alemãs que tivessem servidores nos Estados Unidos têm que os trazer para a Europa, ou seja, isto é uma oportunidade de negócio para a Europa, mas pode levantar também uma questão diplomática entre a Alemanha e os Estados Unidos. Portanto, às vezes estas regras que nos parecem só muito jurídicas ou muito focadas têm uma amplitude.

4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é uma barreira e/ou um facilitador?

Relativamente aqui à questão 4, acho que em Portugal acaba por ser uma **barreira**. Por exemplo, a lei da privacidade nas comunicações eletrónicas impõe determinadas regras para o *marketing* direto. Nós compreendemos e isto qualquer pessoa compreende, que é uma grande chatice estarem-nos sempre a ligar dos bancos e de todo o lado e nós não sabemos como é que acederam aos nossos dados e que o *marketing* direto é um pesadelo. Nós passámos de um sistema de *optout*, que era um sistema em que eu se não queria *marketing* direto dizia eu não quero *marketing* direto e aquela empresa nunca mais nos podia chatear, para um sistema de *optin*, ou seja, eu tenho que decidir querer *marketing* direto para me enviarem essa informação. A CNPD é tão restritiva a esse ponto, que até faz parte do seu plano de atividades da para este ano, ir ao foco do *marketing* direto especificamente porque acha que não devia existir. Isto mata o negócio das empresas. Portanto, sim, a legislação pode ser uma **barreira**. Pode também ser um **facilitador**, porque é importante que haja um bolo e neste caso são essencialmente dois, que é a lei da proteção de dados pessoais e a lei da proteção de dados pessoais nas comunicações eletrónicas, onde as pessoas possam saber quais são os seus direitos. Nas comunicações eletrónicas acho que ainda é mais flagrante, porque temos

aqueles temas das televisões e dos pacotes e a quantidade de vezes que “as zon’s desta vida” telefonam para as pessoas. Aí é importante haver legislação específica, mas de certa forma podem ser uma **barreira** para o negócio, mas, e muitas vezes não só a legislação pode ser uma **barreira**, como a interpretação dada pela Comissão Nacional de Protecção de Dados pode ser uma **barreira**. Muitas vezes a nossa autoridade acaba por seguir muito as indicações do grupo do artigo 29, só que na maior parte das vezes, no momento de escolha, acaba por escolher a posição mais conservadora. Portanto, eu não acho que a legislação em si seja uma **barreira**, a não ser se ponderarmos aquilo que já falámos à pouco, de nós precisarmos de autorização sempre que hajam dados pessoais sensíveis e aí sim pode ser uma **barreira**, mas tirando isso acho que essencialmente são mais temas de comunicações eletrónicas do que a lei geral.

Eu acho que é um **facilitador** por exemplo para os titulares saberem, mas eu acho que a maior parte das pessoas não sabe e isso é o maior problema, que se quiserem nunca mais vão receber chamadas de nenhum banco, de nenhum operador, de nenhuma seguradora, de ninguém. E eu acho isso importante, mas também acho que lá está, obriga as empresas a terem produtos acrescidos, a pensarem. E depois as empresas são muito criativas porque a maior parte das vezes o objetivo não é pensar como é que eu posso ter mais produtos dentro daquilo que a lei diz. É como é que eu posso ter produtos que fujam a esta regra legal. E isso às vezes é demonstrativo que a regra não está totalmente adaptada ao contexto, mas essencialmente não acho que seja uma **barreira**, a não ser no caso do *marketing* direto e das autorizações serem obrigatórias. Em muitos casos acho que não será uma **barreira**. Globalmente não será uma **barreira**.

5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

O conhecimento dos direitos por parte dos titulares parece-me que é a maior **barreira**, mas eu acho que isto não tem só a ver com a legislação de dados pessoais, acho que é genérico em Portugal. Acho que as pessoas também não sabem que há uma regra que diz que o desconhecimento da lei não aproveita a ninguém. Portanto ninguém pode dizer que desconhece a lei. Serve para tudo, para a lei fiscal, para Eu acho que e relativamente aos dados pessoais há aqui um ponto acrescido que é: há muitas obrigações que as empresas têm. Por exemplo, a lei obriga a que os responsáveis pelo tratamento prestem determinadas informações. E quantas vezes essa informação não vem num texto de não sei quantas páginas, em letra minúscula que ninguém lê? Portanto, até as pessoas terem perceção do que é que pode ser feito com os seus dados a nível até de controlo, até esse

momento em que as pessoas vão ter mesmo essa noção, isto vai continuar a acontecer e isto o que é que significa? Significa que toda a gente está a fazer o correto, segundo o que a lei diz, que é: os responsáveis estão a prestar a informação, estão muitas vezes a pedir autorização específica para *marketing* direto, porque o *marketing* direto impõem um consentimento específico, portanto ainda tem aquelas letrinhas em baixo a dizer consinto também ... e a pessoa põe o *tick* e não sabe exatamente o que é que significa. Eu acho que isso é um ponto no qual a nossa Comissão Nacional de Proteção de Dados falha, mas eu também percebo que de certa forma falha porque também tem falta de recursos humanos disponíveis para este efeito. Lá está, porque tem tantas autorizações para analisar que depois há outras coisas que falham, que é esta *awareness* não está a ser feita ou está a ser feita por conferências que dão sociedades de advogados, associações de determinados setores, mas tirando isso não está a ser feito. E eu acho que esta sim é a grande **barreira** e é mesmo transversal às diretivas, à lei atual, ao regulamento e vai continuar a ser transversal. Eu acho que a própria Comissão Nacional de Proteção de Dados podia aproveitar este momento para repensar esta questão e quando o regulamento saísse podia fazer um grande evento de transmissão de informação sobre o regulamento e sobre o que é que implica e sobre quem são os envolvidos. Quando digo quem são os envolvidos é quem são as autoridades reguladoras, é a CNPD, é a ANACOM nas comunicações eletrónicas. Há uma associação que é a APDCE, que é a Associação Portuguesa das Comunicações que todos os anos faz um evento dedicado às comunicações eletrónicas em geral, dos media, as telecomunicações, à internet e que está aberto ao público, é pago mas está aberto ao público e que permite que as pessoas que estiverem interessadas naquele setor não vão só saber o que é que saiu a nível de legislação, mas vão também perceber como é que se estão a posicionar as empresas, o que é que é o futuro daquele setor e isto relativamente à privacidade. Cada vez que tornam um tema mais relevante, a *awareness* não está a ser feita e acho que é esta é a maior **barreira**.

6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

O conhecimento é um **facilitador**, mas eu acho que não existe ou melhor, não é que não exista. As grandes empresas sabem quais são as suas obrigações. Na prática jogam um bocadinho com várias coisas. Em primeiro lugar jogam com o facto da CNPD ser muito lenta e nós conhecemos o mercado. Por exemplo, quando saiu o M4O, foi um produto que saiu surpresa para o mercado, de um dia para o outro. Se a PT estivesse à espera de autorização da CNPD para imaginemos... eu não sei se no caso tinha algum tratamento de dados que não tivesse sido legalizado ainda, mas se tivesse, não ia

esperar. E aí é que está o problema. Jogam um bocadinho com isso, que é – bem, como a CNPD demora tanto tempo a responder, depois não me vai pôr uma contraordenação em cima, porque sabe que a culpa é dela, que o mercado não espera por isso. Pronto, por um lado jogam com isso. Depois, por outro lado jogam com o desconhecimento das pessoas, exatamente como quando se faz aqueles contratos de compras dos frigoríficos, que vem os termos e condições a letras mínimas, fazem exatamente a mesma coisa para as políticas de privacidade. Ninguém lê as políticas de privacidade, ninguém mesmo e quando estou a dizer ninguém, eu trabalho nesta área, eu também não leio. Aí está o problema. Eu dou muitas formações nesta área e há muitas empresas que ainda não perceberam o problema, mas eu acho que o regulamento vai obrigá-los a perceber o problema, que é quando eu tenho dois por cento, ainda não está totalmente estabelecido, mas se eu tiver dois por cento do meu volume anual de negócios a ser posto em causa, se calhar já vou perceber. O regulamento também cria a obrigação de ter um *data privacy office*, uma pessoa responsável por estes temas. Há empresas que já têm porque já criaram essa *awareness*. Há uns anos a Otimus teve uma multa brutal, por causa do incumprimento da lei da privacidade nas comunicações eletrónicas e acho que, eu não conheço muito bem internamente a Otimus, ou seja a NOS atual, mas suspeito que tenham feito alguma coisa para isso nunca mais voltar a acontecer. Portanto, a verdade é que também enquanto não há coisas nos jornais a demonstrar que isto acontece e que é um problema para as empresas e não é só um problema financeiro, é um problema também de imagem. Eu, enquanto cliente por exemplo, se for cliente principalmente de um hospital, onde tem informação médica que são dados pessoais super sensíveis, se é completamente disponibilizada ou se está suscetível de ser disponibilizada a terceiros, se calhar eu nunca mais quero ir aquele hospital e eu estou a falar de mim que tenho problemas de saúde normais. Imaginemos pessoas famosas que tenham uma doença muito rara e que não querem que ninguém saiba, por exemplo. E só isso já é a nível de imagem também uma contingência. Eu acho que é obrigatório os responsáveis pelo tratamento de dados terem cada vez mais informação e isto seja um **facilitador**. Não constava da diretiva mas vai constar do regulamento que os subcontratantes também têm uma responsabilidade, em vez de ser uma responsabilidade quase subsidiária daquele que é verdadeiramente o responsável pelo tratamento dos dados. Portanto acaba por ser mais transversal. Eu até agora, se era um fornecedor/prestador de serviços estava um bocadinho a borrifar-me, fazia com os dados pessoais aquilo que a empresa para quem eu estava a trabalhar dizia, mas a partir de determinada altura se eu própria tenho responsabilidade, se calhar e há-de ser uma **barreira** ao meu negócio se eu não souber, se eu não tiver isso em atenção.

7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Eu diria que era uma **barreira**, mas não acho que seja propriamente uma barreira, porque acho que as regras e também no caso da diretiva, não acho que fosse nada transcendente. Quer dizer, as obrigações de comunicação são um bocadinho diferentes e são um bocadinho mais complexas, digamos assim e expõem mais as empresas mas, lá está, coordenando esta pergunta com a pergunta anterior, se eu tiver mais *awareness* enquanto responsável pelo tratamento dos dados, se eu arrumar a minha casa de forma a que não tenha problemas, isto não há-de ser uma **barreira**, vai ser como uma coisa normal. É como um operador de telecomunicações por cabos, é igual, faz parte do negócio e é isso que falta, é fazer parte do negócio. Há aquela obrigação por exemplo, em alguns casos, de comunicar aos titulares, dados que foram perdidos em *data breach* e isso claro que tem um impacto, mas eu por exemplo já recebi informação, já não sei de que empresa é que era, acho que era uma companhia aérea, acho que foi da *British Airlines* a dizer que tinha havido um *data breach* e que tinham sido perdidos dados, que não sabiam exatamente que dados é que tinham sido perdidos. Claro que isto não é propriamente bom para a imagem de uma empresa, a pessoa fica logo um bocadinho de pé a trás, de quem é que terá os dados sobre os meus voos e onde é que eu fui e onde é que eu não fui. Sendo isto ou tornando-se isto obrigatório, acaba por um lado também obrigar as empresas a pensar um bocadinho melhor e a pensar “bem, se calhar é melhor eu tratar isto como um tema relevante e criar mecanismos para que isto não aconteça e manuais internos de proteção de dados e políticas protecionistas internas, porque um *data breach* pode ser perder uma pen com dados pessoais. Portanto é muito abrangente. Se calhar é preferível para que não seja uma **barreira** ao meu negócio, seja simplesmente uma parte do negócio. E aí será um **facilitador** e eu creio que isto vai evoluir neste sentido, que é as pessoas também vão começar a fazer opções de compra de produtos, de serviços, também pelas políticas de privacidade e da maneira como usam os seus dados pessoais e aí se calhar acaba por ser um **facilitador** para as empresas. Uma empresa que saiba bem as suas responsabilidades e que cumpra as regras, se calhar acaba por ser um **facilitador** para si. Primeiro porque já está à frente dos outros e por outro lado porque não tem riscos de imagem. Claro que os riscos de imagem são um bocado relativos, este tema do *Safe Harbour* foi contra o *facebook* e eu não vejo ninguém a deixar de ter *facebook*. É um bocadinho relativo, mas não é transversal, porque nem todas as empresas têm o *facebook*. Aliás diria que muito poucas empresas têm *facebook*. Eu conheço pessoas que por exemplo não adquirem telemóveis com sistemas *google* porque sabem que a *google* tem uma política de tratamento de dados um bocadinho ortodoxa. Isto é um exemplo e preferem comprar com outros sistemas operativos. Isso aí, o não cumprimento pela

google, que não tem que cumprir porque não é uma empresa europeia, para algumas empresas, já pode ser uma **barreira** para algumas empresas.

8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Pronto, aqui é mais ou menos a mesma coisa.

9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Relativamente à questão 9, isto é um tema muito interessante, porquê? Porque não deveria ser nem uma **barreira**, nem um **facilitador**, se fossem devidamente impostas na altura certa e se houvessem. Por exemplo, eu acho muito interessante a CNPD ter um incentivo ao cumprimento que é: uma empresa que nunca tenha legalizado nenhuma base de dados, se legalizar pela primeira vez, embora já tenha dez anos de atividade, eles normalmente, não quer dizer que isto não venha a acontecer, não aplicam nenhuma contraordenação. Eu acho que isto é um incentivo ao cumprimento. No entanto, depois já nos aconteceu por exemplo com um cliente que tem várias unidades de saúde, fazermos exatamente os mesmos pedidos de recursos humanos para todas as unidades e metade ser autorizada e a outra metade não, porque simplesmente vão calhar a vogais diferentes. E isto é que é o verdadeiro problema, não é a imposição de coimas, contra-ordenações, isso não é um problema porque isso é a contingência de todas as empresas existentes no mercado que sejam reguladas. Toda a regulação tem esta contingência, que é relevante, porque toda a gente sabe que se não houver uma consequência para o incumprimento de uma norma e atenção que a nossa lei tem. A nossa lei de proteção de dados tem normas vazias, ou seja, que não têm consequência de incumprimento nenhuma, o que é espetacular, porque se eu incumprir então o que é que me acontece? Nada ou melhor a CNPD vai-me dizer que eu incumpri mas depois cai pela base porque não tem consequência nenhuma aquele incumprimento. Enfim, é um bocadinho também ortodoxo da nossa lei, mas relativamente às autoridades de controlo, seria um **facilitador** se a CNPD fosse uma autoridade presente e eu não acho que seja uma autoridade indisponível. Porque nós já tivemos várias reuniões com a CNPD e eu acho que eles são compreensivos na abordagem mas há entidades que não conseguem lançar produtos porque ficam presas na CNPD e produtos com valor acrescentado real para a sociedade. Houve projetos há algum tempo de monitorização de crianças doentes, por

exemplo, que não andaram para a frente porque dizem que não há interesse legítimo e que há um ataque à imagem daquele doente, mas aquele doente é uma criança cujos pais não se podem aproximar. Portanto qual é o problema dos pais poderem ter em casa uma maneira de comunicar com a criança? Não há problema, aliás pelo contrário, é um tema tão evidente. E lá está, a aplicação de medidas seria um **facilitador**, no sentido que obrigaria as empresas a terem mais cuidado com o cumprimento, mas para isso também era preciso mudar alguma coisa e eu acho que isto está diretamente relacionado com a pergunta a seguir, que é os recursos necessários são indispensáveis.

10) **Considera que ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?**

Nem sequer são **facilitadores**, são indispensáveis para a *awareness* dos titulares, para a *awareness* dos responsáveis, para a demonstração que a **transposição** da diretiva foi bem feita, a demonstração de que a **implementação** das medidas necessárias foi bem feita, que a **aplicação** da lei está a ser acompanhada e que as empresas sabem o que é que têm que cumprir e estão a cumprir e que a CNPD está em cima delas quando não estão a cumprir e não quando estão a lançar produtos novos que podem ter interesse. Acho que nisso outras autoridades têm feito muito melhor trabalho do que a nossa. É um tema de foco que é: olhar para as empresas nacionais e perceber quem é que está cumprir, quem é que não está a cumprir, quem não está a cumprir ser devidamente alertada e ter atenção, porque às vezes pode ser isso, podem não ter compreendido as regras. Mas para isso, para haver este acompanhamento, tem que haver recursos humanos e a CNPD de facto é pena porque tem pessoas super capazes e muito dedicadas e algumas até que querem fazer mais, mas são poucas e têm sido menos porque há uns anos eram mais, há quatro anos eram mais. Portanto se a privacidade é cada vez mais importante, a CNPD devia ser cada vez maior e não cada vez mais pequena. Já não sei quem é que me disse que a Presidente da CNPD, não sei se foi a Presidente, se foi um vogal que disse que para despacharem todos os processos que tinham, tinham que estar fechados durante não sei quanto tempo sem receber processos. E isso já é demonstrativo de que alguma coisa não está a funcionar. Quando sair o regulamento vai ser complicado e eu acho que até face à falta de recursos, independentemente de não ser uma decisão com a qual eu concorde, o facto de a CNPD ter dito que “vamos suspender as transferências para os Estados Unidos para nós analisarmos”, decorre daí. Não é possível as coisas continuarem e a CNPD ter tempo para analisar. Por isso eu acho que das principais **barreiras** para o funcionamento quer das normas da diretiva, quer da legislação atual, quer das normas que venham a ser implementadas (que com o regulamento também ainda não se sabe totalmente quais é que são), a CNPD vai precisar de mais recursos. Por

exemplo, uma das regras do regulamento, e eu nem sequer sei como é que a CNPD vai conseguir perceber se isto está a ser cumprido ou não, é o facto dos dados de perfil, ou seja, da criação de perfis por parte de empresas terem que ser autorizados pelos titulares. Isto não vai acontecer e a CNPD não vai ter meios para ver se isto está a acontecer ou não. Isso vai ser impossível. Aliás, toda a gente sabe que o seu perfil está a ser criado, quando está a ver uma página qualquer no *google* e depois entra no *facebook* e de lado aparece uma publicidade àquilo que estivemos a ver. Portanto não sei como é que isso vai ser feito de facto e isto é só um entre milhares de coisas.

11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é uma barreira e/ou um facilitador?

Em teoria é um **facilitador**. Acho que a existência de tecnologias permite por um lado disponibilizar mais informação e por outro lado permite também à pessoa quando tem dúvidas ir à procura do que é que essa informação significa, o que é que é um *optout*, o que é que é o *optin*, podem ter estes meus dados, podem não ter. Acho ótimo a existência de tecnologias que aumentam a capacidade de privacidade e até a possibilidade da pessoa por exemplo não aceitar os *cookies* num site. Na prática as pessoas tendem a aceitar tudo. É obrigatório as empresas que usam *cookies* terem a informação disponível mas a CNPD também não diz o que é que isso significa relativamente à utilização, o tipo de *cookies* utilizados e consoante o tipo de *cookies* tem que ser um consentimento ou uma mera informação. Na maior parte dos nossos clientes, nós sugerimos que ponham logo um *banner*, quando a pessoa abre um site apareça logo um *banner* a avisar, mas as pessoas tendem a dizer “entendi”, nem lêem. Portanto, lá está, a informação é um **facilitador**, mas na prática não serve para muito.

12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados é uma barreira e/ou um facilitador?

É assim, eu acho que o formato existente na diretiva é interessante, permite que a transferência de dados seja realizada livremente dentro dos países do espaço económico europeu, melhor, porque se não seriam mais um stress. Mas o processo de transferência em si, eu nem sequer sei para dizer a verdade, se é propriamente um processo, ou seja, uma multinacional que tenha pedido à CNPD autorização para transferir dados ou que não tenha pedido porque tem uma condição de

legitimidade qualquer para transferir os dados, não necessita de autorização e transfira os dados, por aquilo que eu percebo relativamente a multinacionais com as quais trabalhamos, não é propriamente um processo. Eu tenho quase uma base de dados que é comum e quando eu insiro eles têm acesso do outro lado. Mas acho que é um **facilitador** a nível da implementação de negócio em Portugal e noutros países europeus, isto relativamente àqueles países que oferecem proteção adequada. Por exemplo a Índia é um país que não oferece proteção adequada. Aí eu não sei se os mecanismos de legitimidade que existem são suficientes para proteger os dados. Porque nós antes, mas isto em princípio é alterado, mas havia três condições de legitimidade para transferir os dados: só com notificação à CNPD, (sem autorização que era o consentimento dos titulares), o *Safe Harbour* e as cláusulas contratuais tipo da Comissão Europeia. Mesmo que eu tenha um contrato com uma empresa que tem um servidor na Índia, que tenha lá as cláusulas contratuais tipo da UE, quem é que vai ver se eles estão a cumprir? Claro que isto é como tudo, não é um tema de cumprimento e de aplicação de medidas mas eu acho que na prática a coisa não fica muito bem protegida de qualquer forma. Aqui não é um tema de **barreira** ou **facilitador**, é mais difícil. Não sei se será uma **barreira**, se será um **facilitador**. É um **facilitador** para o negócio, poderá ser uma **barreira** ao cumprimento da lei. Tem sempre dois lados.

13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Não acho que exista muita atenção a isto. Já há muito tempo que se dizia por exemplo, que o *Safe Harbour* ia deixar de ser uma condição de legitimidade, mas foi preciso um processo no Tribunal de Justiça para a coisa acabar por acontecer. Portanto, isto só demonstra que as condições de legitimidade que estão apontadas não são propriamente evidentes ou não significam que na prática as coisas aconteçam, mas depois lá está, mesmo as autorizações, as legalizações, tudo, não são um garante. Só com uma boa autoridade reguladora é que eu posso ter um garante, porque eu posso dizer assim: eu vou só tratar o dado nome, e-mail e morada e então não peço uma autorização à CNPD, simplesmente notifico que vou tratar aqueles dados, porque não tenho dados pessoais sensíveis. Se não tiver operações relevantes que determinem a autorização, é só uma notificação. Eu faço a notificação e depois estou a tratar outro dado qualquer. Aquela legalização também não é um garante, mas depois a CNPD pode agarrar naquilo, vir atrás de mim e dizer assim: não, tu também estás a tratar outro dado que não puseste aqui, portanto estás em incumprimento, mas é que a CNPD não está a fazer isso. E isso é a mesma coisa para as transferências. A inexistência de um controlo apertado é para tudo. Mas por exemplo, nós temos o exemplo da ANACOM que é uma

autoridade reguladora que funciona muito bem, mas tem recursos humanos que nunca mais acabam, não tem nada a ver com a CNPD, não se compara, mas a CNPD podia ser isso. Portanto, eu também acho que a determinada altura também é um tema de Estado.

14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são uma barreira e/ou um facilitador?

Aqui podem ser uma **barreira**. Por exemplo, imaginando: nós temos multinacionais que têm uma empresa nos Estados Unidos e depois têm por exemplo em Portugal, em Espanha e na Alemanha e basta, relativamente agora ao tema do *Safe Harbour*, as várias autoridades reguladoras terem abordagens diferentes, que já é um problema. E aí sim, é uma **barreira**. Aí é um problema, porque na Alemanha agora não se pode fazer transferências para os Estados Unidos sobre qualquer condição de legitimidade. Em Portugal as transferências estão suspensas, em Espanha não estão suspensas, podem fazer-se com cláusulas contratuais tipo da União Europeia, mas em janeiro, o Grupo do artigo 29 há-de verificar novamente para ver o que é que vai acontecer. A CNPD, em janeiro, também vai voltar a emitir. Esta diferenciação é complexa para empresas que queiram estar em vários países, é muito complexa para o negócio e mesmo para os próprios titulares dos dados. Por exemplo, se eu estiver a fazer um contrato qualquer com uma dessas empresas, como é que eu sei o que é que vai acontecer aos meus dados, se eu de repente já não sei quais são os acórdãos que existem com aquele e com o outro? Eu acho que esta é uma grande **barreira**, muitas vezes mais as práticas do que a legislação. Sendo que o Grupo do artigo 29 reúne todos os reguladores, até seria uma boa maneira de agregar e de fugir a isto, mas por exemplo neste tema não foi, em alguns é. Portanto aí sim, isto é claramente uma **barreira**.

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte:

Acho que a maior **barreira** é um tema de *awareness*, seja *awareness* dos titulares dos dados para os seus direitos e para a necessidade de lerem tudo, seja das empresas, do que é que significa estar em cumprimento e seja das autoridades nacionais, que significa por um lado terem uma resposta comum, eu acho importante uma resposta comum e por outro lado terem recursos humanos

essenciais, já nem estou a falar dos que seriam bons ou ótimos, mas os essenciais para poderem funcionar convenientemente.

Há empresas, quando estou a dizer empresas não são só empresas, empresas e instituições particulares de solidariedade social, ong's que não se aproximam da CNPD, no sentido de perguntar – olhem eu posso tratar estes dados? - , porque já sabem que a CNPD vai dizer que não e aquilo é a base do negócio. Quando eu estou a dizer do negócio, se calhar as empresas então fazem de outra maneira, mas quando estamos a falar de associações, de fundações, que têm um cariz social muito relevante, aquilo é o *core* delas. Eu não posso dizer a uma associação, por exemplo, que trate doentes com cancro, que não podem tratar dados de saúde, quer dizer, não faz sentido. Então há entidades que não se aproximam da CNPD e aí a CNPD tem um bocadinho de culpa nisto, mas talvez a culpa também não seja exclusivamente deles, por causa da prática portuguesa, que é restritiva. Eu estou a dizer a prática portuguesa porque estamos em Portugal, porque há outros países que têm igualmente essa prática e depois como temos na mesma Europa, Espanha, Reino Unido, França que têm práticas mais abertas, não podemos também esperar que no dia em que isto se torne absolutamente relevante para o desenvolvimento económico das empresas, que isso não seja ponderado. Portanto, podemos estar a afastar empresas desnecessariamente.

Anexo 13 - Entrevistas: Transcrição da Entrevista à Dr.ª Clara Guerra

Entrevista à Dr.ª Clara Guerra

Data: 11/02/2016

1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é uma barreira e/ou um facilitador?

O prazo de transposição esgota-se na transposição. Enquanto não houver lei, enquanto não for transposta, não há lei. Podia-se dizer que isso traria um grande problema. No caso de Portugal não trouxe problema nenhum, não houve atraso. A lei saiu com dois dias de atraso, é um caso limite. A diretiva é de 24 de Outubro e nós transpusemos a 26 de Outubro, a lei é de 26 de Outubro, três anos depois. Portugal foi dos primeiros países a transpor, fomos muito certinhos.

A diretiva das comunicações eletrónicas demorou mais tempo, a primeira vez, depois agora teve alterações mas foram mais rápidas. Acho que não cumprimos o prazo, demorámos um bocadinho mais tempo, mas nós já tínhamos uma lei, portanto não estávamos a zeros. Tivemos inclusivamente que fazer uma alteração constitucional em 97, para poder transpor a diretiva, porque havia ali uma incompatibilidade, mas correu tudo bem, foi tudo dentro do prazo legal.

Para a **aplicação** não tem nenhuma relevância, porque nós já estávamos a aplicar e continuámos a aplicar. Fomos dos primeiros a aplicar a nova diretiva, porque fomos dos primeiros países a transpor, muitos outros não o tinham ainda feito. Agora diz-me, isto significa que não havia ainda uma harmonização. Sim, é verdade. Havia mais diferenças entre os países, mas também como não andamos propriamente a cooperar diariamente uns com os outros, isso também não era assim uma coisa que fosse muito notória ou que tivesse um grande peso no nosso dia-a-dia, porque nos cingimos basicamente ao território nacional. Temos interação com os outros países mas é uma coisa mais esporádica.

2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é uma barreira e/ou um facilitador?

O que posso dizer é que a diretiva de proteção de dados dava alguma margem, não era das diretivas mais restritivas, que são muito fechadas e que obrigam os Estados a seguir muito. Nesse aspeto, aqui posso dizer que a margem dada aos Estados é **facilitadora**. Eu vou explicar porque é que pode ser **facilitadora**. É **facilitadora**, porque como a proteção de dados é precisamente um tema transversal à sociedade e que tem implicação em todos os setores de atividades, estamos a falar desde a gestão normal de clientes, ao sistema financeiro, aos dados de saúde, todos os tratamentos de dados que são da responsabilidade da Administração Pública, portanto cobre tudo. Nessa medida, o facto de dar margem de manobra aos Estados, faz com que os Estados possam melhor adaptar e ajustar à sua tradição legislativa, à sua cultura, ao seu próprio regime legal em vigor, que tem particularidades e esta flexibilidade que a diretiva deu foi **facilitadora** da sua **transposição**. O que eu posso dizer é que Portugal não sentiu muita necessidade, pelos vistos, de usar plenamente essa margem de manobra, uma vez que não a usou. Provavelmente não sentiu necessidade, isto é, seguiu os princípios da diretiva, considerou que esses princípios estavam ajustados e que se poderiam aplicar de forma fácil e transversal a todos os setores de atividades. Mais, o legislador português até fez uma coisa para além do quadro da diretiva, fez uma lei de proteção de dados que tem o âmbito de aplicação superior ao âmbito da diretiva, na medida em que também se aplica ao sector policial, aos dados policiais, coisa que a diretiva não se aplica.

A diretiva aplica-se ao antigo primeiro pilar, às questões do mercado único e a nossa lei, porque temos um artigo na constituição que dá uma proteção sem fazer distinção dos campos, dá uma proteção aos cidadãos em todos os tratamentos dos seus dados. Portanto, o legislador, aí de forma correta, aproveitou a **transposição** da diretiva para fazer uma lei que não exclui sector nenhum, inclusivamente o sector policial, com as mesmas regras, tem uma ou outra exceção na mesma lei, mas de resto tem as mesmas regras. Portanto, eu posso dizer que a diretiva de proteção de dados era uma diretiva que dava uma razoável margem de manobra aos Estados, não era muito restritiva. De tal maneira que alguns Estados abusaram um bocadinho dessa margem de manobra para quase ir para o extremo, porque a questão aqui quando o espaço de manobra é muito grande, corremos o risco de um país acertar o diapasão por um dos limites da diretiva e outro país, por outro limite contrário. Portanto isto depois dá uma grande diferença, que eu acho que foi isso que aconteceu. Há uma harmonização genérica sem dúvida, mas há pouca uniformização entre os Estados-Membros, mas aqui a margem de manobra foi facilitadora na adaptação e no entrosamento com outros regimes jurídicos parcelares sectoriais, o que é importante uma vez que a proteção de dados alcança tudo. Portanto, nesse aspeto foi **facilitadora** da **transposição**, da **implementação** e da **aplicação**. É facilitadora em todas.

3) Considera que os Estados-membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é uma barreira e/ou um facilitador?

Para a **transposição** isto não faz sentido. A transposição é passar para o direito português as regras europeias, não é mais nada. A **implementação** ... Digamos que é como tudo o que é novo, obriga a uma adaptação, obriga à mudança de atitudes, por isso é que se legisla. Não é uma barreira a coisa nenhuma, porque se não nunca mudávamos. É preferível haver regras e regulamentos, uma série de situações, neste caso o sentido da proteção das pessoas, porque em rigor nós tínhamos um artigo constitucional, mas precisa de ser identificado, precisa de ser regulado em pormenor, para que seja efetivamente garantido o direito que está consagrado na constituição.

Pode ser **facilitador** no sentido em que com regras definidas, regras que são iguais para todos, novas regras vêm trazer clarificação, vêm trazer segurança jurídica e vêm trazer alguma ordem, porque é isso que as leis trazem de certa forma, é alguma ordem: ordem no mercado, ordem na forma como as empresas e as entidades públicas tratam os dados...

Barreiras. Há sempre quem veja barreiras, basta falar com empresas. As empresas se calhar vão-lhe dizer que as leis trazem muitas barreiras porque não os deixam fazer o que querem. Portanto isso depende da perspetiva. Nós achamos que as diretivas de proteção de dados foram essenciais e estão a ser essenciais, porque vieram lidar com uma realidade completamente nova, que não tinha nenhuma regulamentação, que está muito associada à tecnologia, portanto tem um desenvolvimento muito rápido. É indispensável, essencial ter princípios muito firmados e depois construir, mas sempre em torno desses princípios. São fundamentais, são base, basilares, são os alicerces do edifício e por mais que se mudem depois as legislações, sejam mais assim ou mais assado, os princípios de proteção de dados estão ali, estão presentes. A diretiva de proteção de dados não é o primeiro instrumento jurídico de proteção de dados na Europa, porque o primeiro é uma Convenção do Conselho da Europa de 1981 e que a maior parte dos Estados da União Europeia, incluindo Portugal, assinou e retificou. Digamos que os Estados mesmo antes da Diretiva, já estavam obrigados (quem assinou a Convenção) a transpor para o seu direito nacional, essa Convenção, que protegia só os dados automatizados, não os dados manuais. No início, era só para o tratamento de dados automatizados no início, era uma Convenção mais genérica que depois teve um protocolo adicional, que foi introduzido posteriormente, por exemplo, a existência de uma autoridade de controlo independente, coisa que a diretiva de proteção de dados já tem, mas também tem catorze anos depois. Nessa medida, essas novas regras foram importantes, mesmo do ponto de vista das

empresas foram facilitadoras porque as empresas também precisam de saber com o que é que contam. Agora é como tudo, se quiser dizer que elas constituem **barreira** “ao faço como quero”, sim, nesse sentido são uma **barreira**. Portanto depende sempre da perspetiva.

4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é uma barreira e/ou um facilitador?

É assim, quem transpõe é o legislador. Nós autoridade de proteção de dados não sabemos responder, nós aplicamos. A implementação e a aplicação são a mesma coisa ou então põe implementação no sentido de fazer a lei, e portanto está associada à transposição. Esta divisão é falsa. Aqui, em princípio, a implementação está associada à aplicação, portanto faz a lei e depois aplica-a, só tem dois momentos, é quando faz, isto é, está a implementar uma diretiva, quando a transpõe, implementar na lei, a dar-lhe corpo e depois quando está a aplicar a lei. Só tem esses dois momentos, tem de fazer a lei e depois aplicar a lei, não tem três. Isto aqui não tem distinção. É óbvio que do ponto de vista do legislador, agora pondo-me nos sapatinhos do legislador, que não sou, mas pronto, imagino que já havendo legislação sobre a matéria, não está a legislar de novo. Tem uma base, tem uma obrigação constitucional, porque já tem normas na Constituição que tem que respeitar e não está do zero. Para nós aplicadores da lei, autoridade de controlo, também facilita já ter regras antes, porque já temos uma experiência, já temos um passado, já não é tudo novo, porque as regras anteriores, digamos que beberam na mesma fonte da diretiva, não há uma grande diferença. Para os cidadãos digamos que também facilita a interpretação das coisas, porque no fundo é um apuramento do quadro existente. A diretiva da privacidade nas comunicações eletrónicas é uma lei especial dentro de um regime geral. O regime geral é a diretiva de proteção de dados, a outra lei é uma lei especial, é uma lei que regula, que tem normas específicas para regular um setor de atividade, que é o setor das comunicações. Porquê? Porquê que fizeram uma legislação especial? Porque é um setor de atividade muito desenvolvido e por via das suas características justificava-se que houvesse regras específicas para regular aquilo e portanto se fez uma diretiva específica, mas que é uma diretiva que sai da diretiva de proteção de dados, é uma filha e depois a transposição da lei. E também aí Portugal seguiu muito à risca a diretiva das comunicações eletrónicas na transposição. Mas é óbvio que havendo legislação antes da transposição das diretivas, mais facilmente há uma continuação, há um apuramento do quadro. Portanto, nesse aspeto facilita tudo, facilita a **aplicação**, facilita a **transposição**.

5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Eu não consigo dizer sim ou não, depende da perspetiva e mesmo assim. O conhecimento dos direitos facilita o exercício dos direitos, é o que eu lhe posso dizer. Eu não consigo exercer os meus direitos se não os conhecer, é uma condição *sine qua non*, por isso é que a sensibilização das pessoas é tão importante. E a legislação prevê que eles (titulares dos dados) sejam informados, precisamente para poderem exercer os seus direitos. A informação que os cidadãos têm que ter sobre os tratamentos de dados que recaem quando dão os dados ou posteriormente se os dados não forem recolhidos junto deles.

Os cidadãos têm sempre direito a ser informados sobre os tratamentos de dados, quem é o responsável pelos tratamentos, que dados é que tratam, qual é a lógica subjacente ao tratamento, os objetivos, as finalidades, a quem é que os dados são comunicados, se são comunicados a terceiros, a que terceiros, se vão para o estrangeiro para países terceiros fora da União Europeia, para que países e porquê. Essa informação tem que ser dada às pessoas e tem que ser dada às pessoas a informação sobre que dados é que são obrigatórios ou facultativos no preenchimento de uma coisa, caso haja dados facultativos e como é que as pessoas podem exercer o seu direito de acesso. Há o direito de acesso, de retificação ou de eliminação, em casos pontuais (se não íamos todos pedir a eliminação das finanças para não pagar impostos), mas principalmente o direito de acesso. O direito de acesso é um direito constitucional que eu exerço para saber quais são os dados que constam sobre mim num determinado tratamento, precisamente para perceber, para me permitir verificar se os dados são corretos, se são completos ou se aquele tratamento e os dados que eles estão a tratar estão de acordo com a lei, para eu poder acionar os meus direitos, poder reagir, poder opôr-me ao tratamento daqueles dados por exemplo, ou poder pedir uma eliminação ou pedir uma atualização dos dados ou uma retificação, porque não estão corretos, porque não é assim. “Os dados que tem ali não são corretos, o meu filho não se chama António, chama-se Manuel ou eu não tenho dez anos, tenho vinte, já não moro naquela morada ou afinal sou boa pagadora ou não sou má pagadora ou já não tenho dívida nenhuma, qualquer coisa que seja. Conhecer os direitos é uma obrigação que a própria lei impõe e é obviamente para o cidadão um **facilitador** do exercício do direito. Aliás, presume-se sempre que os direitos nunca são barreira para coisa nenhuma.

6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

É a mesma coisa. O conhecimento das obrigações é um **facilitador** para o cumprimento da lei. Se eu sei que obrigações tenho que cumprir, facilita que eu as cumpra de acordo com a lei. Para nós que aplicamos a lei é um **facilitador**, porque parto do princípio quando eles (responsáveis pelo tratamento dos dados) conhecem as obrigações, que as cumprem e portanto facilita o nosso trabalho. O nosso trabalho está muito complicado quando não cumprem a lei, porque nós verificamos o cumprimento da lei, mas se houver muita gente a não cumprir a lei temos que sancionar, tem que se fiscalizar, tem que se verificar, tem que se ver as queixas, etc. Portanto o conhecimento das obrigações, para nós é como o conhecimento dos titulares dos seus direitos. É exatamente a mesma coisa, é o reverso da medalha mas é a mesma lógica. É um **facilitador** para nós e para eles (cidadãos), é um facilitador para ambos.

7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

O cumprimento das regras, sejam novas ou velhas, para nós, na nossa perspetiva de autoridade de proteção de dados, é sempre um **facilitador** do trabalho. Além de que cumprir a lei é obrigação, portanto facilita o nosso trabalho, que temos que verificar se a lei é cumprida ou não. Se eles (responsáveis pelo tratamento dos dados) cumprirem, facilita o nosso trabalho.

8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?

A questão eventualmente não seria bem esta. Seria: se a alteração de práticas para cumprir a lei, se aquilo que os responsáveis pelo tratamento têm que fazer, têm que alterar os seus comportamentos e as suas práticas para passar a cumprir a lei, se isso é um **facilitador** ou é uma **barreira**. É óbvio que aqui pode ser uma **barreira**, isto é, o objetivo é nobre e facilita o cumprimento mas temos que perceber que muitas vezes, as empresas e os empresários e as entidades públicas também, não é só os empresários, mas eu gostava de ... porque dizem sempre que os públicos são muito lentos e pesados e burocráticos e que a iniciativa privada é sempre toda muito ágil, muito desempoeirada e a minha experiência é quase ao contrário. Isso é o maior mito urbano que existe. Em Portugal, e é a realidade, com o tecido empresarial que temos que é pequenas e médias empresas, com grande analfabetismo, baixa formação e qualificação dos nossos empresários. Nós aqui temos um retrato da sociedade, temos desde a grande empresa com um grande escritório de advogados até ao senhor do

cafézinho de Algueiros de baixo ou de cima. Portanto, nós percebemos bem que há aqui uma grande diversidade e que o país ainda leva aqui um lastro de atraso que vem de trás, de uma geração de analfabetos, não é analfabetos funcionários, é analfabetos mesmo, pessoas sem saber ler e escrever, é enorme ainda na geração ativa. É que não é nos velhinhos que estão reformados, é a geração que está a trabalhar, é muito grande. Ainda agora veio uma notícia no jornal, pensei que já tínhamos ultrapassado um bocado isso, fiquei um bocado pasmada, porque não vale a pena estar a dar cursos de formação profissional uns atrás dos outros se as pessoas não sabem ler e escrever. Agora é verdade que as pessoas têm alguma dificuldade e portanto fazer alterar o comportamento representa muitas vezes uma barreira. Não é que eu não concorde mas acho que na prática representa uma barreira, porque as pessoas são acomodadas ao que está. Tudo o que seja muitas vezes para mudar, para alterar positivamente (às vezes quando é para alterar para o mal vão mais depressa) emperram, não é, demoram, complicam. Tudo o que seja mudar aquilo que é o universo que eles conhecem, põem sempre dificuldades. À partida há um espírito de pôr dificuldades, nem que aquilo que eles às vezes vão alterar, depois lhes vá facilitar a vida a seguir, mas vamos lá ver, a lei também não é para facilitar a vida nem para pôr barreiras à vida. Estamos aqui a falar de legislação que está a proteger direitos fundamentais, é uma coisa importante, que tem que ter em conta, porque nós não estamos aqui propriamente num balanço entre a atividade empresarial e o não sei quê. É óbvio que todos temos bom senso, mas estas leis são feitas para defender os direitos fundamentais e os direitos fundamentais não têm preço. Às vezes há aquela coisa que “ah, fazer isso é muito caro”. A minha liberdade não tem preço, a minha privacidade também não tem preço. Se calhar gasta-se muito dinheiro noutras coisas que se poderia poupar, mas eles querem sempre poupar no bom para gastar no mau. Se uma pessoa disser que têm que registar logos, e que é uma coisa já barata, porque o armazenamento é barato, mas que tem que ter os logos ativos e gastar um dinheirinho no registo dos logos, eles dizem que é muito dinheiro e que é muito fardo, mas se for para comprar cinquenta câmaras porque vem no mercado, já não olham a meios, nem que aquilo não tenha eficácia nenhuma. Há um bocadinho às vezes o discurso, de facto, de que quando há uma exigência, uma obrigação ou que obriga só a mudar hábitos e comportamentos e práticas, ser percebida pelos responsáveis, neste caso, como uma **barreira**. Portanto, não é exatamente como esta pergunta está formulada. É: considero que a alteração de práticas por parte dos responsáveis é uma barreira. É. Considero que a alteração de práticas por parte dos responsáveis para cumprir a nova legislação pode ser vista para eles como uma barreira, não é. Não para mim. Agora este sentido de barreira tem impacto também na nossa atividade, tem um impacto reflexo na nossa atividade, porque como é óbvio, se as empresas têm mais dificuldades em alterar, nós temos mais dificuldades, também temos que fazer um esforço adicional e às vezes temos que aplicar sanções onde não

queríamos porque eles resistem a mudar. E muitas vezes desvalorizam, acham que não alteram para já.

9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

É assim, as medidas sancionatórias são um mal necessário, digamos assim, porque infelizmente tem que haver sempre uma pena para quem não cumpre, caso contrário era a sensação de impunidade e ninguém cumpriria. Tem muitas vezes, na perspetiva da Autoridade de proteção de dados, um efeito **facilitador** e reflexo para os outros. **Facilitador** na medida em que ao aplicar sanção a um, vai refletir-se positivamente na maneira de agir dos outros. Há coisas engraçadas. Eu lembro-me aqui há muitos anos, foi durante um verão, eu lembro-me que foi durante um verão porque estava muito pouca gente a trabalhar, estava tudo de férias, e a casa tinha muito menos pessoas (eu já cá estou há bastantes anos) e houve uma ação da Polícia Judiciária numa corretora no Porto. Eles estavam a investigar uma coisa qualquer, mas no meio da investigação da Polícia Judiciária, detetaram ali, que os tratamentos de dados pessoais que eles faziam dos seus clientes, que não estavam devidamente autorizados pela Comissão. Então a polícia começou a mandar participações para nós sancionarmos e isto foi impressionante. Nós tomámos logo ali uma medida qualquer, que já não me lembro o que foi, acho que nem aplicámos propriamente a sanção mas fizemos logo perguntas e dissemos logo que eles não podiam, que o tratamento não estava legal e portanto eles não podiam tratar os dados etc., etc. Eles entraram completamente em pânico, porque uma corretora se não puder trabalhar pode perder milhares de um dia para o outro. É dinheiro, ligam muito ao dinheiro. Então foi extraordinário, porque aquilo funcionou, porque é um mundo fechado, funcionou como um pavio. Elas falaram todas umas com as outras e nós aqui numa semana, todos os dias recebíamos as notificações dos tratamentos para legalizar, das corretoras todas do país, aí no meio de agosto, em pânico. Portanto, isto é uma situação limite, até porque está envolvido dinheiro e são especialmente conscientes e é uma questão de reputação e é muito complicado. Digamos que é um setor muito particular que teve esta reação em cadeia.

Quando a sanção é tornada pública (porque quando não é tornada pública, muitas vezes também circula entre as empresas do setor), tem um efeito para os dois lados. Tem um efeito para as outras empresas ou para o Estado ou para as entidades públicas (também sancionamos os públicos) e para os cidadãos, porque os cidadãos de repente acordam e começam a fazer queixas de situações que eles tinham conhecimento ou que sofreram, mas que não percebiam se calhar muito bem que aquilo

era legal ou não era legal ou se podiam ou quando percebem que alguém sanciona, gostam da festa, não é verdade, gostam de aderir e contribuir para a festa e às vezes até com queixas que não levam a lado nenhum, mas percebe-se que há um movimento.

A divulgação neste caso da sanção arrasta outras empresas a querer cumprir melhor para não serem sancionadas e os cidadãos ficam mais alerta para fazer queixas e portanto cria aqui um movimento bola de neve, que tem como fim da estrada neste caso, uma preocupação com um melhor cumprimento da lei e implica uma mudança de atitude, por medo claramente, porque a sanção funciona assim. Isto é a cenoura e o pau e o medo funciona e a sanção tem precisamente essa função. Essa função social que é de incutir o medo de ser sancionado e não só porque a sanção pode ser uma coima, mas muitas vezes e aqui na proteção de dados nós vemos isso, em grandes empresas, a questão da reputação. Só às vezes o facto de se falar, eles até podem não ter uma sanção pecuniária relevante ou não estar prevista, ou há outras formas, nem tudo são coimas, mas a reputação da empresa, porque a relação com os clientes tem uma base de confiança e as pessoas cada vez mais estão a preocupar-se com a sua privacidade, mesmo no mundo em que as pessoas dão os dados todos. Vivemos num mundo em que as pessoas expõem muito, mas percebemos que o movimento contrário está a crescer, que é as pessoas terem mais cuidado com o que expõem. Continuam na internet, claro, não queremos que as pessoas deixem de ir à internet, continuam a expor, mas algumas com mais cuidado e algumas com mais parcimónia e fazem opções, - aqui sim, aqui não. Portanto, já há uma maior consciência e isso também ajuda a exigir das empresas que elas tratem os dados com respeito pelas regras da confidencialidade e de segurança, etc. Se eu dou os meus dados a uma empresa, que se é atacada, se não tem medidas de segurança, se um *hacker* vai sem grandes conhecimentos e entra no site e saca tudo, eu não vou trabalhar com essa empresa, eu vou trabalhar com outra que me dê garantias. Portanto, hoje em dia, esta questão da privacidade e associada à segurança da informação é uma questão que preocupa as pessoas e se houver empresas que ofereçam alternativas credíveis, as pessoas vão para lá. Portanto, reputação hoje, a reputação quanto a ser capaz de cumprir a lei, de garantir os direitos das pessoas e respeitar os seus dados, etc., é uma coisa que hoje tem um peso muito grande. Por esse lado também a medida sancionatória facilita o cumprimento futuro, é um impulsionador do melhor cumprimento, porque é sempre essa a função.

10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Não é os recursos necessários. É os recursos são uma **barreira** ou um **facilitador**? Se os recursos forem necessários são sempre um **facilitador**. Se os recursos existentes, não é os necessários, são uma **barreira** ou um **facilitador**? São uma **barreira** porque nós não temos os recursos necessários. Os recursos existentes não são os necessários. Isso aí, já aqui chegámos à nossa **barreira**. Infelizmente em Portugal e as nossas congéneres também se queixam do mesmo, mas com muito menos razão do que nós, porque devo dizer-lhe que nós em comparação com as outras entidades europeias, fazendo uma comparação por número de habitantes, que é a escala (não me vou comparar com Espanha em número de pessoas), nós somos das pessoas que temos quase tantas pessoas como a Lituânia. A Letónia não tem quase ninguém, mas por exemplo, a Eslovénia que tem três milhões de habitantes tem sessenta pessoas a trabalhar e nós temos vinte. Vamos lá ver, há aqui uma base. Depois é tratar o volume de queixas e o volume de autorizações, tem a ver com a população, porque a população também está associada às queixas, ao número de empresas, à atividade económica, tudo isso. Mas há uma base de trabalho que é comum a todas, independentemente nem que eu tivesse um cidadão, um habitante, o que não é possível, mas pronto. É a base das relações internacionais que nós temos que ter e estamos representados numa série de grupos e temos que ir às reuniões e fazer trabalho nesses grupos. Nós não temos sequer para essa base, temos muita dificuldade.

O papel de dar pareceres a projetos de diploma, o papel de dar pareceres, de reunir com entidades que nos vêm pôr projetos, que nos vêm apresentar coisas e que nós temos que estudar as coisas, que reunir com eles, que ler os documentos, que lhes dar conselhos, dizer vá por aqui, vá por aqueloutro, estudar com eles. Isto tudo demora tempo, isto é em todos os setores. E nós efetivamente fazemos bastantes fiscalizações, mesmo com os recursos que temos, comparados com os colegas. Fazemos fiscalizações *in loco*, porque há muitos dos nossos colegas que chamam fiscalizações a coisas que nós chamamos *desk inspection*. Fazem umas cartinhas a perguntar, respondem. Se nós contássemos com isso, bem, então fazíamos milhares de inspeções. Nós quando chamamos ações de fiscalização são ações no local, averiguamos os sistemas, as coisas. Umas são pequeninas, outras são grandes. Quando vamos para a AT ou para a Segurança Social ou para as polícias ou para uma câmara, demoramos muito tempo. Quando vamos só ali ao banco ou à empresa A ou B para saber se está lá o nome daquele senhor, que dados tem, é uma coisa rápida. E nós para isto tudo não temos os recursos necessários. Neste momento estamos a gerir prioridades. Nós temos uma pendência processual muito grande, não tratamos as queixas com a rapidez que queríamos, não emitimos autorizações com a rapidez que queríamos e já estamos a desdobrar-nos, porque há vários anos que encetámos aqui um processo de reorganização interna de automatização de procedimentos. Temos já muita coisa, muitos processos eletrónicos, mas em papel ainda sobra muito. E estas restrições de contratação da Administração Pública estrangularam-nos

completamente. Nós há dois anos perdemos um terço dos nossos quadros superiores, numa casa que é pequena isto é um rombo enorme.

Os recursos nunca estiveram tão baixos como hoje, em proporção ao trabalho e às competências que temos, mas nunca foram suficientes. Mesmo no princípio da casa, não havia quase nada para fazer, entre aspas, não se fazia mais porque não se tinha mais pessoas, porque se tivesse mais pessoas o trabalho surge naturalmente. E todas as ações de sensibilização que fazemos (e a Comissão faz muita coisa e tem muitas iniciativas), trazem mais trabalho, porque quanto mais esclarecermos as pessoas, mais as pessoas vêm cá. Quanto mais esclarecermos as empresas, mais as empresas vêm cá. Isto é como se costuma dizer, buscar sarna para se coçar, a expressão popular. Portanto aqui é uma **barreira**, os recursos existentes são uma **barreira** para o exercício pleno das funções, porque cumprimos, mas não cumprimos da forma que queríamos.

11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é uma barreira e/ou um facilitador?

É uma obrigação prestar informações, por um lado. Por outro lado, hoje as tecnologias podem ser utilizadas também como facilitadoras do exercício dos direitos.

As pessoas estão muito tempo na internet e portanto estão num mundo virtual, estão em linha, estão *online*, estão numa rede aberta que tem características diferentes do mundo físico. Uma coisa é eu estar a preencher um papel com os meus dados pessoais e ter um grande catrapácio para ler no fim, para pôr coisas. Outra coisa é eu estar num ambiente *online* em que as coisas me são apresentadas necessariamente de maneira diferente, em que não faz sentido darem lençóis e lençóis para ler.

As tecnologias devem ser utilizadas e devem ser encontradas soluções técnicas e tecnológicas para melhorar e para garantir a privacidade das pessoas. As tecnologias são aquelas que nos põem os problemas. Às vezes é por causa da utilização de determinadas tecnologias que a minha privacidade pode ficar exposta. As tecnologias também contém as soluções. Podemos arranjar soluções tecnológicas para me proteger a privacidade. Vou dar um exemplo muito simples, porque isto tem aplicações em muitos campos. Se eu por exemplo abro uma conta no google ou no hotmail ou no yahoo, uma conta de email e estou a verificar as minhas preferências, a guardar as minhas

preferências... Há uma série de perguntas que são feitas. O que normalmente acontecia era que já estava tudo ticado por mim, já estava tudo decidido, que eu queria receber *newsletter* sobre isto, que eu queria receber não sei o quê, queria receber publicidade de terceiros, queria receber não sei que mais. Já escolheram tudo por mim e depois aquilo são páginas e páginas e páginas em que está tudo por defeito, está tudo ativado e eu só tenho que pôr um concordo por baixo. Isto é uma coisa errada porque eu aqui não estou a consentir verdadeiramente. O consentimento é uma manifestação de vontade. E aqui, onde é que eu manifestei a minha vontade? Quando cliquei no último botão. Tem que ser ao contrário, aquilo tem que estar fechado, isto é, está tudo desativado e eu é que vou escolher ativar ou não. A minha privacidade está defendida por defeito, *privacy by default*, é este conceito e eu não tenho que me esforçar ou estar atenta ou “ai que me distraí e escapou-me aquela coisa e então agora eu de repente tenho os meus dados expostos”.

O exercício dos direitos, é óbvio que, por exemplo, se eu dou dados pessoais num site para comprar coisas, inscrevo-me, até pode ser num supermercado. Tenho uma conta para poder pedir *online* os produtos, para depois me virem entregar a casa. Ainda não vem por computador essa parte. Eles têm os meus dados, os meus dados de contacto, as minhas moradas e até os meus dados para pagamento, por cartão, ou por multibanco, consoante as modalidades. Os sites permitem que eu tenha acesso à minha área pessoal e utilizam também a facilidade da tecnologia para eu própria poder alterar os meus dados. Mudo de casa, altero, mudei o telefone, altero, mudei não sei o quê, altero e portanto os dados estão sempre atuais. Sou eu que tenho o controlo sobre os dados e este exercício do direito de retificação por exemplo, ou do direito de acesso, (porque são os dados que eles tratam sobre mim), eu estou a exercê-lo de forma fácil, *userfriendly* não é, amiga, célere e utilizando a mesma plataforma tecnológica que eles usaram para a recolha dos dados e para a prestação do serviço. Portanto isto é eventualmente a capacidade que as tecnologias também encerram para me garantir uma maior privacidade, se estiverem configuradas para isso, é óbvio, para prestar informações, para abrir uma *pop-up* para prestar uma informação é uma coisa que chama à atenção, não é.

Hoje em dia, há muitas formas imaginativas, de chamar à atenção e formas de exercer os meus direitos, que é eu poder, eu própria diretamente, sem ter que mandar um email para aqui ou escrever uma carta ou fazer um telefonema, ou não sei quantos. Portanto, é óbvio que hoje as tecnologias também dão essas soluções e são **facilitadoras** do exercício dos direitos e da proteção da minha privacidade. Podem ser facilitadoras. Isto aqui é podem ser, porque também há muitas tecnologias, são as chamadas *privacy adhancing technologies* ou tecnologias que têm em conta a privacidade desde a conceção, que é o conceito de *privacy by design*. Eu quando estou a conceber

uma aplicação informática, quando estou a conceber um sistema de informação, eu já tenho em conta, eu programador, mas isto não é só para o informático, portanto isto é um trabalho de equipa. É o que eu digo, ao informático não custa, ele põe zeros e uns. Se lhe disserem que é para pôr zeros mais à esquerda, ele põe mais à esquerda. Se lhe disserem para pôr mais à direita, ele põe. Portanto, é preciso que alguém ajude e eles próprios tenham sensibilidade, porque por exemplo, vamos lá ver, uma coisa muito simples e que já é muito antiga, mas é um exemplo concreto. Um pequeno *software* para um médico ter no seu consultório tem uma gestão. O *software* tem a ficha do cliente, tem uma gestão simples do doente, não é, mas tem dois lados, tem duas vertentes, duas facetas. Tem os dados administrativos do doente, o nome, a morada, os contactos e depois tem os dados de saúde. Ora os dados de saúde são introduzidos e acedidos e consultados só pelo médico, devem ser só pelo médico. Os chamados dados administrativos são pela senhora da receção, que é quem telefona, marca a consulta, “já chegou, espera, recebe o pagamento, olhe, desculpe o doutor não está, temos que adiar a consulta”. Isto está tudo no mesmo sistema. No entanto a receção não tem acesso aos dados de saúde, embora o médico tenha acesso aos dados administrativos. Quem pode o mais, pode o menos. Mas o médico nem precisa particularmente de saber a minha rua, onde é que eu moro. Ele não precisa de ter acesso, só precisa de saber o meu nome. E pode até ter uma fotografia para não ter dúvidas de que sou aquele doente que estou ali, para ajudar a fixar. É um sistema informático. Ora bem, se disserem ao senhor, ao técnico, ao programador que concebe isto, que isto tem que ter aqui uma separação lógica porque esta pessoa não pode ver, ele quando está a construir o sistema põe isto. Portanto, quando dá acesso por *username* e *password* às senhoras da receção, do secretariado de apoio, as permissões delas para entrar só lhes dá acesso a isto. E os médicos têm umas permissões que lhes dão acesso a outra coisa. Isto é o exemplo mais simples e antigo, não é nada de novo, em que eu quando concebo um programa, concebo já com uma preocupação de privacidade, *privacy by design*, desde a conceção do programa. Se o programa estiver feito e isto estiver tudo junto, eu já não consigo separar, isto tem que ser desde a conceção. E este conceito que foi desenvolvido pela academia canadiana e que agora foi inscrito no novo regulamento de proteção de dados que vem aí, daqui a dois anos e tal. Este conceito *privacy by design* é uma coisa importante para os responsáveis de tratamento, são entidades públicas ou privadas que decidem que querem fazer uma determinada coisa. Vou fazer aqui uma coisinha para os clientes ou vamos fazer um site, vamos isto e aquilo.

Agora há muitas câmaras que têm coisas com turismo associado, uma espécie de redes sociais, políticas de turismo. Depois as pessoas partilham também fotografias nos murais, umas coisas. Isto pode levantar imensos problemas de privacidade. Mas quando eu estou a conceber o portal, se eu pensar nas coisas todas de privacidade desde o início, eu quando estou a construir já ponho um

botão a condicionar: isto é aqui só se a pessoa disser que sim, isto aqui só vê para os que eu escolho, isto aqui só não sei quê. Portanto isto já está embebido no desenho, na conceção do projeto, que é a única forma e isto é o conceito que nós queremos trazer para a frente, que pensem na privacidade quando desenvolvem, não é. “Olha eu agora fiz uma coisa bonita. Olha mas isso agora é tudo ilegal, não podes fazer assim. E entretanto gastaram o dinheiro, não é, porque isto depois tem gastos. Portanto esta pergunta está um bocado ortodôntica, esta pergunta, mas se for esse o sentido que é no fundo, se hoje há soluções tecnológicas que acompanham as restantes tecnologias, para que possam facilitar ou aumentar a capacidade de proteção da privacidade e o exercício dos direitos. Há. E quando são boas são muito **facilitadoras** e por isso é que nós as promovemos.

12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados é uma barreira e/ou um facilitador?

Transferência de dados para países terceiros, é isso? Sim. Porque dentro da União Europeia não se considera transferência, é como se fosse cá dentro, é igual. É preciso haver um fundamento para eu comunicar dados daqui para ali. Se é uma barreira ou um facilitador para os exportadores de dados, não sei. Eu parto do princípio que eles (exportadores de dados) quando transferem dados é porque têm uma necessidade (não é verdade, mas pronto) e portanto transferir dados para eles há-de facilitar. Há alguns constrangimentos legais. Nesse aspeto pode ser uma barreira, isto é, se eu para transferir dados tenho que cumprir uma série de requisitos, isso é uma **barreira** para a própria transferência, mas decorre da lei. Agora, transferir dados pode ser um **facilitador** para o negócio da empresa.

13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?

Nós não transferimos dados, nós autorizamos as transferências, mas isso faz parte das nossas competências, autorizamos isso como outras coisas. Não é nenhuma **barreira** nem um **facilitador**.

14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são uma barreira e/ou um facilitador?

É assim, quando são semelhantes são um **facilitador**. Quando são diferentes são uma **barreira** concreta. Por exemplo, suponha que tem aqui uma queixa de um cidadão português de uma empresa no Reino Unido e ele é cliente e diz que usaram mal os dados e que já mandou apagar os dados e que não apagam os dados, uma grande confusão. Se fosse aqui, nós íamos lá ver o que é que acontecia. Os nossos colegas ingleses não têm competência para ir fazer uma fiscalização, têm que pedir autorização à empresa. Se a empresa não autorizar, eles não podem entrar. Isto é uma **barreira**. Eu não consigo resolver a queixa porque não consigo ir verificar o que é que se passa. Ou as autoridades de proteção de dados que não tomam decisões com força obrigatória, isto é, decisões vinculativas e portanto as empresas só acatam se quiserem ou então as autoridades têm que ir para tribunal para tornar vinculativa a decisão. Nunca mais saímos daqui. Portanto, apesar da diretiva de proteção de dados atribuir um conjunto de competências e de poderes (mais de poderes) às autoridades de proteção de dados, poderes de inquérito, poderes de investigação, muitos Estados-Membros, por via dos regimes, porque têm algum receio de criar, não têm tradição de ter autoridades independentes, com força, com poder e verdadeiramente independentes do governo, como nós. Nós não temos tutela nenhuma, só respondemos perante nós próprios e das nossas decisões há recursos para os tribunais, portanto não somos deus, nosso senhor. É óbvio que temos poder e exercêmo-lo de forma independente, temos os mandatos. Os membros da Comissão são inamovíveis, é preciso fazerem um crime, condenados em tribunal. Não é como noutros países que “ah, o comissário de proteção de dados está a atacar muito os organismos da Administração Pública, que estão a fazer grandes disparates e estão a violar muito a lei e portanto nós demitimos o comissário de proteção de dados”. Isto neste momento está a acontecer, isto é gravíssimo. Ainda agora aconteceu na Letónia e na Hungria também já aconteceu. Na Hungria já se espera, porque aquilo de facto é tudo menos uma democracia, mas é óbvio que isto é grave e muitos países convivem mal (e Portugal por enquanto ainda vai convivendo bem, não sei quanto tempo vai durar) com esta coisa de ter autoridades independentes, em que ninguém manda nelas e com bastante poder para sancionar, embora sob o escrutínio dos tribunais. E portanto é óbvio que eu se preciso da cooperação duma autoridade congénere, que depois não me consegue responder porque não tem os mesmos poderes que eu tenho, apesar de teoricamente os poderia ter porque a diretiva lhes dá essa possibilidade. Simplesmente o Estado-Membro quando transpõe a diretiva, não transpõe isso, não lhe concedeu esses poderes que a diretiva prevê. Agora com o regulamento já vai ser diferente, porque o regulamento é igual para todos e todos vão ter aqueles poderes.

Depois outra questão é se tem coragem (a Autoridade de Controlo) para os exercer, porque isso aí já são outros quinhentos, porque a grande vantagem de ter grandes poderes não é andar por aí a matar e a esfolar este e aquele, se percebe o que eu quero dizer. Mas quando parte (a Autoridade de

Controlo) para uma uma averiguação com os poderes é completamente diferente se não tivesse poderes. Se não tiver poderes, ninguém lhe liga nenhuma. A questão aqui não é eu usar os meus poderes todos, é eu poder usá-los. A força está na possibilidade que eu tenho de os usar, de utilizar a arma atómica. Não quer dizer que eu ande a utilizar a arma atómica todos os dias, porque não ando. Até posso nunca vir a utilizar, mas tenho a possibilidade de a usar, percebe. Portanto, isto faz toda a diferença no respeito, na força que dá a uma entidade destas. Agora é óbvio que isto é muito acompanhado. Nós somos uma entidade pequena, somos respeitados, já temos muitos anos, temos bons técnicos e sabemos o nosso *métier* e até somos acusados de sermos muito estritos, velhos do restelo como alguns diziam, mas nós estamos aqui para defender os direitos das pessoas. São autoridades de garantia. Nós não somos mediadores, nós não somos reguladores como é uma ANACOM. Tanto que a ANACOM é um regulador que tem nos seus Conselhos todos os regulados. Isto não é a mesma coisa. Nem uma ERS (Entidade Reguladora da Saúde), nem esses reguladores. Não é o mesmo papel, não é o mesmo conceito. Nós não estamos aqui para regular o mercado, nós não estamos aqui para fazer a ponderação entre titulares dos dados. Nós estamos aqui para defender os direitos das pessoas. Esse é que é o nosso objetivo, não é “ah vou aqui arranjar um balanceamento entre os direitos das pessoas e os direitos das empresas”. Não é isso que está aqui, não é essa a nossa missão. Agora, como lhe digo, toda a gente tem bom senso e nós temos em conta a atividade económica. Agora, nós estamos aqui para aplicar a lei. Nós não fazemos a política, não somos nós que fazemos as leis. Se a lei diz que a empresa tem que cumprir aquela obrigação, a empresa tem que cumprir aquela obrigação. Não somos velhos do restelo, nem deixamos de ser. Nós não temos forma de fechar os olhos, nem o podemos fazer. Sabe que isto é como tudo: há quem tenha a ideia de que as leis são todas para cumprir, as leis de proteção de dados não são tão importantes como as outras. Mesmo grandes empresas têm obrigação de saber, porque ninguém, nem o desgraçado do sem-abrigo pode alegar desconhecimento da lei. As grandes empresas, e eu aqui distingo, porque acho que de facto na prática não é a mesma coisa... É óbvio que é muito mais compreensível uma negligência do desgraçado que pode não saber, embora não possa alegar o desconhecimento da lei, do que uma grande empresa que tem grandes departamentos jurídicos e que em cima dos departamentos jurídicos ainda contrata grandes escritórios de advogados que só trabalham para isto. Portanto, não pode dizer que não sabe que medidas de segurança há-de tomar. Quer dizer, não pode fazer-se de lucas de que eu nasci ontem, até porque como são grandes, tratam dados, muitas vezes dados muito sensíveis ou tratam dados de universos populacionais muito grandes, como são as operadoras telefónicas, não podem chegar aqui a dizer “ah não sabia de nada, ah eu não sabia porque”... Mesmo os tribunais normalmente não são mão pesada.

As coimas da lei de proteção de dados são irrisórias, são uma anedota. Só as da outra lei, da privacidade nas comunicações eletrónicas, porque é mais recente, é que tem um quadro elevadíssimo. Chega aos milhões de euros. Agora mesmo assim os tribunais baixam, baixam, baixam, porque não valorizam, porque acham que nada é importante. Parecendo que não isto são direitos novos e toda a sociedade começa a falar disto. Queremos ajudar, queremos chegar às pessoas, aos juízes, aos magistrados. Isto é uma coisa nova, portanto as pessoas têm dificuldade em apreender. Depois está muito associado a um lado muito técnico. Os juristas desligam, porque não percebem, nem fazem um esforço, acham que é complicado. Eu não sou técnica e sei falar imensas coisas técnicas. A gente aprende, pergunto aos técnicos como é que é, como é que é isto e eles explicam, tanto explicam que descodificam esta coisa. Mas isto é um trabalho *never ending*.

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte:

Agora, há aí uma coisa que vai ser uma grande **facilitadora**, aí no seu binómio barreira/facilitador. Vai ser um grande **facilitador** para todos, na minha opinião. Vai ser um grande **facilitador** do cumprimento da legislação de proteção de dados, do cumprimento por parte dos responsáveis, do exercício dos direitos e do nosso trabalho. Vão ser os delegados de proteção de dados, que outros países já têm essa figura. A diretiva já tinha essa possibilidade, nós em Portugal não transpusemos, mas agora vai ser obrigatório.

O regulamento prevê que os responsáveis pelo tratamento tenham que contratar, depois tem umas exceções para as pequenitas, mas a regra é que as empresas e entidades públicas tenham que contratar uma pessoa que fica dentro daquela organização, responsável por tudo o que é tratamento de dados pessoais. Isto o que é que significa? Que aquela pessoa, é uma pessoa que só faz aquilo. A ideia é essa, não é pegarem num funcionário que têm lá e darem-lhe mais, porque estas pessoas depois vão tendo formação especializada que nós próprios iremos dar. Além dos cursos que vão surgir, mas pronto. Uma coisa é fazer uma formação dirigida para as pessoas que vão tratar do assunto, outra coisa é estar a fazer em geral.

Estes delegados de proteção de dados funcionam de forma independente dentro da organização, embora contratados pela organização. Têm que estudar todos os tratamentos que existem. Agora, no futuro, obriga a ter uma documentação interna sobre cada tratamento de dados, com uma série de informações que têm que ter e que no fundo corresponde àquilo que hoje eles nos notificam e

que nós temos um registo, passa a estar dentro das empresas. E são esses delegados de proteção de dados que têm que dentro das empresas, ter a documentação em dia, etc.

Se os titulares dos dados quiserem exercer os seus direitos de acesso, de retificação, têm um interlocutor para se dirigir e que lida diretamente com os direitos. E para nós é excelente, porque sempre que queremos contactar a empresa ou a entidade pública para qualquer coisa, seja porque vamos fazer uma fiscalização, seja porque vamos fazer uma pergunta, temos um interlocutor. Porque até aqui vai para a administração, depois vai para os advogados, depois vai para o departamento... nem eles próprios sabem para quem é que vai.

Na minha ótica, isto vai ser excelente, vai elevar o nível de proteção de dados dentro de cada organização, porque vai ter uma pessoa que se vai dedicar àquilo, que vai saber, vai aprender, que nós vamos ajudar a formar. Se tiver dúvidas também nos pergunta diretamente. É uma pessoa que deverá estar sempre envolvida nos novos projetos, que as próprias organizações lançam e ouvi-lo. Agora vêm a nós, quando vêm, mas muitas vezes nós também não temos capacidade de ouvir toda a gente. Em inglês é o *data privacy office*. Deve ser sempre ouvido sobre os novos projetos, os novos desenvolvimentos, precisamente para fazer o alerta, fazer o *check* da privacidade, ver se está tudo, “atenção que têm que pôr isto, atenção que tem que pôr aquilo”, verificar se os direitos de informação são prestados de acordo com a lei, fazer os textos. Portanto, isto é um paraíso. Quer dizer, deveria ser, deverá ser comparado com o que nós temos. Agora tudo depende da implementação. Se escolherem um escritório de advogados para fazer aquilo, fica tudo na mesma “treta”, porque depois faz para este e faz para aquele e às tantas está em conflito de interesses e não conhecem a organização, não estão lá dentro, é mais difícil aceder a eles. Se forem por aí, mal estamos. Se contratarem pessoas especificamente para estar na empresa a fazer aquele papel, até pode ser alguém de dentro, mas fica só adstrita a fazer aquilo. Um ministério pode ter mais do que uma pessoa.

Na Europa, quando os organismos são muito grandes têm um responsável, mas depois têm pessoas a trabalhar com eles, técnicos e juristas. Isso eu acho que vai ser uma coisa boa, com o regulamento vai ser obrigatório. Já há em Portugal uma ou outra empresa que já para fazer a transição para o novo regulamento já criou. A PT, por exemplo, agora é Altice, já tem há três ou quatro anos, foi logo quando a proposta do regulamento apareceu, que acho que é de 2012, e eles logo a seguir criaram um comité da privacidade. O comité da privacidade é isso, uma pessoa responsável, que corresponde ao oficial de proteção de dados, ao delegado de proteção de dados e trabalha com outras pessoas. Naquele caso chama-se um comité porque tem várias pessoas, é uma coisa grande e tem sempre

queixas de isto e daquilo. Isto é só para as coisas da privacidade, não é as queixas de consumo. Há algumas coisas de consumo que têm coisinhas de privacidade.

Anexo 14 - Entrevistas: síntese das respostas do Engenheiro José Gomes de Almeida por fases

As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores

Entrevista ao Engenheiro José Manuel Gomes de Almeida - APDSI

Data: 25/06/2015

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N) <u>S</u> Porquê:</p> <p>Na prática é um Facilitador.</p> <p>O prazo de transposição não está mal. Não é grave. Não é isso que resolve os problemas.</p> <p>Em termos legislativos, estandardiza ao nível da União Europeia, o que é importante.</p> <p>Estamos na União Europeia, somos obrigados a seguir as diretivas. Quanto mais tardarmos a adotar estas soluções, pior, pois atrasamo-nos relativamente aos outros e não beneficiaremos praticamente nada.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Não vejo que seja Barreira. Não é Barreira mas também não é Facilitador, nestas fases não é tão relevante. Na realidade não creio que alguma entidade ou algum país esteja a fazer contravapor. Às vezes as coisas são complexas: o organismo X ou o organismo Y diz que não consegue aplicar determinada coisa.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Não é Barreira nem Facilitador.</p>
2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Está algures no meio.</p> <p>O que se passa é que há uma</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>A lógica é a mesma.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>A lógica é a mesma.</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 1 de 11

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>inércia própria, maior do que nós gostaríamos, por parte do setor público. Basicamente o setor público, quando é necessário responder a legislação nova, não facilita. Só por si e neste caso, não me parece que seja uma grande Barreira.</p> <p>Pode ser uma Barreira ou um Facilitador, conforme as necessidades que cada um tem.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N) <u>≤</u> Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Eu não diria que é uma Barreira completa, mas é uma Barreira mediana. Está entre os dois.</p> <p>A legislação nova, tem regras novas, o que obriga a que os sistemas de informação do sector público e também do sector privado, mas sobretudo os do sector público, sejam reajustados. Ao mesmo tempo que os serviços públicos têm que ajustar os seus procedimentos, também os funcionários que estão na retaguarda ou os que estão na frente do balcão têm que ajustar os seus procedimentos. Exemplo:</p>	<p>Barreira (S/N) <u>≤</u> Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N) <u>≤</u> Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Há-de ser Barreira numa fase inicial. Durante algum tempo esta questão é problemática. É simples, são regras diferentes, as pessoas estiveram anos a programar as coisas de determinadas maneiras.</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 2 de 11

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	<p>Barreira (S/N) <input type="checkbox"/> Facilitador (S/N) <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê:</p> <p>numa loja do cidadão, um empregado tem que esclarecer um qualquer cidadão que se lhe dirija explicando-lhe “a partir de agora, não é assim, passa a ser “desta maneira, etc.”. De facto, não é só o sistema de informação automatizado que tem que mudar, não são só os programas informáticos que têm de ser alterados, também as pessoas têm de alterar as informações que prestam e eventualmente os formulários que usavam. Estas alterações demoram tempo a ser absorvidas pelos serviços. Importa perceber-se que quando se alteram regras que estão em vigor isso tem sempre um impacto operacional muito grande. Qualquer coisa que altere as regras a montante tem impacto em todo o funcionamento do organismo. Em termos operacionais isto é uma Barreira.</p>	<p>Barreira (S/N) <input type="checkbox"/> Facilitador (S/N) <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N) <input type="checkbox"/> Facilitador (S/N) <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê:</p>
4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N) <input type="checkbox"/> Facilitador (S/N) <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê:</p> <p>A legislação existente constitui uma proteção razoável dos direitos relativos à privacidade.</p>	<p>Barreira (S/N) <input type="checkbox"/> Facilitador (S/N) <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N) <input type="checkbox"/> Facilitador (S/N) <input type="checkbox"/></p> <p>Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 3 de 11

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>O tema “proteção de dados pessoais” continuará a evoluir, por causa de preocupações de diversa natureza (liberdade das pessoas, securitária, ação criminosa, etc.). O tema está na ordem do dia.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos <u>titulares dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Como cidadão só posso responder: tudo o que se conseguir de modo a que o cidadão conheça os seus direitos, é sem dúvida um elemento Facilitador.</p> <p>Em Portugal existe uma grande percentagem de cidadãos que são analfabetos, a que acresce uma outra percentagem de cidadãos iletrados. O que eu quero dizer com isto? É que quanto mais iletradas forem as pessoas, menos conhecimento e menos consciência elas conseguem ter em relação a este assunto.</p> <p>Há que considerar a forma muito despreocupada como muitos jovens (e também adultos) utilizam as redes sociais. Aqui a questão já poderá não estar relacionada com iliteracia, mas antes com novos</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Os cidadãos quando muito, intervêm na implementação e na utilização/aplicação. →</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Obviamente que quando um cidadão não tem conhecimento dos direitos, sejam eles quais forem, isso corresponde a uma Barreira para quem quer pôr a funcionar a legislação em modo real. Portanto quando há conhecimento por parte do cidadão e pressupondo que tudo é bondoso, a implementação das regras há-de ser mais fácil.</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 4 de 11

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos <u>titulares dos dados</u> é <u>uma barreira</u> <u>e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N) __Facilitador (S/N) __ Porquê:</p> <p>modelos de comportamento em que é evidenciada alguma imaturidade em relação às matérias de proteção de dados, de privacidade, de segurança. Por exemplo: um garoto que recebeu como prenda, ainda antes de entrar na escola, um <i>tablet</i> para se entreter, incluindo navegar na Internet (tanto quanto conseguisse e sem acompanhamento paternal específico), sem que alguém o tenha orientado na utilização de <i>facebook</i> e coisas parecidas, vai descobrindo “como fazer” muito provavelmente de forma errada. Falar-lhe em proteção de dados pessoais é chinês.</p> <p>O conhecimento dos direitos por parte do cidadão é sempre um Facilitador.</p> <p>Creio que de um modo geral os cidadãos praticamente não participam na transposição, sobretudo porque não estão habituados a participar em “coisas públicas”.</p>	<p>Barreira (S/N) __Facilitador (S/N) <u>S</u> Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N) __Facilitador (S/N) <u>S</u> Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: É Facilitador.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Hoje em dia já há legislação de proteção de dados. Obviamente que ela pode/deve ser melhorada e atualizada em muitos aspetos, mas isso não significa por si só que a legislação ainda em vigor seja inadequada. Tem a obrigação de não ser Barreira , tem que ser sempre Facilitador .	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: No meio.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Pode ser uma Barreira . Demora sempre tempo a implementar novos procedimentos “dentro de casa”, por mais simples que sejam, pelo que podem ser considerados como Barreira ao funcionamento normal.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
9) Considera que a aplicação de medidas coercivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Enquanto cidadão penso que a	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 6 de 11

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
9) Considera que a aplicação de medidas coercivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) <u>S</u> Facilitador (S/N) __ Porquê: aplicação de medidas coercivas é um Facilitador , porque na realidade corresponde a alguém (mandatado oficialmente), que está a verificar se está a haver legislação com uma lógica de proteção de direitos e liberdades e garantias básicas, onde se integram os dados pessoais.	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:
10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação <u>das autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N) <u>S</u> Facilitador (S/N) __ Porquê:	Barreira (S/N) <u>S</u> Facilitador (S/N) __ Porquê: Pode ser uma Barreira se não se tiver os recursos necessários. Não impede mas dificulta. Uma entidade que tem que alterar as suas aplicações informáticas e os seus procedimentos internos porque a legislação altera as regras, vai tentar seguir as regras só com base no seu entendimento da legislação, mas de vez em quando vai ter de confirmar junto da Autoridade de Controlo se está a fazer bem, se é assim que se faz. Se a Autoridade de Controlo não tiver recursos adequados, a capacidade de resposta será inadequada com impacto na implementação.	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê: Se não tiver os recursos necessários é uma Barreira .

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 7 de 11

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>As tecnologias são um Facilitador na perspetiva da proteção de dados.</p> <p>São também Barreira porque dificulta a ação de quem quiser ilicitamente ir buscar dados pessoais, mas não são uma Barreira intransponível.</p> <p>Nestas questões da proteção de dados nem sempre a vulnerabilidade advém dos sistemas tecnológicos, mas antes das componentes manuais.</p> <p>Os sistemas de informação têm subsistemas e componentes e integram naturalmente partes manuais (com intervenção principalmente humana): alguém que preenche um papel, que copia num papel um número de um lado para outro, alguém que cria uma <i>flash pen</i> e a leva para qualquer lado e isso não pode ser negligenciado. Não são só as partes tecnológicas que são alvo da legislação.</p> <p>Para a proteção é um Facilitador, no mínimo porque obriga a que um</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 8 de 11

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: pirata qualquer que queira aceder a uma estrutura tecnológica tenha que saber muito mais do que um pirata vulgar.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos <u>exportadores de dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Não se adequa.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Na Implementação/Utilização o processo é semelhante. Depende da forma como for feita a transferência. O processo de transferência se for feito como deve ser, de modo consciente e tecnicamente adequado é um Facilitador da proteção de dados pessoais, tanto por meios tecnológicos como por meios manuais. É claro que há sempre possibilidade de haver problemas, podendo alguns deles serem de natureza não tecnológica. Por exemplo, no caso do acontecido com o sistema CITIUS, perderam-se várias pastas numa transferência física.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Na Implementação/Utilização o processo é semelhante. Depende da forma como for feita a transferência. O processo de transferência se for feito como deve ser, de modo consciente e tecnicamente adequado é um Facilitador da proteção de dados pessoais, tanto por meios tecnológicos como por meios manuais. É claro que há sempre possibilidade de haver problemas, podendo alguns deles serem de natureza não tecnológica. Por exemplo, no caso do acontecido com o sistema CITIUS, perderam-se várias pastas numa transferência física.

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 9 de 11

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p> <p>Não se adequa.</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) <u>S</u> Porquê:</p> <p>Na Implementação/Utilização o processo é semelhante.</p> <p>O processo de transferência se for feito como deve ser, de modo consciente e tecnicamente adequado é um Facilitador da proteção de dados pessoais, tanto por meios tecnológicos como por meios manuais. É claro que há sempre possibilidade de haver problemas, podendo alguns deles serem de natureza não tecnológica. Por exemplo, no caso do acontecido com o sistema CITIUS, perderam-se várias pastas numa transferência física.</p> <p>Não me parece lógico que as Autoridades de Controlo façam transferências de dados pessoais.</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) <u>S</u> Porquê:</p> <p>Na Implementação/Utilização o processo é semelhante.</p> <p>O processo de transferência se for feito como deve ser, de modo consciente e tecnicamente adequado é um Facilitador da proteção de dados pessoais, tanto por meios tecnológicos como por meios manuais. É claro que há sempre possibilidade de haver problemas, podendo alguns deles serem de natureza não tecnológica. Por exemplo, no caso do acontecido com o sistema CITIUS, perderam-se várias pastas numa transferência física.</p> <p>Não me parece lógico que as Autoridades de Controlo façam transferências de dados pessoais.</p>
<p>14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p> <p>Não conheço especificamente a realidade dos outros países, mas julgo que estarão mais ou menos ao mesmo nível que Portugal, têm os mesmos tipos de problemas que nós temos.</p> <p>Num futuro (talvez próximo) a UE há-de funcionar</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 10 de 11

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>convergentemente. Até lá, cada país continua a ter uma legislação própria. Exemplo: A transmissão transfronteiriça de dados de natureza pessoal, é em princípio, muito condicionada pela legislação de cada país. A forma como os países anglo-saxónicos tratam a informação pessoal não é coincidente com a forma seguida pelos países europeus.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Muito Obrigada pela sua colaboração!

Ana Filipa da Cruz Santos

Anexo 15 - Entrevistas: síntese das respostas da Dr.ª Mónica Oliveira Costa por fases



As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores

Entrevista à Dr.ª Mónica Oliveira Costa – Advogada na Coelho Ribeiro & Associados

Data: 14/10/2015

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de protecção de dados pessoais para a legislação nacional é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>No que respeita à transposição, regra geral acho que é um Facilitador, na medida em que é esse prazo que permite assegurar a transposição e habitualmente até é adequado, permitindo que se consiga transpor atempadamente as Diretivas Comunitárias.</p> <p>É certo que cumprimos também quase sempre no fim do prazo, mas acho que mesmo que tivéssemos mais tempo, provavelmente iria acontecer o mesmo. E, deste ponto de vista, pode constituir uma barreira.</p> <p>Ainda que constate que por norma é cumprido no limite.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Quanto à implementação, depende da forma como a questão é analisada. Os países têm um prazo para implementar a diretiva e como muitas vezes em Portugal, esse prazo é cumprido no limite, a sua implementação efetiva é mais tardia ou a <i>vacatio legis</i> é muito reduzida (ex.: entra em vigor no dia seguinte à sua publicação), o que é contraproducente.</p> <p>Pode discutir-se até que ponto deveria ser estipulado um prazo de transposição e depois um prazo para a sua entrada em vigor, mais alargado, a ser determinado pelos Estados-Membros, obviamente dentro do período estipulado para esse efeito na Diretiva. Nestas matérias, por vezes facilitava ter um período em que os titulares dos</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 1 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de protecção de dados pessoais para a legislação nacional é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>dados e os responsáveis pelos tratamentos pudessem familiarizar-se com a nova legislação, com as obrigações que daí decorrem, a fim de se garantir uma aplicação eficaz das Diretivas. Temos muitas leis que estão no nosso ordenamento jurídico, entraram em vigor e não são aplicadas, porque não estão criadas as condições para a sua aplicação. Ou seja, há um período em que são mais as dúvidas do que as certezas, em que na prática a legislação não é aplicada, apesar de a mesma já ter (pelo menos formalmente) entrado em vigor.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
<p>2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Na transposição, sinceramente acho que constitui simultaneamente uma barreira e um facilitador. É uma barreira porque potencia a existência de diferentes interpretações e formas de transpor entre os diversos Estados-Membros. Não afetar as empresas que operam única e exclusivamente num estado-membro, mas já pode comprometer a forma de operar</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Quanto à implementação, temos Estados-Membros que umas vezes pecam por excesso e outros que pecam por defeito. E temos Estados-Membros em que literalmente não se vai muito além do que diz na diretiva.</p> <p>Há determinadas matérias que os Estados poderiam concretizar um pouco mais, mas tal poderá implicar adotar uma postura mais</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 2 de 17

<div>Fases</div> <div>Questões</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>das empresas que atuam em mais do que um estado-membro e isso gera incerteza para os agentes económicos, quando o objetivo que se pretende é que haja uniformização nos diversos estados-membros.</p> <p>É um facilitador, na medida em que permite adequar os fins da Diretiva às especificidades de cada Estado-Membro. O ideal seria arranjar um equilíbrio.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>restritiva ou mais tolerante, podendo criar-se assim outros problemas.</p> <p>Quer na implementação, quer na utilização ou aplicação, acaba por ser uma barreira, porque os destinatários da lei não sabem ao certo como é que devem fazer para cumprir a lei.</p> <p>Acaba por ser uma barreira, porque a cada um será legítimo defender a sua interpretação.</p> <p>Um facilitador e é uma necessidade, porque a margem tem que existir.</p> <p>Os Estados-Membros têm legislações similares na sequência da transposição das diretivas mas na prática são diferentes. Podemos questionar-nos: será que assim é melhor? Em termos de proteção de dados, acho que a União Europeia chegou à conclusão que não, daí existir a proposta de regulamento que visa precisamente obter uniformização entre os Estados-Membros. Talvez não se trate propriamente de questionar se isto</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 3 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>é uma barreira ou um facilitador, porque é uma característica da diretiva haver essa tal margem. A questão é: ao criar e permitir essa margem estamos a alcançar aquilo que se pretende efetivamente? Creio que se chegou à conclusão que nesta área faz todo o sentido haver pelo menos algo que seja comum e que não mude de Estado para Estado.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
<p>3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Acredito que possa constituir uma barreira, mas é algo que é inevitável.</p> <p>A evolução da tecnologia é de tal ordem que por vezes suscita novas questões nunca antes equacionadas, que obrigam necessariamente a alterações legislativas.</p> <p>Tem necessariamente que existir uma evolução, ainda que perceba que isso possa constituir uma barreira, mas é algo inevitável, na minha opinião.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Quanto à implementação, esta acaba por estar relacionada com a questão da entrada em vigor da legislação. Acho que o fato de existirem muitas leis, torna ainda mais importante que haja um período de adaptação para que os destinatários da lei tomem consciência de que as regras mudam e daquilo que precisam de fazer para as implementar e isto aplica-se quer na implementação quer na utilização. É preciso haver consciencialização.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 4 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das directivas sobre proteção de dados pessoais é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Acho que é um facilitador no sentido em que não é um conceito desconhecido e novo que seja necessário apreender, pelo menos no plano jurídico.</p> <p>A privacidade e a vida privada já não são palavras estranhas e já estavam refletidas na nossa Constituição, no artigo 35.º. Tudo o que se encontra naquele pequeno artigo já reflete muitos dos princípios basilares da proteção de dados pessoais. Nesse aspeto acho que é um facilitador, porque é algo para o qual o nosso ordenamento já estava inteirado, já estava aberto.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Na implementação, aplica-se <i>mutatis mutandis</i> o acima referido.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Já na aplicação e na utilização, ainda há um desconhecimento grande.</p> <p>Tem que se apostar em transmitir às futuras gerações e aos nossos filhos estes conceitos.</p> <p>Acho que o importante é as pessoas estarem informadas e serem consequentes, ou seja, terem noção de que são livres de escolherem o que querem desde que estejam conscientes das consequências das escolhas que fazem e se vivem bem com isso ou não.</p>
5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos <u>titulares dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Esta questão não se reflete na transposição.</p> <p>Acho que pode ser uma barreira ou um facilitador.</p> <p>Será um facilitador se o conhecimento for efetivamente esclarecido e uma barreira se o conhecimento não for esclarecido porque muitos titulares de dados</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 5 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos <u>titulares dos dados</u> é <u>uma barreira</u> e/ou um <u>facilitador</u> ? (continuação)	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>não têm um conhecimento correto dos seus direitos. Acho que é absolutamente essencial as pessoas conhecerem os seus direitos e nessa perspetiva o papel dos responsáveis é essencial.</p> <p>E/ou não exerceram os direitos ou os exercam de forma incorreta.</p> <p>Apostar na informação e na formação é essencial. Sem dúvida que mais facilmente pendo para que seja um facilitador, do que uma barreira.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira</u> e/ou um <u>facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Na transposição acho que não se questiona, não é relevante.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Na implementação e também na utilização sim, é um facilitador.</p> <p>Há empresas que atualmente ainda nem sequer estão a cumprir o que está na diretiva, i.e. nas legislações que as transpuseram e portanto efetivamente o desconhecimento das suas obrigações ao abrigo da legislação atual e da que a substituirá será um problema. Por conseguinte, cumprirem com a atual legislação e estarem familiarizados com a que a irá</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>→</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 6 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: substituir é um facilitador . Compreendo que nem sempre será fácil, mas o conhecimento prévio é essencial e é um facilitador quer na implementação , quer na utilização e aplicação .	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Em termos de transposição acho que não se coloca.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Quanto à implementação e quanto à utilização e aplicação será um facilitador . Aliás, acho que o cumprimento das atuais regras é um facilitador para assegurar que pelo menos o caminho para se chegar ao cumprimento das novas regras seja mais fácil de percorrer. Terem consciência das novas regras e das consequências que possam advir do seu incumprimento. Acho que a questão do cumprimento está muito relacionada com a relação com a autoridade, com as diretrizes que a autoridade disponibiliza, o tempo de resposta que tem e até a forma como faz a fiscalização. Se houver fiscalização, funciona como elemento dissuasor e será uma forma de assegurar o cumprimento. Se bem que também	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 7 de 17

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?</u> (continuação)	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: não concordo com a afirmação de que as regras só são cumpridas se houver uma forte fiscalização e punição. Antes da fiscalização e punição é preciso apostar na informação e formação.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?</u>	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Na transposição não acho que esta questão se coloque.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Acho que é uma barreira neste sentido: com a nova legislação as empresas têm que implementar novas práticas e sabemos que estas novas práticas não se fazem, primeiro, de um dia para o outro e segundo, uma vez alcançadas é preciso que as mesmas tenham espaço para amadurecer e para poderem fazer parte do dia a dia. Envolve muito trabalho. Implica dialogar com os vários departamentos dentro da empresa, pois só se consegue efetivamente adotar práticas se houver um diálogo entre os vários departamentos. E depois uma vez feito o levantamento de todas as questões e quais as soluções a adotar, é preciso pô-las na prática e é necessário saber se as medidas que estão a ser implementadas	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: E na utilização/aplicação a resposta vai no mesmo sentido. Não obstante, estamos a falar de uma realidade que não estará ao alcance de muitas empresas, porque nem todas têm recursos e capacidade para fazerem o que acabei de dizer. Se as práticas estiverem perfeitamente implementadas, uma nova alteração obviamente que vai obrigar a uma revisão das práticas, mas será mais fácil. É um trabalho de continuidade e quanto mais essas práticas fizerem parte do dia a dia, mais fácil será alterá-las porque depois é uma questão de fazer a revisão e não construir tudo do zero. Regra geral as práticas não mudam de preto para branco, há uma continuidade.

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 8 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>estão de acordo com o que é pretendido, porque às vezes na prática nem sempre as coisas ocorrem como foram inicialmente planeadas ou surgem novas realidades que não chegaram sequer a ser contempladas.</p> <p>Nessa medida pode constituir uma barreira, mas é um processo que também mais uma vez, não se consegue contornar e é a única forma de o fazer corretamente.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
<p>9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Na transposição parece-me que está perfeitamente sedimentado. Regra geral, o legislador sempre que transpõe tem a preocupação de criar as medidas coercitivas para assegurar a implementação das normas. Nessa medida não é uma questão de ser uma barreira ou facilitador, é algo que o legislador tem consciência e prevê nos diplomas.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Quanto à implementação, as medidas coercitivas funcionam como um elemento dissuasor.</p> <p>A questão das coimas na implementação, como disse é um facilitador.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Na utilização e aplicação aquilo que sinceramente considero é o seguinte: não podemos ignorar que os recursos da nossa autoridade são muito escassos.</p> <p>Como consequência, a fiscalização também é afetada.</p> <p>Não obstante, é uma barreira se a Autoridade se esquecer da sua componente educativa e se focar maioritariamente na componente coercitiva. Não temos só que educar os titulares dos dados, é preciso educar os responsáveis.</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 9 de 17

<div>Fases</div> <div>Questões</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Sem prejuízo da importância que as medidas coercitivas têm na aplicação das Diretivas, as mesmas ficam esvaziadas de conteúdo se não forem precedidas de informação e formação clara, a respeito das obrigações que impendem sobre os responsáveis pelos tratamentos de dados pessoais, pois o que efetivamente se pretende é que todos os operadores estejam cientes das suas obrigações e saibam como as devem cumprir. E portanto acho que o papel das autoridades a nível das medidas coercitivas também tem que incluir um papel de formador e por isso vejo com bons olhos a questão do auto de advertência, por exemplo. Acho que é algo que faz com que as empresas tenham uma oportunidade para se aperceberem que: “atenção que isto são normas para levar a sério, têm consequências, as consequências são estas, temos que cumprir e porquê”.</p> <p>Acredito que se se apostar em medidas coercitivas que sejam educativas, todos beneficiarão e contribuirá para que se consiga uma implementação e uma utilização e aplicação correta e efetiva das</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 10 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: normas.
10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação <u>das autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Quanto à transposição , na medida em que as autoridades de controlo tenham um papel nessa transposição (e acredito que terão, nem que seja para ser ouvidos sobre as normas), é essencial haver recursos necessários. É a única forma de assegurarmos a educação, informação, formação e o esclarecimento, porque são essenciais na aplicação, utilização e implementação da legislação e tal só se consegue com recursos técnicos e humanos. É sempre um facilitador .	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Quanto à transposição a questão não se coloca.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Quanto à implementação e à utilização , acho que pode ser uma barreira e um facilitador . Pode ser uma barreira porque está provado que o excesso de informação é contraproducente mas, por outro lado, a omissão também não é solução. Portanto, tudo se resume numa questão de equilíbrio.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 11 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p> <p>Compreendo que há muita informação que tem que ser prestada, mas que com as tecnologias que temos hoje em dia é um autêntico desafio.</p> <p>Porque além de toda a informação que é necessário prestar, por vezes é preciso recolher o consentimento para diversos fins e usos dos dados pessoais.</p> <p>A omissão de informação ou uma informação deficiente também não é solução.</p> <p>Prestar a informação que é necessária, de forma clara e criativa, que cativa as pessoas, por exemplo e em linha com as opiniões do grupo de trabalho do artigo 29.º, dar a informação por camadas. À medida que se vai fazendo o registo, a informação é prestada e as pessoas podem ir fazendo as suas escolhas de forma esclarecida, passo a passo, mas de forma a que a pessoa no meio do processo não desista do serviço ou produto. Nesta medida, a resposta à pergunta é: é um facilitador, mas é essencial assegurar que a</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 12 de 17

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: informação é prestada de forma clara, simples e apelativa, para permitir que as pessoas tomem decisões esclarecidas.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos <u>exportadores de dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Em relação à transposição , esta questão não se coloca.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Em relação à implementação e à utilização , acho que não é tanto uma questão de ser uma barreira ou um facilitador . A transferência de dados, hoje em dia, na era da globalização em que vivemos é quase uma inevitabilidade. Para se assegurar o cumprimento de todas as leis em matéria de transferência de dados, implica um grande dispêndio de tempo, esforço e trabalho, se for, como deverá ser, levada a sério. Depende muito de cada exportador de dados. A questão da transferência de dados não é tão simples quanto	

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 13 de 17

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos <u>exportadores de dados</u> é uma <u>barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê: isso, não é só aderir ao <i>Safe Harbour</i> , como era possível pelo menos até ao dia seis de outubro de 2015, nem é só assinar as <i>model clauses</i> . O problema é bastante mais complexo. As transferências são uma realidade com a qual temos que lidar. É uma inevitabilidade que tem que ser muito bem gerida e que não é tarefa fácil.	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:
13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas <u>autoridades de controlo</u> é uma <u>barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê: Em princípio em relação às autoridades de controlo, a maior parte das transferências são realizadas dentro dos limites da lei e são necessárias no cumprimento da lei e portanto à partida não se trata de ser um facilitador ou uma barreira . Acho que neste caso não há uma forma de qualificar. Ela existe e muitas das vezes essa transferência está legalmente prevista e os termos em que a mesma é feita também.	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 14 de 17

Questões	Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Acho que efetivamente são uma barreira. Quando se trata de uma empresa que só atua num estado membro, este assunto é indiferente. Mas se for uma empresa que opere em diversos Estados-Membros, então sim, é uma barreira.</p> <p>Nesta matéria, como em muitas outras, tem que ser mais aquilo que une a Europa, do que aquilo que a diferencia.</p> <p>Por exemplo, um caso flagrante hoje em dia, já nem falando do regulamento, até porque no regulamento a questão irá ficar contemplada. As <i>binding corporate rules</i> são cláusulas entre empresas do mesmo grupo que regulam as transferências internacionais de dados. São praticamente aceites em todos os Estados-Membros, mas não são em Portugal, pelo menos não são nos temos em que o são nos outros países.</p> <p>Muitas empresas multinacionais têm estas regras (BCRs) aprovadas e depois em Portugal (tal como na Hungria) têm que optar por outro meio para legitimar as</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 15 de 17

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são uma <u>barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>transferências de dados, o que sem dúvida constitui uma barreira. Na transposição não necessariamente, porque regra geral se houver alguma questão que contrarie a nossa jurisdição, o nosso ordenamento jurídico, a diretiva certamente permitirá, atendendo à margem que é dada, a que a mesma não seja implementada. Portanto não é propriamente uma barreira nem um facilitador. Na implementação e na utilização ou na aplicação sim, sobretudo as práticas.</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 16 de 17

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte:

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Acho que a autoregulação devia ser incentivada porque é sem dúvida um facilitador. Em Portugal, por exemplo, em termos de autoregulação temos o código de conduta de <i>marketing</i>, que foi apreciado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados. Creio que estava na altura de termos mais códigos de conduta e apostar na autoregulação, porque efetivamente é uma forma de assegurar e facilitar, vou usar a vossa expressão, a implementação, utilização e aplicação das normas.</p> <p>No mesmo sentido, a certificação de produtos/serviços através de selos é outro facilitador, mas felizmente já está contemplada na proposta de regulamento. É uma forma de dar confiança aos titulares dos dados que assim se sentirão mais seguros ao subscrever determinados serviços ou adquirir determinados produtos.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Muito Obrigada pela sua colaboração!
Ana Filipa da Cruz Santos

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 17 de 17

Anexo 16 - Entrevistas: síntese das respostas da Dr.ª Nádia Crujeira da Costa por fases



As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores

Entrevista à Dr.ª Nádia Crujeira da Costa – Advogada na Vieira de Almeida & Associados

Data: 07/12/2015

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>É facilitador ter um período para as empresas alterarem, no sentido de adotar as diretivas.</p>		
2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>Aplica-se a mesma lógica do prazo.</p> <p>A questão é que esta margem permite não só que as empresas já conheçam a diretiva, em primeiro lugar, mas depois também como são ouvidos alguns interessados na transposição legislativa, pode ser que em alguns setores se consigam ouvir algumas opiniões relativamente à transposição e àquilo que são os interesses das empresas nacionais, que até podem não ser condizentes com o das empresas internacionais. Esta margem permite que haja uma adaptação nacional. Eu acho que aqui é sempre um facilitador.</p>		
3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>É uma barreira.</p> <p>O artigo 35.º da Constituição é aquilo que está aqui em causa.</p> <p>O que eu acho que é importante e isto depois é outra pergunta que vem mais abaixo, mas adiantando só, é que tanto os titulares como os responsáveis saibam bem quais são os seus direitos, quais são os seus deveres e que estas regras que são impostas sejam impostas a todos e aí é um facilitador porque é imposto a todos. Se eu sou uma empresa multinacional europeia, sei quais são as regras. Este equilíbrio é que é difícil e é necessário para proteger os titulares.</p>		

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 1 de 7

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador?</u> (continuação)	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Eu acho que as regras são necessárias. Portanto há aqui uma ótica de segurança nacional, de negócio e de direito fundamental que tem que ser equilibrada e por isso quase não tem a ver com ser uma quantidade significativa de novas regras. Tem mais a ver com o tipo de regras que estão em cima da mesa e o facto é que as instituições europeias pensam nisso.		
4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das directivas sobre proteção de dados pessoais é <u>uma barreira e/ou um facilitador?</u>	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: Acho que em Portugal acaba por ser uma barreira . Portanto, sim, a legislação pode ser uma barreira . Pode também ser um facilitador . Eu não acho que a legislação em si seja uma barreira . Essencialmente não acho que seja uma barreira . Em muitos casos acho que não será uma barreira . Globalmente não será uma barreira .		
5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos <u>titulares dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador?</u>	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: O conhecimento dos direitos por parte dos titulares parece-me que é a maior barreira , mas eu acho que isto não tem só a ver com a legislação de dados pessoais, acho que é genérico em Portugal. Acho que as pessoas também não sabem que há uma regra que diz que o desconhecimento da lei não aproveita a ninguém. Portanto ninguém pode dizer que desconhece a lei. Serve para tudo, para a lei fiscal, para ... Eu acho que isso é um ponto no qual a nossa Comissão Nacional de Proteção de Dados falha, mas eu também percebo que de certa forma falha porque também tem falta de recursos humanos disponíveis para este efeito. Lá está, porque tem tantas autorizações para analisar que depois há outras coisas que falham, que é esta <i>awareness</i> não está a ser feita ou está a ser feita por conferências que dão sociedades de advogados, associações de determinados setores, mas tirando isso não está a ser feito. E eu acho que esta sim é a grande barreira e é mesmo transversal às diretivas, à lei atual, ao regulamento e vai continuar a ser transversal. Eu acho que a própria Comissão Nacional de Proteção de Dados podia aproveitar este momento para repensar esta questão e quando o regulamento saísse podia fazer um grande evento de transmissão de informação sobre o regulamento e sobre o que é que implica e sobre quem são os envolvidos. Quando digo quem são os envolvidos é quem são as autoridades reguladoras, é a CNPD, é a ANACOM nas comunicações eletrónicas. Cada vez que tornam um tema mais relevante, a <i>awareness</i> não está a ser feita e acho que é esta é a maior barreira .		

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Questões	Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>O conhecimento é um facilitador, mas eu acho que não existe ou melhor, não é que não exista. As grandes empresas sabem quais são as suas obrigações.</p> <p>Na prática jogam um bocadinho com várias coisas. Em primeiro lugar jogam com o facto da CNPD ser muito lenta e nós conhecemos o mercado. Por exemplo, quando saiu o M4O, foi um produto que saiu surpresa para o mercado, de um dia para o outro. Se a PT estivesse à espera de autorização da CNPD para imaginemos... eu não sei se no caso tinha algum tratamento de dados que não tivesse sido legalizado ainda, mas se tivesse, não ia esperar. E aí é que está o problema. Jogam um bocadinho com isso, que é – bem, como a CNPD demora tanto tempo a responder, depois não me vai pôr uma contraordenação em cima, porque sabe que a culpa é dela, que o mercado não espera por isso. Pronto, por um lado jogam com isso. Depois, por outro lado jogam com o desconhecimento das pessoas, exatamente como quando se faz aqueles contratos de compras dos frigoríficos, que vem os termos e condições a letras mínimas, fazem exatamente a mesma coisa para as políticas de privacidade. Ninguém lê as políticas de privacidade, ninguém mesmo e quando estou a dizer ninguém, eu trabalho nesta área, eu também não leio. Aí está o problema. Eu dou muitas formações nesta área e há muitas empresas que ainda não perceberam o problema, mas eu acho que o regulamento vai obrigá-los a perceber o problema, que é quando eu tenho dois por cento, ainda não está totalmente estabelecido, mas se eu tiver dois por cento do meu volume anual de negócios a ser posto em causa, se calhar já vou perceber.</p> <p>Há uns anos a Otimus teve uma multa brutal, por causa do incumprimento da lei da privacidade nas comunicações eletrónicas.</p> <p>Portanto, a verdade é que também enquanto não há coisas nos jornais a demonstrar que isto acontece e que é um problema para as empresas e não é só um problema financeiro, é um problema também de imagem. Eu acho que é obrigatório os responsáveis pelo tratamento de dados terem cada vez mais informação e isto seja um facilitador.</p> <p>Se calhar e há-de ser uma barreira ao meu negócio se eu não souber, se eu não tiver isso em atenção.</p>		
7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>Eu diria que era uma barreira, mas não acho que seja propriamente uma barreira, porque acho que as regras e também no caso da diretiva, não acho que fosse nada transcendente. Quer dizer, as obrigações de comunicação são um bocadinho diferentes e são um bocadinho mais complexas, digamos assim e expõem mais as empresas mas, lá está, coordenando esta pergunta com a pergunta anterior, se eu tiver mais <i>awareness</i> enquanto responsável pelo tratamento dos dados, se eu arrumar a minha casa de forma a que não tenha problemas, isto não há-de ser uma barreira, vai ser como uma coisa normal. É isso que falta, é fazer parte do negócio.</p>		

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 3 de 7

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Se calhar é preferível para que não seja uma barreira ao meu negócio, seja simplesmente uma parte do negócio. E aí será um facilitador. Uma empresa que saiba bem as suas responsabilidades e que cumpra as regras, se calhar acaba por ser um facilitador para si. Primeiro porque já está à frente dos outros e por outro lado porque não tem riscos de imagem. Claro que os riscos de imagem são um bocado relativos, este tema do <i>Safe Harbour</i> foi contra o <i>facebook</i> e eu não vejo ninguém a deixar de ter <i>facebook</i>.</p>		
8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Pronto, aqui é mais ou menos a mesma coisa (que a questão anterior).</p>		
9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Isto é um tema muito interessante, porquê? Porque não deveria ser nem uma barreira, nem um facilitador, se fossem devidamente impostas na altura certa e se houvessem. É a contingência de todas as empresas existentes no mercado que sejam reguladas. Toda a regulação tem esta contingência, que é relevante, porque toda a gente sabe que se não houver uma consequência para o incumprimento de uma norma e atenção que a nossa lei tem. A nossa lei de proteção de dados tem normas vazias, ou seja, que não têm consequência de incumprimento nenhuma, o que é espetacular, porque se eu incumprir então o que é que me acontece? Nada ou melhor a CNPD vai-me dizer que eu incumpri mas depois cai pela base porque não tem consequência nenhuma aquele incumprimento. Enfim, é um bocadinho também ortodoxo da nossa lei, mas relativamente às autoridades de controlo, seria um facilitador se a CNPD fosse uma autoridade presente e eu não acho que seja uma autoridade indisponível. Porque nós já tivemos várias reuniões com a CNPD e eu acho que eles são compreensivos na abordagem. A aplicação de medidas seria um facilitador, no sentido que obrigaria as empresas a terem mais cuidado com o cumprimento, mas para isso também era preciso mudar alguma coisa e eu acho que isto está diretamente relacionado com a pergunta a seguir, que é os recursos necessários são indispensáveis.</p>		

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

<div>Questões</div> <div>Fases</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação <u>das autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Nem sequer são facilitadores, são indispensáveis para a <i>awareness</i> dos titulares, para a <i>awareness</i> dos responsáveis, para a demonstração que a transposição da diretiva foi bem feita, a demonstração de que a implementação das medidas necessárias foi bem feita, que a aplicação da lei está a ser acompanhada e que as empresas sabem o que é que têm que cumprir e estão a cumprir e que a CNPD está em cima delas quando não estão a cumprir e não quando estão a lançar produtos novos que podem ter interesse.</p> <p>Tem que haver recursos humanos e a CNPD de facto é pena porque tem pessoas super capazes e muito dedicadas e algumas até que querem fazer mais, mas são poucas e têm sido menos porque há uns anos eram mais, há quatro anos eram mais. Portanto se a privacidade é cada vez mais importante, a CNPD devia ser cada vez maior e não cada vez mais pequena. Já não sei quem é que me disse que a Presidente da CNPD, não sei se foi a Presidente, se foi um vogal que disse que para despacharem todos os processos que tinham, tinham que estar fechados durante não sei quanto tempo sem receber processos. E isso já é demonstrativo de que alguma coisa não está a funcionar. Quando sair o regulamento vai ser complicado e eu acho que até face à falta de recursos, independentemente de não ser uma decisão com a qual eu concorde, o facto de a CNPD ter dito que “vamos suspender as transferências para os Estados Unidos para nós analisarmos”, decorre daí. Não é possível as coisas continuarem e a CNPD ter tempo para analisar. Por isso eu acho que das principais barreiras para o funcionamento quer das normas da diretiva, quer da legislação atual, quer das normas que venham a ser implementadas (que com o regulamento também ainda não se sabe totalmente quais é que são), a CNPD vai precisar de mais recursos.</p>		
<p>11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Em teoria é um facilitador. Acho que a existência de tecnologias permite por um lado disponibilizar mais informação e por outro lado permite também à pessoa quando tem dúvidas ir à procura do que é que essa informação significa, o que é que é um <i>optout</i>, o que é que é o <i>optin</i>, podem ter estes meus dados, podem não ter. Acho ótimo a existência de tecnologias que aumentam a capacidade de privacidade e até a possibilidade da pessoa por exemplo não aceitar os <i>cookies</i> num site. Na prática as pessoas tendem a aceitar tudo. É obrigatório as empresas que usam <i>cookies</i> terem a informação disponível mas a CNPD também não diz o que é que isso significa relativamente à utilização, o tipo de <i>cookies</i> utilizados e consoante o tipo de <i>cookies</i> tem que ser um consentimento ou uma mera informação. Na maior parte dos nossos clientes, nós sugerimos que ponham logo um <i>banner</i>, quando a pessoa abre um site apareça logo um <i>banner</i> a avisar, mas as pessoas tendem a dizer “entendi”, nem lêem. Portanto, lá está, a informação é um facilitador, mas na prática não serve para muito.</p>		

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 5 de 7

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos <u>exportadores de dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê: É assim, eu acho que o formato existente na diretiva é interessante, permite que a transferência de dados seja realizada livremente dentro dos países do espaço económico europeu, melhor, porque se não seriam mais um stress.		
13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê: Não acho que exista muita atenção a isto. A inexistência de um controlo apertado.		
14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê: Aqui podem ser uma barreira . Por exemplo, imaginando: nós temos multinacionais que têm uma empresa nos Estados Unidos e depois têm por exemplo em Portugal, em Espanha e na Alemanha e basta, relativamente agora ao tema do <i>Safe Harbour</i> , as várias autoridades reguladoras terem abordagens diferentes, que já é um problema. E aí sim é uma barreira . Aí é um problema, porque na Alemanha agora não se pode fazer transferências para os Estados Unidos sobre qualquer condição de legitimidade. Em Portugal as transferências estão suspensas, em Espanha não estão suspensas, podem fazer-se com cláusulas contratuais tipo da União Europeia, mas em janeiro, o Grupo do artigo 29 há-de verificar novamente para ver o que é que vai acontecer. A CNPD, em janeiro, também vai voltar a emitir. Esta diferenciação é complexa para empresas que queiram estar em vários países, é muito complexa para o negócio e mesmo para os próprios titulares dos dados. Por exemplo, se eu estiver a fazer um contrato qualquer com uma dessas empresas, como é que eu sei o que é que vai acontecer aos meus dados, se eu de repente já não sei quais são os acórdãos que existem com aquele e com o outro? Eu acho que esta é uma grande barreira , muitas vezes mais as práticas do que a legislação.		

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 6 de 7

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte:

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Acho que a maior barreira é um tema de <i>awareness</i>, seja <i>awareness</i> dos titulares dos dados para os seus direitos e para a necessidade de lerem tudo, seja das empresas, do que é que significa estar em cumprimento e seja das autoridades nacionais, que significa por um lado terem uma resposta comum, eu acho importante uma resposta comum e por outro lado terem recursos humanos essenciais, já nem estou a falar dos que seriam bons ou ótimos, mas os essenciais para poderem funcionar convenientemente.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Muito Obrigada pela sua colaboração!
Ana Filipa da Cruz Santos

Anexo 17 - Entrevistas: síntese das respostas da Dr.ª Clara Guerra por fases



As Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais e a sua Aplicação em Portugal: Barreiras e Facilitadores

Entrevista à Dr.ª Clara Guerra – Consultora Coordenadora da Comissão Nacional de Proteção de Dados

Data: 11/02/1016

Questões	Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>O prazo de transposição esgota-se na transposição. Enquanto não houver lei, enquanto não for transposta, não há lei. Podia-se dizer que isso traria um grande problema. No caso de Portugal não trouxe problema nenhum, não houve atraso. A lei saiu com dois dias de atraso, é um caso limite. A diretiva é de 24 de Outubro e nós transpusemos a 26 de Outubro, a lei é de 26 de Outubro, três anos depois. Portugal foi dos primeiros países a transpor, fomos muito certinhos.</p> <p>A diretiva das comunicações eletrónicas demorou mais tempo, a primeira vez, depois agora teve alterações mas foram mais rápidas. Acho que não cumprimos o prazo,</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Para a aplicação não tem nenhuma relevância, porque nós já estávamos a aplicar e continuámos a aplicar. Fomos dos primeiros a aplicar a nova diretiva, porque fomos dos primeiros países a transpor, muitos outros não o tinham ainda feito. Agora diz-me, isto significa que não havia ainda uma harmonização. Sim, é verdade. Havia mais diferenças entre os países, mas também como não andamos propriamente a cooperar diariamente uns com os outros, isso também não era assim uma coisa que fosse muito notória ou que tivesse um grande peso no nosso dia-a-dia, porque nos cingimos basicamente ao território nacional. Temos interação com os outros países mas é uma coisa mais esporádica.</p>	

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 1 de 18

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
1) Considera que o prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>demorámos um bocadinho mais tempo, mas nós já tínhamos uma lei, portanto não estávamos a zeros. Tivemos inclusivamente que fazer uma alteração constitucional em 97, para poder transpor a diretiva, porque havia ali uma incompatibilidade, mas correu tudo bem, foi tudo dentro do prazo legal.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>O que posso dizer é que a diretiva de proteção de dados dava alguma margem, não era das diretivas mais restritivas, que são muito fechadas e que obrigam os Estados a seguir muito. Nesse aspeto, aqui posso dizer que a margem dada aos Estados é facilitadora. Eu vou explicar porque é que pode ser facilitadora. É facilitadora porque como a proteção de dados é precisamente um tema transversal à sociedade e que tem implicação em todos os setores de atividades, estamos a falar desde a gestão normal de clientes, ao sistema financeiro, aos dados de saúde,</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 2 de 18

<div>Questões</div> <div>Fases</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>todos os tratamentos de dados que são da responsabilidade da Administração Pública, portanto cobre tudo. Nessa medida, o facto de dar margem de manobra aos Estados, faz com que os Estados possam melhor adaptar e ajustar à sua tradição legislativa, à sua cultura, ao seu próprio regime legal em vigor, que tem particularidades e esta flexibilidade que a diretiva deu foi facilitadora da sua transposição. O que eu posso dizer é que Portugal não sentiu muita necessidade, pelos vistos, de usar plenamente essa margem de manobra, uma vez que não a usou. Provavelmente não sentiu necessidade, isto é, seguiu os princípios da diretiva, considerou que esses princípios estavam ajustados e que se poderiam aplicar de forma fácil e transversal a todos os setores de atividades. Mais, o legislador português até fez uma coisa para além do quadro da diretiva, fez uma lei de proteção de dados que tem o âmbito de aplicação superior ao âmbito da diretiva, na medida em que</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 3 de 18

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>também se aplica ao sector policial, aos dados policiais, coisa que a diretiva não se aplica. Portanto, o legislador aí de forma correta, aproveitou a transposição da diretiva para fazer uma lei que não exclui sector nenhum, inclusivamente o sector policial, com as mesmas regras, tem uma ou outra exceção na mesma lei, mas de resto tem as mesmas regras. Portanto, eu posso dizer que a diretiva de proteção de dados era uma diretiva que dava uma razoável margem de manobra aos Estados, não era muito restritiva. De tal maneira que alguns Estados abusaram um bocadinho dessa margem de manobra para quase ir para o extremo, porque a questão aqui quando o espaço de manobra é muito grande, corremos o risco de um país acertar o diapasão por um dos limites da diretiva e outro país, por outro limite contrário. Portanto isto depois dá uma grande diferença, que eu acho que foi isso que aconteceu. Há uma harmonização genérica sem</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 4 de 18

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
2) Considera que a margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>dúvida, mas há pouca uniformização entre os Estados-Membros, mas aqui a margem de manobra foi facilitadora na adaptação e no entrosamento com outros regimes jurídicos parcelares sectoriais, o que é importante uma vez que a protecção de dados alcança tudo. Portanto, nesse aspecto foi facilitadora da transposição, da implementação e da aplicação. É facilitadora em todas.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>
3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Para a transposição isto não faz sentido. A transposição é passar para o direito português as regras europeias, não é mais nada.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>A implementação... Digamos que é como tudo o que é novo, obriga a uma adaptação, obriga à mudança de atitudes, por isso é que se legisla. Não é uma barreira a coisa nenhuma, porque se não nunca mudávamos. É preferível haver regras e regulamentos, uma série de situações, neste caso o sentido da protecção das pessoas, porque em rigor nós tínhamos um artigo constitucional, mas precisa de ser identificado, precisa de ser regulado em pormenor, para que</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 5 de 18

<div>Fases</div> <div>Questões</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>seja efetivamente garantido o direito que está consagrado na constituição.</p> <p>Pode ser facilitador no sentido em que com regras definidas, regras que são iguais para todos, novas regras vêm trazer clarificação, vêm trazer segurança jurídica e vêm trazer alguma ordem, porque é isso que as leis trazem de certa forma, é alguma ordem: ordem no mercado, ordem na forma como as empresas e as entidades públicas tratam os dados...</p> <p>Barreiras. Há sempre quem veja barreiras, basta falar com empresas. As empresas se calhar vão-lhe dizer que as leis trazem muitas barreiras porque não os deixam fazer o que querem. Portanto isso depende da perspectiva. Nós achamos que as diretivas de proteção de dados foram essenciais e estão a ser essenciais, porque vieram lidar com uma realidade completamente nova, que não tinha nenhuma regulamentação, que está muito associada à tecnologia, portanto tem um desenvolvimento muito rápido. É indispensável, essencial ter</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 6 de 18

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
3) Considera que os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ? (continuação)	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: princípios muito firmados e depois construir, mas sempre em torno desses princípios. São fundamentais, são base, basilares, são os alicerces do edifício e por mais que se mudem depois as legislações, sejam mais assim ou mais assado, os princípios de proteção de dados estão ali, estão presentes. Nessa medida, essas novas regras foram importantes, mesmo do ponto de vista das empresas foram facilitadoras porque as empresas também precisam de saber com o que é que contam. Agora é como tudo, se quiser dizer que elas constituem barreira “ao faço como quero”, sim, nesse sentido são uma barreira . Portanto depende sempre da perspetiva.	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:
4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: É assim, quem transpõe é o legislador. Nós autoridade de proteção de dados não sabemos responder, nós aplicamos. É óbvio que do ponto de vista do legislador, agora pondo-me nos	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:	Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 7 de 18

<div>Questões</div> <div>Fases</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>4) Considera que a legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>sapatinhos do legislador, que não sou, mas pronto, imagino que já havendo legislação sobre a matéria, não está a legislar de novo. Tem uma base, tem uma obrigação constitucional, porque já tem normas na Constituição que tem que respeitar e não está do zero. Para nós aplicadores da lei, autoridade de controlo, também facilita já ter regras antes, porque já temos uma experiência, já temos um passado, já não é tudo novo, porque as regras anteriores, digamos que beberam na mesma fonte da diretiva, não há uma grande diferença. Para os cidadãos digamos que também facilita a interpretação das coisas, porque no fundo é um apuramento do quadro existente.</p> <p>Mas é óbvio que havendo legislação antes da transposição das diretivas, mais facilmente há uma continuação, há um apuramento do quadro. Portanto, nesse aspeto <u>facilita tudo, facilita a aplicação, facilita a transposição.</u></p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>5) Considera que o conhecimento dos direitos por parte dos <u>titulares dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Eu não consigo dizer sim ou não, depende da perspectiva e mesmo assim. O conhecimento dos direitos facilita o exercício dos direitos, é o que eu lhe posso dizer. Eu não consigo exercer os meus direitos se não os conhecer, é uma condição <i>sine qua non</i>, por isso é que a sensibilização das pessoas é tão importante. E a legislação prevê que eles (titulares dos dados) sejam informados, precisamente para poderem exercer os seus direitos. A informação que os cidadãos têm que ter sobre os tratamentos de dados que recaem quando dão os dados ou posteriormente se os dados não forem recolhidos junto deles.</p> <p>Os cidadãos têm sempre direito a ser informados sobre os tratamentos de dados, quem é o responsável pelos tratamentos, que dados é que tratam, qual é a lógica subjacente ao tratamento, os objetivos, as finalidades, a quem é que os dados são comunicados, se são comunicados a terceiros, a que terceiros, se vão para o estrangeiro para países terceiros fora da União Europeia, para que países e porquê. Essa informação tem que ser dada às pessoas e tem que ser dada às pessoas a informação sobre que dados é que são obrigatórios ou facultativos no preenchimento de uma coisa, caso haja dados facultativos e como é que as pessoas podem exercer o seu direito de acesso.</p> <p>Conhecer os direitos é uma obrigação que a própria lei impõe e é obviamente para o cidadão um facilitador do exercício do direito. Aliás, presume-se sempre que os direitos nunca são barreira para coisa nenhuma.</p>		
<p>6) Considera que o conhecimento das obrigações por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>É a mesma coisa. O conhecimento das obrigações é um facilitador para o cumprimento da lei. Se eu sei que obrigações tenho que cumprir, facilita que eu as cumpra de acordo com a lei. Para nós que aplicamos a lei é um facilitador, porque parto do princípio quando eles (responsáveis pelo tratamento dos dados) conhecem as obrigações, que as cumprem e portanto facilita o nosso trabalho. O nosso trabalho está muito complicado quando não cumprem a lei, porque nós verificamos o cumprimento da lei, mas se houver muita gente a não cumprir a lei temos que sancionar, tem que se fiscalizar, tem que se verificar, tem que se ver as queixas, etc. Portanto o conhecimento das obrigações, para nós é como o conhecimento dos titulares dos seus direitos. É exatamente a mesma coisa, é o reverso da medalha mas é a mesma lógica. É um facilitador para nós e para eles (cidadãos), é um facilitador para ambos.</p>		

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 9 de 18

Questões	Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
7) Considera que o cumprimento de novas regras por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?</u>		Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: O cumprimento das regras, sejam novas ou velhas, para nós, na nossa perspetiva de autoridade de proteção de dados, é sempre um facilitador do trabalho. Além de que cumprir a lei é obrigação, portanto facilita o nosso trabalho, que temos que verificar se a lei é cumprida ou não. Se eles (responsáveis pelo tratamento dos dados) cumprirem, facilita o nosso trabalho.		
8) Considera que a alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos <u>responsáveis pelo tratamento dos dados é uma barreira e/ou um facilitador?</u>		Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê: É óbvio que aqui pode ser uma barreira , isto é, o objetivo é nobre e facilita o cumprimento. Agora é verdade que as pessoas têm alguma dificuldade e portanto fazer alterar o comportamento representa muitas vezes uma barreira. Não é que eu não concorde mas acho que na prática representa uma barreira, porque as pessoas são acomodadas ao que está. Tudo o que seja muitas vezes para mudar, para alterar positivamente (às vezes quando é para alterar para o mal vão mais depressa) emperam, não é, demoram, complicam. Tudo o que seja mudar aquilo que é o universo que eles conhecem, põem sempre dificuldades. À partida há um espírito de pôr dificuldades, nem que aquilo que eles às vezes vão alterar, depois lhes vá facilitar a vida a seguir, mas vamos lá ver, a lei também não é para facilitar a vida nem para pôr barreiras à vida. Estamos aqui a falar de legislação que está a proteger direitos fundamentais, é uma coisa importante que tem que ter em conta, porque nós não estamos aqui propriamente num balanço entre a atividade empresarial e o não sei quê. É óbvio que todos temos bom senso, mas estas leis são feitas para defender os direitos fundamentais e os direitos fundamentais não têm preço. Há um bocadinho às vezes o discurso, de facto, de que quando há uma exigência, uma obrigação ou que obriga só a mudar hábitos e comportamentos e práticas, ser percecionada pelos responsáveis, neste caso, como uma barreira . Portanto, não é exatamente como esta pergunta está formulada. É: considero que a alteração de práticas por parte dos responsáveis é uma barreira. É. Considero que a alteração de práticas por parte dos responsáveis para cumprir a nova legislação pode ser vista para eles como uma barreira, não é. Não para mim. Agora este sentido de barreira tem impacto também na nossa atividade, tem um impacto reflexo na nossa atividade, porque como é óbvio, se as empresas têm mais dificuldades em alterar, nós temos mais dificuldades, também temos que fazer um esforço adicional e às vezes temos que aplicar sanções onde não queríamos porque eles resistem a mudar. E muitas vezes desvalorizam, acham que não alteram para já.		

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Questões	Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
9) Considera que a aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas <u>autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>É assim, as medidas sancionatórias são um mal necessário, digamos assim, porque infelizmente tem que haver sempre uma pena para quem não cumpre, caso contrário era a sensação de impunidade e ninguém cumpriria. Tem muitas vezes, na perspectiva da Autoridade de proteção de dados, um efeito facilitador e reflexo para os outros. Facilitador na medida em que ao aplicar sanção a um, vai refletir-se positivamente na maneira de agir dos outros.</p> <p>Há coisas engraçadas. Eu lembro-me aqui há muitos anos, foi durante um verão, eu lembro-me que foi durante um verão porque estava muito pouca gente a trabalhar, estava tudo de férias, e a casa tinha muito menos pessoas (eu já cá estou há bastantes anos) e houve uma ação da Polícia Judiciária numa corretora no Porto. Eles estavam a investigar uma coisa qualquer, mas no meio da investigação da Polícia Judiciária, detetaram ali, que os tratamentos de dados pessoais que eles faziam dos seus clientes, que não estavam devidamente autorizados pela Comissão. Então a polícia começou a mandar participações para nós sancionarmos e isto foi impressionante. Nós tomámos logo ali uma medida qualquer, que já não me lembro o que foi, acho que nem aplicámos propriamente a sanção mas fizemos logo perguntas e dissemos logo que eles não podiam, que o tratamento não estava legal e portanto eles não podiam tratar os dados etc., etc. Eles entraram completamente em pânico, porque uma corretora se não puder trabalhar pode perder milhares de um dia para o outro. É dinheiro, ligam muito ao dinheiro. Então foi extraordinário, porque aquilo funcionou, porque é um mundo fechado, funcionou como um pavio. Elas falaram todas umas com as outras e nós aqui numa semana, todos os dias recebíamos as notificações dos tratamentos para legalizar, das corretoras todas do país, aí no meio de agosto, em pânico. Portanto, isto é uma situação limite, até porque está envolvido dinheiro e são especialmente conscientes e é uma questão de reputação e é muito complicado. Digamos que é um setor muito particular que teve esta reação em cadeia.</p> <p>Quando a sanção é tornada pública (porque quando não é tornada pública, muitas vezes também circula entre as empresas do setor), tem um efeito para os dois lados. Tem um efeito para as outras empresas ou para o Estado ou para as entidades públicas (também sancionamos os públicos) e para os cidadãos, porque os cidadãos de repente acordam e começam a fazer queixas de situações que eles tinham conhecimento ou que sofreram, mas que não percebiam se calhar muito bem que aquilo era legal ou não era legal ou se podiam ou quando percebem que alguém sanciona, gostam da festa, não é verdade, gostam de aderir e contribuir para a festa e às vezes até com queixas que não levam a lado nenhum, mas percebe-se que há um movimento.</p>		
10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação <u>das autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u> ?		<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>Não é os recursos necessários. É: os recursos são uma barreira ou um facilitador? Se os recursos forem</p>		

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 11 de 18

<div>Fases</div> <div>Questões</div>	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação <u>das autoridades de controlo</u> é <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>? (continuação)</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>necessários são sempre um facilitador. Se os recursos existentes, não é os necessários, são uma barreira ou um facilitador? São uma barreira porque nós não temos os recursos necessários. Os recursos existentes não são os necessários. Isso aí, já aqui chegámos à nossa barreira. Infelizmente em Portugal e as nossas congéneres também se queixam do mesmo, mas com muito menos razão do que nós, porque devo dizer-lhe que nós em comparação com as outras entidades europeias, fazendo uma comparação por número de habitantes, que é a escala (não me vou comparar com Espanha em número de pessoas), nós somos das pessoas que temos quase tantas pessoas como a Lituânia. A Letónia não tem quase ninguém, mas por exemplo, a Eslovénia que tem três milhões de habitantes tem sessenta pessoas a trabalhar e nós temos vinte. Vamos lá ver, há aqui uma base. Depois é tratar o volume de queixas e o volume de autorizações, tem a ver com a população, porque a população também está associada às queixas, ao número de empresas, à atividade económica, tudo isso. Mas há uma base de trabalho que é comum a todas, independentemente nem que eu tivesse um cidadão, um habitante, o que não é possível, mas pronto. É a base das relações internacionais que nós temos que ter e estamos representados numa série de grupos e temos que ir às reuniões e fazer trabalho nesses grupos. Nós não temos sequer para essa base, temos muita dificuldade.</p> <p>O papel de dar pareceres a projetos de diploma, o papel de dar pareceres, de reunir com entidades que nos vêm pôr projetos, que nos vêm apresentar coisas e que nós temos que estudar as coisas, que reunir com eles, que ler os documentos, que lhes dar conselhos, dizer vá por aqui, vá por aqueloutro, estudar com eles. Isto tudo demora tempo, isto é em todos os setores. E nós efetivamente fazemos bastantes fiscalizações, mesmo com os recursos que temos, comparados com os colegas. Fazemos fiscalizações <i>in loco</i>, porque há muitos dos nossos colegas que chamam fiscalizações a coisas que nós chamamos <i>desk inspection</i>. Fazem umas cartinhas a perguntar, respondem. Se nós contássemos com isso, bem, então fazíamos milhares de inspeções. Nós quando chamamos ações de fiscalização são ações no local, averiguamos os sistemas, as coisas. Umas são pequeninas, outras são grandes. Quando vamos para a AT ou para a Segurança Social ou para as polícias ou para uma câmara, demoramos muito tempo. Quando vamos só ali ao banco ou à empresa A ou B para saber se está lá o nome daquele senhor, que dados tem, é uma coisa rápida. E nós para isto tudo não temos os recursos necessários. Neste momento estamos a gerir prioridades. Nós temos uma pendência processual muito grande, não tratamos as queixas com a rapidez que queríamos, não emitimos autorizações com a rapidez que queríamos e já estamos a desdobrar-nos, porque há vários anos que encetámos aqui um processo de reorganização interna de automatização de procedimentos. Temos já muita coisa, muitos processos eletrónicos, mas em papel ainda sobra muito. E estas restrições de contratação da Administração Pública estrangularam-nos completamente. Nós há dois anos perdemos um terço dos nossos quadros superiores, numa casa que é pequena isto é um rombo enorme.</p>		

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 12 de 18

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
10) Considera que ter os recursos necessários para a atuação <u>das autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?</u> (continuação)	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>Os recursos nunca estiveram tão baixos como hoje, em proporção ao trabalho e às competências que temos, mas nunca foram suficientes. Mesmo no princípio da casa, não havia quase nada para fazer, entre aspas, não se fazia mais porque não se tinha mais pessoas, porque se tivesse mais pessoas o trabalho surge naturalmente.</p>		
11) Considera que a existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos é <u>uma barreira e/ou um facilitador?</u>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>É uma obrigação prestar informações, por um lado. Por outro lado, hoje as tecnologias podem ser utilizadas também como facilitadoras do exercício dos direitos.</p> <p>As tecnologias devem ser utilizadas e devem ser encontradas soluções técnicas e tecnológicas para melhorar e para garantir a privacidade das pessoas. As tecnologias são aquelas que nos põem os problemas. Às vezes é por causa da utilização de determinadas tecnologias que a minha privacidade pode ficar exposta. As tecnologias também contêm as soluções. Podemos arranjar soluções tecnológicas para me proteger a privacidade.</p>		
12) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelos <u>exportadores de dados é uma barreira e/ou um facilitador?</u>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>Transferência de dados para países terceiros, é isso? Sim. Porque dentro da União Europeia não se considera transferência, é como se fosse cá dentro, é igual. É preciso haver um fundamento para eu comunicar dados daqui para ali. Se é uma barreira ou um facilitador para os exportadores de dados, não sei. Eu parto do princípio que eles (exportadores de dados) quando transferem dados é porque têm uma necessidade (não é verdade, mas pronto) e portanto transferir dados para eles há-de facilitar. Há alguns constrangimentos legais. Nesse aspeto pode ser uma barreira, isto é, se eu para transferir dados tenho que cumprir uma série de requisitos, isso é uma barreira para a própria transferência, mas decorre da lei. Agora, transferir dados pode ser um facilitador para o negócio da empresa.</p>		
13) Considera que o processo de transferência de dados pessoais realizado pelas <u>autoridades de controlo é uma barreira e/ou um facilitador?</u>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___</p> <p>Porquê:</p> <p>Nós não transferimos dados, nós autorizamos as transferências, mas isso faz parte das nossas competências, autorizamos isso como outras coisas. Não é nenhuma barreira nem um facilitador.</p>		

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 13 de 18

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
<p>14) Considera que as diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros são <u>uma barreira e/ou um facilitador</u>?</p>	<p>Barreira (S/N)___ Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>É assim, quando são semelhantes são um facilitador. Quando são diferentes são uma barreira concreta. Por exemplo, suponha que tem aqui uma queixa de um cidadão português de uma empresa no Reino Unido e ele é cliente e diz que usaram mal os dados e que já mandou apagar os dados e que não apagam os dados, uma grande confusão. Se fosse aqui, nós íamos lá ver o que é que acontecia. Os nossos colegas ingleses não têm competência para ir fazer uma fiscalização, têm que pedir autorização à empresa. Se a empresa não autorizar, eles não podem entrar. Isto é uma barreira. Eu não consigo resolver a queixa porque não consigo ir verificar o que é que se passa. Ou as autoridades de proteção de dados que não tomam decisões com força obrigatória, isto é, decisões vinculativas e portanto as empresas só acatam se quiserem ou então as autoridades têm que ir para tribunal para tornar vinculativa a decisão.</p> <p>Portanto, apesar da diretiva de proteção de dados atribuir um conjunto de competências e de poderes (mais de poderes) às autoridades de proteção de dados, poderes de inquérito, poderes de investigação, muitos Estados-Membros, por via dos regimes, porque têm algum receio de criar, não têm tradição de ter autoridades independentes, com força, com poder e verdadeiramente independentes do governo, como nós. Nós não temos tutela nenhuma, só respondemos perante nós próprios e das nossas decisões há recursos para os tribunais, portanto não somos deus, nosso senhor. É óbvio que temos poder e exercemo-lo de forma independente, temos os mandatos. Os membros da Comissão são inamovíveis, é preciso fazerem um crime, condenados em tribunal. Não é como noutros países que “ah, o comissário de proteção de dados está a atacar muito os organismos da Administração Pública, que estão a fazer grandes disparates e estão a violar muito a lei e portanto nós demitimos o comissário de proteção de dados”. Isto neste momento está a acontecer, isto é gravíssimo. Ainda agora aconteceu na Letónia e na Hungria também já aconteceu. Na Hungria já se espera, porque aquilo de facto é tudo menos uma democracia, mas é óbvio que isto é grave e muitos países convivem mal (e Portugal por enquanto ainda vai convivendo bem, não sei quanto tempo vai durar) com esta coisa de ter autoridades independentes, em que ninguém manda nelas e com bastante poder para sancionar, embora sob o escrutínio dos tribunais. E portanto é óbvio que eu se preciso da cooperação duma autoridade congénere, que depois não me consegue responder porque não tem os mesmos poderes que eu tenho, apesar de teoricamente os poderia ter porque a diretiva lhes dá essa possibilidade. Simplesmente o Estado-Membro quando transpõe a diretiva, não transpõe isso, não lhe concedeu esses poderes que a diretiva prevê.</p>		

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 14 de 18

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte:

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>Agora, há aí uma coisa que vai ser uma grande facilitadora, aí no seu binómio barreira/facilitador. Vai ser um grande facilitador para todos, na minha opinião. Vai ser um grande facilitador do cumprimento da legislação de proteção de dados, do cumprimento por parte dos responsáveis, do exercício dos direitos e do nosso trabalho. Vão ser os delegados de proteção de dados, que outros países já têm essa figura. A diretiva já tinha essa possibilidade, nós em Portugal não transpusemos, mas agora vai ser obrigatório.</p> <p>O regulamento prevê que os responsáveis pelo tratamento tenham que contratar, depois tem umas exceções para as pequenitas, mas a regra é que as empresas e entidades públicas tenham que contratar uma pessoa que fica dentro daquela organização, responsável por tudo o que é tratamento de dados pessoais. Estes delegados de proteção de dados funcionam de forma independente dentro da</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 15 de 18

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte: (continuação)

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>organização, embora contratados pela organização. Têm que estudar todos os tratamentos que existem. Agora, no futuro, obriga a ter uma documentação interna sobre cada tratamento de dados, com uma série de informações que têm que ter e que no fundo corresponde àquilo que hoje eles nos notificam e que nós temos um registo, passa a estar dentro das empresas. E são esses delegados de proteção de dados que têm que dentro das empresas, ter a documentação em dia, etc.</p> <p>Se os titulares dos dados quiserem exercer os seus direitos de acesso, de retificação, têm um interlocutor para se dirigir e que lida diretamente com os direitos. E para nós é excelente, porque sempre que queremos contactar a empresa ou a entidade pública para qualquer coisa, seja porque vamos fazer uma fiscalização, seja porque vamos fazer uma pergunta, temos um interlocutor. Porque até aqui vai para a administração, depois vai para os advogados, depois vai para o departamento...</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 16 de 18

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte: (continuação)

Questões \ Fases	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p> <p>nem eles próprios sabem para quem é que vai. Na minha ótica, isto vai ser excelente, vai elevar o nível de proteção de dados dentro de cada organização, porque vai ter uma pessoa que se vai dedicar àquilo, que vai saber, vai aprender, que nós vamos ajudar a formar. Se tiver dúvidas também nos pergunta diretamente. É uma pessoa que deverá estar sempre envolvida nos novos projetos, que as próprias organizações lançam e ouvi-lo. Agora vêm a nós, quando vêm, mas muitas vezes nós também não temos capacidade de ouvir toda a gente. Em inglês é o <i>data privacy office</i>. Deve ser sempre ouvido sobre os novos projetos, os novos desenvolvimentos, precisamente para fazer o alerta, fazer o <i>check</i> da privacidade, ver se está tudo, “atenção que têm que pôr isto, atenção que tem que pôr aquilo”, verificar se os direitos de informação são prestados de acordo com a lei, fazer os textos. Portanto, isto é um paraíso. Quer dizer, deveria ser, deverá ser</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N) __ Facilitador (S/N) __ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode selecionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Página 17 de 18

Agradecemos que sugira outros facilitadores ou barreiras que facilitam ou condicionam a transposição, implementação e utilização das Diretivas sobre Proteção de Dados Pessoais, preenchendo o quadro seguinte: (continuação)

Fases Questões	Transposição	Implementação	Utilização/Aplicação
	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p> <p>comparado com o que nós temos. Agora tudo depende da implementação. Se escolherem um escritório de advogados para fazer aquilo, fica tudo na mesma “treta”, porque depois faz para este e faz para aquele e às tantas está em conflito de interesses e não conhecem a organização, não estão lá dentro, é mais difícil aceder a eles. Se forem por aí, mal estamos. Se contratarem pessoas especificamente para estar na empresa a fazer aquele papel, até pode ser alguém de dentro, mas fica só adstrita a fazer aquilo. Isso eu acho que vai ser uma coisa boa, com o regulamento vai ser obrigatório. Isto é só para as coisas da privacidade.</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>	<p>Barreira (S/N)___Facilitador (S/N)___ Porquê:</p>

Nota: Como opção de resposta pode seleccionar: Barreira ou Facilitador, ou ambas ou não considerar nenhuma delas.

Muito Obrigada pela sua colaboração!
Ana Filipa da Cruz Santos

Anexo 18 - Entrevistas: caracterização das opções de resposta e respetivas justificações dadas pelo Engenheiro José Gomes de Almeida

Entrevista ao Engenheiro José Manuel Gomes de Almeida – APDSI

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal		
FASES		Transposição	Implementação	Utilização
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional	Facilitador	Não é Barreira mas também não é Facilitador .	Não é Barreira nem Facilitador .
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)	Está algures no meio. Pode ser uma Barreira ou um Facilitador , conforme as necessidades que cada um tem.	= Transposição	= Transposição e Implementação
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	Em termos operacionais isto é uma Barreira .		Há-de ser Barreira numa fase inicial.
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais	Facilitador – “A legislação existente constitui uma proteção razoável dos direitos relativos à privacidade”.		
	5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados	Facilitador	Facilitador – “Quando há conhecimento por parte do cidadão e pressupondo que tudo é bondoso, a implementação das regras há-de ser mais fácil”.	
	6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Facilitador		
	7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Facilitador		
	8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	No meio.	Pode ser uma Barreira ao funcionamento normal.	
	9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo		Facilitador	
	10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo		Facilitador	Facilitador

11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos	Facilitador		
12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados		Não se adequa.	Depende da forma como for feita a transferência. O processo de transferência se for feito como deve ser, de modo consciente e tecnicamente adequado é um Facilitador da proteção de dados pessoais, tanto por meios tecnológicos, como por meios manuais. É claro que há sempre possibilidade de haver problemas, podendo alguns deles serem de natureza não tecnológica.
13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo			Igual à questão 12).
14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	Barreira – “Ex: A transmissão transfronteiriça de dados de natureza pessoal, é em princípio, muito condicionada pela legislação de cada país”. “A forma como os países anglo-saxónicos tratam a informação não é coincidente com a forma seguida pelos países europeus”.		

Legenda:  Sem resposta.

Anexo 19 - Entrevistas: caracterização das opções de resposta e respetivas justificações dadas pela Dr.ª Mónica Oliveira Costa

Entrevista à Dr.ª Mónica Oliveira Costa – Advogada na Coelho Ribeiro & Associados

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal		
FASES		Transposição	Implementação	Utilização
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional	<p>Facilitador</p> <p>Barreira “É certo que cumprimos também quase sempre no fim do prazo, mas acho que mesmo que tivéssemos mais tempo, provavelmente iria acontecer o mesmo. E, deste ponto de vista, pode constituir uma Barreira”.</p>	<p>Depende da forma como a questão é analisada.</p> <p>Barreira – “ ... como muitas vezes em Portugal, esse prazo é cumprido no limite, a sua implementação efetiva é mais tardia ou a <i>vacatio legis</i> é muito reduzida (ex. : entra em vigor no dia seguinte à sua publicação), o que é contraproducente”.</p>	
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)	<p>Barreira e Facilitador</p> <p>Barreira “porque potencia a existência de diferentes interpretações e formas de transpor entre os diversos Estados-Membros”.</p> <p>“ ... uniformização nos diversos estados-membros”</p> <p>Facilitador “É um Facilitador, na medida em que permite adequar os fins da Diretiva às especificidades de cada Estado-Membro”.</p>	<p>Barreira “... porque os destinatários da lei não sabem ao certo como é que devem fazer para cumprir a lei”.</p> <p>“... porque a cada um será legítimo defender a sua interpretação”.</p> <p>Um Facilitador e é uma necessidade, porque a margem tem que existir.</p>	<p>Barreira “... porque os destinatários da lei não sabem ao certo como é que devem fazer para cumprir a lei”.</p>
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	Barreira		
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais	<p>Facilitador</p> <p>←</p>	Aplica-se <i>mutatis mutandis</i> o acima referido.	

5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados	Não se reflete.	<p>Facilitador – se o conhecimento for efetivamente esclarecido.</p> <p>Barreira – se o conhecimento não for esclarecido, porque muitos titulares de dados não têm um conhecimento correto dos seus direitos. E/ou não exerceram os direitos ou os exerçam de forma incorreta.</p>	
6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Não se questiona, não é relevante.	Facilitador	Facilitador
7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Não se coloca.	Facilitador	Facilitador
8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Não se coloca	Barreira - Não se consegue contornar.	
9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo	Não é Barreira , nem Facilitador .	Facilitador	<p>Barreira Se a Autoridade se esquecer da sua componente educativa e se focar maioritariamente na componente coercitiva. Não temos só que educar os titulares dos dados, é preciso educar os responsáveis. (obrigações)</p> <p>Facilitador Se se apostar em medidas coercitivas que sejam educativas, todos beneficiarão.</p>
10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo	Facilitador	Facilitador	Facilitador
11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos	A questão não se coloca.	<p>Barreira e Facilitador</p> <p>Barreira “porque está provado que o excesso de informação é contraproducente”</p> <p>Facilitador mas é essencial assegurar que a informação é prestada de forma clara, simples e apelativa, para permitir que as pessoas tomem decisões esclarecidas”</p>	

12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados	Não se coloca.	Não é Barreira nem Facilitador . É uma inevitabilidade. Depende muito de cada exportador de dados.	
13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo	Não é Barreira , nem Facilitador .		
14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	Não é Barreira , nem Facilitador .	Barreira	Barreira

Legenda:  Sem resposta.

Anexo 20 - Entrevistas: caracterização das opções de resposta e respetivas justificações dadas pela Dr.ª Nádia Crujeira da Costa

Entrevista à Dr.ª Nádia Crujeira da Costa – Advogada na Vieira de Almeida & Associados

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal		
FASES		Transposição	Implementação	Utilização
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional	Facilitador		
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)	Facilitador		
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	Barreira		
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais	Não é Barreira nem Facilitador.		
	5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados	Barreira		
	6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Facilitador Há-de ser uma Barreira ao meu negócio se eu não souber, se eu não tiver isso em atenção.		
	7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Se eu tiver mais <i>awareness</i> enquanto responsável pelo tratamento dos dados, se eu arrumar a minha casa de forma a que não tenha problemas, isto não há-de ser uma Barreira, vai ser como uma coisa normal. Uma empresa que saiba bem as suas responsabilidades e que cumpra as regras, se calhar acaba por ser um Facilitador para si. Primeiro porque já está à frente dos outros e por outro lado porque não tem riscos de imagem.		
	8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Mais ou menos a mesma coisa que a questão anterior.		
	9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo	Não deveria ser nem uma Barreira, nem um Facilitador, se fossem devidamente impostas na altura certa e se houvessem. Seria um Facilitador se a CNPD fosse uma autoridade presente. Seria um Facilitador, no sentido que obrigaria as empresas a terem mais cuidado com o cumprimento.		
	10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo	Nem sequer são Facilitador, são indispensáveis para a <i>awareness</i> dos titulares, para a <i>awareness</i> dos responsáveis, para a demonstração de que a transposição da diretiva foi bem feita, a demonstração de que a implementação das medidas necessárias foi bem feita, que a aplicação da lei está a ser acompanhada e que as empresas sabem o que é que têm que cumprir e que a CNPD		

10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo	Nem sequer são Facilitador , são indispensáveis para a <i>awareness</i> dos titulares, para a <i>awareness</i> dos responsáveis, para a demonstração de que a transposição da diretiva foi bem feita, a demonstração de que a implementação das medidas necessárias foi bem feita, que a aplicação da lei está a ser acompanhada e que as empresas sabem o que é que têm que cumprir e que a CNPD está em cima delas quando não estão a cumprir.
11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos	Em teoria é um Facilitador .
12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados	Facilitador É assim, eu acho que o formato existente na diretiva é interessante, permite que a transferência de dados seja realizada livremente dentro dos países do espaço económico europeu, melhor, porque se não seriam mais um stress.
13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo	Barreira A inexistência de um controlo apertado.
14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	Barreira

Legenda:  Sem resposta.

Anexo 21 - Entrevistas: caracterização das opções de resposta e respetivas justificações dadas pela Dr.ª Clara Guerra

Entrevista à Dr.ª Clara Guerra – Consultora Coordenadora da Comissão Nacional de Proteção de Dados

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal		
FASES		Transposição	Implementação	Utilização
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional			Não tem nenhuma relevância, porque nós já estávamos a aplicar e continuámos a aplicar.
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)	Facilitador	Facilitador	Facilitador
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	Não faz sentido.	<p>Não é uma Barreira a coisa nenhuma, porque se não nunca mudávamos.</p> <p>Pode ser Facilitador no sentido em que com regras definidas, regras que são iguais para todos, novas regras vêm trazer clarificação, vêm trazer segurança jurídica e vêm trazer alguma ordem, porque é isso que as leis trazem de certa forma: ordem no mercado, ordem na forma como as empresas e as entidades públicas tratam os dados ...</p> <p>As empresas se calhar vão-lhe dizer que as leis trazem muitas Barreira porque não os deixam fazer o que querem.</p> <p>Depende sempre da perspetiva.</p> <p>Facilitador – Porque as empresas também precisam de saber com o que é que contam.</p>	

4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais	Facilitador Para o legislador, para a CNPD, para os cidadãos.		Facilitador
5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados	Depende da perspetiva e mesmo assim. Facilitador		
6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Facilitador		
7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Facilitador		
8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados	Barreira		
9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo	Facilitador		
10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo	Facilitador Se os recursos forem necessários são sempre um Facilitador .		
11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos	Facilitador		
12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados	Facilitador Barreira		
13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo	Não é nenhuma Barreira nem um Facilitador .		
14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	Barreira		

Legenda:  Sem resposta.

Anexo 22 - Entrevistas: indicação das opções de resposta dadas pelo Engenheiro José Gomes de Almeida, por questão e por fase

Entrevista ao Engenheiro José Manuel Gomes de Almeida – APDSI

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal											
FASES		Transposição				Implementação				Utilização			
OPÇÕES DE RESPOSTA		Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional		X						X				X
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)			X				X				X	
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	X								X			
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais		X										
	5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados		X				X						
	6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados		X										
	7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados		X										
	8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados				X	X							
	9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo						X						
	10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo						X				X		
	11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos		X										
	12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados				X			X				X	
	13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo				X			X				X	
	14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros	X											

Legenda:  Sem resposta.

Anexo 23 – Entrevistas indicação das opções de resposta dadas pela Dr.ª Mónica Oliveira Costa, por questão e por fase

Entrevista à Dr.ª Mónica Oliveira Costa – Advogada na Coelho Ribeiro & Associados

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal											
FASES		Transposição				Implementação				Utilização			
OPÇÕES DE RESPOSTA		Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional			X				X					
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)			X				X		X			
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras	X											
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais		X				X						
	5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados				X			X					
	6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados				X		X				X		
	7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados				X		X				X		
	8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados				X	X				X			
	9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo				X		X					X	
	10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo		X				X				X		
	11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos				X			X				X	
	12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados				X				X				X
	13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo				X				X				X
	14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros				X	X				X			

Legenda:  Sem resposta.

Anexo 24 - Entrevistas: indicação das opções de resposta dadas pela Dr.ª Nádia Crujeira da Costa, por questão e por fase

Entrevista à Dr.ª Nádia Crujeira da Costa – Advogada na Vieira de Almeida & Associados

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal											
FASES		Transposição				Implementação				Utilização			
OPÇÕES DE RESPOSTA		Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional *		X				X				X		
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas) *		X				X				X		
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras *	X				X				X			
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais *				X				X				X
	5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados *	X				X				X			
	6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados *		X				X				X		
	7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados *		X				X				X		
	8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados *		X				X				X		
	9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo												
	10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo *				X				X				X
	11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos *		X				X				X		
	12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados *		X				X				X		
	13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo	X				X				X			
	14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros *	X				X				X			

Legenda:  Sem resposta.

* Como a entrevistada respondeu à questão no geral, assumimos a mesma opção de resposta em todas as fases.

Anexo 25 - Entrevistas: indicação das opções de resposta dadas pela Dr.ª Clara Guerra, por questão e por fase

Entrevista à Dr.ª Clara Guerra – Consultora Coordenadora da Comissão Nacional de Proteção de Dados

		Aplicação das Diretivas Comunitárias de Proteção de Dados Pessoais em Portugal											
FASES		Transposição				Implementação				Utilização			
OPÇÕES DE RESPOSTA		Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas	Barreira	Facilitador	Ambas	Nenhuma delas
QUESTÕES	1) O prazo de transposição das Diretivas Comunitárias de proteção de dados pessoais para a legislação nacional												X
	2) A margem dada aos Estados-Membros para transporem as Diretivas (concedida pelas próprias Diretivas)		X				X				X		
	3) Os Estados-Membros terem de respeitar uma quantidade significativa de novas regras				X			X					
	4) A legislação já existente antes da transposição das diretivas sobre proteção de dados pessoais		X								X		
	5) O conhecimento dos direitos por parte dos titulares dos dados *		X				X				X		
	6) O conhecimento das obrigações por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados *		X				X				X		
	7) O cumprimento de novas regras por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados *		X				X				X		
	8) A alteração de práticas para cumprir a nova legislação por parte dos responsáveis pelo tratamento dos dados *	X				X				X			
	9) A aplicação de medidas coercitivas nesta matéria pelas autoridades de controlo *		X				X				X		
	10) Ter os recursos necessários para a atuação das autoridades de controlo *		X				X				X		
	11) A existência de tecnologias que aumentem a capacidade de privacidade dos dados em total conformidade com as Diretivas, como por exemplo, prestando informações aos titulares dos dados ou proporcionando formas de estes exercerem os seus direitos *		X				X				X		
	12) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelos exportadores de dados *			X				X				X	
	13) O processo de transferência de dados pessoais realizado pelas autoridades de controlo				X				X				X
	14) As diferentes práticas/legislações de proteção de dados pessoais existentes nos diferentes Estados-Membros *	X				X				X			

Legenda:  Sem resposta.

* Como a entrevistada respondeu à questão no geral, assumimos a mesma opção de resposta em todas as fases.

Justificações das respostas dadas pelos entrevistados como "Ambas" as opções	
Questão 1)	<p>Transposição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitador; • Barreira - "É certo que cumprimos também quase sempre no fim do prazo, mas acho que mesmo que tivéssemos mais tempo, provavelmente iria acontecer o mesmo. E, deste ponto de vista, pode constituir uma Barreira". <p>Implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poderá ser Barreira ou Facilitador. - "Depende da forma como a questão é analisada"; • Barreira – " ... como muitas vezes em Portugal, esse prazo é cumprido no limite, a sua implementação efetiva é mais tardia ou a <i>vacatio legis</i> é muito reduzida (ex. : entra em vigor no dia seguinte à sua publicação), o que é contraproducente".
Questão 2)	<p>Todas as fases</p> <ul style="list-style-type: none"> • "Está algures no meio. Pode ser uma Barreira ou um Facilitador, conforme as necessidades que cada um tem". <p>Transposição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Barreira - "porque potencia a existência de diferentes interpretações e formas de transpor entre os diversos Estados-Membros"; • Barreira - à " ... uniformização nos diversos estados-membros"; • Facilitador – "É um Facilitador, na medida em que permite adequar os fins da Diretiva às especificidades de cada Estado-Membro". <p>Implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Barreira - " ... porque os destinatários da lei não sabem ao certo como é que devem fazer para cumprir a lei"; • Barreira - "... porque a cada um será legítimo defender a sua interpretação"; • "Um Facilitador e é uma necessidade, porque a margem tem que existir".

Questão 3)	<p>Implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Não é uma Barreira a coisa nenhuma, porque se não nunca mudávamos”; • “Pode ser Facilitador no sentido em que com regras definidas, regras que são iguais para todos, novas regras vêm trazer clarificação, vêm trazer segurança jurídica e vêm trazer alguma ordem, porque é isso que as leis trazem de certa forma: ordem no mercado, ordem na forma como as empresas e as entidades públicas tratam os dados ...” ; • “As empresas se calhar vão-lhe dizer que as leis trazem muitas Barreira porque não os deixam fazer o que querem”; • Poderá ser Barreira ou Facilitador. “Depende sempre da perspetiva”; • Facilitador – “Porque as empresas também precisam de saber com o que é que contam”.
Questão 5)	<p>Implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitador – “se o conhecimento for efetivamente esclarecido”; • Barreira – “se o conhecimento não for esclarecido, porque muitos titulares de dados não têm um conhecimento correto dos seus direitos. E/ou não exerceram os direitos ou os exerçam de forma incorreta”.
Questão 9)	<p>Utilização</p> <ul style="list-style-type: none"> • Barreira - “Se a Autoridade se esquecer da sua componente educativa e se focar maioritariamente na componente coercitiva. Não temos só que educar os titulares dos dados, é preciso educar os responsáveis”. (Obrigações); • Facilitador – “Se se apostar em medidas coercitivas que sejam educativas, todos beneficiarão”.
Questão 11)	<p>Implementação/Utilização</p> <ul style="list-style-type: none"> • Barreira - “porque está provado que o excesso de informação é contraproducente”; • “Facilitador mas é essencial assegurar que a informação é prestada de forma clara, simples e apelativa, para permitir que as pessoas tomem decisões esclarecidas”.
Questão 12)	<p>Implementação/Utilização</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Depende da forma como for feita a transferência. O processo de

	transferência se for feito como deve ser, de modo consciente e tecnicamente adequado é um Facilitador da proteção de dados pessoais, tanto por meios tecnológicos, como por meios manuais. É claro que há sempre possibilidade de haver problemas, podendo alguns serem de natureza não tecnológica”.
Questão 13)	<p>Implementação/Utilização</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Depende da forma como for feita a transferência. O processo de transferência se for feito como deve ser, de modo consciente e tecnicamente adequado é um Facilitador da proteção de dados pessoais, tanto por meios tecnológicos, como por meios manuais. É claro que há sempre possibilidade de haver problemas, podendo alguns serem de natureza não tecnológica”.

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT